

Resumo do Certame Licitatório

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025 (PROCESSO Nº 022/2025)			
Órgão Gerenciador: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE COMPRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – CINCOP/MT			CNPJ: 59.558.305/0001-66
Modalidade: PREGÃO	Forma: ELETRÔNICA	Modo de Disputa: ABERTO	Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE
Data: 06/01/2026	Horário: 09h30min (horário de Brasília)	Plataforma: https://licitanet.com.br/	
Exige Amostra? Item 3 - SIM	Participação: AMPLA	Reserva de Cota ME/EPP? NÃO	Instrumento Contratual? SIM
Registro de Preços? SIM	Vistoria? NÃO	Lei de Regência: Lei Federal nº 14.133, de 2021	Lei Complementar: L.C. nº 123, de 2006
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS COMPLEMENTARES, DIDÁTICOS BÁSICOS E DIDÁTICOS TRANSVERSAIS, VISANDO ENRIQUECER O PROCESSO PEDAGÓGICO, PROMOVER A RECOMPOSIÇÃO DE APRENDIZAGENS E GARANTIR O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DOS ESTUDANTES, DESTINADOS AO ATENDIMENTO INTEGRAL DOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CINCOP-MT			
Valor Estimado: SIGILOSO			
Agente de Contratação: CRISTIANE REGINA MESSIAS		Ato de Designação: RESOLUÇÃO Nº 011/2025	
Download de edital e anexos:	O Edital completo, anexos e complementos poderão ser retirados no site do CINCOP-MT disponível no endereço eletrônico: https://cincop.mt.gov.br no portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: https://licitanet.com.br/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, disponível no endereço eletrônico: https://pncp.gov.br/		
Informações:	Agente de Contratação – Sede do CINCOP - Telefone: (65) 2123-1275. Atendimento: 07hs às 11hs e das 13hs às 17hs. E-mail: licitacao@cincop.mt.gov.br		

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO Nº 022/2025
REGISTRO DE PREÇOS

O **Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 59.558.305/0001-66 e com sede na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 3.920, Centro Político Administrativo, CEP 78.050-902 na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado por seu Secretário Executivo, Sr. Hélio Schneider Paulus Neto, no uso de suas atribuições, na condição de **ÓRGÃO GERENCIADOR**, comunica aos interessados que realizará **LICITAÇÃO COMPARTILHADA**, na modalidade **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA** auxiliado pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado do objeto abaixo indicado para os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** desta licitação, observado as condições do edital que rege este pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem, nas disposições das

Resoluções nº 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009 e 014 e suas alterações, todas do ano de 2025 do CINCOP-MT e da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

TIPO: Menor preço por **LOTE**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 06/01/2026 até às 09:30 horas do dia 06/01/2026.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Na mesma data e horário do recebimento das propostas, encerrada a fase de lances, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá complementar ou substituir a documentação apresentada, dentro do prazo fixado pelo pregoeiro, não inferior a 02 (duas) horas.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 06/01/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 06/01/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

PLATAFORMA ELETRÔNICA: <https://licitanet.com.br>

Formalização de consultas/encaminhamentos:

LOCAL: Sede do CINCOP/MT

ENDEREÇO: Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 3920, CPA, Cuiabá/MT, CEP 78.050-902

Pregoeiro 1: Cristiane Regina Messias

Pregoeiro 2 (Pregoeiro Substituto): Max Farias da Silva

E-mail: licitacao@cincop.mt.gov.br

Telefone: (65) 2123-1275

1. DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual **contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais didáticos complementares, didáticos básicos e didáticos transversais, visando enriquecer o processo pedagógico, promover a recomposição de aprendizagens e garantir o desenvolvimento integral dos estudantes, destinados ao atendimento integral dos alunos e professores da rede pública de educação básica**, para uso dos Entes da Federação Consorciados, Cooperados ou Referendados ao Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT, órgãos e entidades da administração direta e indireta, na condição de Órgão Participante desta licitação de acordo com o Termo de Referência (**ANEXO I**) e com os quantitativos estimados (**ANEXO VII**), durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços:

Descritivo de Itens para Registro de preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL
1	<p>Projeto Educacional DIDÁTICO COMPLEMENTAR destinado à Recomposição de Aprendizagens de Anos Anteriores e à Preparação para as Avaliações Externas, trabalhando habilidades e objetos de conhecimento básicos em Língua Portuguesa e Matemática, destinada a alunos e professores, para atender estudantes dos anos iniciais e dos anos finais do ensino fundamental.</p> <p>O projeto deve ser composto por um kit de materiais didáticos impressos e digitais, integrados a uma plataforma digital, acompanhados de serviço de avaliação. Material didático integrado que aborda:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Habilidades e objetos de conhecimento básicos, em língua portuguesa e matemática; b) Atividades e conteúdos essenciais para recomposição da aprendizagem de anos anteriores (foco nas habilidades obrigatórias por ano); c) Atividades organizadas para preparar estudantes para os exames do SAEB. (COP0621) 	118.829
2	<p>Projeto Educacional DIDÁTICO COMPLEMENTAR destinado à Recomposição de Aprendizagens de Anos Anteriores e à Preparação para as Avaliações Externas, trabalhando habilidades e objetos de conhecimento básicos em Ciências Humanas e Ciências da Natureza, destinado a alunos e professores, para atender estudantes do 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental.</p> <p>O projeto deve ser composto por um kit de materiais didáticos impressos e digitais, integrados a uma plataforma digital e acompanhados de serviço de avaliação. Material didático integrado que aborda.</p>	75.720

	<p>Habilidades e objetos de conhecimento básicos, em Ciências Humanas e Ciências da Natureza.</p> <p>Atividades e conteúdos essenciais para recomposição da aprendizagem de anos anteriores (foco nas habilidades obrigatórias por ano);</p> <p>Atividades organizadas para preparar estudantes para os exames do SAEB. (COP0622).</p>	
3	<p>Projeto Educacional DIDÁTICO COMPLEMENTAR destinado ao desenvolvimento de Letramento Financeiro para alunos do Ensino Fundamental, Anos Iniciais, 4º e 5º anos.</p> <p>Os materiais didáticos deverão observar os conceitos pedagógicos referenciados pelo MEC, alinhados com a proposta de letramento financeiro, de acordo com a matriz de referência do Pisa 2021. (COP0623).</p>	39.495
4	<p>Projeto Educacional DIDÁTICO TRANSVERSAL destinado ao Desenvolvimento de Habilidades Socioemocionais dos alunos de Educação Infantil (4 e 5 anos) e Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais), incluindo o fornecimento de plataforma educacional digital, assessoria, implantação, suporte e recursos complementares, com entrega única.</p> <p>O projeto deve trabalhar com a formação socioemocional dos alunos, alcançando toda a comunidade escolar: gestores, professores, alunos, quadro de apoio administrativo e familiares dos alunos.</p> <p>Espera-se ainda que o programa a ser contratado seja reconhecido pela CASEL (Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning), por se tratar de uma das maiores autoridades mundiais no avanço da Aprendizagem Socioemocional em Educação. (COP0624)</p>	118.829
5	<p>Projeto Educacional DIDÁTICO TRANSVERSAL de Prevenção de Vícios e Abusos na Internet, para estudantes e professores, destinado a estudante e professores anos iniciais e finais</p> <p>O projeto deve abordar questões como o poder e o lado sombrio da internet, equilíbrio digital, autocontrole e disciplina, moderação no uso das redes sociais, cyberbullying, golpes online, sempre apontando as dicas e recomendações de segurança. Tudo em linguagem acessível e atraente.</p> <p>Além disso, a solução deve ter um aplicativo digital, voltado a educadores, sendo esses, entendidos como os professores e a própria família, que também devem ser impactados pelo projeto. (COP0625)</p>	118.829
6	<p>Projeto Educacional DIDÁTICO BÁSICO formado por um Sistema Estruturado de Ensino, destinado a alunos e professores da Educação Infantil, composto por kits impressos e específicos de Cadernos Educacionais para o Aluno, Material Complementar, Caderno do Professor, Assessoria e Acompanhamento Pedagógico, bem como Plataforma Educacional Digital, com Corretor Automatizado de Redação.</p> <p>Os materiais didáticos deverão observar os conceitos pedagógicos referenciados pelo MEC, de forma a proporcionar a integração e transversalidade entre o sistema de ensino a ser implantado e os</p>	79.343

	livros didáticos e paradidáticos de suporte eventualmente adotados, de forma não excludente, porém complementar. (COP0626)	
7	<p>Projeto Educacional DIDÁTICO BÁSICO formado por um Sistema Estruturado de Ensino, destinado a alunos e professores dos anos iniciais, composto por kits impressos e específicos de Cadernos Educacionais para o Aluno, Material Complementar, Caderno do Professor, Assessoria e Acompanhamento Pedagógico, bem como Plataforma Educacional Digital, com Corretor Automatizado de Redação.</p> <p>Os materiais didáticos deverão observar os conceitos pedagógicos referenciados pelo MEC, de forma a proporcionar a integração e transversalidade entre o sistema de ensino a ser implantado e os livros didáticos e paradidáticos de suporte eventualmente adotados, de forma não excludente, porém complementar. (COP0959)</p>	104.738
8	<p>Projeto Educacional DIDÁTICO BÁSICO formado por um Sistema Estruturado de Ensino, destinado a alunos e professores dos anos finais, composto por kits impressos e específicos de Cadernos Educacionais para o Aluno, Material Complementar, Caderno do Professor, Assessoria e Acompanhamento Pedagógico, bem como Plataforma Educacional Digital, com Corretor Automatizado de Redação.</p> <p>Os materiais didáticos deverão observar os conceitos pedagógicos referenciados pelo MEC, de forma a proporcionar a integração e transversalidade entre o sistema de ensino a ser implantado e os livros didáticos e paradidáticos de suporte eventualmente adotados, de forma não excludente, porém complementar. (COP0960)</p>	14.093
9	<p>Projeto Educacional DIDÁTICO BÁSICO formado por um Sistema Estruturado para Ensino de Língua Inglesa, destinado a alunos e professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental (Educação infantil), composto por kits impressos e específicos de Cadernos Educacionais para o Aluno, Material Complementar, Caderno do Professor, Assessoria e Acompanhamento Pedagógico e Plataforma Educacional Digital. (COP0627)</p>	39.495
10	<p>Projeto Educacional DIDÁTICO BÁSICO formado por um Sistema Estruturado para Ensino de Língua Inglesa, destinado a alunos e professores dos (Anos Iniciais e Anos Finais), composto por kits impressos e específicos de Cadernos Educacionais para o Aluno, Material Complementar, Caderno do Professor, Assessoria e Acompanhamento Pedagógico e Plataforma Educacional Digital. (COP0958)</p>	118.829
11	<p>Projeto Educacional DIDÁTICO BÁSICO para estudantes e professores, destinado ao processo de Alfabetização de Jovens e Adultos.</p> <p>O Projeto é composto por um kit de materiais didáticos para estudantes e professores que deve incluir um livro para trabalhar aspectos introdutórios da Alfabetização de Jovens e Adultos, bem como quatro livros específicos, um para cada área do conhecimento (Português, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas) para ampliar letramento. (COP0628)</p>	417

- 1.1.1. A necessidade de realização da presente licitação decorre da demanda formalmente apresentada pelos entes consorciados, cooperados ou referendados ao CINCOP-MT, visando atender à política pública de fornecimento de materiais escolares, pedagógicos e administrativos, organizados em kits por nível de ensino, incluindo mochilas, estojos e itens de inclusão, destinados ao atendimento integral dos alunos e professores da rede pública de educação básica dos municípios.
 - 1.1.2. A contratação abrange materiais, como canetas, borrachas, entre outros, bens essenciais que asseguram não apenas a padronização e a possibilidade de todos os alunos terem a mesma condição para exercer o processo educacional, mas também a promoção da igualdade social e da dignidade humana, fortalecendo o acesso universal à educação.
 - 1.1.3. A aquisição centralizada de destes materiais escolares, busca suprir deficiências já identificadas pelos entes consorciados, relacionadas tanto à insuficiência de estoque como à necessidade de reposição quando da perda, ou extravio pelo aluno ou pelos professores. Trata-se de produtos cuja demanda se renova periodicamente em virtude do crescimento da rede escolar, da rotatividade de matrículas, fatores que exigem planejamento preventivo para evitar desabastecimento. Ademais, a contratação permite atender normas técnicas de segurança, ergonomia e saúde pública.
 - 1.1.4. A presente licitação, conduzida de forma compartilhada pelo Consórcio, configura medida eficiente e vantajosa para os entes da federação, ao assegurar padronização, economia de escala e otimização logística. Ao centralizar a aquisição, reduz-se o custo unitário dos itens, garante-se maior qualidade e rastreabilidade dos produtos e racionalizam-se os recursos públicos, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e isonomia previstos no art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, a contratação planejada contribui diretamente para a melhoria das condições de ensino e da assistência social, reforçando o compromisso da Administração Pública com a dignidade dos cidadãos e a efetividade das políticas públicas.
- 1.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano.
 - 1.3. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, caput, da Lei Federal n. 14.133, de 2021 e de acordo com as disposições do art. 4, da Resolução nº 001/2025, do CINCOP-MT.
 - 1.4. O contrato ou documento equivalente decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

- 1.5. O CINCOP-MT é Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços desta licitação compartilhada.
- 1.6. Os órgãos ou entidades da Administração Pública que não participaram dos procedimentos iniciais desta licitação e não integram a ata de registro de preços, desde que atendidos os requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Resolução nº 001/2025, na condição de “Órgão Não Participante”, poderão aderir à Ata de Registro de Preços, nos termos e condições previstas neste Edital.

2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 2.1. São Órgãos Participantes do presente processo licitatório o Consórcio Interfederativo De Compras Públicas Do Estado De Mato Grosso – (CINCOP-MT) e os órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ou referendados conforme lista.

- 2.1.1. **Entes da Federação:** Acorizal, Água Boa, Alto Araguaia, Alto Boa Vista, Apiacás, Araputanga, Barão de Melgaço, Bom Jesus do Araguaia, Brasnorte, Campinápolis, Campo Verde, Campos de Júlio, Canabrava do Norte, Canarana, Castanheira, Claudia, Cocalinho, Colíder, Comodoro, Confresa, Conquista D'Oeste, Cotriguaçu, Diamantino, Dom Aquino, Feliz Natal, Gaúcha do Norte, General Carneiro, Guiratinga, Ipiranga do Norte, Itanhangá, Itaúba, Itiquira, Juara, Juruena, Lambari do Oeste, Marcelândia, Mirassol D'Oeste, Nortelândia, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Marilândia, Nova Maringá, Nova Olímpia, Nova Santa Helena, Nova Ubiratã, Nova Xavantina, Novo Horizonte do Norte, Novo Mundo, Novo Santo Antonio, Paranatinga, Pedra Preta, Planalto da Serra, Poconé, Ponte Branca, Porto Alegre do Norte, Porto dos Gaúchos, Poxoréu, Primavera do Leste, Querência, Ribeirão Cascalheira, Ribeirãozinho, Rio Branco, Rondolândia, Rondonópolis, Santa Carmem, Santa Cruz do Xingu, Santa Rita do Trivelato, Santa Terezinha, Santo Antonio do Leste, São Felix do Araguaia, São José do Rio Claro, Sapezal, Serra Nova Dourada, Tabaporã, Tangará da Serra, Tapurah, Tesouro, Torixoréu, União do Sul, Vale do São Domingos, Vera, Vila Bela da Santíssima Trindade.

- 2.1.2. **Entidade Interfederativa:** Consórcio Interfederativo De Compras Públicas Do Estado De Mato Grosso – (CINCOP-MT)

- 2.2. As Associações de Municípios de Mato Grosso, após a assinatura de Convênio ou Termo de Cooperação Técnica com o CINCOP-MT, que poderão realizar contratações de produtos decorrentes deste processo administrativo licitatório, através de solicitação e autorização do Órgão Gerenciador.

- 2.3. São Órgãos Não Participantes os órgãos ou entidades da Administração Pública que não participaram dos procedimentos iniciais da licitação e não integram a ata

de registro de preços, mas que, atendidos os requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021, deste Edital e da Resolução nº 001/2025, podem fazer adesão à Ata de Registro de Preços.

- 2.3.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública dos Entes da Federação que não aderiram ao Projeto de Licitações Compartilhadas do CINCOP-MT e/ou não tenham participado do certame licitatório e/ou não estejam previstos no edital como órgãos participantes, mediante anuência do Órgão Gerenciador.
- 2.3.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
- 2.3.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.
- 2.3.4. As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes.
- 2.3.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 2.3.6. Após a autorização do Órgão Gerenciador da utilização da ata de registro de preços, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até **90 (noventa) dias**, sob pena cancelamento unilateral da concessão, inclusive com cancelamento de autorização via APLIC ou outro mecanismo de controle, observado o prazo de vigência da ata.
- 2.3.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.
- 2.3.8. É facultada aos órgãos ou entidades dos Entes da Federação a adesão a ata de registro de preços do CINCOP-MT.

3. DAS AMOSTRAS (EXAME DE CONFORMIDADE) ENTREGAS E EXECUÇÃO

- 3.1. Nos termos do art. 17, § 3º, do art. 41, inciso II e do art. 42, todos da Lei Federal n. 14.133/2021, será exigida, previamente à adjudicação do objeto, amostra no formato eletrônico de todos os itens listados, salvo os itens eventualmente pré-qualificados, dos quais não será exigida amostra, a fim de que seja possível assegurar-se que o bem proposto pelo licitante se conforma, de fato, às exigências estabelecidas nas folhas de dados, no Termo de Referência e no Edital.
- 3.1.1. O licitante detentor do menor lance classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar as amostras de todos os itens através da plataforma licitante em consulto com a documentação de habilitação e se solicitado amostra física, com suas respectivas embalagens, que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado em até **10 (dez) dias úteis** após o encerramento da disputa dos lances.
- 3.1.1.1. O pregoeiro enviará mensagem através da Plataforma Eletrônica solicitando apresentação das amostras, no prazo estabelecido.
- 3.1.1.2. Com as amostras, a licitante deverá comprovar que cumpre totalmente todas as exigências dos itens pertencentes ao lote em que foi detentor da melhor proposta, conforme descrito no Termo de Referência.
- 3.1.1.3. Não serão aceitos itens cuja descrição não se enquadre na descrição estabelecida no termo de referência.
- 3.1.1.4. Quando solicitadas, as amostras físicas deverão ser enviadas para a Central Executiva do CINCOP-MT, localizada na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 3.920, Centro Político Administrativo, CEP 78.050-902 na cidade de Cuiabá/MT. Após analisadas, as amostras poderão ser retiradas no mesmo endereço.
- 3.1.2. Cada amostra deverá estar identificada com o respectivo número do item e lote, deste Edital, a marca e o modelo do objeto proposto.
- 3.2. A amostra será analisada e, caso atenda às características exigidas, será emitido o Laudo de Aceitabilidade, nos termos do que versa o termo de referência.
- 3.2.1. Não havendo a apresentação das amostras no prazo estabelecido, bem como não sendo estas aprovadas, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar será desclassificado do certame, sendo então solicitadas e examinadas as amostras dos licitantes subsequentes, observada rigorosamente a ordem de classificação, nos termos supracitados.

- 3.3. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP será realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 3.3.1. A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada Órgão Participante.
- 3.3.2. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.
- 3.3.3. Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 45 **(quarenta e cinco) dias**, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.
- 3.3.4. O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.
- 3.3.5. Os recebimentos provisórios e definitivos ficarão sob a responsabilidade de cada Órgão Participante.
- 3.3.6. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as disposições do Edital, do Termo de Referência e do Contrato.
- 3.4. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão ou entidade participante ocorrerão por conta do Fornecedor.
- 3.4.1. Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.
- 3.4.2. Todos os custos relacionados à execução da garantia ou troca de produtos correrão por conta exclusiva do fornecedor, incluídos os custos de transporte, troca de peças/equipamentos, horas técnicas, deslocamento de pessoal.
- 3.5. O(s) Objeto(s) deverão ser entregues em cada Município Contratante, nos endereços indicados na Autorização de Fornecimento.
- 3.6. Na entrega técnica, o Fornecedor apresentará ao Proprietário todas as informações sobre os recursos, suas funcionalidades, instruções fundamentais, instruções sobre a importância da manutenção preventiva, frequências recomendadas para a eventuais reparos e sobre a garantia.
- 3.6.1. Deverá acompanhar o equipamento no momento da entrega, o manual de operação com segurança e de manutenção, em língua portuguesa, sendo

obrigatório fornecer treinamento in loco para operação e manutenção preventiva aos servidores sem ônus adicional para o equipamento.

4. DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDORES/ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO

- 4.1. O Cadastro de Reserva de Fornecedores será formado por todos os licitantes classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva, excetuados os classificados em primeiro lugar com os quais serão registrados ata de registro de preços.
- 4.2. Os quantitativos estimados para consumo são formados pela demanda apresentada pelos Órgãos Participantes e Órgão Gerenciador. Esses quantitativos não vinculam qualquer obrigação do CINCOP-MT ou Órgãos Participantes e não geram qualquer Direito ao Fornecedor.
- 4.3. Os Órgãos Participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.
- 4.4. As alterações dos quantitativos dos itens realizadas através do remanejamento interno entre os Órgãos Participantes não poderá causar acréscimo ou decréscimo nos valores dos itens iniciais previstas no processo licitatório.
 - 4.4.1. Cabe ao Órgão Gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente entre os Órgãos Participantes.

5. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 5.1. O Pregão, na forma Eletrônica, será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) do Portal de Compras Públicas.
- 5.2. A Sessão eletrônica e todos os demais Atos Administrativos serão conduzidos pelo CINCOP-MT, por intermédio de(a) seu(ua) Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para plataforma digital constante da página eletrônica do Licitanet (<https://licitanet.com.br>).

6. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

- 6.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa, no site <https://licitanet.com.br>.
- 6.2. As propostas deverão ser cadastradas no sistema eletrônico (<https://licitanet.com.br>), podendo ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora previstas para recebimento da proposta.
- 6.3. O acompanhamento do Sistema Eletrônico é responsabilidade do Fornecedor para todas as fases do presente Procedimento Administrativo.

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 7.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital, seus Anexos e nos demais regramentos/normativas existentes no Brasil sobre a área de fornecimento.
- 7.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto ao Portal de Compras Públicas.
- 7.3. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 7.4. É permitida a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas e deverá observar o disposto no art. 15, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observadas as seguintes normas:
 - I. comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
 - II. indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
 - III. admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado, caso exigido;
 - IV. impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
 - V. responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
 - VI. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da ata de registro preços, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item I acima, no prazo de até 30

(trinta) dias, após a homologação, bem como deverá, dentro do mesmo prazo, encaminhar os dados bancários relativos ao pagamento, de acordo com o previsto no item 22 do presente Edital.

VII. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo Órgão Gerenciador e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio neste processo licitatório que originou o contrato, quando exigido.

- 7.5. Não poderá participar da licitação a empresa que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública.
- 7.6. Com relação à penalidade de impedimento de licitar e contratar, a vedação à participação na licitação funcionará da seguinte maneira:
- 7.6.1. Caso o responsável pela aplicação de impedimento de licitar seja o CINCOP-MT, a empresa ficará impedida de participar em licitações do CINCOP-MT e de todos seus Entes da Federação consorciados.
- 7.6.2. Caso o Responsável pela aplicação de impedimento de licitar e contratar seja Ente da Federação consorciado, a empresa penalizada fica impedida de participar em licitações e contratar com o Ente da Federação aplicador da pena.
- 7.6.2.1. Caso o Responsável pela aplicação de impedimento de licitar e contratar seja Ente da Federação consorciado, a empresa penalizada fica impedida de contratar também com o CINCOP-MT.
- 7.6.2.2. O impedimento de que trata o item anterior não impede a participação em licitações compartilhadas do CINCOP-MT.
- 7.7. Para as sanções de suspensão temporária de participação em licitação, aplicadas com base na Lei Federal 8.666/93, aplicam-se as disposições dos itens 7.6.1, 7.6.2 e subitens, ressalvada disposição em contrário do procedimento que originou a pena.
- 7.8. O licitante deverá ter feito a adesão ao Licitanet, sendo sua a responsabilidade pela tramitação prévia neste sentido.
- 7.9. Não poderá participar da licitação pessoa física ou jurídica que, nos **5 (cinco) anos** anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, devendo ser comprovado mediante declaração, podendo ser utilizado o modelo constante deste edital (**ANEXO IV**).

7.10. Não poderá participar da licitação aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo ser comprovado mediante declaração, podendo ser utilizado o modelo constante deste edital (ANEXO IV).

8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

8.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro 1, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) coordenar o processo licitatório;
- b) receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao Edital, apoiado pelo responsável pela sua elaboração;
- c) conduzir a sessão pública na internet;
- d) verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- e) dirigir a etapa de lances;
- f) verificar e julgar as condições de habilitação;
- g) analisar a admissibilidade dos recursos, podendo, em tal caso, exercer o juízo de retratação no prazo de 03 (três) dias úteis (§ 2º do art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), findo o qual deverá encaminhar o recurso, devidamente instruído, à deliberação da autoridade superior;
- h) indicar o vencedor do certame;
- i) conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- j) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- k) encaminhar à equipe de apoio os documentos de habilitação, caso verifique a possibilidade de sanear erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica; e
- l) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a adjudicação, homologação e confecções de atas ou contratos administrativos.

8.1.1. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros agentes públicos, de setores da entidade ou dos entes federados consorciados e/ou cooperados, a fim de subsidiar sua decisão.

8.1.2. O pregoeiro 2 (pregoeiro substituto) suprirá as faltas, impedimentos e/ou afastamentos, permanentes, temporários ou eventuais, do pregoeiro 1, com as mesmas atribuições previstas neste item.

9. PUBLICIDADE:

- 9.1. O Pregão, em sua forma eletrônica (art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), será realizada em sessão pública, por intermédio da INTERNET (rede mundial de computadores), mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases no Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.
- 9.2. A publicidade deste Edital será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), disponível no endereço eletrônico: <https://pncp.gov.br/>, nos termos fixados nos [art. 54 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).
- 9.3. O presente Edital também será publicado, em forma de AVISO, no [Diário Oficial e na AMM/MT](#), bem como em jornal diário de grande circulação ([art. 54, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).
- 9.4. A íntegra do presente Edital e seus Anexos, bem como todos os documentos, os esclarecimentos, impugnações, atos decisórios do procedimento licitatório durante a FASE EXTERNA serão divulgados no Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, e no Portal Transparência do CINCOP - MT, disponível no endereço eletrônico: <https://cincop.mt.gov.br>.

10. PLATAFORMA ELETRÔNICA:

- 10.1. O Pregão, em sua forma eletrônica (art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), será realizada em sessão pública, por intermédio da INTERNET (rede mundial de computadores), mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases no Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.
- 10.2. As empresas licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da Sessão Pública via internet;
- 10.3. A participação do licitante no Pregão se dará exclusivamente através de Home Broker, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 10.4. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://www.licitanet.com.br/>;
- 10.5. O acesso do licitante ao Pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos ofertados pela Licitanet.
- 10.6. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:
- 10.7. Para todas as empresas:

AVULSO	30 dias	90 dias	180 dias	365 dias
R\$ 98,00	R\$ 152,00	R\$ 287,00	R\$ 422,00	R\$ 692,00

- 10.8. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer CONCORRÊNCIA, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a LICITANET – Licitações On-line, ou canceladas por solicitação do licitante.
- 10.9. A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento On-Line (CHAT) do site LICITANET – Licitações On-line, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.
- 10.10. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo a LICITANET – Licitações On-line e à Associação Mato-Grossense dos Municípios a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 10.11. O cadastramento do licitante junto a Plataforma de CONCORRÊNCIA implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.
- 10.12. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelo telefone: (34) 2512-6500 / (34) 99807-6633 ou pelo e-mail fornecedor@licitanet.com.br.
- 10.13. As microempresas ou as empresas de pequeno porte no momento de seu cadastro deverão manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico o estabelecido na Lei Complementar nº. 123/2006 e ainda suas alterações na Lei Complementar nº147/2014;
 - a) A não declaração da licitante em referência Lei Complementar nº. 123/2006 e ainda suas alterações na Lei Complementar 147/2014 caso se enquadre, implicará no IMPEDIMENTO DA LICITANTE EM BENEFICIAR-SE DA MESMA.
 - b) A declaração falsa dos requisitos do credenciamento sujeitará às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais do certame.
- 10.14. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou a Comissão de Contratação, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- 10.15. perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

11. PARTICIPAÇÃO:

- 11.1. Para participar deste processo, em sua forma eletrônica ([art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)), a licitante deverá preencher os seguintes requisitos:
 - 11.1.1. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação;

- 11.1.2. Ser credenciada junto ao Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, que atuará como órgão provedor do sistema eletrônico;
- 11.1.3. Enviar em campo próprio do sistema eletrônico a proposta ofertada, documentos de habilitação e as seguintes declarações virtuais de que (vide anexo de declaração unificada):
 - 11.1.3.1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório; ([art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
 - 11.1.3.2. Atende aos requisitos do [art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#) para fazer jus aos benefícios previstos nos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#); ([art. 4º, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
 - 11.1.3.3. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no [art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991](#) e em outras normas específicas; ([art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
 - 11.1.3.4. Inexiste fato impeditivo para licitar ou contratar com o a Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT.
- 11.2. A declaração falsa sujeitará a licitante à inabilitação e ao enquadramento na infração prevista no [art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).
- 11.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não se responsabilizando o Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT por quaisquer custos, transações efetuadas pela licitante ou eventual desconexão do sistema EXCETO os que previstos no PROJETO BASICO.
- 11.4. Não poderão participar deste processo:
 - 11.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 11.4.2. Pessoas físicas;
 - 11.4.3. Pessoas jurídicas que não possuam Inscrição Estadual/Municipal ou que não possuam autorização legal para a prestação dos serviços que são objeto da presente Concorrência;
 - 11.4.4. Empresa que possua entre seus sócios agente público vinculado ao Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT;
 - 11.4.5. Quem não cumprir os requisitos formais para participação neste processo;
 - 11.4.6. Agentes públicos ou terceiros que se enquadrem em situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria; ([art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
 - 11.4.7. Terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica; ([art. 9º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

- 11.4.8. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo; ([art. 14, I e II e §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
- 11.4.9. pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação ou contratação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, assim como aqueles que atuem em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante; ([art. 14, III e § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
- 11.4.10. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; ([art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
- 11.4.11. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei Federal nº 6.404, de 1976](#), concorrendo entre si; ([art. 14, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
- 11.4.12. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; ([art. 14, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
- 11.4.13. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição ([Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário](#));
- 11.4.14. aqueles que se enquadrem nas demais vedações do [art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).
- 11.5. A verificação dos impedimentos e condições de participação ocorrerá somente após a fase competitiva do certame, momento no qual o Portal Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>) permite a identificação dos participantes do certame licitatório.
- 11.6. Encerrada a fase de lances, o(a) Agente de Contratação fará consulta aos cadastros oficiais: Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique em Inelegibilidade - CNCIAI, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e Cadastro de Inidôneos do TCU ou qualquer outro que venha ser implantado e ainda no cadastro unificado de licitantes ([art. 87 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)), bem como na “lista suja” de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo emitida pelo Ministério do Trabalho e Previdência¹, a fim de verificar se a licitante se enquadra em qualquer vedação prevista neste edital.
- 11.7. Havendo qualquer impedimento, a licitante será, automaticamente, excluída da licitação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e em lei.

¹ Disponível no endereço eletrônico: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf

- 11.8. os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

12. CONSÓRCIO:

- 12.1. Nos termos do [art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:
- 12.1.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- 12.1.2. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- 12.1.3. Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- 12.1.4. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- 12.1.5. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
- 12.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no [art. 15, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#). ([art. 15, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))
- 12.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato. ([art. 15, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

13. COOPERATIVA:

- 13.1. Nos termos do [art. 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), pessoa jurídica organizada em forma de cooperativa poderá participar da licitação quando:
- 13.1.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a [Lei Federal nº 5.764, de 1971](#), a [Lei Federal nº 12.690, de 2012](#), e a [Lei Complementar Federal nº 130, de 2009](#);
- 13.1.2. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- 13.1.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

- 13.1.4. O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei Federal nº 12.690, de 2012](#), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.
- 13.2. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

14. IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO:

- 14.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame ([art. 164, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).
- 14.2. As impugnações e os esclarecimentos deverão ser encaminhados exclusivamente de forma eletrônica pela Plataforma LICITANET em campo próprio.
- 14.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem e nem interrompem os prazos previstos no certame licitatório.
- 14.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.
- 14.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e será divulgada no sítio eletrônico na Plataforma LICITANET ([art. 164, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).
- 14.6. Acolhida a IMPUGNAÇÃO contra este Edital e seus Anexos, serão procedidas as alterações e adequações necessárias, bem como designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas ([art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).
- 14.7. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital (e seus Anexos), apontando eventuais falhas ou irregularidades que o viciarem, o cidadão que não o fizer nos prazos e condições fixados neste item, hipótese em que tal petição não terá efeito de impugnação e não obstaculizará a regular realização da sessão.
- 14.8. Mesmo que a impugnação não seja conhecida, a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e assegurando a prévia manifestação dos interessados ([Súmula nº 473 do STF](#) e [art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

15. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA:

- 15.1. O cadastramento de proposta(s) somente será possível após o cadastramento no Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, na forma estabelecida no item “Credenciamento” deste Edital.
- 15.2. A proposta de preços com o preço unitário/total para o item único, deverá ser enviada em formulário específico, mediante o uso da chave de acesso e senha privativa da licitante, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, no prazo indicado no item “data e horário”.
- 15.3. O registro de proposta eletrônica vinculada ao presente certame implica, independente de expressa declaração, na(o):
 - 15.3.1. Aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;
 - 15.3.2. Garantia do cumprimento da proposta por prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública;
 - 15.3.3. Compromisso do licitante para com o rigoroso cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições fixadas no Termo de Referência (Anexo I);
 - 15.3.4. Impossibilidade de posterior desistência ou declínio de proposta a partir da data da sessão eletrônica inicial, ou de requerer qualquer acréscimo de custos que deveria ter sido incluído na sua proposta;
 - 15.3.5. Submissão às sanções administrativas previstas neste Edital e seus Anexos;
 - 15.3.6. Obrigação de participar ativamente do certame (ON LINE) até a sua conclusão, encaminhando toda a documentação solicitada e/ou prestando as informações e esclarecimentos solicitados pelo(a) Pregoeiro(a).
- 15.4. As propostas registradas no “Sistema” NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas, sob pena de desclassificação.
- 15.5. Quando do cadastramento da proposta, a licitante poderá parametrizar seu preço final mínimo, obedecida a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 15.6. Os lances serão de envio automático pelo sistema, que respeitará o preço final mínimo, bem como o intervalo de que trata o item anterior.
- 15.7. O preço final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de lances, porém, não poderá ser superior a lance já registrado por ela no sistema.
- 15.8. As licitantes se responsabilizarão pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos, bem como pelo acompanhamento de todas as operações efetuadas no sistema eletrônico durante a sessão pública, arcando com quaisquer ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 15.9. Caberá à licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema eletrônico utilizado no certame, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

- 15.10. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas anteriormente apresentadas.
- 15.11. A proposta deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos, não sendo aceita oferta de serviços com características e quantidades diferentes das indicadas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.
- 15.12. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
- 15.13. Independente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica submissão da licitante a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos, bem como, na legislação aplicável, inclusive a [Lei Federal nº 8.078, de 1990](#).
- 15.14. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou apresentação de propostas relativas a presente licitação.
- 15.15. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, frete e quaisquer outros que incidam, direta ou indiretamente, no fornecimento dos bens.
- 15.16. Após a abertura da sessão pública eletrônica do presente certame não cabe, em nenhuma hipótese, desistência de proposta.
- 15.17. Nenhuma proposta ou documentação de habilitação poderá ser encaminhada ao(à) Pregoeiro(a) por e-mail ou outro meio de comunicação antes do encerramento da etapa competitiva, sob pena de quebra do anonimato da competição e, conseqüentemente, desclassificação da proposta.

16. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO:

- 16.1. O encaminhamento de proposta e os documentos de habilitação exigidos no Edital, para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e execução do Contrato previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, lances e aceitação das regras de cumprimento de suas obrigações.
- 16.2. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as especificações, marcas/modelos, preços unitário e totais de todos os itens ofertados.
- 16.3. O objeto deverá estar totalmente e estritamente dentro das especificações contidas para os itens do Edital.
- 16.4. Fica vetada a identificação da Empresa em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresas), telefones e etc., o descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da Empresa licitante.

- 16.5. O licitante deverá encaminhar proposta, para um ou mais itens do objeto deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 16.6. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
- 16.7. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, sob pena de decair seu Direito de Pequena Empresa, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/06, para fazer jus aos benefícios previstos em lei.
- 16.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.
- 16.9. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- 16.10. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
- 16.11. Até a data limite para a apresentação da proposta, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente encaminhada. Após a data limite, não poderá haver desistência da proposta, salvo aceitação de justificativa pelo CINCOP-MT, e poderá ocorrer o complemento ou a substituição dos documentos de habilitação e regularidade fiscal após a fase de lances, se for declarado vencedor, no prazo estipulado pelo pregoeiro, não inferior a 02 (duas) horas.
- 16.12. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 16.13. O prazo de validade da proposta de preços não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da abertura das propostas virtuais.
- 16.14. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, entregas nos municípios consorciados, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos fornecidos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou

dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como custos de utilização da plataforma de licitação, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta licitação.

- 16.14.1. Não haverá possibilidade de cotação de preços diferentes em razão do local de entrega dos bens, da forma e local de acondicionamento ou, ainda, em razão do tamanho do pedido autorizado.
- 16.15. Para composição do preço unitário e total do item, os participantes deverão considerar até 02 (dois) dígitos após a vírgula. No fornecimento posterior, a totalização do pedido contabilizado (total da Nota Fiscal) será de dois dígitos após a vírgula. Se houve algum dígito a mais, não importa a quantidade, será desconsiderado.
- 16.16. Os participantes não poderão oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste Edital.
- 16.17. A apresentação de proposta importa no compromisso, pelo licitante, com o cumprimento dos respectivos métodos de controle de qualidade e da sistemática de certificação de conformidade de cada item.

17. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 17.1. A partir do horário previsto no Edital e no site <https://www.licitanet.com.br/>, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro (a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.
- 17.2. Serão verificadas as propostas apresentadas e desclassificadas, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
 - 17.2.1. Serão desclassificadas as propostas apresentadas que contenham itens sem especificação de marca/modelo (quando necessários) e aquelas que estiverem em desacordo com as marcas/modelos do “cadastro de bens pré-qualificados do CINCOP-MT”.
- 17.3. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 17.4. Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor, de forma decrescente.
- 17.5. Aberta a etapa competitiva - sessão pública - as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante

imediatamente informada, *on-line*, do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 17.6. Os lances serão ofertados pelo valor unitário/total do item/lote.
- 17.7. Os itens poderão ser disponibilizados por grupo, para otimização dos trabalhos do Pregoeiro e da Equipe de Apoio e a disputa de lances poderá se estender para outros dias, se necessário.
- 17.8. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para a abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.
- 17.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 17.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 17.11. Deverá ser observado o intervalo mínimo de diferença de valores de R\$ 0,01 (Um centavo) que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 17.12. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema eletrônico; porém, o lance poderá ser intermediário, ou seja, igual ou superior à melhor oferta registrada ([art. 56, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).
- 17.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 17.14. Caso seja ofertado lance inconsistente ou inexecutável, a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema.
- 17.15. Como medida excepcional, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir a proposta ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, que implicará a retirada da licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.
- 17.16. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 17.17. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 17.18. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 17.19. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 17.20. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

- 17.20.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 17.20.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, como complementares, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta, bem como complementação dos documentos de habilitação e regularidade fiscal, após a etapa de lances.
- 17.21. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade de cada licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior.
- 17.22. Durante a etapa de disputa de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá EXCLUIR qualquer lance cujo valor seja considerado supostamente irrisório ou inexequível, ou até que entenda ter sido lançado erroneamente, cabendo ao sistema o encaminhamento de mensagem automática ao licitante, o qual terá a faculdade de repetir tal lance, caso confirme a exatidão do lance registrado.
- 17.23. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 17.24. As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, durante a sessão pública do Pregão, sendo vedada a identificação do seu detentor.
- 17.25. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço que foi habilitado.

18. DESCONEXÃO DO(A) PREGOEIRO(A):

- 18.1. No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 18.2. Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 20 (vinte) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e reiniciada somente após a comunicação expressa aos participantes, com no mínimo, resguardado o interregno mínimo de 30 (trinta) minutos entre o comunicado e a retomada da sessão, no Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

19. EMPATE FICTO:

- 19.1. Se o melhor lance for ofertado por licitante que não se enquadre na condição de ME ou EPP, o sistema facultará a estas o exercício do direito de preferência para fins de desempate, conforme determina o [art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), momento no qual a ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, sob pena de preclusão, consoante determina o [art. 45, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#).
- 19.2. O direito de preferência de que trata o item anterior será concedido da seguinte forma:
 - 19.2.1. Ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor; e
 - 19.2.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e
 - 19.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 19.3. Se houver equivalência de valores apresentados pelas ME's ou EPP's, que se encontrem no intervalo estabelecido no [art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), o sistema efetuará sorteio para identificar a empresa que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 19.4. Caso a ME ou EPP convocada decline de exercer o direito de preferência, o sistema convocará as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do [art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), na ordem de classificação.
- 19.5. Se houver êxito no procedimento especificado acima, o sistema disponibilizará nova classificação dos fornecedores para fins de aceitação pelo(a) Pregoeiro(a). Não havendo êxito ou não existindo ME ou EPP participante, prevalecerá a classificação inicial
- 19.6. O tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 não será concedido nos itens cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte, assim como às empresas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso I, e § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

20. EMPATE REAL:

- 20.1. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, desde que não se enquadre em situação prevista nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), serão utilizados os critérios de desempate previstos no [art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), naquela ordem, mesmo não havendo envio de lances na fase competitiva.
- 20.2. Persistindo o empate após aplicação dos critérios previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, será utilizado o sorteio como critério de desempate final.

21. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO:

- 21.1. A Empresa vencedora, deverá enviar ao Pregoeiro (a), via sistema, a Proposta de Preços adequada ao último lance ofertado, após a negociação, no prazo de no mínimo **02 (duas) horas**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 21.1.1. O prazo previsto para apresentação da proposta final poderá ser dilatado, devidamente justificado e a critério do pregoeiro.

22. NA PROPOSTA ESCRITA, DEVERÁ CONTER:

- 22.1. A Empresa vencedora, deverá enviar ao Pregoeiro (a), via sistema, a Proposta de Preços adequada ao último lance ofertado, após a negociação, no prazo de no mínimo **02 (duas) horas**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

- a) o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone e e-mail;
- b) suas folhas devem estar datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal, podendo ser de forma digital, desde que atendidos os requisitos legais;
- c) nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, entregas nos municípios consorciados, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos fornecidos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta licitação;
- d) o prazo de validade da proposta de preços que não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias**, contados da abertura das propostas virtuais;
- e) discriminados em moeda corrente nacional os **preços dos itens** limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- f) discriminado o prazo de validade da Ata de **1 (um) ano**, podendo ser prorrogado por igual período;

- g) discriminado o prazo de entrega dos itens de **até 45 (quarenta e cinco) dias** do recebimento da Autorização de Fornecimento, **exclusivamente emitida pelo Órgão Gerenciador**;
- h) especificação marca/modelo completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, **totalmente e estritamente** conforme descrito no item 1.1, deste Edital;
- i) valor unitário e valor total com a quantidade estimada;
- j) dados bancários, dados do representante legal, declaração de domicílio eletrônico e declaração de assinatura por certificação digital, conforme modelo (**ANEXO II**).

23. VALIDADE/GARANTIA

- 23.1. Na ausência de previsão na folha de dados, o prazo de garantia dos bens ofertados será de no mínimo 3 (três) meses contados a partir da efetiva entrega dos bens à administração.
- 23.2. No caso daqueles que o contiverem, o prazo de validade do item na data da efetiva entrega não poderá ser inferior àquele previsto na folha de dados.
- 23.3. As exigências quanto a aplicação da garantia, deverão estar de acordo com o disposto no Termo de Referência, parte integrante do presente edital (ANEXO I).

24. CONFORMIDADE DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR

- 24.1. Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) solicitará, no prazo de 2 (duas) horas, o envio da proposta classificada em primeiro lugar adequada ao último lance ofertado, assim como os documentos habilitatórios, e se necessário, dos documentos complementares, que será julgada pelo critério de menor preço unitário/total por item/lote e realizará a verificação da conformidade da proposta em relação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo para a contratação, conforme definido neste edital.
- 24.2. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

25. NEGOCIAÇÃO

- 25.1. Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) solicitará, no prazo de 2 (duas) horas, o envio da proposta classificada em primeiro lugar adequada ao último lance ofertado, assim como os documentos habilitatórios, e se necessário, dos documentos complementares, que será julgada pelo critério de menor preço unitário/total por item/lote e realizará a verificação da conformidade da proposta

em relação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo para a contratação, conforme definido neste edital.

- 25.2. Definido o resultado do julgamento, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, pelo sistema eletrônico, podendo, a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 25.3. Caso a proposta da licitante classificada em primeiro lugar apresente preço superior ao máximo para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) deverá negociar condições mais vantajosas, pelo sistema eletrônico, podendo, a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes (art. 61, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 25.4. No caso de desclassificação da proposta da licitante classificada em primeiro lugar, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes classificadas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, respeitada a ordem de classificação. Em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (art.61, § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 25.5. A proposta de preços classificada em primeiro lugar, ajustada ao valor final aceito pelo(a) Pregoeiro(a) após a devida negociação, deverá ser anexada ao sistema eletrônico após solicitação do(a) Pregoeiro(a) pela opção "Convocar Anexo", no prazo de 2 (duas) horas, contado de sua solicitação.

26. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA

- 26.1. Será desclassificada a proposta, que (art. 59, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):
- a) Contiverem vícios insanáveis;
 - b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
 - c) Apresentarem preços inexequíveis e não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - d) Com preço superior ao estimado para a contratação;
 - e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- 26.2. Erros no preenchimento não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço, que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação e se limite a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas (Acórdão 1217/2023 Plenário - TCU).

26.3. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo(a) Pregoeiro(a).

26.4. Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) solicitará, no prazo de 2 (duas) horas, o envio da proposta classificada em primeiro lugar adequada ao último lance ofertado, assim como os documentos habilitatórios, e se necessário, dos documentos complementares, que será julgada pelo critério de menor preço unitário/total por item/lote e realizará a verificação da conformidade da proposta em relação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo para a contratação, conforme definido neste edital.

27. INEXEQUIBILIDADE DE PROPOSTA

27.1. É considerado indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

27.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, e adotados, entre outros e no que couber, os seguintes procedimentos:

- a) Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;
- b) Verificação de acordos, convenções coletivas ou sentenças normativas;
- c) Levantamento de informações no Ministério do Trabalho e Previdência e consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- d) Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratos da mesma natureza;
- f) Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) Verificação de notas fiscais dos serviços prestados pelo proponente;
- h) Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) Estudos setoriais;
- j) Análise de soluções técnicas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente detenha para a prestação dos serviços; e
- k) Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

27.3. A inexecuibilidade só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

- 27.4. A inexecuibilidade da proposta será considerada quando a diligência comprovar que os custos da licitante ultrapassam o valor da proposta, bem como se inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

28. PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR

- 28.1. Na hipótese de a proposta não ser aceitável ou se a licitante classificada em primeiro lugar não atender às exigências para a habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos descritos neste Edital.
- 28.2. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora da licitação.
- 28.3. No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem substancialmente as propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 64, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 28.4. Caso haja necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata item anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 12 (doze) horas de antecedência, sendo a ocorrência registrada em ata e disponibilizada no Portal Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.
- 28.5. A proposta de preços classificada em primeiro lugar, ajustada ao último lance ofertado pela licitante e, se necessário, com os documentos complementares solicitados pelo(a) Pregoeiro(a), deverá ser anexada ao sistema eletrônico após a solicitação pela opção "Convocar Anexo", no prazo de 2 (duas) horas, contado de sua solicitação.
- 28.6. O prazo definido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, quando:
- a) Solicitado pela licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a);
ou
 - b) De ofício, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.
- 28.7. A proposta de preços deverá ser elaborada com observância das seguintes exigências:
- a) Não conter cotações alternativas, emendas ou entrelinhas;
 - b) Fazer menção ao número deste Edital, conter a razão social do licitante, seu CNPJ, dados bancários e endereço completo;

- c) A falta do CNPJ e (ou) endereço completo poderá ser preenchido pelos dados constantes no sistema eletrônico.
- d) Conter cotação de preço unitário e total para o item/lote ofertado, em moeda corrente nacional (Real), incluídos todos os tributos, taxas, fretes e demais encargos pertinentes, conforme Modelo de Proposta previsto no Anexo II deste Edital;
 - i. Os custos relacionados a prestação dos serviços, objeto do certame, deverão ser detalhados para efeito de eventual reequilíbrio dos preços contratados;
 - ii. O preço unitário/total máximo para o item/lote é o que consta do Termo de Referência - Anexo I deste Edital;
 - iii. Indicar o número do CNPJ da filial ou do estabelecimento da licitante que emitirá a nota fiscal referente a prestação dos serviços, indicação essa indispensável para efeito de empenho da despesa, liquidação do objeto contratado e realização do pagamento.

28.8. A apresentação da proposta implicará, necessariamente, a anuência a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, inclusive quanto ao prazo de entrega e condições de garantia, conforme Termo de Referência - Anexo I deste Edital, bem como quanto ao prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega (art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

29. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 29.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 29.2. A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao novo valor por ela ofertado, em até 2 (duas) horas, bem como as especificações estipuladas no Edital e seus anexos.
- 29.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 12 (doze) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 29.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

- 29.5. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).
- 29.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da área especializada no objeto.
- 29.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 29.8. O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 29.9. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta do licitante vencedor e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor. A(s) negociação(ões) será(ão) realizada(s) por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 29.10. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 29.11. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 29.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, observado o disposto neste Edital.

30. HABILITAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR

- 30.1. O licitante classificado em primeiro lugar na fase de propostas deverá encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- a) Habilitação Jurídica;
 - b) Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;
 - c) Qualificação Financeira;
 - d) Qualificação Técnica;
 - e) Outros Documentos.

- 30.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação exigidos neste Edital, no prazo de 02 (duas) horas, que será aberto pelo (a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO (A) responsável pelo certame.
- 30.3. A documentação de habilitação poderá ser:
- a) Apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração (art. 70, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021); e
 - b) substituída por registro cadastral unificado disponível no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas (art. 87 da Lei Federal nº 14.133, de 2021) ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF (Instrução Normativa nº 3, de 2018, do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão).
- 30.4. O envio dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 30.5. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.
- 30.6. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 30.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento da fase de lances.
- 30.8. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP², mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU);

² Disponível em <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>

- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS³, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa⁴, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- d) Sistema de Inabilitados e Inidôneos⁵, mantida pelo Tribunal de Contas da União;

30.9. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

30.10. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, seguindo os seguintes procedimentos:

- a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de execução similares, dentre outros;
- b) O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação;
- c) Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;
- d) No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

30.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 64 da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

30.12. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o

³ Disponível em <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>

⁴ Disponível em https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

⁵ Disponível em <https://portal.tcu.gov.br/carta-de-servicos/certidoes/lista-de-licitantes-inidoneos>

licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

- 30.13. Somente poderá haver a prorrogação no prazo do item anterior, caso o licitante solicite sua prorrogação dentro do tempo limite concedido.
- 30.14. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 30.15. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 30.16. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 30.17. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 30.18. Para os documentos que têm prazo de validade e este não estiver expresso no documento, será considerada a validade de 90 (noventa) dias, a partir de sua emissão, se outro prazo não estiver fixado em lei.
- 30.19. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade.
- 30.20. Atendidas todas as disposições deste Edital, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora da licitação.
- 30.21. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 30.22. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). (art. 12, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- 30.23. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de

declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal (art. 12, IVº, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

31. HABILITAÇÃO JURÍDICA

31.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (art. 66 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), nos seguintes termos:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; acompanhado de documento comprobatório de seu administrador;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) No caso de sociedades por ações, registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, acompanhado de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- d) No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- e) No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização.

31.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

32. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

32.1. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) A inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica⁶ (CNPJ), conforme o caso;

⁶Disponível em https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=

- b) A inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) A regularidade perante a Fazenda federal⁷, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS⁸, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) A regularidade perante a Justiça do Trabalho⁹;
- f) A cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

32.2. Serão aceitas certidões negativas e certidões positivas com efeito de negativas.

32.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida tempestivamente pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

32.4. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outro microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal, social e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

33. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

33.1. Nos termos do artigo 69, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis é requisito para comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes.

33.2. A documentação relativa à qualificação dos **02 (dois) últimos exercícios** econômico-financeira nas formas do artigo 69, I, da Lei nº 14.133/2021 consiste na apresentação dos seguintes documentos:

33.3. Balanço Patrimonial do 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente publicados, que comprovem a boa

⁷ Disponível em <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>

⁸ Disponível em <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

⁹ Disponível em <https://www.tst.jus.br/certidao>

situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

33.4. Embora o Microempreendedor Individual (MEI) esteja dispensado, pelo Código Civil, da obrigação de elaborar balanço patrimonial para fins contábeis gerais, essa dispensa não se aplica às licitações públicas.

33.5. Em conformidade com o Acórdão nº 2586/2024-Plenário do TCU, para participação em licitações regidas pela Lei nº 14.133/2021, o MEI deverá apresentar, quando exigido, o balanço patrimonial e as demais demonstrações contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais, ainda que esteja dispensado de elaborá-los pelo Código Civil.

a) O não atendimento a essa exigência poderá ensejar a inabilitação do licitante, nos termos da legislação vigente.

33.6. O prazo para aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis para fins de cumprimento do art. 69, Inciso I da Lei 14.133/2021 é o estabelecido no art. 1.078 do Código Civil, portanto, até o quarto mês seguinte ao término do exercício social (30 de abril). Desse modo, ocorrendo a sessão de abertura de propostas em data posterior a este limite, torna-se exigível, para fins de qualificação econômico-financeira, a apresentação dos documentos contábeis referentes ao exercício imediatamente anterior." (Acórdão 1999/2014, Processo 015.817/2014-8, Plenário, Relator Ministro Aroldo Cedraz, 30/07/2014).

33.7. Apresentar comprovação de boa situação financeira da licitante através dos índices de liquidez corrente, liquidez geral, endividamento total, apresentada por meio de declaração, devidamente assinada por um dos sócios e por profissional contábil, apenas do último exercício social, indicando obrigatoriamente registro do mesmo no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, sendo calculados conforme o abaixo indicado:

- a) Índice de Liquidez Corrente - calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada a empresa que obtiver a pontuação final maior que 1,0.
- b) Índice de Liquidez Geral - calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada a empresa que obtiver a pontuação final maior que 1,0.
- c) Índice de Endividamento Total – calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada a empresa que obtiver a pontuação final menor que 1,0.

ÍNDICE	FÓRMULA
--------	---------

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE: Mede a capacidade da empresa de pagar suas obrigações de curto prazo com os recursos disponíveis. A empresa é habilitada se o índice for maior que 1,0, indicando que possui mais ativos circulantes do que passivos circulantes.	$LC = \frac{AC}{PC}$ <p>LC = Liquidez Corrente AC = Ativo Circulante PC = Passivo Circulante</p>
ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL: Avalia a capacidade de longo prazo da empresa para quitar suas dívidas, considerando também os ativos e passivos não circulantes. A empresa é habilitada se o índice for maior que 1,0, demonstrando que seus ativos totais superam suas dívidas.	$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$ <p>LG = Liquidez Geral AC = Ativo Circulante RLP = Realizável A Longo Prazo PC = Passivo Circulante ELP = Exigível A Longo Prazo</p>
ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO TOTAL: Indica a proporção de recursos de terceiros (dívidas) em relação ao total de ativos da empresa. A empresa é habilitada se o índice for menor que 1,0, o que sugere que o endividamento está controlado e não ultrapassa o valor total dos ativos.	$ET = \frac{PC + ELP}{AT}$ <p>ET = Endividamento Total PC = Passivo Circulante ELP = Exigível A Longo Prazo AT = Ativo Total</p>

33.8. O licitante que não apresentar ou que demonstre índices econômicos iguais ou inferiores aos exigidos deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) apenas do último exercício social, do valor total estimado da contratação ou do item pertinente;

- a) O cálculo dos índices exigidos no item anterior deverá ser realizado pela Proponente e incluído na documentação, utilizando os resultados expressos no balanço patrimonial apenas do último exercício social;

33.9. Certidão que comprove a inexistência de falência, bem como a regularidade nos procedimentos de recuperação judicial e extrajudicial, na qualidade de autor e de réu, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, em plena vigência ou emitida há menos de 30 (trinta) dias.

- b) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

34. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

34.1. Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

- a) O Atestado de Capacidade Técnica poderá ser apresentado de forma física ou eletrônica, desde que contenha os seguintes requisitos:

- i. Identificação clara do emitente e do signatário;
 - ii. Descrição detalhada dos serviços prestados ou materiais fornecidos;
 - iii. Declaração de que os serviços foram realizados de maneira satisfatória.
 - b) Caso o atestado seja emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá ser observado o seguinte:
 - i. Se apresentado fisicamente, deverá constar a assinatura do responsável, com firma reconhecida em cartório;
 - ii. Se apresentado em formato eletrônico, deverá conter assinatura digital válida, certificada no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), que substitui o reconhecimento de firma em cartório.
 - c) A Administração verificará a autenticidade e validade dos atestados apresentados, seja por meio da conferência da assinatura digital ou da documentação física, assegurando a conformidade com os requisitos legais e técnicos.
- 34.2. A exigência visa garantir a aptidão das empresas participantes para o fornecimento dos bens com o padrão de qualidade requerido, conforme o princípio da seleção da proposta mais vantajosa e a mitigação dos riscos contratuais.
- 34.3. Para aferição da adequação do atestado de capacidade técnica ao objeto licitado nos lotes, ou seja, a presença de características pertinentes e compatíveis com aquilo que se vai adquirir, é razoável a exigência de atestado que represente até 50% do quantitativo relativo aos itens de valor significativo, em consonância com o art. 67, § 2º da 14.133/21 e a jurisprudência do TCU.
- 34.3.1. Será exigida apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando experiência anterior da licitante em objeto similar, contemplando, de forma integrada ou ao menos um de cada de seus componentes essenciais:**
- I. fornecimento de materiais didáticos ou paradidáticos impressos;
 - II. disponibilização de plataforma digital educacional;
 - III. execução de formação continuada de professores da educação básica.
- 34.3.2. No que concerne aos materiais impressos, o atestado deverá comprovar fornecimento anterior de não menos que 47.531 unidades, equivalentes a 40% (quarenta por cento) do quantitativo total estimado do item 01 de maior relevância, que possui o quantitativo de 118.929 unidades, sendo esse**

percentual é compatível com o art. 67, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, evidencia experiência em escala semelhante à ora demandada, e é suficiente para comprovar capacidade operacional em produção, logística e gestão de qualidade.

- 34.3.3. Os atestados deverão conter, obrigatoriamente, identificação do emitente e da licitante, descrição detalhada do objeto (quantidades, características dos materiais, plataforma e formações), período de execução, declaração de execução a contento e identificação do responsável pela emissão, permitindo eventual diligência. Serão aceitos atestados referentes a contratos executados nos últimos cinco anos, prazo que concilia atualidade da experiência com a realidade dos ciclos educacionais.
- 34.4. Os licitantes classificados em primeiro lugar, se solicitado para fins de verificação da conformidade técnica dos bens ofertados, deverão apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, amostras físicas representativas dos itens cotados, na sede do CINCOP-MT, para fins de verificação e manifestação, sobre a qualidade do equipamento e quanto à adequação das características com as especificações descritas no termo de referência, anexo I.
- 34.5. A decisão administrativa sobre a aprovação ou rejeição das amostras terá caráter conclusivo, vinculante, condicionando a continuidade da proposta no certame.
- 34.6. A ausência de apresentação das amostras no prazo fixado, bem como a entrega de amostras em desconformidade com as especificações técnicas estabelecidas, acarretará a imediata desclassificação da proposta, nos termos do art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

35. OUTROS DOCUMENTOS

- 35.1. Considerando que o fornecimento envolve obras intelectuais protegidas pela Lei nº 9.610/1998, **as licitantes deverão comprovar titularidade ou autorização de uso e comercialização dos materiais didáticos ofertados**, evitando exposição da Administração a litígios por violação de direitos autorais.
- I. Editoras detentoras dos direitos autorais: poderão apresentar declaração de titularidade, assumindo integral responsabilidade civil e penal pela veracidade das informações e pela inexistência de violação de direitos de terceiros.
 - II. Distribuidoras, representantes ou revendedoras: deverão apresentar autorização expressa ou contratos de distribuição/representação, com:
 - II.1) Identificação da editora/titular e da licitante;
 - II.2) Descrição específica dos materiais autorizados;
 - II.3) Autorização para participação em licitações e contratos administrativos;
 - II.4) Prazo de validade igual ou superior à vigência da ata + 12 meses;
 - II.5) Assinatura de representante legal.

- 35.2. Quando a solução envolver materiais de múltiplas editoras, deverá haver autorização individual de cada titular, com os mesmos requisitos. As autorizações deverão ser emitidas em papel timbrado ou com certificação digital idônea, admitindo-se diligência direta pelo órgão licitante para confirmação de autenticidade.
- 35.3. Serão vedadas autorizações genéricas, autorizações com prazo inferior ao da contratação, ou situações de conflito de interesse (por exemplo, quando a própria editora participar como licitante concorrente). A apresentação de documentos falsos ensejará sanções nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Código Penal.
- 35.4. Dado que a formação inicial e continuada de professores e gestores é eixo estruturante da solução educacional, as licitantes deverão comprovar disponibilidade de equipe técnica qualificada para a execução das formações.**
- 35.5. Será exigida declaração formal da licitante e/ou da editora responsável pelo material didático e capacitação, relacionando, no mínimo, três profissionais formadores, contendo o documento a seguinte informação:**
- I. Nome completo e CPF;
 - II. Formação acadêmica em Pedagogia, Licenciaturas, Psicologia ou áreas correlatas;
 - III. Experiência mínima de 2 (dois) anos em formação de professores, docência na educação básica, coordenação pedagógica, gestão escolar ou desenvolvimento de projetos educacionais;
 - IV. Indicação do vínculo com a empresa, podendo ser (quadro próprio, contrato de prestação de serviços, futuros contratados, etc.).
- 35.6. Antes do início das formações, a contratada deverá apresentar a documentação comprobatória (diplomas, declarações de experiência, contratos, CTPS ou equivalentes).
- 35.7. A Administração poderá, se entender oportuno, entrevistar os formadores ou solicitar substituição de profissionais cuja atuação se revele incompatível com os objetivos pedagógicos do programa, desde que preservadas a qualificação mínima e a equivalência de perfil.
- 35.8. Sob pena de inabilitação, o licitante deverá apresentar declarações, conforme modelo constante no Anexo IV - Modelo de Declarações, de que:
- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
 - b) Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14

anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

- d) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 1988;
- e) Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do CINCOP-MT ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em especial no art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 (art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

35.9. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

35.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital, em especial a infração administrativa prevista no art. 156, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

36. RECURSO(S) ADMINISTRATIVO(S)

36.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

36.2. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua **INTENÇÃO DE RECORRER**;

36.3. A aceitação de intenção de recurso apenas suspenderá a tramitação do processo licitatório em relação ao(s) item(ns) recorrido(s), inclusive quanto ao prazo de validade da proposta, o qual somente recomeçará a contar quando da decisão final da autoridade competente, sendo realizado o encerramento da sessão e adjudicação do objeto pelo(a) Pregoeiro(a) em face dos demais itens do objeto da licitação.

- 36.4. Os recursos e as contrarrazões deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, e será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 36.5. O RECURSO ADMINISTRATIVO poderá atacar qualquer ato decisório ou procedimento adotado pelo(a) Pregoeiro(a) durante todo o certame licitatório, não sendo meio adequado para impugnar regras do Edital e seus Anexos.
- 36.6. Havendo registro de INTENÇÃO DE RECURSO, o(a) Pregoeiro(a) fará JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema, em razão da não observância dos pressupostos recursais de admissibilidade.
- 36.7. Será rejeitada a INTENÇÃO DE RECURSO de caráter protelatório que:
- a) Seja registrada por quem não tenha legítimo interesse;
 - b) Seja intempestiva;
 - c) Não ataque ato decisório ou procedimental praticado pelo(a) Pregoeiro(a) no certame; e/ou
 - d) Seja fundamentada em mera insatisfação do licitante, sem alegação de qualquer fato prejudicial ou desconforme com o presente Edital e/ou com a legislação vigente.
- 36.8. A apresentação das razões pela recorrente e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata e da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, respectivamente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 36.9. Não é imprescindível haver total correspondência entre os fatos e fundamentos indicados na intenção de recurso e as razões escritas do respectivo recurso.
- 36.10. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso administrativo, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos ou consultar as informações do certame disponíveis no próprio Portal Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>).
- 36.11. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados. Para tanto, as empresas interessadas deverão entrar em contato com o(a) Pregoeiro(a) por intermédio do e-mail licitacao@cincop.mt.gov.br ou, nos dias úteis, pelo(s) telefone(s): (65) 2123-175.

- 36.12. A não apresentação das razões referente à intenção de recurso registrada no sistema, no prazo legal, importa preclusão do direito de recurso, possibilitando a adjudicação do objeto e homologação do certame. A critério do(a) Pregoeiro(a) ou da Autoridade Superior, e considerando eventuais indícios de ilegalidades ou irregularidades no julgamento do certame apontados na própria intenção de recurso, poderá haver a análise de mérito do recurso independente da apresentação das respectivas razões (ou de sua apresentação fora do prazo legal), como mero exercício do direito constitucional de petição (art. 5º, XXXIV, "a", Constituição Federal de 1988).
- 36.13. Mesmo que o recurso administrativo não seja conhecido, a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e assegurando a prévia manifestação dos interessados (Súmula nº 473 do STF e art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 36.14. Não cabe RECURSO ADESIVO por ocasião do exercício do direito de contrarrazoar.
- 36.15. Os recursos serão apreciados em fase única, conforme disposto no art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 36.16. Na análise e julgamento do recurso administrativo, poderá o(a) Pregoeiro(a) baixar em diligência os autos para fins de pronunciamento da unidade técnica competente, bem como para Assessoria Jurídica e/ou Assessoria Contábil.
- 36.17. Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, o(a) Pregoeiro(a) deverá analisar fundamentadamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo, em sede de JUÍZO DE RETRATAÇÃO:
- a) Reconsiderar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a; ou
 - b) Manter inalterada a decisão recorrida.
- 36.18. Qualquer que seja a decisão do(a) Pregoeiro(a), o processo será submetido, depois de devidamente instruído pelo(a) Pregoeiro(a), à apreciação da Autoridade Superior (art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), que poderá:
- a) Decidir de pronto o mérito do recurso, segundo os documentos e informações contidas nos autos, como também os fundamentos da decisão do(a) Pregoeiro(a); OU
 - b) Determinar prévia emissão de parecer da área técnica e/ou jurídico para subsidiar sua decisão.

- 36.19. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados. (art. 165, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 36.20. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo licitatório será enviado à autoridade competente do CINCOP-MT para adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

37. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 37.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
 - b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, social e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 37.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 37.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório, de acordo com o endereço eletrônico registrado na proposta.

38. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

- 38.1. Nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
 - b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
 - c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
 - d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.
- 38.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa (art. 71, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

- 38.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado (art. 71, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 38.4. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

39. REGISTRO DE PREÇOS

- 39.1. Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os particulares para assinatura da Ata de Registro de Preços - ARP (Anexo IV), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a qual se constitui em compromisso formal da prestação dos serviços nas condições estabelecidas.
- 39.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;
 - e
 - b) A justificativa apresentada seja aceita pelo CINCOP-MT.
- 39.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 39.4. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, sem prejuízo da aplicação da(s) penalidade(s) do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 39.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 39.6. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP (<https://pncp.gov.br/>) e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 39.7. A existência de preços registrados implicará compromisso da prestação dos serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará o CINCOP-MT ou seus consorciados a contratar, facultada a realização de licitação específica para a

aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de execução em igualdade de condições.

- 39.8. A Ata de Registro de Preços - ARP terá validade de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, limitada a 2 (dois) anos.
- 39.9. Em caso de prorrogação, será garantido o REAJUSTE previsto no edital.
- 39.10. Não serão aceitas propostas para registros de preços com indicação de quantidades inferiores àquelas previstas em cada item do objeto da presente licitação, como também não serão permitidos registros de mais de um preço por cada item do objeto.
- 39.11. Poderá haver ADESÃO à ARP por qualquer órgão ou entidade pública não participante do presente certame licitatório, desde que observados os limites, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes (art. 86, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Lei nº 14.770/2023).
- 39.12. O quantitativo decorrente das adesões à ARP não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (art. 86, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 39.13. É expressamente proibida a participação de órgão ou entidade pública que já participe de outro SRP em andamento, ou integre outra ARP, com objetos semelhantes ao do presente SRP (art. 82, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 39.14. O Particular, titular do Registro de Preços, obriga-se a cumprir integralmente as obrigações contidas na ARP, salvo quando houver cancelamento ou rescisão do registro, submetendo-se às sanções administrativas previstas no item "SANÇÕES ADMINISTRATIVAS" em caso de inadimplência, observado o devido processo legal.

40. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 40.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- a) Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - b) Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

- 40.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 40.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 40.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 40.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - b) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.
- 40.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- a) Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

41. CONTRATAÇÃO

- 41.1. Conforme disposto no art. 84, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021 e no art. 4, § 2º, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT, o contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de vigência da ata de registro de preços e terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.
- 41.2. A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada Órgão Participante, não lhe sendo gerado, pela existência de preços registrados, a obrigação de contratar, nos termos do art. 7, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT e do art. 83 da Lei Federal n. 14.133/2021.

- 41.3. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra, conforme disposto em Resolução.
- 41.4. Previamente à contratação serão consultados os documentos de habilitação da empresa beneficiária da ARP, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços, assim como serão verificadas as ocorrências impeditivas indiretas.
- 41.5. Na hipótese de irregularidades na habilitação, a empresa beneficiária da ARP deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas na cláusula “SANÇÕES ADMINISTRATIVAS”.
- 41.6. Como condição para a efetivação da contratação, a licitante adjudicatária deverá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da convocação, o seguinte documento, se for o caso, de declaração de que está regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas ME e EPP - Simples Nacional - para efeito do disposto no inciso XI, art. 4º da IN RFB nº 1234, de 2012, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal, conforme modelo constante do Anexo VII da referida IN.
- 41.7. O CINCOPO-MT enviará, por meio do correio eletrônico indicado na proposta, cópia da Ata de Registro de Preços e, em caso de utilização da ARP, o Instrumento de Contrato, devendo o mesmo dar o aceite em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de caracterização da conduta tipificada no art. 155, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 41.8. Na hipótese de a licitante vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços ou o Instrumento de Contrato no prazo estabelecido, o CINCOPO-MT poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação para a celebração da contratação, nas mesmas condições propostas pela licitante vencedora, sem prejuízo da aplicação das sanções neste Edital, na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e em outras legislações aplicáveis (art. 90, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 41.9. Caso nenhuma licitante aceite a contratação nos termos do item anterior, o CINCOPO-MT, observados o valor estimado e sua eventual atualização, se for o caso, poderá (art. 90, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):
- a) Convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, com vista à obtenção de melhor preço, mesmo que acima do ofertado pela adjudicatária;

- b) Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, na ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

- 41.10. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital e em lei (art. 90, §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 41.11. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para a assinatura da ARP, ficarão as licitantes liberadas do compromisso assumido (art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 41.12. Será facultada ao CINCOP-MT a convocação das demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de execução dos serviços em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios definidos neste Edital (art. 90, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

42. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DE LICITAÇÃO

- 42.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - i. será considerado inexecução parcial; o atraso injustificado do cronograma de execução objeto; ato pelo qual será manifestado via ofício fiscal de contrato ou secretaria gestora do objeto.
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - i. será considerado inexecução total do contrato; se após expedição da ordem de serviço a contratada que não iniciar a execução do objeto em até 30 (trinta) dias, ato pelo qual será manifestado via ofício pelo engenheiro designado como fiscal ou secretaria gestora do objeto.
 - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

42.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas, as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- d) Multa compensatória:
 - i. de 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nas alíneas “a”, “d” e “f”;
 - ii. de 10% (dez por cento) até 20% (quinze por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nas alíneas “c”, “e” e “g”;
 - iii. de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nas alíneas “b” e de “h” a “l”;

42.3. O atraso injustificado na prestação do objeto sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada considerando as seguintes proporções:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços/obras, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
 - b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o subitem anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão CONTRATANTE, limitado à 20% (vinte por cento) do valor total da avença;
- 42.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).
- 42.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 42.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- 42.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 42.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 42.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 42.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- 42.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);
- 42.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);
- 42.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);
- 42.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

43. PROTEÇÃO DOS DADOS NA LICITAÇÃO

- 43.1. Ao participar da presente licitação, e em atenção ao que dispõe o art. 7º, I, da Lei Federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), as licitantes ficam cientes e fornecem consentimento para que o CINCOP-MT, com base no previsto no art. 7º, II e III, c/c o art. 23 Lei Federal nº 13.709, de 2018, irá realizar o tratamento de dados pessoais necessários aos procedimentos preliminares e às contratações públicas, inclusive de alguns de seus sócios, bem como compartilhá-los com órgãos de controle, observados os princípios previstos no art. 6º da Lei Federal nº 13.709, de 2018, em especial os princípios da finalidade, da adequação, da necessidade, da segurança e da prevenção. Estão cientes ainda de que é permitido manter e utilizar tais dados pessoais mesmo após a extinção do contrato, para fins de fiscalização e controle dos contratos administrativos, nos termos do art. 16, inciso I da Lei Federal nº 13.709, de 2018.
- 43.2. A(s) licitante(s) e o CINCOP-MT obrigam-se a cumprir o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 2018 em relação aos dados pessoais a que vierem ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, em especial os dados pessoais e os

dados pessoais sensíveis, repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do contrato.

- 43.3. As partes ficam obrigadas a comunicar UMA A OUTRA, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta licitação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Federal nº 13.709, de 2018.
- 43.4. Para a execução do objeto, em observância ao disposto na Lei Federal nº 13.709, de 2018 (LGPD), na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Federal nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a(s) Licitante(s) e seus representantes ficam cientes do acesso pelo CINCOP-MT de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico, cuja divulgação ficará adstrita, em respeito ao princípio da necessidade, ao endereço comercial informado, ressalvadas as hipóteses de divulgação em cumprimento a exigência legal.

44. DOS CREDITOS ORÇAMENTÁRIOS

- 44.1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame, correrão à conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante referente ao exercício de 2025 e seguintes. O Órgão Participante, somente quando da contratação/empenhamento, deverá especificar a classificação orçamentária, nos termos do art. 3, parágrafo único, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT.

45. DO PAGAMENTO

- 45.1. O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do Fornecedor ou boleto, após as entregas dos bens, acompanhados da respectiva nota fiscal.
- 45.2. O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias após a data de recebimento dos materiais, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.
- 45.3. Somente serão autorizados os pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja idêntico àquele da proposta vinculada, sendo responsabilidade da licitante manter a identidade de informação no momento do cadastro e durante a execução.

- 45.4. Se a Licitante Vencedora for empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas que tenha participado nos termos do edital, os pagamentos serão realizados no CNPJ de sua constituição formal, o qual deverá ser apresentado como condição de assinatura da ata de registro de preços.
- 45.5. Poderão ser realizados pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja diverso daquele da habilitação e proposta vinculada no caso de solicitação de alteração entre o CNPJ da matriz e filiais ou de filiais entre si, mediante comprovação do preenchimento dos requisitos de habilitação pelo novo CNPJ.
- 45.6. As taxas bancárias (TED, DOC, PIX ou outras) não poderão ser descontadas do pagamento previsto neste item.
- 45.7. Na realização do pagamento serão retidos os Tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo Órgão Participante, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal. Referente ao IRRF deverá ser observada a IN RFB 1.234/2012.
- 45.8. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação, salvo nos casos supracitados de consórcio de empresas e entre matrizes e filiais.
- 45.9. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 45.10. Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata de Registro de Preços, mesmo em caso de prorrogação, mas poderão ser revistos, na forma do edital.
- 45.11. Se o Órgão Participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no Edital e na ata de registro de preços, e tendo o Fornecedor, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

46. DO REAJUSTE

- 46.1. Os preços registrados não serão reajustados durante a vigência da ata de registro de preços, mesmo em caso de prorrogação, podendo ser revisto na forma do item 35, deste Edital.

47. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 47.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Resolução nº 001/2025 ou outra que vier a substituir.
- 47.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 47.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:
- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
 - c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 47.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:
- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
 - b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 47.5. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 47.6. Em conformidade com a Resolução nº 004/2025 do CINCOP-MT, será realizada pesquisa de preços periódica para comprovação da manutenção da vantajosidade dos preços registrados ao longo da vigência da ARP.
- 47.7. É possível realizar aumento nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, até uma vez a quantidade registrada inicialmente, desde que com aceitação expressa do fornecedor, formalizada mediante apostilamento, quando caracterizadas circunstâncias supervenientes, devidamente demonstradas nos autos do procedimento administrativo em que tramitar a alteração, que indiquem

que as estimativas inicialmente previstas neste edital serão insuficientes para atender a demanda durante o prazo de vigência.

48. FISCALIZAÇÃO

- 48.1. A fiscalização da execução do objeto contratado será realizada pelo Gestor e Fiscal indicados pelo Município consorciado no momento do protocolo da intenção de registro de preço.

49. FORO

- 49.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Estadual de Cuiabá - MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

50. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 50.1. Caberá ao Órgão Gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.
- 50.2. A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador (CINCOP-MT) ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que motivada, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 50.3. A Empresa vencedora deverá declarar ao Órgão Gerenciador (ANEXO II), o domicílio eletrônico o qual será destinado ao gerenciamento da Ata de Registro de Preço e recebimento das autorizações de fornecimento, alerta de avisos, notificações e decisões administrativas.
- 50.4. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.
- 50.5. O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na Central Executiva do CINCOP-MT, logo após sua homologação e disponíveis na plataforma eletrônica do Licitanet e no sítio eletrônico oficial: <https://cincop.mt.gov.br>.
- 50.6. Detalhes não citados referentes ao fornecimento dos produtos, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

- 50.7. O Secretário Executivo do CINCOP-MT poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 50.8. O(a) Pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, devendo ser enviados ao pregoeiro, até três dias anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via portal indicado neste Edital, bem como excepcionalmente irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, através dos telefones (65) 2123-1200, ou pessoalmente na Sede do CINCOP-MT, localizado na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 3.920, Centro Político Administrativo, CEP 78.050-902 na cidade de Cuiabá/MT.
- 50.9. Após a abertura da sessão, eventuais dúvidas existentes e esclarecimentos necessários deverão ser manifestados através da plataforma <https://www.licitanet.com.br/>.
- 50.10. Consultas a respeito de dúvidas ou esclarecimentos solicitados fora dos parâmetros descritos no edital (como, por exemplo, através de “e-mail”), não serão respondidas.
- 50.11. As previsões dos itens 38.8, 38.9 e 38.10 dizem respeito às dúvidas e esclarecimentos, de maneira que eventuais inconformismos, discordâncias ou pedidos de reconsideração [dentre outros requerimentos] com relação a atos praticados nesta licitação deverão ser combatidos através de impugnação ou recurso, respeitando os procedimentos previstos neste edital.
- 50.12. Não cabe ao Licitanet ou ao CINCOP-MT qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitante, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.
- 50.13. O(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio foram nomeados através da Resolução nº 011/2025.
- 50.14. São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:
- a) ANEXO I – Termo de Referência;
 - b) ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;
 - c) ANEXO III – Dados bancários, dados do representante legal, declaração de domicílio eletrônico da Empresa e declaração de assinatura por certificação digital;

- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- e) ANEXO V – Declaração de Ausência de Condenação;
- f) ANEXO VI – Declaração de Ausência de Vínculo;
- g) ANEXO VII – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- h) ANEXO VIII – Declaração de Enquadramento Receita Bruta;
- i) ANEXO IX – Estimativa de Consumo dos Órgãos Participantes;
- j) ANEXO X – Declaração de Cumprimento do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil;
- k) ANEXO XI – Declaração Reserva de Cargos;
- l) ANEXO XII – Declaração de Integralidade de Custos;
- m) ANEXO XIII – Minuta da Ata de Registro de Preços Consolidada;
- n) ANEXO XIV – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- o) ANEXO XV – Manifestação do Órgão Participante;
- p) ANEXO XVI – Folha de Dados.

Cuiabá - MT, 23 de dezembro de 2025.¹⁰

CRISTIANE REGINA MESSIAS
Presidente da CPL

HÉLIO SCHNEIDER PAULUS NETO
Secretário Executivo do CINCOP-MT

¹⁰ Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Art. 10 da MP nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

PARA ATENDIMENTO DE DEMANDA APRESENTADA PELOS ENTES CONSORCIADOS, COOPERADOS OU REFERENDADOS AO CINCOP-MT, POR AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS COMPLEMENTARES, DIDÁTICOS BÁSICOS E DIDÁTICOS TRANSVERSAIS, VISANDO ENRIQUECER O PROCESSO PEDAGÓGICO, PROMOVER A RECOMPOSIÇÃO DE APRENDIZAGENS E GARANTIR O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DOS ESTUDANTES, DESTINADOS AO ATENDIMENTO INTEGRAL DOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CINCOP-MT



1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A fase preparatória da licitação visa planejar e compatibilizar a contratação com o planejamento de licitações do Consórcio Interfederativo De Compras Públicas Do Estado De Mato Grosso – (CINCOP-MT), com o plano anual de contratações do CINCOP-MT, quando aplicável, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

O Termo de Referência (TR) é o documento necessário para a contratação de bens e serviços que, nos termos da Resolução nº 005/2025 do CINCOP-MT, contendo os parâmetros e elementos descritivos constantes no art. 6º, inciso XXIII, e no art. 40, § 1º, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, sintetiza as principais decisões e informações acerca do objeto a ser contratado, a definição da estratégia para a seleção da melhor proposta (com indicação da modalidade eleita, critério de julgamento e modo de disputa), bem como as condições que regerão a futura contratação.

Assim, o presente Termo de Referência constitui peça integrante da instrução do processo licitatório instaurado para atendimento da demanda apresentada pelos entes consorciados, cooperados ou referendados ao CINCOP-MT, voltada à aquisição de materiais didáticos complementares, materiais didáticos básicos e materiais didáticos transversais, destinados a enriquecer o processo pedagógico, promover a recomposição das aprendizagens e assegurar o desenvolvimento integral dos estudantes da rede pública de educação básica dos municípios consorciados. Este Termo de Referência foi devidamente precedido pelo Estudo Técnico Preliminar, juntado aos autos do processo, o qual concluiu pela maior vantajosidade na contratação de materiais didáticos capazes de atender, de forma integral, as necessidades pedagógicas dos alunos e dos professores da rede municipal de ensino.

2. NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

De enfatizar que o Estado, com seus 142 municípios distribuídos em uma extensão territorial de 903.378 km², apresenta realidade socioeconômica marcada por profundas disparidades regionais que impactam diretamente a efetivação do direito fundamental à educação.

A presente contratação fundamenta-se em necessidade educacional imperiosa e urgente identificada pelos municípios consorciados ao CINCOP-MT, que enfrentam desafios significativos para assegurar o direito constitucional à educação de qualidade a todos os estudantes matriculados em suas redes públicas de ensino, em contexto marcado pelo agravamento de defasagens de aprendizagem decorrentes da pandemia de Covid-19.

Ainda neste, pela insuficiência dos materiais didáticos básicos regularmente distribuídos pelo Governo Federal para atender às necessidades específicas de recomposição de aprendizagens e de desenvolvimento dos temas contemporâneos transversais estabelecidos na Base Nacional Comum Curricular, e pela urgência de implementar intervenções pedagógicas estruturadas que viabilizem a recuperação dos prejuízos educacionais acumulados e assegurem a formação integral dos estudantes conforme preconizado pelos marcos legais e pelas políticas educacionais vigentes, tornando indispensável a aquisição de materiais didáticos complementares e transversais especificamente concebidos para estas finalidades, que não podem ser

atendidas mediante simples realocação de recursos pedagógicos já disponíveis ou mediante estratégias de contorno que não envolvam investimento adicional em materiais de qualidade tecnicamente adequados às necessidades diagnosticadas.

Sabe-se que a pandemia de Covid-19, que afetou o Brasil de forma particularmente severa entre março de 2020 e o final de 2021, resultou no fechamento prolongado das escolas públicas de todo o território nacional, interrompendo bruscamente o ensino presencial e impondo a necessidade de adoção emergencial de estratégias de ensino remoto para as quais nem os sistemas educacionais, nem os professores, nem os estudantes e suas famílias estavam adequadamente preparados.

Este período de ensino remoto emergencial, embora tenha representado esforço meritório de gestores educacionais e de professores para manter algum vínculo pedagógico com os estudantes em circunstâncias adversas, revelou-se dramaticamente insuficiente para assegurar aprendizagens equivalentes às que ocorreriam em condições normais de ensino presencial, em razão das limitações tecnológicas que impediam o acesso adequado de parcela significativa dos estudantes às plataformas digitais utilizadas, das dificuldades metodológicas de transposição de práticas pedagógicas presenciais para ambientes virtuais sem a devida formação docente para tanto.

Agrava-se tal situação as condições socioeconômicas desfavoráveis de muitas famílias que não dispunham de ambientes domésticos adequados para estudo ou de suporte familiar para acompanhamento das atividades propostas, e das limitações intrínsecas das interações mediadas por tecnologia para promover aprendizagens que dependem fundamentalmente de relações interpessoais diretas, de manipulação de materiais concretos, de experimentações práticas, e de socialização de experiências entre pares.

As consequências educacionais deste período de interrupção ou de precarização do ensino presencial manifestam-se de forma inequívoca nos dados de avaliações diagnósticas realizadas pelas redes municipais de ensino após a retomada das atividades presenciais, que evidenciam defasagens generalizadas em habilidades fundamentais como alfabetização, letramento matemático, interpretação textual, raciocínio lógico-matemático, e demais competências que deveriam ter sido consolidadas durante o período pandêmico mas que ficaram comprometidas pelas limitações do ensino remoto.

Estudantes que estavam nos anos iniciais do Ensino Fundamental durante o período mais crítico da pandemia, fase em que ocorre a alfabetização e a consolidação de aprendizagens basilares que condicionam todo o desenvolvimento escolar posterior, encontram-se particularmente prejudicados, apresentando taxas de alfabetização na idade adequada significativamente inferiores às observadas em coortes anteriores não afetadas pela pandemia, comprometendo suas trajetórias educacionais futuras e ampliando os riscos de insucesso escolar, de repetência, de evasão precoce, e de perpetuação de ciclos intergeracionais de baixa escolaridade e de exclusão social.

Estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, embora já alfabetizados quando da irrupção da pandemia, também acumularam defasagens significativas em conteúdos de componentes curriculares diversos, particularmente em Matemática, Ciências da Natureza e Língua Portuguesa, evidenciando dificuldades em habilidades que deveriam ter sido desenvolvidas durante o período de ensino remoto mas que não foram adequadamente trabalhadas em razão das limitações metodológicas e tecnológicas já mencionadas.

Estas defasagens manifestam-se não apenas em resultados de avaliações diagnósticas internas aplicadas pelas próprias redes municipais, mas também em indicadores externos como as médias municipais do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, que apresentaram quedas significativas quando comparadas as edições anteriores e posteriores à pandemia, evidenciando que o fenômeno das defasagens não se limita a percepções subjetivas de professores e gestores mas constitui realidade objetivamente mensurável mediante instrumentos padronizados de avaliação educacional.

A gravidade desta situação transcende a dimensão meramente estatística ou gerencial e alcança a esfera dos direitos fundamentais, uma vez que estudantes prejudicados pelas defasagens acumuladas veem comprometido seu direito constitucional à educação de qualidade, consagrado no artigo 205 da Constituição Federal como direito de todos e dever do Estado e da família, a ser promovido e incentivado com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A omissão do Poder Público em promover intervenções efetivas de recomposição das aprendizagens prejudicadas pela pandemia configura violação deste direito fundamental, sujeitando as gerações afetadas a prejuízos permanentes em suas trajetórias educacionais, profissionais e cidadãs, com repercussões que transcendem os indivíduos diretamente prejudicados e alcançam toda a sociedade que será privada das contribuições que estes cidadãos poderiam oferecer caso tivessem recebido a formação adequada a que têm direito.

Os livros didáticos básicos regularmente distribuídos às redes públicas de ensino pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD, embora constituam recurso pedagógico essencial e de qualidade reconhecida, destinam-se fundamentalmente a apoiar o desenvolvimento regular do currículo escolar conforme estabelecido na Base Nacional Comum Curricular, apresentando os conteúdos de cada componente curricular organizados segundo progressão adequada para estudantes que acompanham normalmente sua trajetória escolar, consolidando as aprendizagens esperadas em cada etapa conforme previsto nos documentos curriculares.

Esta concepção dos livros didáticos básicos, absolutamente adequada para contextos de normalidade educacional, revela-se insuficiente para atender às necessidades específicas dos estudantes que acumularam defasagens significativas em razão da pandemia, que não dispõem das aprendizagens prévias necessárias para acompanhar adequadamente os conteúdos apresentados nos livros didáticos de suas séries atuais, e que necessitam de materiais específicos de recuperação que retomem conteúdos essenciais não consolidados anteriormente mediante abordagens metodológicas diferenciadas, atividades diagnósticas que identifiquem precisamente as lacunas individuais de aprendizagem, sequências didáticas estruturadas para recuperação de defasagens, e instrumentos de avaliação que afirmem a efetividade das intervenções implementadas.

Os livros didáticos básicos do PNLD, ademais, embora abordem em alguma medida os temas contemporâneos transversais estabelecidos na Base Nacional Comum Curricular como Educação Ambiental, Educação para o Trânsito, Educação Alimentar e Nutricional, Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso, Direitos da Criança e do Adolescente, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Educação em Direitos Humanos, Educação Financeira, Trabalho, Ciência e Tecnologia, e Diversidade

Cultural, o fazem de forma necessariamente limitada em razão das restrições de espaço editorial e da priorização natural dos conteúdos disciplinares específicos de cada componente curricular, não oferecendo tratamento suficientemente aprofundado, sistemático e metodologicamente estruturado dos temas transversais que permita seu efetivo desenvolvimento como competências gerais que devem permear todas as áreas do conhecimento e que constituem dimensões essenciais da formação integral dos estudantes segundo a concepção pedagógica que fundamenta a Base Nacional Comum Curricular.

A necessidade de materiais didáticos complementares especificamente destinados à recomposição de aprendizagens e de materiais transversais voltados ao desenvolvimento aprofundado dos temas contemporâneos transversais não decorre, portanto, de qualquer inadequação ou insuficiência dos livros didáticos básicos do PNLD para as finalidades a que se destinam. Mas da existência de necessidades educacionais adicionais que transcendem o escopo destes materiais básicos e que exigem recursos pedagógicos suplementares concebidos especificamente para atender demandas que emergiram em contexto excepcional de crise sanitária ou que sempre existiram mas que não podem ser adequadamente atendidas mediante os materiais convencionais distribuídos regularmente pelo Governo Federal.

A presente contratação não substitui nem reduz a importância dos livros didáticos básicos do PNLD, mas complementa-os mediante recursos adicionais que ampliam as possibilidades de intervenção pedagógica das redes municipais de ensino, permitindo que atendam de forma mais adequada e completa às diversas necessidades de seus estudantes.

A recomposição das aprendizagens prejudicadas pela pandemia não constitui objetivo pedagógico secundário ou opcional que possa ser postergado indefinidamente ou relegado a segundo plano em face de outras prioridades educacionais, mas representa necessidade imperiosa e urgente que condiciona a possibilidade de que os estudantes afetados prossigam adequadamente suas trajetórias escolares, consolidem as aprendizagens esperadas para suas etapas de ensino, e alcancem os níveis de proficiência estabelecidos como metas nas políticas educacionais nacionais e nos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

A não realização de intervenções estruturadas de recuperação de defasagens resultará na perpetuação e no agravamento progressivo dos prejuízos educacionais, uma vez que aprendizagens não consolidadas em determinada etapa comprometem a construção de aprendizagens subsequentes que dependem daquelas como pré-requisitos, gerando ciclo vicioso de acumulação de lacunas que torna progressivamente mais difícil a recuperação e que aumenta dramaticamente os riscos de repetência, de distorção idade-série, de frustração dos estudantes com a experiência escolar, e de evasão precoce antes da conclusão da educação básica.

A urgência da recomposição de aprendizagens manifesta-se particularmente para estudantes que se encontram em anos escolares críticos como o terceiro ano do Ensino Fundamental, marco temporal estabelecido pela Meta 5 do Plano Nacional de Educação para conclusão do processo de alfabetização, ou o nono ano do Ensino Fundamental, momento de conclusão desta etapa da educação básica e de transição para o Ensino Médio que pressupõe consolidação das aprendizagens fundamentais trabalhadas ao longo de todo o Ensino Fundamental.

Estudantes que chegam a estes marcos sem terem consolidado adequadamente as aprendizagens esperadas enfrentam dificuldades severamente

Os objetivos e finalidades dos CINCOP-MT encontram-se dispostos na cláusula 4º de seu Protocolo de Intenções, quais sejam:

“4.1. O objeto do Consorcio e exclusivamente a realização de licitações, atuando como uma central de compras, conforme previsto pelo art. 181 da Lei no 14.133/2021, visando a promoção de licitações compartilhadas e a gestão associada de compras públicas para impulsionar a eficiência e competitividade dos consorciados que o integram.

4.2. O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE COMPRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – MT tem por finalidades:

4.2.1. A gestão associada de compras públicas, inclusive mediante a realização de licitações compartilhadas e a celebração de contratos de fornecimento, especialmente nas áreas de saúde, educação, infraestrutura, tecnologia e serviços públicos.

4.2.2. Representar o conjunto ou parte dos consorciados que o integram em matéria referente a sua finalidade ou de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais e internacionais.

4.2.3. Viabilizar o compartilhamento e/ou o uso conjunto de infraestrutura, instrumentos, equipamentos e tecnologias, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal.

4.2.4. Exercer as competências dos entes da federação, nos termos do ato de autorização ou delegação.

4.2.5. Promover de forma coordenada e articulada o planejamento das compras públicas regionais.

4.2.6. Fomentar o intercâmbio de experiências e de informações entre os entes consorciados.

4.2.7. Viabilizar ações conjuntas em áreas específicas, mediante a celebração de contratos de fornecimento específicos.

4.2.8. Estabelecer relações cooperativas com outros consórcios.

4.2.9. Planejar e executar ações, programas e projetos destinados a promover e acelerar o desenvolvimento socioeconômico e a eficiência nas compras públicas.

4.2.10. Promover, estimular e realizar medidas destinadas a otimização das compras públicas, com vistas a economia e competitividade.

4.2.11. Promover a integração de ações, programas e projetos desenvolvidos por organismos governamentais, não governamentais e empresas privadas.

4.2.12. Promover o aperfeiçoamento institucional, regulatório e da gestão no setor de compras públicas.

4.2.13. Promover campanhas educativas e mobilizar a sociedade civil para a gestão participativa nas compras públicas.”.

Dentre as soluções ofertadas por este Consórcio Público para cumprimento de seus objetivos e suas finalidades, destaca-se a possibilidade de os entes da federação apresentarem suas demandas ao CINCOP-MT, tanto de forma expressa, especialmente para demandas inéditas para o Consórcio, quanto pela utilização contínua das soluções disponibilizadas historicamente pelo CINCOP-MT.

Para atendê-las, o Consórcio Público poderá *“A gestão associada de compras públicas, inclusive mediante a realização de licitações compartilhadas e a celebração de contratos de fornecimento, especialmente nas áreas de saúde,*

educação, infraestrutura, tecnologia e serviços públicos”, nos termos da cláusula 4.2.1, do Protocolo de Intenções.

Nesse modelo, tratando-se de demandas comuns e recorrentes a diversos órgãos e entidades dos entes da federação, a soma dos seus quantitativos através da realização de processo licitatório por Consórcio Público proporciona o “*poder de compra*” e promove a “*economia de escala*”, resultando na economia de dinheiro público e garantindo a racionalidade, a economicidade e a eficiência nas contratações públicas.

A presente contratação mostra-se necessária para atender às demandas formalmente apresentadas pelos entes consorciados, cooperados ou referendados ao Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP-MT, no que se refere ao fornecimento de materiais didáticos básicos, complementares e transversais destinados à rede pública de educação básica.

Os municípios consorciados enfrentam desafios recorrentes relacionados à recomposição das aprendizagens, à defasagem de conteúdos educacionais e à necessidade de fortalecimento do processo pedagógico, especialmente em razão das desigualdades educacionais, das diferenças regionais e dos impactos acumulados nos últimos anos sobre o ensino público. Nesse contexto, a disponibilização de materiais didáticos adequados, atualizados e alinhados às diretrizes pedagógicas vigentes constitui instrumento essencial para apoiar alunos e professores no desenvolvimento das atividades educacionais.

A contratação pretendida visa assegurar condições mínimas e padronizadas de apoio pedagógico, promovendo o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem, o desenvolvimento integral dos estudantes e a melhoria dos indicadores educacionais dos municípios consorciados. Ademais, a atuação conjunta por meio do CINCOP-MT possibilita ganhos de escala, maior eficiência administrativa, economicidade e racionalização dos recursos públicos, em consonância com os princípios da administração pública e com os objetivos institucionais do consórcio.

Dessa forma, a contratação é imprescindível para garantir o atendimento contínuo e adequado das necessidades educacionais da rede pública de educação básica dos entes consorciados, contribuindo para a efetividade das políticas públicas educacionais e para a melhoria da qualidade do ensino ofertado à população.

3. JUSTIFICATIVA QUANTO A LICITAÇÃO COMPARTILHADA DO OBJETO

A presente licitação será conduzida de forma compartilhada pelo Consórcio Interfederativo De Compras Públicas Do Estado De Mato Grosso – (CINCOP-MT), em atendimento às demandas comuns dos municípios consorciados, mediante a aplicação dos instrumentos jurídicos e operacionais previstos no ordenamento vigente, notadamente a Lei Federal nº 14.133/21, em seu artigo 86, que expressamente autoriza a Administração Pública a realizar licitações e contratações compartilhadas para aquisição de bens e serviços de interesse comum, desde que previamente justificadas as vantagens decorrentes do procedimento conjunto.

A adoção da modalidade compartilhada encontra respaldo constitucional no princípio da eficiência, consagrado no caput do artigo 37 da Constituição Federal, que impõe ao gestor público o dever de buscar a otimização dos recursos disponíveis, a redução de custos operacionais e a maximização dos resultados obtidos com a aplicação do erário. Referido princípio ganha especial relevância quando se considera o perfil socioeconômico e administrativo dos entes consorciados ao CINCOP-MT, cuja

composição revela que aproximadamente sessenta e oito por cento dos municípios participantes possuem população inferior a vinte mil habitantes, caracterizando-se, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, como entes de pequeno porte, dotados de estrutura administrativa reduzida, quadro técnico limitado e baixa capacidade de negociação isolada junto ao mercado fornecedor.

Esta realidade municipal, comum à grande maioria dos municípios brasileiros de pequeno porte, impõe desafios significativos à gestão pública local, especialmente no que tange à condução de procedimentos licitatórios complexos, à pesquisa de mercado qualificada, à elaboração de instrumentos técnicos especializados e à obtenção de condições comerciais vantajosas.

A dispersão territorial, a fragmentação de demandas e a ausência de economias de escala resultam, frequentemente, em aquisições pulverizadas, com custos unitários elevados, prazos dilatados e menor efetividade na aplicação dos recursos públicos, comprometendo a qualidade dos serviços prestados à população e afetando diretamente o cumprimento das políticas públicas essenciais, como a educação básica, objeto central desta contratação.

A licitação compartilhada, neste contexto, apresenta-se como solução jurídica e gerencialmente adequada para superar essas limitações estruturais, permitindo que os municípios consorciados, mediante a atuação unificada e coordenada do CINCOP-MT, alcancem vantagens concretas e mensuráveis que não seriam viáveis em contratações isoladas.

A primeira e mais evidente vantagem reside na economicidade, princípio expressamente consagrado no artigo 11 da Lei nº 14.133/21, que orienta a Administração a buscar a melhor relação entre custo e benefício nas contratações públicas. Ao consolidar as demandas individuais de dezenas de municípios em um único procedimento licitatório, amplia-se substancialmente o volume de aquisição, o que permite ao Consórcio negociar condições comerciais significativamente mais favoráveis, obter descontos de escala, reduzir o preço unitário dos materiais didáticos e, conseqüentemente, promover economia direta aos cofres públicos municipais, liberando recursos para outras áreas prioritárias.

Além da economicidade financeira, a licitação compartilhada promove a racionalização administrativa, na medida em que concentra em um único processo aquilo que, de outra forma, demandaria a realização de dezenas de procedimentos licitatórios distintos, cada qual com sua respectiva fase preparatória, pesquisa de preços, elaboração de termo de referência, publicação de edital, análise de propostas, julgamento de recursos, homologação e contratação.

Essa multiplicação de esforços não apenas sobrecarrega as estruturas administrativas já reduzidas dos municípios de pequeno porte, como também gera custos indiretos significativos, consumindo tempo, recursos humanos e materiais que poderiam ser empregados de forma mais produtiva.

A centralização do procedimento no âmbito do CINCOP-MT permite que a expertise técnica e jurídica disponível no Consórcio seja empregada de forma concentrada e eficiente, assegurando maior qualidade na condução do certame, reduzindo riscos de questionamentos e garantindo maior celeridade na disponibilização dos materiais às redes municipais de ensino.

A padronização constitui outra vantagem estratégica de relevo proporcionada pela licitação compartilhada. Ao adquirir materiais didáticos complementares e transversais mediante procedimento unificado, assegura-se que

todos os municípios consorciados recebam produtos de mesma qualidade técnica, pedagógica e editorial, com padrões uniformes de conteúdo, metodologia e alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular.

Esta uniformização não representa mera conveniência administrativa, mas configura-se como instrumento de promoção da equidade educacional, garantindo que estudantes de diferentes localidades, independentemente do porte ou da capacidade financeira de seus municípios, tenham acesso aos mesmos recursos pedagógicos de qualidade.

A padronização facilita, ainda, o acompanhamento pedagógico pelas Secretarias Municipais de Educação, permite a realização de avaliações comparativas entre as redes, viabiliza a troca de experiências entre professores de diferentes municípios e fortalece a identidade regional da política educacional, criando bases sólidas para a cooperação intermunicipal em benefício da melhoria dos indicadores de aprendizagem.

A melhor capacidade de entrega constitui, igualmente, benefício direto da licitação compartilhada. Ao oferecer ao mercado fornecedor uma demanda agregada e de volume significativo, o CINCOP-MT amplia o interesse de empresas qualificadas e de maior porte, que dispõem de estrutura logística adequada, experiência comprovada na execução de contratos de grande escala e capacidade operacional para atender simultaneamente dezenas de municípios, respeitando cronogramas de entrega, padrões de qualidade e exigências técnicas estabelecidas.

Municípios de pequeno porte, quando atuam isoladamente, frequentemente enfrentam dificuldades para atrair fornecedores qualificados, em razão do volume reduzido de suas demandas individuais, da complexidade logística de atendimento a localidades de difícil acesso e da percepção de risco comercial associada a contratações pulverizadas.

A atuação consorciada mitiga essas dificuldades, tornando o certame mais atrativo, ampliando a competitividade, reduzindo o risco de fracasso da licitação e assegurando que os materiais didáticos sejam efetivamente entregues nos prazos e condições necessárias ao adequado funcionamento do ano letivo.

A segurança jurídica é outro elemento relevante favorecido pela licitação compartilhada. O CINCOP-MT, enquanto estrutura consorciada criada especificamente para atender demandas comuns dos municípios participantes, dispõe de assessoramento técnico e jurídico especializado, capaz de elaborar instrumentos convocatórios tecnicamente robustos, juridicamente fundamentados e alinhados às melhores práticas da gestão pública.

Esta expertise concentrada reduz substancialmente o risco de vícios processuais, questionamentos judiciais, impugnações de edital e recursos infundados, que frequentemente paralisam ou prolongam procedimentos licitatórios conduzidos isoladamente por municípios com menor capacidade técnica. A análise jurídica centralizada assegura, ainda, que o procedimento observe integralmente os dispositivos da Lei nº 14.133/21, as orientações dos órgãos de controle e a jurisprudência consolidada dos tribunais superiores, conferindo maior solidez e transparência ao processo.

Por fim, cumpre destacar que a licitação compartilhada promove o fortalecimento institucional dos entes consorciados, na medida em que viabiliza o acesso a bens e serviços de qualidade superior àquela que poderiam obter

isoladamente, sem que isso implique renúncia à autonomia municipal ou subordinação hierárquica entre os entes.

Cada município participante mantém sua independência administrativa, adere voluntariamente ao procedimento e utiliza a Ata de Registro de Preços na medida de suas necessidades e disponibilidades orçamentárias, preservando integralmente sua capacidade decisória. O que se promove, em verdade, é a cooperação federativa, expressamente incentivada pelo artigo 23 da Constituição Federal e operacionalizada mediante os instrumentos previstos na Lei nº 11.107, de 2005, que regula os consórcios públicos como mecanismos de gestão associada de serviços públicos.

Diante do exposto, a realização da presente licitação de forma compartilhada justifica-se plenamente pela convergência de múltiplos fatores de ordem jurídica, administrativa, econômica e pedagógica, que não apenas autorizam, mas recomendam enfaticamente a adoção deste modelo de contratação.

A economicidade, a eficiência administrativa, a padronização da qualidade educacional, a melhor capacidade de entrega e a segurança jurídica constituem vantagens objetivas e concretas que atendem simultaneamente aos princípios constitucionais da Administração Pública, às diretrizes da legislação de licitações e contratações e aos interesses superiores das comunidades escolares dos municípios consorciados, justificando plenamente a opção pela licitação compartilhada e demonstrando sua adequação técnica, jurídica e social para o atendimento do objeto demandado.

4. JUSTIFICATIVA TÉCNICA-PEDAGÓGICA E SOCIAL

A presente contratação fundamenta-se em sólidas razões de natureza técnico-pedagógica e social, que transcendem a mera aquisição de materiais didáticos e alcançam a dimensão estratégica de uma política pública educacional estruturada, voltada à garantia do direito fundamental à educação de qualidade e à promoção do desenvolvimento integral dos estudantes da rede pública municipal dos entes consorciados.

A compreensão adequada desta justificativa exige a análise conjugada dos desafios contemporâneos enfrentados pela educação básica brasileira, das diretrizes pedagógicas nacionais vigentes e do contexto social específico dos municípios de pequeno porte que compõem o CINCOP-MT, demonstrando que a solução educacional integrada ora demandada não constitui escolha discricionária da Administração, mas imperativo técnico e ético para o cumprimento dos deveres constitucionais do poder público.

Do ponto de vista técnico-pedagógico, a contratação alinha-se integralmente à Base Nacional Comum Curricular, documento normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

A BNCC não se limita a estabelecer conteúdos curriculares, mas propõe uma concepção contemporânea de educação fundamentada no desenvolvimento de competências gerais que preparem os estudantes para os desafios complexos do século XXI, incluindo o pensamento científico, crítico e criativo, a comunicação, a cultura digital, o trabalho e o projeto de vida, a argumentação, o autoconhecimento e autocuidado, a empatia e cooperação, e a responsabilidade e cidadania.

Esta perspectiva pedagógica exige que as redes de ensino disponibilizem não apenas materiais didáticos básicos, centrados na transmissão de conteúdos disciplinares tradicionais, mas também materiais complementares e transversais capazes de promover a formação integral dos estudantes, integrando conhecimentos cognitivos, habilidades socioemocionais e valores éticos em uma proposta educativa coerente e articulada.

Os materiais didáticos complementares justificam-se pela necessidade imperativa de recomposição das aprendizagens, demanda que se tornou ainda mais urgente após os impactos profundos e duradouros da pandemia de Covid-19 sobre o sistema educacional brasileiro.

Estudos científicos e dados oficiais demonstram que o fechamento prolongado das escolas, associado às limitações estruturais do ensino remoto emergencial, resultou em perdas de aprendizagem sem precedentes, estimadas em sessenta por cento em Língua Portuguesa e oitenta por cento em Matemática, quando comparadas ao desenvolvimento que os alunos teriam alcançado em condições normais de ensino presencial. Estas perdas não se distribuíram de forma homogênea, mas atingiram desproporcionalmente os estudantes de famílias de menor renda, ampliando as desigualdades educacionais preexistentes e criando lacunas de conhecimento que comprometem a progressão curricular regular.

A taxa de analfabetismo entre crianças de oito anos, que deveria estar em trajetória decrescente consistente, apresentou aumento alarmante no período pandêmico, passando de quinze vírgula seis por cento entre os vinte e cinco por cento mais pobres em dois mil e dezenove para aproximadamente trinta por cento em dois mil e vinte e três, evidenciando um retrocesso histórico nos indicadores de alfabetização que exige resposta técnica estruturada e imediata.

Os materiais complementares propostos nesta contratação respondem diretamente a este diagnóstico preocupante, oferecendo instrumentos pedagógicos especificamente desenhados para identificar, diagnosticar e intervir nas fragilidades de aprendizagem acumuladas, com foco nas habilidades essenciais da BNCC que não foram adequadamente consolidadas durante o período de ensino remoto.

Estes materiais incluem conteúdos de recomposição organizados por componentes curriculares e anos escolares, atividades diagnósticas que permitem aos professores mapear com precisão as defasagens individuais e coletivas dos estudantes, sequências didáticas estruturadas para recuperação de conteúdos fundamentais, e simulados preparatórios para avaliações externas como o Sistema de Avaliação da Educação Básica.

A importância destes instrumentos reside não apenas na oferta de conteúdo adicional, mas na estruturação metodológica que orienta o trabalho docente, oferecendo caminhos pedagógicos validados para a superação das lacunas de aprendizagem de forma sistemática, progressiva e alinhada aos referenciais curriculares nacionais.

Os materiais didáticos transversais, por sua vez, respondem à compreensão contemporânea de que a educação escolar não pode limitar-se à transmissão de conhecimentos disciplinares compartimentados, devendo promover a formação integral do ser humano em suas múltiplas dimensões cognitiva, social, emocional, cultural e ética. Esta concepção encontra respaldo direto nas competências gerais da BNCC e nos Temas Contemporâneos Transversais estabelecidos pelo Ministério da Educação, que incluem educação ambiental, educação para o trânsito, educação alimentar e nutricional, processo de envelhecimento e respeito e valorização do idoso, educação

em direitos humanos, educação para as relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural. Estes temas não constituem apêndices opcionais ao currículo, mas dimensões constitutivas da formação cidadã que devem perpassar todas as áreas do conhecimento e serem abordados de forma sistemática, contínua e integrada ao longo de toda a trajetória escolar.

A relevância pedagógica dos materiais transversais manifesta-se em sua capacidade de contextualizar os conhecimentos disciplinares, tornando a aprendizagem mais significativa e conectada com a realidade vivenciada pelos estudantes.

Quando um aluno estuda matemática financeira integrada à educação financeira e fiscal, quando explora ciências naturais articuladas à educação ambiental e sustentabilidade, quando analisa textos literários em diálogo com a diversidade cultural e os direitos humanos, o processo de aprendizagem ganha sentido, propósito e relevância social, estimulando o engajamento, a motivação e o desenvolvimento do pensamento crítico.

Estudos demonstram que a abordagem transversal e interdisciplinar não apenas melhora os resultados de aprendizagem nas disciplinas tradicionais, mas promove o desenvolvimento de competências socioemocionais essenciais como empatia, respeito à diversidade, capacidade de trabalho colaborativo e consciência cidadã, preparando os jovens não apenas para exames e avaliações, mas para a vida em sociedade e para o exercício pleno da cidadania.

Do ponto de vista da metodologia pedagógica, a solução educacional integrada proposta caracteriza-se pela coerência sistêmica entre os diferentes componentes do material didático, evitando a fragmentação e a descontinuidade que frequentemente comprometem as iniciativas educacionais baseadas em aquisições isoladas e desarticuladas.

A integração entre materiais básicos, complementares e transversais permite que os professores desenvolvam planejamentos pedagógicos mais robustos, articulados e progressivos, em que cada atividade se conecta organicamente com as demais, construindo trajetórias de aprendizagem que respeitam o ritmo individual dos estudantes ao mesmo tempo em que asseguram o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no currículo.

Esta coerência metodológica é especialmente importante em redes de ensino de municípios de pequeno porte, onde a rotatividade docente, as limitações de formação continuada e a escassez de recursos pedagógicos diversificados frequentemente resultam em práticas educativas improvisadas, desconectadas dos referenciais curriculares e insuficientes para garantir aprendizagens significativas.

A padronização dos materiais didáticos em toda a rede consorciada produz, ainda, benefícios técnico-pedagógicos relevantes em termos de gestão educacional e acompanhamento da aprendizagem.

Quando todos os municípios utilizam os mesmos materiais, alinhados aos mesmos referenciais curriculares e organizados segundo a mesma progressão metodológica, torna-se viável a realização de avaliações diagnósticas comparativas entre diferentes escolas e redes, a identificação de boas práticas pedagógicas que podem ser compartilhadas e replicadas, a organização de programas de formação continuada focados em dificuldades comuns identificadas pelos professores, e a

construção de indicadores educacionais consistentes que orientem o planejamento estratégico das políticas públicas municipais e regionais.

Esta dimensão gerencial da padronização não representa engessamento ou desconsideração das especificidades locais, mas criação de uma base comum de qualidade sobre a qual cada município pode desenvolver suas iniciativas complementares, respeitando sua autonomia e atendendo suas particularidades.

A perspectiva social da presente contratação fundamenta-se no reconhecimento de que a educação constitui o instrumento mais poderoso de transformação social, redução de desigualdades e promoção da mobilidade socioeconômica. Os municípios de pequeno porte que compõem o CINCOP-MT caracterizam-se, em sua maioria, por indicadores socioeconômicos desafiadores, com percentuais significativos de famílias em situação de vulnerabilidade, renda per capita reduzida, limitado acesso a bens culturais e educacionais, e oportunidades restritas de desenvolvimento profissional e ascensão social.

Neste contexto, a escola pública assume papel central como espaço de democratização do conhecimento, de ampliação de horizontes culturais e de construção de perspectivas de futuro para crianças e adolescentes cujas famílias não dispõem de recursos financeiros para investir em educação complementar, cursos preparatórios, materiais didáticos adicionais ou atividades extracurriculares.

A garantia de acesso a materiais didáticos de qualidade constitui, portanto, imperativo de justiça social e equidade educacional. Quando o poder público assegura que todos os estudantes, independentemente da condição socioeconômica de suas famílias ou da localização geográfica de suas escolas, tenham acesso aos mesmos recursos pedagógicos de excelência, promove-se a equalização das oportunidades educacionais e reduzem-se as vantagens competitivas que tradicionalmente beneficiam estudantes de famílias mais abastecidas.

Esta equalização não representa nivelamento por baixo ou desconsideração dos méritos individuais, mas criação das condições básicas para que todos possam competir em bases justas, desenvolvendo plenamente seus talentos e potencialidades independentemente das circunstâncias de nascimento. Pesquisas educacionais demonstram consistentemente que o acesso a materiais didáticos adequados e diversificados está entre os fatores que mais impactam positivamente o desempenho escolar de estudantes de origem socioeconômica desfavorecida, funcionando como mecanismo efetivo de redução das desigualdades de aprendizagem.

A dimensão social da contratação manifesta-se, ainda, na formação para a cidadania que os materiais transversais promovem. Em uma sociedade marcada por desafios complexos como as mudanças climáticas, a transformação digital, a diversidade cultural, os dilemas éticos da ciência e da tecnologia, e as tensões entre direitos individuais e coletivos, a escola precisa ir além da transmissão de conteúdos técnicos e preparar os jovens para compreender, refletir criticamente e atuar responsavelmente sobre estas questões. Os materiais que abordam temas como educação ambiental, direitos humanos, diversidade, cidadania digital e participação social não apenas enriquecem o currículo, mas formam cidadãos mais conscientes, críticos e engajados, capazes de contribuir construtivamente para suas comunidades e para a sociedade em geral.

Esta formação cidadã ganha especial relevância em municípios de pequeno porte, onde frequentemente prevalecem relações sociais tradicionais, acesso limitado à diversidade cultural e menor exposição a debates sobre questões contemporâneas,

tornando a escola o principal espaço de ampliação de perspectivas e de desenvolvimento do pensamento crítico e plural.

O impacto social da contratação estende-se, ademais, ao fortalecimento da profissão docente e à valorização do magistério público. Professores que dispõem de materiais didáticos estruturados, metodologicamente fundamentados e alinhados aos referenciais curriculares podem concentrar seus esforços no acompanhamento individualizado dos estudantes, no desenvolvimento de estratégias pedagógicas diferenciadas e na construção de relações educativas mais qualificadas, em lugar de despendar tempo e energia na busca, seleção e organização de materiais dispersos e frequentemente inadequados.

Esta condição de trabalho mais favorável não apenas melhora a qualidade do ensino oferecido, mas também contribui para a satisfação profissional dos docentes, para a redução do estresse laboral e para a permanência de profissionais qualificados nas redes municipais, combatendo a rotatividade excessiva que compromete a continuidade dos processos educativos e prejudica especialmente os municípios menores e mais afastados dos grandes centros urbanos.

Por fim, a contratação compartilhada de materiais didáticos integrados produz externalidades sociais positivas que ultrapassam os muros da escola e repercutem no desenvolvimento econômico e cultural dos municípios participantes. Estudantes melhor formados, com competências cognitivas e socioemocionais mais desenvolvidas, constituirão no futuro uma força de trabalho mais qualificada, cidadãos mais participativos e empreendedores mais inovadores, contribuindo para a diversificação da economia local, para a atração de investimentos e para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano.

A educação de qualidade funciona como motor do desenvolvimento sustentável, gerando ciclos virtuosos em que melhores níveis educacionais promovem maior renda, que por sua vez possibilita maiores investimentos em educação, cultura e qualidade de vida. Ao investir na educação das crianças e adolescentes de hoje, os municípios consorciados investem na construção de um futuro mais próspero, justo e sustentável para suas comunidades.

5. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO E CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

As administrações municipais mato-grossenses, ao aderirem ao modelo de contratação compartilhada, assumem papel estratégico na operacionalização de um sistema complexo que demanda coordenação interinstitucional, planejamento metódico e execução sincronizada.

Os municípios consorciados recebem regularmente livros didáticos básicos mediante distribuição gratuita promovida pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD, gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE do Ministério da Educação, que disponibiliza aos estudantes das redes públicas de ensino materiais didáticos relativos aos componentes curriculares obrigatórios da Base Nacional Comum Curricular.

Esta distribuição federal de materiais básicos não constitui contratação sob responsabilidade dos municípios, mas política pública de âmbito nacional da qual os entes municipais são beneficiários, não cabendo, portanto, sua inclusão no escopo da presente análise. Importante destacar que os materiais didáticos complementares e

transversais ora demandados não se destinam a substituir os livros didáticos básicos distribuídos pelo PNLD, mas precisamente a complementá-los mediante recursos adicionais voltados à recomposição de aprendizagens e ao desenvolvimento dos temas contemporâneos transversais, configurando-se como investimento suplementar e não duplicativo em relação aos materiais já disponibilizados pelo Governo Federal.

a) Aquisição de materiais escolares de consumo

Diversos municípios consorciados realizam periodicamente aquisições de materiais escolares de consumo como cadernos, lápis, canetas, borrachas, régua, papel sulfite, materiais de artes plásticas e demais insumos utilizados rotineiramente pelos estudantes nas atividades escolares.

Embora estas aquisições estejam inseridas no contexto educacional e destinadas aos mesmos beneficiários finais que utilizarão os materiais didáticos ora demandados, configuram objetos de natureza radicalmente distinta, caracterizados por especificações técnicas simples, por oferta ampla e competitiva no mercado, por necessidade de reposição frequente em razão do consumo regular, e por dinâmica de aquisição tipicamente baseada em pregões eletrônicos com sistema de registro de preços de curta duração.

A agregação de materiais escolares de consumo ao objeto da presente contratação de materiais didáticos não geraria economias de escala relevantes, uma vez que os fornecedores especializados em cada segmento são distintos, não geraria simplificação administrativa significativa, e poderia inclusive prejudicar a competitividade ao exigir que licitantes demonstrassem capacidade técnica e operacional para fornecimento simultâneo de produtos de naturezas totalmente diversas, reduzindo o número de potenciais participantes qualificados.

Conclui-se, portanto, pela inexistência de correlação ou interdependência que justifique o agrupamento destas contratações.

b) Contratação de sistemas de gestão educacional

Alguns municípios consorciados utilizam ou planejam contratar sistemas informatizados de gestão educacional que apoiam processos de matrícula, controle de frequência, registro de notas, acompanhamento de desempenho dos estudantes, gestão de acervos de bibliotecas escolares, comunicação com famílias, e demais funcionalidades administrativas e pedagógicas.

Embora tais sistemas possam eventualmente incluir módulos de gestão de materiais didáticos ou de acervos pedagógicos, sua contratação não guarda interdependência funcional com a aquisição física dos materiais didáticos complementares e transversais, podendo ser contratados de forma autônoma sem prejuízo à utilização adequada dos materiais impressos ora demandados.

A eventual integração entre materiais físicos e sistemas informatizados de gestão constitui funcionalidade desejável, mas não essencial, que pode ser desenvolvida posteriormente mediante parametrização dos sistemas já contratados ou mediante customizações específicas, não justificando o agrupamento obrigatório destas contratações de naturezas distintas que atendem a finalidades diversas e que possuem dinâmicas próprias de planejamento, orçamentação e execução.

c) Contratação de serviços de formação continuada de professores

A utilização adequada dos materiais didáticos complementares e transversais pelos professores pode ser potencializada mediante realização de formações continuadas que apresentem as características pedagógicas dos materiais, orientem estratégias metodológicas de utilização, esclareçam dúvidas conceituais, e apoiem o planejamento de sequências didáticas baseadas nos recursos disponibilizados.

Embora desejável e recomendável, esta formação docente não constitui condição sine qua non para utilização dos materiais, uma vez que materiais didáticos bem elaborados devem ser intuitivos e autoexplicativos, acompanhados de manuais do professor ou orientações metodológicas que permitam sua utilização mesmo sem capacitações específicas, ainda que estas possam otimizar o aproveitamento pedagógico.

Ademais, as formações continuadas podem ser realizadas pelas próprias equipes técnicas das Secretarias Municipais de Educação utilizando os recursos metodológicos fornecidos pelo contratado, podem ser objeto de contratações específicas posteriores quando os municípios dispuserem de recursos orçamentários para tanto, ou podem ser organizadas colaborativamente entre municípios mediante apoio do CINCOP-MT sem necessidade de contratação onerosa.

A inexistência de interdependência funcional obrigatória e a diversidade de alternativas viáveis para provimento das formações docentes afastam a necessidade de agrupamento com a presente contratação de materiais didáticos.

d) Aquisição de mobiliário e equipamentos escolares

Os municípios consorciados realizam periodicamente investimentos em mobiliário escolar como carteiras, mesas, cadeiras, armários, estantes, e em equipamentos educacionais como lousas digitais, projetores multimídia, computadores, impressoras, e demais recursos tecnológicos que integram a infraestrutura das unidades escolares.

Embora estes bens componham o ambiente físico onde os materiais didáticos serão utilizados e possam influenciar as condições de ensino-aprendizagem, não guardam qualquer interdependência funcional com os materiais impressos ora demandados, que podem ser utilizados independentemente da existência de equipamentos tecnológicos, que não requerem mobiliário específico além das carteiras escolares convencionais já existentes, e que não dependem de infraestruturas especiais para armazenamento ou utilização.

A agregação de mobiliário e equipamentos escolares ao objeto da presente licitação não geraria sinergias relevantes, reuniria em um mesmo procedimento objetos de naturezas radicalmente distintas que demandam especificações técnicas, requisitos de habilitação, metodologias de recebimento e critérios de fiscalização totalmente diversos, e poderia comprometer a competitividade ao restringir drasticamente o universo de fornecedores capazes de executar simultaneamente fornecimentos tão heterogêneos.

Contratação de serviços gráficos para impressão de materiais institucionais: Algumas Secretarias Municipais de Educação contratam eventualmente serviços gráficos para impressão de materiais institucionais como boletins informativos, cartazes

de campanhas educacionais, folders explicativos sobre programas municipais, certificados de conclusão de cursos, e outros impressos de natureza administrativa ou promocional.

Estes serviços gráficos, embora utilizem processos produtivos similares aos empregados na fabricação de materiais didáticos, destinam-se a finalidades totalmente distintas, caracterizam-se por demandas irregulares e imprevisíveis, envolvem tiragens tipicamente reduzidas e customizadas, e são prestados preferencialmente por gráficas locais que possam atender rapidamente necessidades pontuais que surgem ao longo do ano.

A natureza radicalmente distinta entre a aquisição de materiais didáticos padronizados em grandes volumes e a contratação de serviços gráficos customizados em pequenas tiragens afasta qualquer possibilidade de agregação que gerasse benefícios em termos de economicidade ou de eficiência administrativa.

e) Aquisição de acervos de literatura para bibliotecas escolares

Os municípios investem periodicamente na aquisição de livros de literatura infantil e juvenil, obras de referência, enciclopédias, atlas, dicionários e outros materiais bibliográficos destinados à composição ou ampliação dos acervos de bibliotecas escolares.

Embora estes materiais compartilhem com os materiais didáticos ora demandados a natureza de recursos pedagógicos impressos destinados ao apoio do processo educacional, diferenciam-se substancialmente quanto à finalidade, às especificações técnicas, aos critérios de seleção que priorizam a diversidade de títulos e autores em lugar da padronização, aos processos de catalogação e gestão biblioteconômica que devem observar, e à dinâmica de utilização baseada em empréstimos individuais em lugar de adoção por turmas ou anos escolares.

Esta distinção de natureza, finalidade e metodologia de utilização justifica a autonomia das contratações, que devem observar especificidades próprias incompatíveis com agregação em procedimento único.

A análise detalhada das possíveis contratações que poderiam, em tese, guardar correlação ou interdependência com a aquisição de materiais didáticos complementares e transversais evidencia que a presente demanda caracteriza-se como contratação autônoma e independente, que pode e deve ser conduzida de forma isolada sem necessidade de agrupamento obrigatório com outras aquisições ou contratações de serviços, e sem que esta autonomia configure fracionamento irregular de despesas ou comprometa a obtenção de economias de escala, sinergias operacionais ou coordenação adequada entre diferentes iniciativas da política educacional municipal.

A autonomia funcional do objeto fica evidenciada pelo fato de que os materiais didáticos complementares e transversais cumprem plenamente suas finalidades pedagógicas independentemente da existência ou não de outras contratações correlatas, podendo ser utilizados pelos professores e estudantes sem necessidade de aquisições complementares obrigatórias, sem dependência de infraestruturas especiais além daquelas já existentes nas escolas, e sem exigência de serviços associados que condicionem sua funcionalidade.

Esta característica de autossuficiência funcional distingue a presente contratação de hipóteses típicas de interdependência como, por exemplo, a aquisição de equipamentos de informática que demanda necessariamente a contratação de

licenças de software para seu funcionamento, ou a construção de unidades escolares que pressupõe o fornecimento de mobiliário e equipamentos para viabilizar a oferta educacional, casos em que a fragmentação artificial comprometeria a funcionalidade do conjunto e caracterizaria planejamento inadequado.

A ausência de risco de fracionamento irregular fica demonstrada pela magnitude significativa da presente contratação, que envolve a aquisição de materiais didáticos para atendimento de dezenas de milhares de estudantes distribuídos em mais de oitenta municípios consorciados, caracterizando demanda de escala substancial que justifica plenamente procedimento licitatório próprio na modalidade pregão eletrônico com possibilidade de participação de fornecedores de qualquer porte e origem geográfica.

Não se identifica qualquer tentativa de subdivisão artificial de objeto naturalmente unitário com intuito de evitar exigências legais mais rigorosas ou de viabilizar contratações diretas que não seriam permitidas para objetos de maior valor, configurando-se a delimitação do objeto de forma técnica e racional segundo critérios pedagógicos e administrativos legítimos que atendem aos interesses da Administração Pública e dos beneficiários finais da política educacional.

A coordenação temporal e metodológica entre a presente contratação e eventuais outras iniciativas correlatas da política educacional municipal será assegurada não mediante agrupamento artificial em procedimentos únicos, mas mediante planejamento estratégico integrado das Secretarias Municipais de Educação, que deverão compatibilizar os cronogramas de diferentes contratações para assegurar que os materiais didáticos estejam disponíveis no momento adequado, que as formações docentes sejam realizadas tempestivamente quando necessárias, que os sistemas informatizados de gestão sejam parametrizados para incorporar as informações sobre os novos materiais adquiridos, e que todas as iniciativas educacionais dialoguem harmonicamente em benefício da aprendizagem dos estudantes, mediante coordenação gerencial e não mediante agregação contratual que seria artificial e prejudicial à eficiência.

A economicidade da contratação não será comprometida pela ausência de agrupamento com outras demandas correlatas, uma vez que as economias de escala relevantes para aquisição de materiais didáticos decorrem primariamente do volume total de materiais de mesma natureza adquiridos, e não da agregação de objetos heterogêneos que atenderiam a finalidades diversas.

A consolidação da demanda de mais de oitenta municípios consorciados já assegura magnitude suficiente para viabilizar preços competitivos e condições comerciais vantajosas, não sendo esperado que a eventual agregação de outros objetos de natureza distinta produzisse reduções adicionais de preços que justificassem as complexidades operacionais, jurídicas e gerenciais decorrentes de procedimentos excessivamente abrangentes e heterogêneos.

Sem prejuízo da conclusão pela autonomia e independência da presente contratação, recomenda-se que os municípios consorciados e o CINCOP-MT observem as seguintes orientações em contratações futuras correlatas à área educacional:

Planejamento integrado de aquisições educacionais, mediante elaboração de plano anual de contratações que identifique antecipadamente todas as demandas da área educacional, análise possibilidades de agrupamento quando tecnicamente viável e vantajoso, estabeleça cronogramas coordenados que evitem sobreposições ou

lacunas temporais, e assegure que recursos orçamentários sejam alocados de forma equilibrada entre diferentes necessidades prioritárias.

Avaliação periódica de oportunidades de cooperação, mediante diálogo permanente entre os municípios consorciados para identificar demandas comuns que possam ser atendidas mediante licitações compartilhadas futuras, compartilhar experiências sobre contratações bem-sucedidas que possam ser replicadas por outros entes, e construir gradualmente repertório de boas práticas em contratações educacionais que agregue valor ao conjunto dos participantes do CINCOP-MT.

Atenção a interdependências supervenientes, mediante acompanhamento das evoluções tecnológicas e metodológicas no campo educacional que possam criar novas relações de interdependência entre contratações anteriormente autônomas, como por exemplo a eventual adoção futura de materiais didáticos híbridos que integrem componentes físicos e digitais de forma indissociável, hipótese em que o planejamento de aquisições deverá ser revisto para contemplar adequadamente estas novas configurações.

Diante do exposto, conclui-se que a presente contratação de materiais didáticos complementares e transversais não apresenta correlação ou interdependência funcional com outras contratações em curso ou planejadas pelos municípios consorciados que justifique ou exija seu agrupamento em procedimento único, caracterizando-se como demanda autônoma, independente e autossuficiente que pode e deve ser conduzida de forma isolada mediante licitação específica, sem que esta autonomia configure fracionamento irregular de despesas, sem que comprometa a obtenção de economias de escala ou de vantajosidade para a Administração Pública.

6. DEFINIÇÃO DO OBJETO

6.1. OBJETO

O presente processo licitatório tem como finalidade a realização de Pregão Eletrônico, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS COMPLEMENTARES, TRANSVERSAIS E BÁSICOS, INCLUINDO PLATAFORMAS DIGITAIS, ASSESSORIA PEDAGÓGICA E SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL**, destinados ao uso dos órgãos e entidades dos Entes da Federação consorciados, cooperados ou referendados ao Consórcio Interfederativo De Compras Públicas Do Estado De Mato Grosso – (CINCOP-MT), na condição de Órgãos Participantes desta licitação, de acordo com os quantitativos estimados e durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

Na definição do objeto foi considerada a diversidade de produtos necessários à plena execução da política pública de apoio educacional e social, abrangendo materiais didáticos complementares, destinados à recomposição de aprendizagem e à preparação para avaliações externas, assim como, materiais didáticos transversais, destinados ao desenvolvimento de habilidades dispostas na BNCC, e ainda, materiais estruturantes do currículo regular, organizados de forma sequencial e progressivo.

Os descritivos técnicos detalhados, com informações específicas de cada item, constam dos autos do processo administrativo e integrarão o Edital como folhas de dados, constituindo parte indissociável do Termo de Referência.

6.2. NATUREZA

Os itens que compõem o objeto do presente processo licitatório são classificados como bens de natureza comum, conforme art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de qualidade e desempenho que podem ser objetivamente definidos em edital mediante especificações usuais de mercado.

Trata-se de bens de uso contínuo e essencial à política pública de educação, assistência social e saúde, em consonância com a Resolução nº 005/2025 do CINCOP-MT, que estabelece que os itens a serem adquiridos devem possuir qualidade comum, não superior à necessária para o cumprimento de suas finalidades.

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Conforme análise contida no Estudo Técnico Preliminar que subsidia esta contratação, ficou tecnicamente justificada a **a concentração dos itens em um único lote**, como estratégia mais adequada para atender à solução pretendida, em conformidade com o art. 47, § 2º da Lei nº 14.133/2021 e à Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União.

Nos termos do art. 47, § 2º, da Lei Federal n. 14.133/2021, que nas licitações e contratações públicas deverá ser observado o parcelamento do objeto em tantas parcelas quanto forem técnica e economicamente viáveis, com vistas a ampliar a competitividade, estimular o aproveitamento das capacidades do mercado e evitar a concentração indevida de fornecedores. Esse comando legal está alinhado à Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, segundo a qual a não adoção do parcelamento somente será admitida quando houver prejuízo à economia de escala, ao conjunto do objeto ou à viabilidade técnica da contratação.

Destaca-se que, conforme entendimento sumulado do Tribunal de Contas da União e manifestado na atual legislação licitatória, o parcelamento configura-se como regra, sendo uma exceção o agrupamento em lotes, dispensando maiores digressões acerca de sua adoção:

“Súmula TCU n. 247: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”.

Atendendo a esse imperativo normativo, a equipe responsável pela elaboração deste Estudo Técnico Preliminar procedeu à análise criteriosa da divisibilidade do objeto, avaliando a viabilidade técnica, a conveniência econômica, o ganho de escala e a repercussão sobre a competitividade.

Em observância ao disposto no artigo 47, parágrafo segundo, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que estabelece como regra geral o parcelamento do objeto em tantas parcelas quantas forem técnica e economicamente viáveis, com vistas a ampliar

a competitividade e evitar a concentração indevida de fornecedores, e em consonância com a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, que admite excepcionalmente o agrupamento do objeto quando houver prejuízo à economia de escala, ao conjunto do objeto ou à viabilidade técnica da contratação, procedeu-se à análise criteriosa da divisibilidade dos materiais didáticos complementares e transversais objeto da presente demanda, concluindo-se pela necessidade imperiosa de agrupamento em lote único indivisível, conforme fundamentação técnica, pedagógica e econômica a seguir exposta.

A natureza intrínseca do objeto contratado consiste em solução educacional integrada, caracterizada pela articulação sistêmica e pela interdependência funcional entre os diferentes componentes que a constituem, não se tratando de mera aquisição de materiais didáticos isolados e independentes, mas de um conjunto coerente e metodologicamente articulado de recursos pedagógicos que se complementam mutuamente, dialogam entre si e estruturam-se segundo uma proposta educacional unificada alinhada à Base Nacional Comum Curricular.

Os materiais complementares destinados à recomposição de aprendizagens e os materiais transversais voltados ao desenvolvimento das competências gerais da BNCC não constituem elementos autônomos e dissociáveis, mas partes integrantes de uma arquitetura pedagógica única que somente produz os efeitos educacionais pretendidos quando implementada em sua integralidade, mediante fornecimento unificado por um único responsável técnico capaz de assegurar a coerência metodológica, a progressão curricular articulada, a compatibilidade conceitual e a uniformidade de linguagem e abordagem pedagógica em todos os materiais fornecidos.

O parcelamento do objeto em múltiplos lotes adjudicáveis a diferentes fornecedores geraria risco concreto e elevado de incompatibilidade pedagógica entre os materiais fornecidos por licitantes distintos, comprometendo a coerência metodológica essencial ao sucesso da intervenção educacional pretendida. Materiais complementares elaborados segundo determinada concepção pedagógica, determinado referencial teórico de aprendizagem, determinada estrutura de progressão de conteúdos e determinada linguagem didática podem revelar-se incompatíveis ou conflitantes com materiais transversais desenvolvidos segundo pressupostos pedagógicos diversos, referenciais teóricos distintos, abordagens metodológicas divergentes ou linguagens didáticas dissonantes, resultando em conjunto desarticulado de recursos que confundem professores, desorientam estudantes, dificultam o planejamento pedagógico integrado e comprometem a efetividade educacional do investimento público realizado.

A integração entre conteúdos disciplinares trabalhados nos materiais complementares e temas contemporâneos transversais abordados nos materiais específicos para esse fim exige concepção unitária que garanta o diálogo permanente entre essas dimensões do currículo, evitando que os temas transversais sejam tratados como apêndices desconectados dos conteúdos regulares ou que os materiais complementares ignorem as competências gerais que deveriam permear todas as áreas do conhecimento.

A fragmentação do fornecimento entre múltiplos licitantes impediria o estabelecimento de identidade visual e editorial unificada nos materiais didáticos, gerando descontinuidade estética, variação de padrões gráficos, diversidade de

formatos, diferenças de qualidade de impressão e acabamento, e heterogeneidade de recursos visuais que prejudicam a experiência de aprendizagem dos estudantes e dificultam a organização do trabalho pedagógico pelos professores.

A identidade visual consistente em todos os materiais utilizados pela rede de ensino facilita o reconhecimento pelos usuários, promove senso de pertencimento ao sistema educacional, reforça a percepção de que os diferentes materiais integram uma proposta educacional coerente, e permite que estudantes e professores desenvolvam familiaridade com padrões de apresentação de conteúdos, estruturas de atividades, códigos visuais e convenções gráficas que se repetem ao longo dos diferentes componentes da solução educacional, reduzindo o tempo de adaptação e maximizando o aproveitamento pedagógico dos recursos disponibilizados.

O parcelamento criaria dificuldades operacionais significativas para a gestão e fiscalização contratual pelos municípios consorciados, que passariam a ter que gerenciar simultaneamente múltiplos contratos com fornecedores distintos, cada qual com seus cronogramas de entrega, seus procedimentos de recebimento, suas especificidades de garantia, suas particularidades de relacionamento comercial e suas demandas de acompanhamento técnico.

A multiplicação de interfaces contratuais sobrecarregaria as estruturas administrativas já limitadas dos municípios de pequeno porte, aumentaria os custos de transação, ampliaria as possibilidades de conflitos e desencontros de informações, dificultaria a responsabilização em caso de problemas na execução, e prejudicaria a eficiência administrativa que justamente se busca alcançar mediante a licitação compartilhada.

A unidade de fornecimento, ao contrário, simplifica a gestão ao concentrar em um único interlocutor todas as questões relacionadas aos materiais didáticos, facilita o acompanhamento do cumprimento das obrigações contratuais, agiliza a resolução de eventuais problemas, e permite que os municípios dediquem suas energias ao acompanhamento pedagógico da utilização dos materiais em lugar de se dispersarem na gestão de múltiplas relações contratuais simultâneas.

A divisão do objeto em lotes distintos adjudicáveis a fornecedores diferentes eliminaria ou reduziria drasticamente a economia de escala que constitui uma das principais vantagens da licitação compartilhada e que justifica a expectativa de obtenção de preços mais vantajosos para a Administração Pública.

A concentração de toda a demanda em um único lote permite que o fornecedor contratado otimize seus processos produtivos, negocie melhores condições com seus fornecedores de insumos em razão dos volumes envolvidos, dilua custos fixos de estruturação da produção sobre quantidades maiores, reduza custos unitários de impressão mediante tiragens mais expressivas, e repasse parte destes ganhos de eficiência aos preços ofertados à Administração.

O fracionamento da demanda entre múltiplos fornecedores fragmenta os volumes, reduz as possibilidades de ganhos de escala, aumenta os custos unitários médios de produção, e resulta em preços finais menos vantajosos para o erário público, contrariando frontalmente o princípio da economicidade que deve orientar as contratações administrativas conforme estabelece o artigo 11 da Lei Federal nº 14.133/21.

A adjudicação a múltiplos fornecedores amplificaria os riscos de descumprimento contratual e de insucesso da contratação, uma vez que a probabilidade de que ao menos um dos fornecedores contratados enfrente dificuldades na execução de suas obrigações aumenta proporcionalmente ao número de contratos celebrados, e a inadimplência de qualquer dos fornecedores comprometeria a integralidade da solução educacional, deixando os municípios e as escolas com conjuntos incompletos de materiais que não atendem adequadamente às necessidades pedagógicas.

A centralização do fornecimento em um único licitante que demonstre capacidade técnica, operacional e econômico-financeira para executar a totalidade do objeto reduz a exposição ao risco de inadimplemento, permite exigências de habilitação mais rigorosas compatíveis com a magnitude e complexidade do objeto, e assegura que a responsabilidade pela integralidade da solução educacional esteja claramente atribuída a um único ente com o qual a Administração possa dialogar e ao qual possa exigir o cumprimento pleno das obrigações assumidas.

A coerência conceitual e terminológica entre os diferentes materiais didáticos constitui requisito pedagógico essencial que somente pode ser assegurado mediante produção unificada por equipe técnica comum operando sob diretrizes editoriais e pedagógicas únicas.

Conceitos fundamentais abordados nos materiais complementares devem ser apresentados com as mesmas definições, as mesmas explicações e os mesmos exemplos quando retomados nos materiais transversais, evitando confusões conceituais, contradições terminológicas ou divergências de abordagem que desorientem os estudantes e comprometam a construção sólida do conhecimento.

A fragmentação da produção entre fornecedores distintos multiplica o risco de inconsistências conceituais, variações terminológicas, divergências de enfoque e contradições metodológicas que prejudicam a qualidade pedagógica do conjunto e reduzem a efetividade dos materiais como instrumentos de ensino-aprendizagem.

A integração entre diagnóstico, intervenção e avaliação de aprendizagens, elemento central dos materiais complementares destinados à recomposição de defasagens, exige articulação sistêmica entre os diferentes instrumentos que compõem a solução educacional, de modo que os diagnósticos de defasagens identifiquem precisamente as habilidades não consolidadas que serão trabalhadas nas sequências didáticas de recuperação, que por sua vez preparem adequadamente os estudantes para as avaliações que aferirão a efetividade da intervenção pedagógica, fechando um ciclo coerente de identificação de problemas, aplicação de soluções e verificação de resultados.

Esta articulação sistêmica somente é viável quando todos os componentes são concebidos conjuntamente por equipe técnica única operando segundo planejamento pedagógico integrado, sendo praticamente impossível assegurar tal coerência quando os diferentes elementos são produzidos independentemente por fornecedores distintos que não dialogam entre si e que não compartilham uma visão unificada do processo de recomposição de aprendizagens.

O alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular e com os Temas Contemporâneos Transversais, embora constitua obrigação legal aplicável a todos os materiais didáticos independentemente de quem os produza, manifesta-se

concretamente de formas diversas segundo as escolhas metodológicas, as ênfases curriculares, as estratégias didáticas e as concepções pedagógicas adotadas por cada fornecedor.

Diferentes licitantes podem interpretar de modos distintos as competências e habilidades estabelecidas pela BNCC, podem priorizar diferentes metodologias para seu desenvolvimento, podem adotar abordagens variadas para integração dos temas transversais aos conteúdos disciplinares, e podem estruturar de formas divergentes a progressão curricular e a distribuição dos conteúdos ao longo das etapas de ensino.

Estas variações, embora todas potencialmente legítimas quando consideradas isoladamente, geram descontinuidade e falta de coerência quando materiais produzidos segundo diferentes interpretações e abordagens são combinados em uma mesma rede de ensino, dificultando o trabalho docente e prejudicando o aproveitamento pedagógico pelos estudantes.

A capacitação e o suporte técnico aos professores para utilização adequada dos materiais didáticos, embora não constituam objeto direto da presente contratação, beneficiam-se imensamente da unidade de fornecimento, uma vez que formações docentes podem ser estruturadas de modo integrado abrangendo todos os materiais fornecidos segundo metodologia comum, materiais de orientação ao professor podem apresentar visão articulada do conjunto da solução educacional, e canais de suporte técnico podem oferecer respostas consistentes e coerentes para dúvidas dos professores independentemente de qual material específico suscitou o questionamento.

A fragmentação entre fornecedores dificultaria ou inviabilizaria esta abordagem integrada de suporte ao trabalho docente, exigindo que os professores se relacionassem com múltiplos interlocutores, assimilassem múltiplas lógicas metodológicas, e gerenciassem autonomamente a integração entre materiais concebidos segundo pressupostos diversos.

A experiência comparada de programas educacionais bem-sucedidos no Brasil e em outros países demonstra consistentemente que as intervenções pedagógicas mais efetivas se caracterizam pela integralidade sistêmica das soluções implementadas, pela coerência entre os diferentes componentes das políticas educacionais, e pela articulação planejada entre recursos didáticos, formação docente, avaliação de aprendizagens e gestão pedagógica.

Programas fragmentados, baseados em aquisições desarticuladas de materiais produzidos por fontes diversas sem coordenação entre si, tendem a apresentar resultados pedagógicos inferiores mesmo quando os componentes isoladamente considerados possuem qualidade individual adequada, evidenciando que a coerência sistêmica constitui valor em si mesma que não se reduz à mera soma das qualidades dos elementos isolados.

A análise da estrutura do mercado fornecedor de materiais didáticos revela que as principais empresas atuantes no segmento possuem capacidade técnica, operacional e econômico-financeira para fornecer a integralidade do objeto demandado, de modo que a concentração em lote único não restringe indevidamente a competitividade nem limita artificialmente o número de potenciais participantes da licitação.

Ao contrário, a exigência de fornecimento unificado pode inclusive atrair empresas de maior porte e solidez que não teriam interesse em participar de licitações fragmentadas de valores unitários reduzidos, mas que se interessam por operações de maior escala que justifiquem os investimentos necessários em estruturação de propostas técnicas e comerciais robustas.

A experiência de outros consórcios públicos e de programas governamentais de aquisição de materiais didáticos em âmbito federal e estadual confirma a viabilidade da contratação em lote único e a existência de competitividade adequada mesmo para objetos de grande magnitude.

Importante destacar que a impossibilidade técnica de parcelamento não decorre de escolha discricionária da Administração motivada por conveniência administrativa, mas resulta das características intrínsecas do objeto, que se define precisamente como solução educacional integrada e não como conjunto de materiais isolados e independentes.

Assim como não seria razoável dividir a construção de uma escola entre múltiplos empreiteiros responsáveis cada qual por cômodos distintos sem coordenação entre si, não é viável fragmentar o fornecimento de materiais didáticos concebidos para operar sistemicamente como conjunto articulado, sob pena de descaracterização do próprio objeto e frustração dos objetivos pedagógicos que motivam a contratação.

A fiscalização exercida pelos órgãos de controle sobre licitações que optam pelo não parcelamento do objeto tem reconhecido reiteradamente a legitimidade desta escolha quando adequadamente fundamentada nas peculiaridades técnicas da contratação, na necessidade de garantir coerência sistêmica do objeto, na busca por economia de escala, ou na simplificação da gestão contratual, desde que demonstrado que o agrupamento não tem por objetivo restringir artificialmente a competitividade ou favorecer determinados licitantes.

No caso em análise, todas estas condições se encontram presentes, evidenciando que o agrupamento em lote único atende simultânea e cumulativamente aos princípios da eficiência, da economicidade, da qualidade e da adequação técnica que devem orientar as contratações públicas educacionais.

Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento do objeto, embora regra geral estabelecida pela legislação licitatória, revela-se técnica, pedagógica e economicamente inviável no caso concreto, enquadrando-se a presente contratação nas hipóteses excepcionais previstas no artigo 47, parágrafo segundo, da Lei Federal nº 14.133/21, e na Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, que autorizam o agrupamento quando houver prejuízo ao conjunto do objeto, perda de economia de escala ou comprometimento da viabilidade técnica da contratação.

A concentração em lote único não apenas é permitida como se revela impositiva para assegurar a qualidade pedagógica da solução educacional, a coerência metodológica entre seus componentes, a economia de escala que beneficia o erário, a simplificação da gestão contratual pelos municípios de pequeno porte, e a efetividade da política pública educacional voltada à recomposição das aprendizagens e ao desenvolvimento integral dos estudantes conforme preconizado pela Base Nacional Comum Curricular e pelas metas do Plano Nacional de Educação, justificando plenamente a opção pelo não parcelamento do objeto da presente contratação.

8. DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS

A definição dos quantitativos dos objetos do presente Termo de Referência observou rigorosos critérios técnicos e metodológicos, em estrita conformidade com os princípios da Administração Pública e as disposições normativas aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços e às contratações consorciadas.

Neste caminho, a Resolução nº 014/2025 do CINCOP-MT, em seu Art. 1º, autoriza expressamente o CINCOP-MT a realizar estimativas de quantidades quando os municípios consorciados não informarem suas demandas no prazo estabelecido, vide:

“Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP-MT, a Metodologia de Estimativa de Quantidades, a ser aplicada exclusivamente nos casos em que o município consorciado deixar de informar as quantidades demandadas, dentro do prazo estabelecido em convocação formal. (grifamos)”

No caso deste procedimento, cumpre destacar que o processo de dimensionamento da demanda teve como marco inicial a elaboração do Documento de Formalização da Demanda (DFD), instrumento de planejamento que consolidou as necessidades identificadas pelos entes consorciados. Subsequentemente, em observância aos princípios da transparência e publicidade que norteiam as contratações públicas, procedeu-se à divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), oportunizando a manifestação de interesse por parte de todas as administrações integrantes do consórcio.

Durante o período estabelecido para manifestação, observa-se que ainda não tivemos o engajamento dos entes consorciados, quando da formalizaram exponencial e individualidade dos interesses, em participar do registro de preços, apresentando suas respectivas estimativas de consumo. Diante deste cenário, e considerando a necessidade de estabelecer quantitativos que assegurassem economia de escala e eficiência administrativa para a totalidade 82 (oitenta e dois) municípios consorciados fora utilizado o que versa sobre a Resolução n. 14/2025, tendo este Consórcio desenvolvido metodologia específica de projeção, devidamente respaldada em estudos técnicos e em conformidade com a Resolução anexa.

A metodologia adotada pautou-se na utilização das informações públicas disponíveis na plataforma QEDUCA¹¹, quanto aos números de alunos e professores, cada qual adequado às especificidades dos itens licitados, somando-se ao percentual de reserva técnica de 20%, pelo qual perfaz o quantitativo abaixo:

¹¹ <https://qedu.org.br/brasil> - O portal QEdU foi idealizado pela Meritt e pela Fundação Lemann em 2012 e está sob a gestão do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) desde 2020.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. ALUNO	QUANT. PROF	MAR. SEG.	TOTAL
1	<p>Projeto Educacional DIDÁTICO COMPLEMENTAR destinado à Recomposição de Aprendizagens de Anos Anteriores e à Preparação para as Avaliações Externas, trabalhando habilidades e objetos de conhecimento básicos em Língua Portuguesa e Matemática, destinada a alunos e professores, para atender estudantes dos anos iniciais e dos anos finais do ensino fundamental. O projeto deve ser composto por um kit de materiais didáticos impressos e digitais, integrados a uma plataforma digital, acompanhados de serviço de avaliação. Material didático integrado que aborda:</p> <p>d) Habilidades e objetos de conhecimento básicos, em língua portuguesa e matemática;</p> <p>e) Atividades e conteúdos essenciais para recomposição da aprendizagem de anos anteriores (foco nas habilidades obrigatórias por ano);</p> <p>f) Atividades organizadas para preparar estudantes para os exames do SAEB. (COP0621)</p>	89.995	4.924	18.984	118.829
2	<p>Projeto Educacional DIDÁTICO COMPLEMENTAR destinado à Recomposição de Aprendizagens de Anos Anteriores e à Preparação para as Avaliações Externas, trabalhando habilidades e objetos de conhecimento básicos em Ciências Humanas e Ciências da Natureza, destinado a alunos e professores, para atender estudantes do 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental. O projeto deve ser composto por um kit de materiais didáticos impressos e digitais, integrados a uma plataforma digital e acompanhados de serviço de avaliação. Material didático integrado que aborda.</p>	57.347	3.138	12.097	75.720

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. ALUNO	QUANT. PROF	MAR. SEG.	TOTAL
	Habilidades e objetos de conhecimento básicos, em Ciências Humanas e Ciências da Natureza. Atividades e conteúdos essenciais para recomposição da aprendizagem de anos anteriores (foco nas habilidades obrigatórias por ano); Atividades organizadas para preparar estudantes para os exames do SAEB. (COP0622).				
3	Projeto Educacional DIDÁTICO COMPLEMENTAR destinado ao desenvolvimento de Letramento Financeiro para alunos do Ensino Fundamental, Anos Iniciais, 4º e 5º anos. Os materiais didáticos deverão observar os conceitos pedagógicos referenciados pelo MEC, alinhados com a proposta de letramento financeiro, de acordo com a matriz de referência do Pisa 2021. (COP0623).	29.909	1.638	6.310	39.495
4	Projeto Educacional DIDÁTICO TRANSVERSAL destinado ao Desenvolvimento de Habilidades Socioemocionais dos alunos de Educação Infantil (4 e 5 anos) e Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais), incluindo o fornecimento de plataforma educacional digital, assessoria, implantação, suporte e recursos complementares, com entrega única. O projeto deve trabalhar com a formação socioemocional dos alunos, alcançando toda a comunidade escolar: gestores, professores, alunos, quadro de apoio administrativo e familiares dos alunos. Espera-se ainda que o programa a ser contratado seja reconhecido pela CASEL (Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning), por se tratar de uma das maiores autoridades mundiais no avanço da	89.995	4.924	18.984	118.829

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. ALUNO	QUANT. PROF	MAR. SEG.	TOTAL
	Aprendizagem Socioemocional em Educação. (COP0624)				
5	<p>Projeto Educacional DIDÁTICO TRANSVERSAL de Prevenção de Vícios e Abusos na Internet, para estudantes e professores, destinado a estudante e professores anos iniciais e finais. O projeto deve abordar questões como o poder e o lado sombrio da internet, equilíbrio digital, autocontrole e disciplina, moderação no uso das redes sociais, cyberbullying, golpes online, sempre apontando as dicas e recomendações de segurança. Tudo em linguagem acessível e atraente. Além disso, a solução deve ter um aplicativo digital, voltado a educadores, sendo esses, entendidos como os professores e a própria família, que também devem ser impactados pelo projeto. (COP0625)</p>	89.995	4.924	18.984	118.829
6	<p>Projeto Educacional DIDÁTICO BÁSICO formado por um Sistema Estruturado de Ensino, destinado a alunos e professores da Educação Infantil, composto por kits impressos e específicos de Cadernos Educacionais para o Aluno, Material Complementar, Caderno do Professor, Assessoria e Acompanhamento Pedagógico, bem como Plataforma Educacional Digital, com Corretor Automatizado de Redação. Os materiais didáticos deverão observar os conceitos pedagógicos referenciados pelo MEC, de forma a proporcionar a integração e transversalidade entre o sistema de ensino a ser implantado e os livros didáticos e paradidáticos de suporte eventualmente adotados, de forma não excludente, porém complementar. (COP0626)</p>	60.098	3.284	12.677	79.343
7	Projeto Educacional DIDÁTICO BÁSICO formado por um Sistema	79.323	4.341	16.734	104.738

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. ALUNO	QUANT. PROF	MAR. SEG.	TOTAL
	<p>Estruturado de Ensino, destinado a alunos e professores dos anos iniciais, composto por kits impressos e específicos de Cadernos Educacionais para o Aluno, Material Complementar, Caderno do Professor, Assessoria e Acompanhamento Pedagógico, bem como Plataforma Educacional Digital, com Corretor Automatizado de Redação.</p> <p>Os materiais didáticos deverão observar os conceitos pedagógicos referenciados pelo MEC, de forma a proporcionar a integração e transversalidade entre o sistema de ensino a ser implantado e os livros didáticos e paradidáticos de suporte eventualmente adotados, de forma não excludente, porém complementar. (COP0959)</p>				
8	<p>Projeto Educacional DIDÁTICO BÁSICO formado por um Sistema Estruturado de Ensino, destinado a alunos e professores dos anos finais, composto por kits impressos e específicos de Cadernos Educacionais para o Aluno, Material Complementar, Caderno do Professor, Assessoria e Acompanhamento Pedagógico, bem como Plataforma Educacional Digital, com Corretor Automatizado de Redação.</p> <p>Os materiais didáticos deverão observar os conceitos pedagógicos referenciados pelo MEC, de forma a proporcionar a integração e transversalidade entre o sistema de ensino a ser implantado e os livros didáticos e paradidáticos de suporte eventualmente adotados, de forma não excludente, porém complementar. (COP0960)</p>	10.672	584	2.252	14.093
9	<p>Projeto Educacional DIDÁTICO BÁSICO formado por um Sistema Estruturado para Ensino de Língua Inglesa, destinado a alunos e professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental</p>	29.909	1.638	6.310	39.495

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. ALUNO	QUANT. PROF	MAR. SEG.	TOTAL
	(Educação infantil), composto por kits impressos e específicos de Cadernos Educacionais para o Aluno, Material Complementar, Caderno do Professor, Assessoria e Acompanhamento Pedagógico e Plataforma Educacional Digital. (COP0627)				
10	Projeto Educacional DIDÁTICO BÁSICO formado por um Sistema Estruturado para Ensino de Língua Inglesa, destinado a alunos e professores dos (Anos Iniciais e Anos Finais) , composto por kits impressos e específicos de Cadernos Educacionais para o Aluno, Material Complementar, Caderno do Professor, Assessoria e Acompanhamento Pedagógico e Plataforma Educacional Digital. (COP0958)	89.995	4.924	18.984	118.829
11	Projeto Educacional DIDÁTICO BÁSICO para estudantes e professores, destinado ao processo de Alfabetização de Jovens e Adultos. O Projeto é composto por um kit de materiais didáticos para estudantes e professores que deve incluir um livro para trabalhar aspectos introdutórios da Alfabetização de Jovens e Adultos, bem como quatro livros específicos, um para cada área do conhecimento (Português, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas) para ampliar letramento. (COP0628)	329	18	70	417

* Tratando-se de Sistema de Registro de Preços, os quantitativos acima discriminados não obrigam a contratação pela administração pública, nos termos do art. 83 da Lei Federal n. 14.133/2021 e do art. 7 da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT.

8.1. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, caput, da Lei Federal n. 14.133/2021 e do art. 4, caput, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT.

Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível

cumular com as quantidades não utilizadas, conforme art. 4, § 1º, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT, e nos termos da doutrina especializada (Ronny Charles), do Parecer nº 00453/2024/CGU/AGU e do Enunciado nº 42 do 2º Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal, a prorrogação da ata importará em renovação integral dos quantitativos registrados, equivalentes ao novo ciclo anual, sem possibilidade de acumulação com eventuais saldos não consumidos no período anterior.

Tal modelagem se justifica por razões de planejamento e interesse público, garantindo, previsibilidade na execução das políticas educacionais e sociais dos entes consorciados, bem como, a manutenção do poder de compra coletivo, evitando fracionamento e novas licitações desnecessárias, e ainda, a continuidade do fornecimento com ganhos de escala e redução de custos administrativos;

Assim, a prorrogação da ata não se restringirá à exaustão do saldo residual, mas será tratada como novo ciclo de fornecimento, compatível com a lógica de planejamento anual e em estrita observância ao princípio da eficiência e economicidade previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

A opção pela metodologia acima - renovação dos quantitativos em razão da prorrogação da ata, a despeito de devidamente regulamentada pelo CINCOP-MT, justifica-se pelo fato de que o planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual¹² e, dessa forma, a estimativa feita para a ata de registro de preços é anual. Nesse contexto, sendo vantajosa a manutenção da ata, a prorrogação é adequada para administração, podendo prorrogar, por mais um ano, o quantitativo anual anteriormente previsto.

Além do mais, esta medida prorrogação de ata com a consequente prorrogação dos quantitativos impede que as atas de registro de preços sejam superestimadas visando a existência de saldo na sua prorrogação.

Essa temática vem sendo examinada pela doutrina, tendo Ronny Charles atingido à seguinte conclusão:

“[...] Também parece inadequado defender que não seria possível renovar os quantitativos porque a prorrogação teria apenas como utilidade a conclusão do resíduo previsto na Ata. Ora, partindo do pressuposto que o planejamento foi sério e anual, o resíduo a ser contratado significaria apenas um pequeno percentual do previsto na ata de registro de preços. Se fosse para tratar a prorrogação da ata de maneira estrita, equiparando-a à continuidade de um contrato de escopo, não faria sentido o texto legal já definir que a prorrogação se daria por mais um ano, mesmo período da vigência inicial da ata de registro de preços, já que na prorrogação de um instrumento para a conclusão da execução (escopo) o período acrescido deve ser o estritamente necessário à conclusão do objeto (fornecimento).

Ao definir que prorrogação (renovação) da ata de registro de preços se dará pelo mesmo período original[4], o legislador parece ter indicado uma modelagem de renovação, similar à outrora admitida para os serviços continuados, nas prorrogações admitidas pelo inciso II do artigo 57 da Lei n. 8.666/93.

Nessa linha de entendimento, a decisão administrativa de prorrogação da ata de registro de preços, que apenas deverá

¹² Art. 40 da Lei Federal n. 14.133/21

ocorrer quando o preço for vantajoso, permitirá a renovação do referido instrumento por mais um ano, admitindo a renovação de seus quantitativos. Exemplificando: se o planejamento da pretensão contratual identificou uma necessidade anual de 10.000 unidades, após o final da vigência ordinária de 01 ano, o instrumento poderia ser prorrogado por mais um ano, com a renovação do quantitativo, admitindo que no segundo ciclo de vigência (renovação) mais 10.000 unidades fossem contratadas pelo gerenciador e eventuais participantes.

Em suma, parece-nos que o legislador, ao se referir à prorrogação da Ata, optou pela possibilidade de renovação do instrumento, **o que repercute na possibilidade de renovação dos quantitativos inicialmente previstos para o ciclo anual original** (<https://ronnycharles.com.br/prorrogacao-da-ata-erenovacao-dos-quantitativos-fixados-na-licitacao/>, sem grifo no original).

Em idêntico sentido dispõe o enunciado 42 do 2º Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal: no caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei n. 14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas, devendo o tema ser tratado na fase de planejamento da contratação e previsto no ato convocatório.

Ademais, o PARECER n. 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU, emitido pela Advocacia Geral da União é no sentido de que:

“EMENTA:

I- Consulta, apresentada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a respeito da possibilidade de renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação de vigência da ata de registro de preços.

II- Fixação da interpretação do art. 84, da Lei nº 14.133/2021 (NLLC), e dos arts. 22 e 23, do Decreto nº 11.462, de 2023.

III- Conclusão pela possibilidade de renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação de vigência da ata de registro de preços, desde que: a) seja comprovado o preço vantajoso; b) haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços; c) o tema tenha sido tratado no planejamento da contratação; d) a prorrogação da ata de registro de preços ocorra dentro do prazo de sua vigência.”.

Nos termos do art. 84, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021 e do art. 4, § 2º, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT, o prazo de vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços não se confunde com aquele da ata de registro de preços, mas deverá ser assinado durante a vigência da ata e terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

8.2. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

A especificação dos produtos requerida pelo art. 40, § 1º, inciso I, da Lei Federal n. 14.133/2021 está estabelecida nas folhas de dados, nos descritivos e no presente Termo de Referência, observados requisitos de qualidade, rendimento e durabilidade.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na aquisição integrada e padronizada de materiais didáticos abrangendo materiais didáticos básicos, complementares e transversais destinados ao atendimento dos alunos e professores da rede pública de educação básica dos municípios consorciados, cooperados ou referendados ao CINCOP-MT, com foco em enriquecimento do processo pedagógico, recomposição de aprendizagens e promoção do desenvolvimento integral dos estudantes.

De forma estruturada, a solução contempla:

1. Fornecimento de materiais didáticos físicos (impressos), organizados por etapa/ano/série e componente curricular, de modo a assegurar aplicabilidade imediata nas unidades escolares, inclusive em contextos com limitações de conectividade e infraestrutura tecnológica.
2. Materiais complementares de recomposição e consolidação de aprendizagens, com atividades, sequências didáticas e instrumentos que auxiliem o trabalho docente na identificação de lacunas e na recuperação de habilidades essenciais, contribuindo para elevar o desempenho dos estudantes e apoiar ações pedagógicas relacionadas a avaliações internas e externas.
3. Materiais didáticos transversais, alinhados às diretrizes pedagógicas vigentes e às competências gerais e temas contemporâneos aplicáveis, voltados ao desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais, cidadania, ética, diversidade, sustentabilidade, cultura digital e demais dimensões formativas pertinentes ao currículo.
4. Estruturação por “kits” ou conjuntos pedagógicos, quando aplicável, com definição clara de composição mínima (ex.: livros do aluno, materiais do professor, cadernos de atividades, guias pedagógicos e outros itens correlatos), permitindo padronização e uniformidade de atendimento entre os municípios participantes, sem prejuízo das especificidades locais e do planejamento pedagógico de cada rede.
5. Requisitos de qualidade, adequação e alinhamento curricular, a serem detalhados no Termo de Referência, assegurando que os materiais ofertados sejam consistentes, atualizados e compatíveis com a organização curricular adotada pelas redes, bem como com a faixa etária e o nível de desenvolvimento dos estudantes.
6. Logística de distribuição e entrega compatível com a natureza consorciada da contratação, prevendo condições que assegurem o fornecimento regular e tempestivo aos municípios participantes, com rastreabilidade, conferência e garantia mínima dos produtos, conforme regras do instrumento convocatório e do futuro contrato/ata.
7. Modelo de contratação compartilhada, preferencialmente por Sistema de Registro de Preços, permitindo que os municípios utilizem a solução conforme suas demandas efetivamente formalizadas e sua capacidade orçamentária, garantindo flexibilidade, economicidade e

continuidade de atendimento ao longo da vigência da ata, nos termos da legislação aplicável.

Em síntese, a solução como um todo busca entregar um conjunto pedagógico integrado, com materiais planejados para uso efetivo em sala de aula, com foco simultâneo em aprendizagens essenciais e em formação integral, assegurando padronização mínima de qualidade, ganhos de escala, maior competitividade no certame e eficiência administrativa, preservada a autonomia de cada ente participante na utilização dos quantitativos e na condução de sua política educacional.

9.1. AVALIAÇÃO DO CICLO DE VIDA DO OBJETO

A Lei Federal n. 14.133/2021 traz ainda em seu texto legal, como um de seus objetivos, a análise de solução/contratação mais vantajosa para compras públicas, de modo particular na fase preparatória do processo licitatório, considerando o ciclo de vida do objeto, conforme dispõem o art. 11, inciso I, e o art. 18, inciso VIII, ambos do referido texto legal:

“Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

[...] VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;”.

Reforça-se que a legislação licitatória traz que este tema é conteúdo a ser acrescido ao Estudo Técnico Preliminar, apresentando a descrição da solução como um todo:

“Art. 18 [...]

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

[...] VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;”.

E, conforme leciona Marçal Justen Filho¹³ acerca da descrição da solução realizada no Estudo Técnico Preliminar, nela “não é cabível ignorar o ciclo de vida útil do objeto, nem as características que exijam providências complementares posteriores ao recebimento da prestação principal”.

Assim, para fins de definição das etapas exigidas para a análise do ciclo de vida do objeto, extrai-se do art. 34, § 1º, da Lei Federal n. 14.133/2021 que, “entre outros

¹³ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. p. 357.

fatores vinculados ao seu ciclo de vida”, estão a “manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado”. Da mesma forma, ao dispor sobre a descrição da solução como um todo em seu art. 18, § 1º, inciso VII, a legislação incluiu as “exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso”.

Buscando uma integração da legislação licitatória com as demais normativas existentes, cumpre mencionar ainda que a Lei Federal n. 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em seu art. 3º, inciso IV, define o ciclo de vida como a “série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final”. Por fim, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Consultoria-Geral da União, em sua 5ª edição, de agosto de 2022, busca realizar uma divisão mais objetiva do ciclo de vida, fazendo-a em quatro etapas essenciais: produção, distribuição, uso e disposição/destinação final.

Com fundamento nos pontos supracitados, observa-se que a descrição do ciclo de vida deve considerar tanto as características intrínsecas ao uso dos bens quanto as etapas que ocorrem desde a sua produção até a sua disposição final, com a análise, conforme a necessidade, do impacto ambiental em cada uma dessas etapas.

Para fins do presente processo licitatório, adotou-se como base a divisão feita pela Consultoria-Geral da União em seu Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, subsídio recentíssimo e que já considerou, em sua elaboração, tanto as disposições da legislação licitatória quanto aquelas da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Analisando, contudo, o singular destaque dado pela Lei Federal n. 14.133/2021 às questões relativas à manutenção do bem ao descrever o seu ciclo de vida (art. 18, § 1º, inciso VII, e art. 34, § 1º), optou-se por abordá-las em uma etapa à parte do uso, estando, assim, dividido o ciclo de vida em: produção, distribuição, uso, manutenção e disposição final.

- I. **Produção:** É a primeira fase do ciclo de vida de um objeto. Nessa etapa, são realizados todos os processos necessários para criar o produto, incluindo o seu planejamento, a obtenção de matérias-primas, a fabricação, a montagem e os testes.
- II. **Distribuição:** É a fase seguinte, na qual o produto é transportado e disponibilizado ao consumidor final. Essa etapa inclui o armazenamento, o transporte, a embalagem e a entrega do produto pelo fornecedor.
- III. **Uso:** É a fase principal, em que o consumidor utiliza o produto por um período ou o consome, se for o caso. Considera-se aqui a sua função, facilidade e instruções de uso, quem o utilizará, vida útil e segurança.
- IV. **Manutenção:** É a fase em que ocorrem as atividades de reparo, armazenagem, limpeza e conservação do produto para mantê-lo funcionando adequadamente e prolongar sua vida útil. Ocorre tanto por parte do usuário do produto, através das informações e suporte técnico a serem fornecidos pelo fabricante/fornecedor, quanto diretamente por este, ao realizar a assistência técnica, o conserto ou mesmo a substituição.
- V. **Disposição final:** É a última fase do ciclo de vida de um bem, que se refere à forma como o produto é descartado após o fim de sua

vida útil. Deve dispor sobre as possibilidades para tal, os meios de realizá-las e os impactos ambientais de cada uma.

9.1.1. PRODUÇÃO

A etapa de produção dos materiais didáticos complementares e transversais compreende o conjunto de processos técnicos, editoriais e industriais necessários à criação, desenvolvimento e fabricação dos materiais pedagógicos, abrangendo desde a concepção pedagógica inicial, passando pela elaboração de conteúdos, revisão técnica, projeto gráfico, diagramação, ilustração, até os processos industriais de impressão, encadernação, acabamento e controle de qualidade.

Esta fase inicial do ciclo de vida reveste-se de importância estratégica, uma vez que as escolhas realizadas nesta etapa impactarão diretamente a qualidade pedagógica dos materiais, sua durabilidade física, sua adequação às necessidades dos estudantes e professores, e seus impactos ambientais ao longo de todo o ciclo de vida.

A dimensão pedagógica da produção exige que os materiais sejam elaborados por equipes multidisciplinares compostas por especialistas em currículo, pedagogos com experiência em educação básica, professores das diferentes áreas do conhecimento, revisores de conteúdo e designers instrucionais, assegurando o alinhamento rigoroso com as competências e habilidades estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular, a adequação às diferentes faixas etárias e etapas de ensino, a progressão metodológica coerente entre os diferentes volumes e componentes curriculares, e a qualidade técnica e conceitual dos conteúdos apresentados.

Os materiais complementares destinados à recomposição de aprendizagens deverão contemplar diagnósticos de defasagens, sequências didáticas estruturadas para recuperação de conteúdos essenciais, atividades diferenciadas por nível de proficiência e simulados preparatórios para avaliações externas como o Sistema de Avaliação da Educação Básica, enquanto os materiais transversais deverão abordar de forma integrada os Temas Contemporâneos Transversais estabelecidos pelo Ministério da Educação, promovendo o desenvolvimento das competências gerais previstas na Base Nacional Comum Curricular.

A dimensão editorial da produção abrange o projeto gráfico, a diagramação, a seleção tipográfica, o uso de cores, a inserção de ilustrações, fotografias, gráficos, mapas e demais recursos visuais que facilitem a compreensão dos conteúdos e estimulem o interesse dos estudantes, observando princípios de legibilidade, acessibilidade visual, adequação estética à faixa etária dos usuários e conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas aplicáveis a publicações didáticas. Especial atenção deverá ser conferida à acessibilidade dos materiais, garantindo que estudantes com diferentes necessidades educacionais possam utilizá-los adequadamente, o que pode incluir fontes ampliadas, contraste adequado entre texto e fundo, linguagem clara e objetiva, e recursos visuais complementares ao texto escrito.

A dimensão industrial da produção envolve os processos de impressão, encadernação e acabamento dos materiais, devendo observar padrões técnicos de qualidade que assegurem durabilidade adequada, resistência ao manuseio intensivo próprio do ambiente escolar, e conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no termo de referência.

O papel utilizado deverá apresentar gramatura adequada à finalidade do material, evitando transparência excessiva que prejudique a leitura, opacidade suficiente para impressão frente e verso quando aplicável, alvura apropriada para conforto visual, e resistência mecânica que assegure a integridade física dos materiais durante todo o período letivo. A impressão deverá utilizar tintas atóxicas, resistentes ao desbotamento, que não transfiram para as mãos dos usuários e que assegurem nitidez e legibilidade adequadas de textos e imagens.

A encadernação deverá ser executada mediante processos que confirmem resistência ao manuseio repetido, evitando o desprendimento de páginas, o descolamento de capas ou o desmonte prematuro dos materiais, podendo ser empregadas técnicas de costura, grampeamento reforçado, colagem industrial ou encadernação espiralada, conforme a natureza e o volume de cada material específico.

A sustentabilidade ambiental na etapa de produção constitui preocupação central da presente contratação, devendo os materiais serem produzidos preferencialmente com papéis provenientes de fontes renováveis.

Deverá ser privilegiado o uso de papéis reciclados ou com alto percentual de fibras recicladas quando tecnicamente viável e compatível com os padrões de qualidade exigidos, contribuindo para a redução do consumo de recursos naturais e para o estímulo à cadeia produtiva da reciclagem.

Os processos de impressão deverão adotar práticas ambientalmente responsáveis, incluindo o uso de tintas à base de água ou de óleos vegetais em substituição a solventes químicos agressivos, a minimização de desperdícios de papel e tinta mediante planejamento adequado das tiragens, a destinação apropriada de resíduos industriais gerados no processo produtivo, e o emprego de tecnologias que reduzam o consumo de energia e de água nas operações de impressão e acabamento.

A rastreabilidade e o controle de qualidade na etapa de produção deverão assegurar que todos os materiais entregues correspondam rigorosamente às especificações técnicas e pedagógicas estabelecidas, mediante a implementação de processos de inspeção que identifiquem e eliminem produtos com defeitos de impressão, erros de conteúdo, falhas de encadernação, páginas faltantes, sequência inadequada de cadernos, desalinhamento de cores, manchas, borrões ou quaisquer outras imperfeições que comprometam a qualidade e a funcionalidade dos materiais didáticos.

O controle de qualidade deverá abranger amostras representativas de cada lote produzido, precedendo a liberação dos materiais para expedição, e poderá incluir testes de resistência física, de durabilidade, de legibilidade e de conformidade com as normas técnicas aplicáveis, assegurando que apenas materiais em perfeitas condições sejam disponibilizados às redes municipais de ensino.

9.1.2. DISTRIBUIÇÃO

A etapa de distribuição compreende o conjunto de operações logísticas necessárias ao transporte, armazenamento temporário, fracionamento, embalagem protetiva e entrega final dos materiais didáticos desde os locais de produção até as Secretarias Municipais de Educação ou diretamente até as unidades escolares dos municípios consorciados, conforme definido no termo de referência, assegurando que os materiais cheguem aos destinatários finais nos prazos estabelecidos, em perfeitas

condições de uso, sem danos físicos, umidade, sujidade ou quaisquer avarias que comprometam sua integridade e funcionalidade pedagógica.

A complexidade logística da distribuição no contexto da presente contratação decorre da necessidade de atendimento simultâneo de dezenas de municípios geograficamente dispersos pelo território mato-grossense, muitos dos quais localizados em áreas rurais, de difícil acesso, distantes dos grandes centros urbanos e conectados por vias precárias que podem apresentar condições adversas durante o período de chuvas.

Esta realidade exige do fornecedor contratado estrutura logística robusta, capacidade operacional comprovada para gestão de distribuições complexas, experiência em entregas para múltiplos destinos simultâneos, e domínio das particularidades geográficas e de infraestrutura viária da região centro-oeste, assegurando que nenhum município, independentemente de sua localização ou porte, seja prejudicado no recebimento dos materiais pedagógicos a que tem direito.

O planejamento logístico deverá contemplar o cronograma de produção e de entrega estabelecido no termo de referência, assegurando que os materiais estejam disponíveis nas escolas antes do início do período letivo ou no momento pedagogicamente mais adequado para sua utilização, conforme orientações das Secretarias Municipais de Educação.

O fracionamento dos materiais deverá respeitar rigorosamente os quantitativos específicos solicitados por cada município consorciado, por etapa de ensino, por ano escolar e por tipo de material, evitando equívocos na distribuição, falta ou sobra de materiais em determinados municípios, e assegurando que cada rede receba exatamente aquilo que demandou em conformidade com seu número de matrículas e suas necessidades pedagógicas específicas.

A embalagem para transporte deverá conferir proteção adequada aos materiais contra intempéries, umidade, poeira, choques mecânicos, amassamentos e demais riscos inerentes ao transporte rodoviário de longa distância, sendo recomendável o acondicionamento em caixas de papelão resistente, lacradas, identificadas externamente com informações claras sobre o conteúdo, o município destinatário, a etapa de ensino e o tipo de material, facilitando a conferência no recebimento e a distribuição interna pelas Secretarias de Educação.

As embalagens deverão ser dimensionadas adequadamente para permitir o manuseio manual ou mecânico, evitando volumes excessivamente pesados que dificultem a movimentação e aumentem o risco de acidentes ou danos físicos aos trabalhadores envolvidos nas operações de carga, descarga e armazenamento.

O transporte dos materiais deverá ser realizado em veículos apropriados, preferencialmente com carroceria fechada ou protegida por lona impermeável, assegurando que os materiais não sejam expostos diretamente à chuva, ao sol intenso, à poeira excessiva ou a condições climáticas adversas que possam comprometer sua integridade.

Os veículos deverão estar em boas condições de conservação, com capacidade de carga compatível com os volumes a serem transportados, e os motoristas deverão possuir habilitação adequada e experiência em deslocamentos por vias de diferentes características, incluindo estradas não pavimentadas ou em condições precárias que são comuns no acesso a municípios menores.

A entrega dos materiais poderá ocorrer de forma centralizada nas Secretarias Municipais de Educação, que posteriormente se responsabilizarão pela

distribuição interna às escolas de suas redes, ou de forma descentralizada diretamente nas unidades escolares, conforme definição a ser estabelecida no termo de referência e nas especificações do edital.

A entrega deverá ser acompanhada de documentação fiscal completa, de romaneio detalhado discriminando os materiais entregues por tipo e quantidade, e de protocolo de recebimento a ser assinado pelo representante do município ou da escola, constituindo comprovação formal do cumprimento da obrigação contratual e base para eventuais verificações posteriores de conformidade quantitativa e qualitativa.

A sustentabilidade na etapa de distribuição implica a adoção de práticas que minimizem os impactos ambientais das operações logísticas, incluindo o planejamento de roteiros de entrega que otimizem o consumo de combustível mediante redução de quilometragens desnecessárias, a consolidação de cargas para aproveitamento pleno da capacidade dos veículos, a utilização preferencial de embalagens recicláveis ou reutilizáveis, a redução do uso de materiais plásticos em embalagens secundárias, e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados nas operações de transporte e entrega, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

9.1.3. USO

A etapa de uso constitui a fase central e mais relevante do ciclo de vida dos materiais didáticos, correspondendo ao período em que estudantes, professores e gestores escolares efetivamente utilizam os materiais para finalidades pedagógicas, sendo nesta fase que se concretizam os objetivos educacionais da contratação e que se materializam os benefícios esperados em termos de melhoria da aprendizagem, recomposição de defasagens, desenvolvimento de competências e preparação para avaliações externas.

A adequada utilização dos materiais depende não apenas de suas qualidades intrínsecas de conteúdo e de apresentação gráfica, mas também de orientações claras aos usuários, de formação apropriada dos professores, de integração efetiva ao planejamento curricular e às práticas pedagógicas cotidianas, e de acompanhamento sistemático por parte das Secretarias Municipais de Educação.

A funcionalidade pedagógica dos materiais durante a fase de uso exige que eles sejam organizados de forma lógica e intuitiva, com progressão clara de dificuldade, instruções compreensíveis para estudantes e professores, recursos visuais que facilitem a compreensão dos conteúdos, atividades diversificadas que atendam diferentes estilos de aprendizagem, espaços adequados para registro de respostas quando aplicável, e articulação coerente entre os diferentes volumes, cadernos ou fascículos que compõem a solução educacional integrada.

Os materiais complementares destinados à recomposição de aprendizagens deverão permitir aos professores identificarem com precisão as defasagens individuais e coletivas dos estudantes mediante atividades diagnósticas, planejar intervenções pedagógicas direcionadas às necessidades detectadas, acompanhar a evolução dos estudantes ao longo do processo de recuperação, e avaliar a efetividade das estratégias implementadas mediante instrumentos adequados de aferição de aprendizagem.

Os materiais transversais deverão possibilitar a abordagem integrada dos Temas Contemporâneos Transversais estabelecidos pelo Ministério da Educação, não como conteúdos isolados ou adicionais ao currículo, mas como dimensões constitutivas

da formação integral dos estudantes que perpassam todas as áreas do conhecimento e se articulam organicamente com os conteúdos disciplinares.

A utilização adequada destes materiais depende de orientações metodológicas claras que auxiliem os professores a promoverem discussões, reflexões, debates e atividades práticas que desenvolvam nos estudantes a consciência cidadã, o pensamento crítico, a empatia, o respeito à diversidade, a responsabilidade socioambiental e as demais competências gerais previstas na Base Nacional Comum Curricular.

A vida útil dos materiais durante a fase de uso deverá corresponder minimamente ao período letivo para o qual foram concebidos, assegurando que resistam ao manuseio intensivo próprio do ambiente escolar, às idas e vindas diárias entre escola e residência quando aplicável, ao uso por múltiplos estudantes em atividades coletivas ou emprestados temporariamente entre colegas, e às condições nem sempre ideais de armazenamento e conservação que caracterizam muitas realidades escolares.

A durabilidade física dos materiais contribui não apenas para a economicidade da contratação ao evitar reposições precoces, mas também para a redução do impacto ambiental ao prolongar o tempo de utilização antes do descarte.

As instruções de uso deverão ser claras, objetivas e acessíveis tanto para estudantes quanto para professores, incluindo orientações sobre a sequência recomendada de utilização dos materiais quando houver múltiplos volumes ou cadernos, sugestões metodológicas para aproveitamento pedagógico otimizado das atividades propostas, indicações sobre a integração dos materiais ao planejamento curricular regular, e recomendações sobre cuidados básicos de manuseio e conservação que prolonguem a vida útil dos materiais.

Materiais destinados aos professores, como guias docentes ou manuais pedagógicos quando previstos na solução contratada, deverão fornecer subsídios teóricos e práticos que auxiliem a utilização qualificada dos materiais, incluindo fundamentação pedagógica das propostas apresentadas, orientações para diagnóstico e acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, sugestões de atividades complementares, e indicações bibliográficas para aprofundamento dos temas abordados.

A segurança durante a fase de uso exige que os materiais não apresentem riscos à saúde ou à integridade física dos usuários, incluindo a ausência de componentes tóxicos nas tintas de impressão, a inexistência de bordas cortantes nas páginas ou nas capas, a não utilização de grampos expostos ou elementos metálicos que possam causar ferimentos, e a conformidade com normas de segurança aplicáveis a produtos destinados ao uso por crianças e adolescentes quando pertinente.

Materiais destinados a estudantes de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental merecem especial atenção quanto aos aspectos de segurança, devendo observar rigorosamente as regulamentações do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia quando aplicáveis.

O acompanhamento da utilização dos materiais pelas Secretarias Municipais de Educação, embora não constitua responsabilidade do fornecedor contratado, representa elemento essencial para assegurar que os objetivos pedagógicos da contratação sejam efetivamente alcançados.

Este acompanhamento pode incluir visitas às escolas, reuniões com professores para coleta de percepções e sugestões, análise da frequência e da forma

de utilização dos materiais, identificação de dificuldades ou obstáculos que prejudiquem o aproveitamento pedagógico adequado, e avaliação dos impactos da utilização dos materiais sobre os indicadores de aprendizagem mediante comparação dos resultados de avaliações diagnósticas antes e depois da implementação da solução educacional contratada.

9.1.4. MANUTENÇÃO

A etapa de manutenção compreende o conjunto de ações, procedimentos e responsabilidades destinados a preservar a integridade física, a funcionalidade pedagógica e as condições adequadas de uso dos materiais didáticos ao longo de sua vida útil, abrangendo tanto medidas preventivas de conservação a serem adotadas por usuários e gestores escolares quanto eventuais intervenções corretivas necessárias para reparar defeitos de fabricação, vícios ocultos ou avarias que comprometam a utilização adequada dos materiais e que não decorram de mau uso ou de danos causados por negligência dos usuários.

A manutenção preventiva na fase de uso dos materiais didáticos consiste essencialmente em orientações e recomendações de boas práticas de manuseio, armazenamento e conservação que devem ser observadas por estudantes, professores e gestores escolares para prolongar a vida útil dos materiais e evitar danos desnecessários.

Estas orientações deverão ser fornecidas pelo fabricante ou fornecedor, preferencialmente impressas nos próprios materiais ou em documentação que os acompanhe, e podem incluir recomendações de armazenamento em local seco, arejado e protegido de umidade excessiva, luz solar direta, calor intenso ou proximidade de fontes de água, cuidados no manuseio para evitar rasuras, rasgamentos, amassamentos, dobras excessivas ou manchas causadas por alimentos ou líquidos, e orientações sobre limpeza superficial quando necessária mediante pano seco ou levemente umedecido, evitando o uso de produtos químicos abrasivos ou solventes que possam danificar a impressão ou o papel.

As escolas deverão organizar sistemas adequados de armazenamento dos materiais quando não estiverem em uso diário pelos estudantes, utilizando armários, prateleiras ou estantes que os mantenham organizados, protegidos de umidade e de pragas urbanas como roedores e insetos, facilitando o controle de estoque e a distribuição quando necessária.

Em situações onde os materiais permaneçam com os estudantes, como é comum em redes que adotam o sistema de material individual permanente, as orientações de conservação deverão ser reforçadas junto aos estudantes e suas famílias, esclarecendo a importância dos cuidados básicos para manter os materiais em condições adequadas de uso durante todo o período letivo.

A manutenção corretiva, por sua vez, relaciona-se à responsabilidade do fornecedor contratado em substituir ou reparar materiais que apresentem defeitos de fabricação, vícios ocultos, erros de impressão, falhas de encadernação, páginas faltantes, sequência incorreta de cadernos, borrões, manchas, desalinhamento significativo de cores ou quaisquer outras imperfeições que comprometam a funcionalidade pedagógica dos materiais e que não decorram de uso inadequado ou de danos causados pelos usuários.

O termo de referência e o contrato deverão estabelecer com clareza os prazos e procedimentos para comunicação de defeitos pelo contratante, os prazos para análise e resposta do fornecedor, e os prazos para substituição dos materiais defeituosos por outros em perfeitas condições, assegurando que problemas desta natureza sejam resolvidos tempestivamente e não prejudiquem o calendário escolar ou o processo de aprendizagem dos estudantes.

A garantia dos materiais contra defeitos de fabricação deverá abranger prazo mínimo compatível com sua vida útil esperada, sendo recomendável que corresponda minimamente ao período letivo para o qual os materiais foram concebidos, protegendo a Administração Pública contra prejuízos decorrentes de produtos inadequados ou defeituosos.

Durante o período de garantia, o fornecedor deverá substituir integralmente, sem ônus adicional para o contratante, todos os materiais que apresentem os defeitos ou vícios anteriormente mencionados, mediante simples comunicação formal acompanhada de evidências fotográficas ou mediante devolução física dos materiais defeituosos quando tal procedimento for considerado necessário para verificação do defeito alegado.

O suporte técnico do fornecedor durante a fase de uso dos materiais, embora não configure manutenção no sentido estrito, constitui elemento importante para assegurar a utilização adequada e otimizada dos recursos pedagógicos adquiridos, podendo incluir o fornecimento de esclarecimentos sobre dúvidas relacionadas ao conteúdo ou à metodologia proposta nos materiais, o atendimento a solicitações de orientação pedagógica sobre formas de utilização, e a disponibilização de canais de comunicação acessíveis para que Secretarias de Educação, gestores escolares e professores possam dirimir dúvidas ou reportar problemas identificados na utilização dos materiais.

A responsabilidade pela manutenção dos materiais didáticos deve ser compartilhada de forma equilibrada entre usuários, gestores escolares e fornecedor, cabendo aos primeiros a adoção de cuidados básicos de conservação que constituem obrigação inerente ao uso responsável de bens públicos, aos gestores escolares a organização de sistemas adequados de armazenamento e controle, e ao fornecedor a substituição de materiais defeituosos e o fornecimento de orientações técnicas quando necessário, assegurando que a vida útil dos materiais seja efetivamente alcançada e que os objetivos pedagógicos da contratação não sejam comprometidos por questões evitáveis de qualidade ou de conservação inadequada.

9.1.5. DISPOSIÇÃO FINAL

A etapa de disposição final corresponde à última fase do ciclo de vida dos materiais didáticos, referindo-se aos procedimentos, possibilidades e responsabilidades relacionados ao descarte ambientalmente adequado dos materiais após o término de sua vida útil pedagógica, quando não mais se justifique sua manutenção nas escolas ou sua reutilização por outros estudantes, seja em razão do desgaste físico natural decorrente do uso intensivo, seja pela atualização de conteúdos que torne os materiais pedagogicamente obsoletos, ou ainda pela mudança de referenciais curriculares ou de metodologias adotadas pelas redes municipais de ensino.

Esta etapa reveste-se de especial importância no contexto da sustentabilidade ambiental e da responsabilidade socioambiental que deve permear

todas as ações da Administração Pública, exigindo que o descarte seja realizado em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e com os princípios da economia circular, privilegiando alternativas que evitem ou minimizem a geração de resíduos e que promovam o reaproveitamento ou a reciclagem dos materiais descartados.

A vida útil dos materiais didáticos objeto da presente contratação estende-se, em princípio, pelo período letivo para o qual foram concebidos, podendo ser prolongada em situações onde os materiais permaneçam em condições físicas adequadas e onde os conteúdos pedagógicos continuem atualizados e alinhados aos referenciais curriculares vigentes, permitindo sua reutilização por outros estudantes em anos letivos subsequentes, sua doação a outras instituições educacionais ou comunitárias, ou seu aproveitamento em bibliotecas escolares como material de consulta ou de apoio pedagógico complementar.

A maximização da vida útil mediante reutilização constitui a alternativa ambientalmente mais favorável, evitando o descarte prematuro e reduzindo a necessidade de novas aquisições, devendo ser incentivada sempre que tecnicamente viável e pedagogicamente adequada.

A reutilização dos materiais didáticos pode ocorrer mediante diferentes modalidades, incluindo o sistema de rodízio entre estudantes em anos letivos consecutivos, especialmente aplicável a materiais de leitura ou de consulta que não envolvam registro permanente de respostas pelos usuários, a doação a outras escolas ou turmas que possam aproveitá-los adequadamente, a disponibilização em bibliotecas escolares ou comunitárias para empréstimo ou consulta local, ou mesmo a doação a entidades assistenciais, organizações não governamentais ou instituições que desenvolvam atividades educativas e que possam utilizar os materiais em suas práticas pedagógicas ou de formação.

A reutilização por outros estudantes em anos subsequentes exige que os materiais tenham sido concebidos de forma a permitir múltiplos usos, preferencialmente sem espaços para registro direto de respostas que inviabilizem a reutilização, ou mediante utilização de cadernos de atividades separados e descartáveis enquanto os livros ou materiais principais permanecem reutilizáveis.

O descarte dos materiais didáticos, quando inevitável em razão do desgaste físico avançado, da obsolescência pedagógica dos conteúdos ou da impossibilidade de reutilização por qualquer motivo, deverá observar rigorosamente as determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estabelece a ordem de prioridade na gestão de resíduos consistente em não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Os materiais didáticos impressos, sendo constituídos essencialmente por papel, configuram resíduos sólidos recicláveis que não devem ser destinados a aterros sanitários ou lixões, mas sim encaminhados a cooperativas de catadores de materiais recicláveis, a empresas especializadas em reciclagem de papel, ou a sistemas municipais de coleta seletiva quando disponíveis, assegurando que o material seja reintroduzido na cadeia produtiva como matéria-prima secundária para fabricação de novos produtos de papel.

A reciclagem dos materiais didáticos contribui significativamente para a redução do impacto ambiental, economizando recursos naturais ao diminuir a necessidade de extração de novas fibras vegetais, reduzindo o consumo de energia e de água nos processos produtivos quando comparada à produção a partir de matéria-

prima virgem, evitando a ocupação de espaços em aterros sanitários, e gerando renda para cooperativas de catadores e para trabalhadores da cadeia da reciclagem, promovendo inclusão social e economia solidária.

Para viabilizar a reciclagem adequada, é recomendável que as escolas removam elementos não recicláveis eventualmente presentes nos materiais, como espirais metálicas de encadernação, capas plastificadas que não sejam facilmente separáveis do papel, ou outros componentes que possam contaminar o processo de reciclagem, embora a concepção adequada dos materiais desde a fase de produção possa minimizar ou eliminar a presença de tais elementos.

As Secretarias Municipais de Educação deverão estabelecer procedimentos internos para gestão da disposição final dos materiais didáticos, incluindo critérios para identificação de materiais que ainda possam ser reutilizados e daqueles que devam ser descartados, procedimentos para higienização e reorganização de materiais destinados à reutilização, parcerias com cooperativas de catadores ou empresas de reciclagem para destinação adequada dos materiais descartados, orientação às unidades escolares sobre as práticas adequadas de descarte, e eventual realização de campanhas educativas junto à comunidade escolar sobre a importância da destinação ambientalmente correta dos materiais e sobre as possibilidades de reciclagem e de economia circular no contexto educacional.

A responsabilidade pela disposição final adequada dos materiais didáticos é primariamente dos municípios contratantes, que detêm a propriedade dos bens adquiridos e que devem gerenciar apropriadamente todo o seu ciclo de vida, incluindo a fase de descarte.

Não obstante, o fornecedor contratado poderá contribuir para facilitar a disposição final adequada mediante a concepção de materiais que priorizem a reciclabilidade desde a fase de produção, utilizando papéis facilmente recicláveis, minimizando o uso de componentes não recicláveis ou de difícil separação, evitando laminações ou plastificações desnecessárias que comprometam a reciclagem do papel, fornecendo informações sobre a composição dos materiais que orientem os procedimentos adequados de descarte, e eventualmente estabelecendo parcerias ou indicando contatos de cooperativas ou empresas especializadas em reciclagem de papel que possam receber os materiais descartados pelas redes municipais de ensino.

A análise do ciclo de vida completo dos materiais didáticos complementares e transversais, contemplando as cinco etapas de produção, distribuição, uso, manutenção e disposição final, demonstra que a solução proposta apresenta viabilidade técnica, econômica e ambiental adequada, permitindo que a Administração Pública avalie de forma abrangente todos os aspectos relevantes da contratação, não se limitando ao custo de aquisição inicial mas considerando também os custos e impactos associados às demais fases do ciclo de vida, em conformidade com os princípios da eficiência, da economicidade, da sustentabilidade e do planejamento que devem nortear as contratações públicas nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e em alinhamento com as políticas nacionais de educação e de meio ambiente.

10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A solução educacional integrado objeto da futura contratação, composta por materiais didáticos impressos, plataforma digital educacional e formação continuada de professores, apresenta natureza complexa e multidimensional, exigindo da futura

contratada capacidade técnica comprovada, e não apenas idoneidade econômico-financeira genérica.

Nesse contexto, a definição de requisitos de qualificação técnica deve assegurar que apenas empresas experientes, estruturadas e tecnicamente aptas participem do certame, minimizando riscos de inadimplemento, atrasos, entrega de materiais inadequados ou formação docente insuficiente, e garantindo que os recursos públicos sejam convertidos em efetivo ganho pedagógico.

Os requisitos propostos observam os limites do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, buscando o equilíbrio entre:

- a) a necessidade de comprovar capacidade real para execução do objeto; e
- b) a preservação da competitividade, evitando exigências desproporcionais ou meramente restritivas.

10.1. Qualificação técnica operacional – Atestado de capacidade técnica

Será exigida apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando experiência anterior da licitante em objeto similar, contemplando, de forma integrada ou ao menos um de cada de seus componentes essenciais:

- a) fornecimento de materiais didáticos ou paradidáticos impressos;
- b) disponibilização de plataforma digital educacional;
- c) execução de formação continuada de professores da educação básica.

No que concerne aos materiais impressos, o atestado deverá comprovar fornecimento anterior de não menos que 47.531 unidades, equivalentes a 40% (quarenta por cento) do quantitativo total estimado do item 01 de maior relevância, que possui o quantitativo de 118.929 unidades, sendo esse percentual:

- a) é compatível com o art. 67, § 3º, da Lei nº 14.133/2021;
- b) evidencia experiência em escala semelhante à ora demandada;
- c) é suficiente para comprovar capacidade operacional em produção, logística e gestão de qualidade;

Os atestados deverão conter, obrigatoriamente, identificação do emitente e da licitante, descrição detalhada do objeto (quantidades, características dos materiais, plataforma e formações), período de execução, declaração de execução a contento e identificação do responsável pela emissão, permitindo eventual diligência. Serão aceitos atestados referentes a contratos executados nos últimos cinco anos, prazo que concilia atualidade da experiência com a realidade dos ciclos educacionais.

10.2. Comprovação de direitos autorais e autorização de fornecimento

Considerando que o fornecimento envolve obras intelectuais protegidas pela Lei nº 9.610/1998, as licitantes deverão comprovar titularidade ou autorização de uso e

comercialização dos materiais didáticos ofertados, evitando exposição da Administração a litígios por violação de direitos autorais.

- a) Editoras detentoras dos direitos autorais: poderão apresentar declaração de titularidade, assumindo integral responsabilidade civil e penal pela veracidade das informações e pela inexistência de violação de direitos de terceiros.
- b) Distribuidoras, representantes ou revendedoras: deverão apresentar autorização expressa ou contratos de distribuição/representação, com:
 - b.1)** Identificação da editora/titular e da licitante;
 - b.2)** Descrição específica dos materiais autorizados;
 - b.3)** Autorização para participação em licitações e contratos administrativos;
 - b.4)** Prazo de validade igual ou superior à vigência da ata + 12 meses;
 - b.5)** Assinatura de representante legal.

Quando a solução envolver materiais de múltiplas editoras, deverá haver autorização individual de cada titular, com os mesmos requisitos. As autorizações deverão ser emitidas em papel timbrado ou com certificação digital idônea, admitindo-se diligência direta pelo órgão licitante para confirmação de autenticidade.

Serão vedadas autorizações genéricas, autorizações com prazo inferior ao da contratação, ou situações de conflito de interesse (por exemplo, quando a própria editora participar como licitante concorrente). A apresentação de documentos falsos ensejará sanções nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Código Penal.

10.3. Disponibilidade de profissionais para formação continuada

Dado que a formação inicial e continuada de professores e gestores é eixo estruturante da solução educacional, as licitantes deverão comprovar disponibilidade de equipe técnica qualificada para a execução das formações.

Será exigida declaração formal da licitante e/ou da editora responsável pelo material didático e capacitação, relacionando, no mínimo, três profissionais formadores, contendo o documento a seguinte informação:

- a) Nome completo e CPF;
- b) Formação acadêmica em Pedagogia, Licenciaturas, Psicologia ou áreas correlatas;
- c) Experiência mínima de 2 (dois) anos em formação de professores, docência na educação básica, coordenação pedagógica, gestão escolar ou desenvolvimento de projetos educacionais;
- d) Indicação do vínculo com a empresa, podendo ser (quadro próprio, contrato de prestação de serviços, futuros contratados, etc.).

Antes do início das formações, a contratada deverá apresentar a documentação comprobatória (diplomas, declarações de experiência, contratos, CTPS ou equivalentes).

A Administração poderá, se entender oportuno, entrevistar os formadores ou solicitar substituição de profissionais cuja atuação se revele incompatível com os

objetivos pedagógicos do programa, desde que preservadas a qualificação mínima e a equivalência de perfil.

10.4. EXAME DE CONFORMIDADE

A aferição da qualidade dos bens objeto desta contratação não pode se limitar apenas à análise documental e ao cumprimento formal das especificações constantes das propostas comerciais.

Neste sentido o licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar após o encerramento da fase competitiva de lances deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, amostra digital completa e funcional da solução educacional integrada proposta, permitindo que a equipe técnica da Administração avalie concretamente, e não apenas mediante descrições genéricas ou promessas comerciais, se os materiais didáticos, a plataforma digital e os serviços de formação atendem efetivamente às especificações técnicas e aos requisitos pedagógicos estabelecidos no Termo de Referência.

Quanto aos materiais didáticos impressos, a amostra digital deverá contemplar:

a) Versão digital completa (formato PDF não editável ou formato editável quando solicitado para verificações específicas) de no mínimo um livro paradidático de cada eixo temático especificado no objeto (habilidades socioemocionais, cidadania digital, educação em saúde), contemplando diferentes etapas de ensino (Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e Anos Finais do Ensino Fundamental), permitindo avaliar a adequação da abordagem pedagógica, da linguagem, da progressão de complexidade, e dos recursos didáticos às diferentes faixas etárias e aos objetivos educacionais específicos de cada etapa;

b) Versão digital de guia do professor para cada eixo temático, permitindo avaliar a qualidade das orientações metodológicas fornecidas aos docentes, a clareza das sugestões de utilização pedagógica, a adequação das fundamentações teóricas apresentadas, e a suficiência dos subsídios fornecidos para que professores sem formação prévia específica nos temas transversais possam utilizar adequadamente os materiais;

c) Memorial descritivo detalhado das características gráficas, editoriais e físicas dos materiais impressos, especificando tipo e marca comercial do papel a ser utilizado no miolo e na capa, gramatura exata em g/m², tipo de acabamento (laminação, verniz, plastificação), dimensões físicas (largura, altura e lombada), número de páginas de cada material, tipo de encadernação (grampeada, costurada, colada, espiralada), e demais especificações técnicas que permitam avaliar conformidade com as normas ABNT aplicáveis e adequação às exigências de durabilidade para uso escolar intensivo.

d) Quanto à plataforma digital educacional, a amostra digital deverá disponibilização de acesso demonstrativo funcional mediante fornecimento de credenciais de teste (usuários e senhas) para todos os perfis de acesso previstos (aluno, professor, gestor escolar, família, administrador do sistema), com todas as funcionalidades especificadas no Termo de Referência já implementadas e plenamente operacionais, não se admitindo apresentação de protótipos, de ambientes de demonstração simulados, ou de plataformas parcialmente desenvolvidas com

funcionalidades incompletas ou indisponíveis, pelo prazo mínimo de 07 (sete) dias corridos que permita análise detalhada por múltiplos avaliadores em horários diversos;

e) Manual técnico detalhado da plataforma, contemplando arquitetura tecnológica (linguagens de programação, frameworks, bibliotecas utilizadas), infraestrutura de hospedagem (servidores próprios, serviços de cloud computing contratados, especificações de capacidade), requisitos de segurança da informação implementados (criptografia de dados, autenticação de usuários, controles de acesso, políticas de backup), recursos de acessibilidade digital;

f) Vídeo demonstrativo apresentando de forma didática e objetiva as principais funcionalidades da plataforma para cada perfil de usuário, evidenciando navegabilidade, usabilidade, recursos interativos, ferramentas de acompanhamento pedagógico, e diferenciais tecnológicos que agreguem valor à solução;

g) Declaração de conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709, de 2018), atestando que a plataforma observa todos os requisitos legais de proteção de dados pessoais de crianças, adolescentes e profissionais da educação, incluindo consentimento adequado para tratamento de dados, limitação de finalidade, minimização de coleta, transparência sobre práticas de tratamento, segurança de armazenamento, e garantia de direitos dos titulares;

h) Plano detalhado de formação, especificando metodologia pedagógica a ser empregada (expositiva, oficinas práticas, estudos de caso, grupos de trabalho, metodologias ativas utilizando como base qualquer município consorciado do CINCOP-MT), contemplando não menos que, carga horária total e distribuição entre momentos presenciais e não presenciais quando aplicável, conteúdo programático detalhado organizado por módulos ou unidades temáticas, cronograma sugerido de execução compatível com calendários escolares e rotinas de trabalho docente, e perfil detalhado dos formadores que atuarão no projeto;

i) Currículo resumido de no mínimo três formadores, demonstrando titulação acadêmica (graduação obrigatória em Pedagogia, Licenciatura, Psicologia ou áreas correlatas à educação, e pós-graduação quando disponível), experiência profissional comprovada em formação de professores da educação básica, em docência, em coordenação pedagógica ou em desenvolvimento de projetos educacionais, publicações relevantes quando existentes, e outras qualificações pertinentes;

10.4.1. Dos procedimentos de submissão das amostras digitais

As amostras digitais deverão ser enviadas mediante upload direto no sistema eletrônico de licitações utilizado para condução do pregão eletrônico, ou alternativamente, quando limitações técnicas do sistema inviabilizarem o upload de arquivos de grande volume, mediante compartilhamento de link para acesso em serviços de armazenamento em nuvem amplamente utilizados como Google Drive, Dropbox, OneDrive ou similares, com permissões adequadamente configuradas para permitir visualização e download pela equipe de análise técnica sem exigência de autenticação mediante contas específicas ou de solicitação de acesso que poderia gerar atrasos no cronograma de análise.

O prazo para apresentação da amostra digital será idêntico ao prazo estabelecido no edital para envio dos documentos de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, assegurando que a licitante disponha de tempo suficiente para organizar

adequadamente toda a documentação exigida sem que este prazo seja excessivamente dilatado comprometendo a celeridade do certame.

A não apresentação da amostra digital completa no prazo estabelecido, ou a apresentação parcial que não permita análise adequada de todos os componentes exigidos, implicará desclassificação automática da proposta com convocação da segunda colocada para apresentação de sua amostra e documentação de habilitação, sucessivamente.

10.4.2. Da análise técnica das amostras digitais

A análise das amostras digitais será realizada por equipe técnica do CINCOP-MT, assegurando que a avaliação contemple tanto dimensões pedagógicas quanto aspectos técnicos e operacionais da solução apresentada. A equipe analisará as amostras considerando critérios objetivos e verificáveis previamente estabelecidos no Termo de Referência, documentando sua análise em relatório técnico circunstanciado que indique expressamente o atendimento ou não atendimento de cada critério específico, com justificativas fundamentadas que permitam eventual revisão por instâncias superiores ou que subsidiem defesas apresentadas pela licitante quando discordar das conclusões alcançadas.

Quanto aos materiais didáticos impressos apresentados em formato digital, a análise considerará:

a) Conformidade do conteúdo pedagógico com a Base Nacional Comum Curricular, verificando se as competências gerais, as competências específicas das áreas de conhecimento, e as habilidades estabelecidas na BNCC são adequadamente contempladas nos materiais, se a progressão de complexidade respeita as características cognitivas e socioemocionais das diferentes faixas etárias, e se os conteúdos apresentados estão atualizados segundo referenciais teóricos contemporâneos das ciências da educação;

b) Adequação da linguagem à faixa etária dos estudantes destinatários e aos objetivos educacionais específicos de cada material, verificando se a complexidade vocabular, a estrutura sintática das frases, o tamanho dos textos, e os recursos de apoio à compreensão são apropriados para leitores iniciantes, em consolidação ou proficientes conforme a etapa de ensino;

c) Qualidade editorial, abrangendo correção ortográfica e gramatical rigorosa conforme normas da língua portuguesa padrão, coerência e coesão textual que assegurem fluidez de leitura e compreensibilidade, fundamentação teórica adequada dos conteúdos apresentados com eventual indicação de fontes ou referências bibliográficas quando pertinente, e ausência de erros conceituais, imprecisões factuais, ou afirmações controversas não adequadamente contextualizadas;

d) Qualidade do projeto gráfico, avaliando diagramação que favoreça legibilidade mediante uso adequado de espaços em branco, hierarquização visual de informações, alinhamento e margens proporcionais, ilustrações pertinentes e de qualidade técnica adequada que complementem o texto sem mera função decorativa, legibilidade assegurada mediante escolhas tipográficas apropriadas e contraste adequado entre texto e fundo, e organização visual que facilite navegação pelos conteúdos e localização rápida de informações;

e) Abordagem metodológica, verificando utilização de metodologias ativas de aprendizagem que promovam protagonismo dos estudantes, presença de atividades

práticas e contextualizadas que conectem conteúdos a realidades vivenciadas pelos estudantes, diversificação de estratégias didáticas que atendam diferentes estilos de aprendizagem, e equilíbrio entre atividades individuais e coletivas;

f) Transversalidade e integração, avaliando se os diferentes eixos temáticos dialogam entre si e com componentes curriculares convencionais, se os temas são abordados de forma articulada e não fragmentada, e se há coerência metodológica e conceitual entre os diferentes materiais que compõem a solução;

g) Inclusão de recursos lúdicos e interativos, verificando presença de jogos, desafios, atividades gamificadas, QR codes que remetam a conteúdos digitais complementares quando aplicável, e outros elementos que potencializem engajamento e motivação dos estudantes;

Conformidade das especificações físicas declaradas no memorial descritivo com os requisitos técnicos estabelecidos no Termo de Referência e com as normas ABNT aplicáveis, verificando se gramaturas, dimensões, tipos de encadernação e demais características físicas atendem aos padrões mínimos exigidos.

10.4.3. Quanto à análise da plataforma digital educacional

Disponibilidade e operacionalidade plena de todas as funcionalidades especificadas no Termo de Referência, testando efetivamente cada recurso mediante navegação pelos diferentes perfis de usuário, verificando se funcionalidades estão implementadas completamente ou apenas parcialmente, e identificando eventuais erros, inconsistências ou limitações que comprometam a utilização adequada;

a) Usabilidade e navegabilidade intuitiva, avaliando se usuários sem treinamento prévio conseguem localizar facilmente as funcionalidades desejadas, se a estrutura de menus é lógica e autoexplicativa, se há recursos de ajuda contextual ou tutoriais integrados, e se a experiência de usuário é fluida sem necessidade de consultas frequentes a manuais externos;

b) Design responsivo, testando a plataforma em diferentes dispositivos (computadores desktop, notebooks, tablets, smartphones) e em diferentes navegadores (Chrome, Firefox, Safari, Edge) para verificar se interfaces se adaptam adequadamente a diferentes tamanhos de tela mantendo funcionalidade e legibilidade;

c) Recursos de acessibilidade digital, testando compatibilidade com leitores de tela utilizados por pessoas com deficiência visual, verificando possibilidade de ajuste de contraste e de tamanho de fontes para pessoas com baixa visão, conferindo disponibilidade de legendas em vídeos para pessoas surdas, e verificando eventual presença de tradução em Libras quando especificado;

d) Segurança da informação, avaliando se conexões utilizam protocolos seguros, se há políticas claras de privacidade acessíveis aos usuários, se existem mecanismos de autenticação robustos;

e) Qualidade dos objetos educacionais digitais, testando vídeos, animações, simulações, jogos educativos e demais recursos quanto à qualidade técnica de produção, adequação pedagógica, alinhamento com objetivos de aprendizagem, e potencial de engajamento dos estudantes;

f) Funcionalidades de relatórios gerenciais, verificando se gestores e professores conseguem extrair dados relevantes sobre utilização da plataforma, progresso dos estudantes, identificação de dificuldades, e outros indicadores que apoiem tomada de decisões pedagógicas;

g) Desempenho técnico, observando tempos de carregamento de páginas, estabilidade do sistema durante utilização contínua, e ausência de erros críticos que interrompam navegação ou comprometam funcionalidades essenciais.

10.4.4. Quanto a análise dos serviços de formação continuada

Adequação do plano de formação aos objetivos da contratação, verificando se metodologias propostas são apropriadas para formação de adultos profissionais, se carga horária é suficiente para desenvolvimento dos conteúdos previstos, e se cronograma é viável considerando rotinas escolares, e ainda:

a) Pertinência do conteúdo programático, avaliando se temas propostos são relevantes para utilização adequada dos materiais didáticos e para desenvolvimento das competências docentes necessárias ao trabalho com os eixos temáticos;

b) Qualificação dos formadores, verificando se titulação acadêmica mínima (graduação completa em área educacional) é atendida, se experiência em formação de professores é comprovada e suficientemente expressiva, e se perfis apresentados são compatíveis com objetivos formativos específicos;

c) Qualidade dos materiais didáticos, avaliando apostilas, slides e recursos audiovisuais quanto à adequação teórica, clareza de apresentação, pertinência de exemplos, e potencial de apoio efetivo aos processos formativos;

d) Viabilidade do cronograma proposto e coerência entre carga horária e volume de conteúdos a serem trabalhados.

O prazo para análise das amostras digitais será de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento completo da documentação, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período mediante justificativa fundamentada do Pregoeiro quando a complexidade da análise ou o volume de materiais assim exigirem.

Caso a amostra digital não atenda integralmente aos requisitos estabelecidos, evidenciando que a solução proposta não corresponde às especificações técnicas do Termo de Referência, a licitante será desclassificada e o Pregoeiro convocará a segunda colocada para apresentação de amostra digital e documentos de habilitação, sucessivamente, até identificação de proposta que conjugue menor preço e adequação técnica.

10.5. DA PROVA DE CONCEITO: AMOSTRA FÍSICA COMPLEMENTAR

O Pregoeiro poderá, a seu critério discricionário fundamentado ou mediante solicitação justificada da equipe técnica de análise, exigir apresentação de amostra física dos materiais didáticos impressos para complementar a análise de conformidade realizada sobre as amostras digitais, assegurando verificação presencial da qualidade gráfica real, dos materiais efetivamente utilizados, do acabamento, da resistência física, e da durabilidade mediante manuseio e testes práticos que não são plenamente viáveis mediante análise exclusivamente digital.

Esta exigência será comunicada mediante notificação pelo sistema eletrônico de licitações ou por correio eletrônico, especificando quais materiais deverão ser apresentados fisicamente, quantidade de exemplares de cada, prazo para entrega (que não será inferior a cinco dias úteis para permitir produção e expedição), local de entrega, e forma de identificação da amostra.

A amostra física contemplará no mínimo dois exemplares de livros paradidáticos de diferentes eixos temáticos e etapas de ensino indicados pelo Pregoeiro, um exemplar de guia do professor, e um exemplar de material para famílias, permitindo análise comparativa entre exemplares e verificação de uniformidade de qualidade.

As amostras serão analisadas quanto a qualidade de impressão (nitidez, alinhamento, definição de cores), tipo e gramatura real do papel, qualidade de acabamento e encadernação, resistência a manuseio intensivo, conformidade com especificações do memorial descritivo, e conformidade com certificações ambientais declaradas.

As amostras físicas aprovadas serão retidas pela Administração durante toda a execução contratual para confrontação futura com os materiais que serão entregues, assegurando que não ocorram alterações de qualidade entre o que foi apresentado no certame e o que será efetivamente fornecido.

O não atendimento à convocação no prazo estabelecido, ou a reprovação da amostra física, implicará desclassificação com convocação da licitante subsequente.

10.6. DA PROPORCIONALIDADE E VANTAJOSIDADE DA METODOLOGIA ADOTADA

A adoção do pregão eletrônico com julgamento por menor preço conjugado com exame de conformidade mediante prova de conceito representa a melhor equação entre celeridade processual, economicidade financeira, e qualidade técnica assegurada, harmonizando os objetivos do processo licitatório estabelecidos no artigo 11 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Esta metodologia assegura:

- a) **Competitividade ampla**, mediante utilização de modalidade acessível a licitantes de qualquer porte sem restrições geográficas, com redução de barreiras à participação em comparação com modalidades mais complexas;
- b) **Transparência e publicidade**, mediante realização de sessão pública eletrônica com disputa de lances visível a todos, decisões documentadas em relatórios técnicos objetivos, e possibilidade de acompanhamento por órgãos de controle e por cidadãos interessados;
- c) **Celeridade processual**, com prazos significativamente inferiores aos de modalidades convencionais, permitindo disponibilização mais rápida dos recursos educacionais às escolas;
- d) **Economicidade**, mediante disputa competitiva por lances sucessivos que resulta em reduções efetivas de preços em relação a valores inicialmente propostos;
- e) **Qualidade assegurada**, mediante verificação prévia de que solução ofertada atende integralmente às especificações técnicas antes da adjudicação, evitando contratação de fornecedor tecnicamente inadequado apenas porque apresentou menor preço;
- f) **Segurança jurídica**, mediante utilização de critérios objetivos de análise técnica que reduzem subjetividade e discricionariedade, minimizando riscos de questionamentos ou impugnações.

A experiência comparada de municípios e estados que adotaram metodologia similar demonstra sua efetividade prática e sua aceitação pelos órgãos de controle, constituindo atualmente a melhor prática em contratações de soluções educacionais complexas que exigem simultaneamente economicidade e qualidade técnica, em plena conformidade com a legislação licitatória vigente e com a jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas.

11. ATENDIMENTO ÀS NORMAS TÉCNICAS

Sabe-se que *“a Administração Pública, ao especificar os objetos das licitações e dos contratos administrativos, deve fazê-lo em consonância às normas da ABNT. Não há espaço de discricionariedade para recusar as normas da ABNT, ainda que, eventualmente, se entenda que elas são desnecessárias ou restritivas à competição”*.¹⁴ Para além delas, as normas técnicas de outras entidades também devem ser observadas, conforme dispõe o art. 39, inciso VIII, do CDC:

“Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

[...]

VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);”

Assim, como requisito para a contratação, os itens licitados devem atender às legislações e normas técnicas que estabelecem não menos:

- **ABNT NBR 14869 – Tecnologia gráfica – Livros didáticos – Especificações** - Esta norma especifica os requisitos mínimos para livros didáticos, incluindo livro do aluno, livro do professor, caderno de exercício e caderno de atividades, com a finalidade de garantir um produto adequado, com aparência, resistência e durabilidade necessárias.
- **ABNT NBR 14869-2 – Tecnologia gráfica – Livros – Parte 2: Livros didáticos** - Estabelece os requisitos dos insumos para livros didáticos, com a finalidade de garantir um produto adequado com aparência, resistência e durabilidade necessárias para sua finalidade de uso.
- **ABNT NBR 15201-1 – Tecnologia gráfica – Livro didático – Parte 1: Classificação de defeitos** - Classifica os principais defeitos de impressão e pós-impressão em livros didáticos confeccionados com papel e que tenham capa flexível. Normas.

¹⁴ NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação pública e contrato administrativo. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. p. 434.

- **ABNT NBR 6029 – Informação e documentação – Livros e folhetos – Apresentação** - Estabelece princípios gerais para apresentação dos elementos que constituem o livro ou folheto.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor da contratação fora estimado a partir dos quantitativos já expostos no corpo deste Termo de Referência e da pesquisa de preços realizada nos termos da Resolução nº 004/2025 do CINCOP-MT e do art. 23, caput e § 1º, da Lei Federal n. 14.133/2021.

Importante salientar, contudo, que o valor estimado ou valor máximo da contratação, **conforme já exposto no Estudo Técnico Preliminar, será sigiloso**. Isso porque, como extrai-se da obra de Rony Charles Lopes de Torres¹⁵:

“Ao informar os valores máximos que admite contratar, a Administração acaba sendo prejudicada em uma negociação na qual há evidente assimetria de informações, em seu desfavor, já que ela desconhece o preço de oferta real do fornecedor, embora ele conheça o valor máximo que ela aceita pagar. A publicização prévia da estimativa de custos, notadamente no pregão eletrônico, faz com que os licitantes “ancorem” seus preços em patamar muito próximo a este limite. [...] A ideia de não divulgação da estimativa de custos, junto com o edital, não é inspirada em uma tentativa de fugir ao princípio da publicidade ou de esconder os custos daquela contratação de toda a sociedade; na verdade, ela decorre de um raciocínio natural às relações de negociação, que deve também ser aplicado nas contratações públicas.”

O autor conclui que o orçamento sigiloso tem seus fundamentos em dois aspectos:

“[...] o combate à corrupção, uma vez que a não divulgação do orçamento dificultaria e inibiria o conluio entre os licitantes, e a obtenção de vantagens de ordem econômica, já que, diante da ausência de certeza a respeito do valor estimado do objeto licitado, os licitantes acabam obrigados a apresentar seus preços reais, sem orbitar a balizar máxima admitida no edital.”

Portanto, em vista do favorecimento de uma verdadeira competitividade entre os licitantes para a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração, adotar-se-á o caráter sigiloso para os orçamentos, expressamente autorizado pelo art. 24 da Lei Federal n. 14.133/2021:

*“Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:
I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo;
II - (VETADO).*

¹⁵ TORRES, Rony Charles Lopes de. Leis de Licitações Públicas Comentadas. 14. ed. São Paulo: Juspodivm, 2023. p. 211-212.

Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.”.

Ademais, esta medida encontra-se regulamentada no âmbito deste Consórcio Público pelo art. 7 da Resolução nº 004/2025 do CINCOP-MT:

“Art. 7º Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, salvo na hipótese de licitação cujo critério de julgamento for por maior desconto.

Dessa forma, compete ao pregoeiro e à equipe de apoio a observância de tais dispositivos, para fins de julgamento e aceitação das propostas, sendo as estimativas dos valores apenas divulgadas após o encerramento do envio de lances.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame, correrão à conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante referente ao exercício de 2025 e seguintes. O Órgão Participante, somente quando da contratação/empenhamento, deverá especificar a classificação orçamentária, nos termos do art. 3, parágrafo único, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT.

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Através da licitação compartilhada a ser realizada na modalidade pregão, na forma eletrônica, e auxiliada pelo Sistema de Registro de Preços, devidamente regulamentado pela Resolução nº 002/2025 do CINCOP-MT, será selecionado como fornecedor de cada item aquele que apresentar proposta de **MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR LOTE**, modo de disputa **ABERTO**, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e do art. 34, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, desde que atendidas às exigências e disposições das folhas de dados, deste Termo de Referência e do Edital a ser publicado.

14.1. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA

Em observância ao disposto no art. 4º, caput, da Lei Federal n. 14.133/2021, serão concedidas às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) as prerrogativas previstas em lei de empate ficto e saneamento de eventual restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar Federal n. 123/2006:

“Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.”.

Ressalta-se que, nos termos do art. 4º, §§ 1º a 3º, da Lei Federal n. 14.133/2021, o tratamento diferenciado para ME e EPP não é aplicável nas contratações que possuam item com valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP ou cuja soma dos contratos celebrados no ano-calendário de realização da licitação a superem.

“Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I – no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II – no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.”

Destaca-se que estas disposições já constituem cláusulas-padrão dos editais do CINCOP-MT, nos seguintes termos:

“Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/06, o(a) Pregoeiro(a) aplicará os critérios para o desempate em favor da ME/EPP, desde que tenha o fornecedor tenha declarado esta opção no Cadastramento junto ao Portal Licitanet. Após o desempate, poderá o(a) Pregoeiro(a) ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública. Se aceita a referida diminuição para o valor estimado, será declarada Vencedora no Pregão, do contrário, poderá ser negociado valor com as empresas subsequentes. [...]

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada a documentação, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração, após a lavratura da Ata, como condição para a assinatura do Contrato, na forma das Leis Complementares Federais nº 123/06 e 147/2014.

A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo facultado ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.”

Ainda, observa-se que as disposições da Lei Complementar Federal n. 123/2006 visam ampliar a participação das ME e EPP nas licitações, mas não elevar a hipossuficiência econômica delas acima do interesse público. Dessa forma, é importante

sopesar princípios pertinentes ao presente processo administrativo licitatório como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a seleção da proposta apta a gerar o resultado da contratação mais vantajoso para a administração, para realizar a leitura de seus dispositivos.

Nesse escopo interpretativo, insere-se os arts. 47 a 49 da Lei Complementar Federal n. 123/2006, os quais assim dispõem:

“Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I – deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II – poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

III – deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 3º Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I – (Revogado);

II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV – a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.”. [grifo nosso]

Verifica-se que o legislador previu a aplicação do tratamento diferenciado, em especial a realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de ME e EPP e o estabelecimento de cota de até 25% do objeto para a contratação destas, mas não o fez de forma absoluta, prevendo, no art. 49, situações em que o interesse público, manifestado, entre outros, nos princípios da competitividade, da economicidade e da eficiência, impõe que se afastem estas peculiaridades.

No presente processo licitatório, torna-se imperativo, portanto, afastar a aplicação das disposições dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar Federal n. 123/2006 em razão da manifesta desvantagem gerada à administração pública e do prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, nos termos do art. 49, inciso III, do referido diploma legal.

Em especial nas licitações compartilhadas do CINCOP-MT, das quais participam vários municípios do Estado de Mato Grosso, faz-se necessário considerar que a contratação abarca a possibilidade de fornecimento a todos os consorciados, visando a obtenção de uma maior economicidade, dada a possibilidade de diluição dos custos dentro de cada item previsto no edital, através do ganho de escala, racionalidade administrativa e otimização de processos repetitivos. Assim, a divisão do objeto para estabelecimento de cota para ME e EPP e a formação de itens em lotes de valor inferior a R\$80.000,00 mostram-se extremamente desvantajosas para a administração, em razão da redução de escala e consequente perda de economicidade, desvirtuando-se, inclusive, a própria razão para a realização de licitações compartilhadas pelo CINCOP-MT.

Importante considerar também que as empresas vencedoras da licitação devem possuir capacidade para fornecer seus bens ou serviços, o que inclui entrega, logística e custos operacionais em todo o território mato-grossense e, de forma individual, em cada um dos municípios consorciados, visto que o CINCOP-MT é uma autarquia interfederativa com abrangência estadual, inviabilizando a formação de lotes de pequeno valor para a participação dessas empresas sem que ocorra perda de economicidade na licitação compartilhada.

Assim, devidamente justificado, estão asseguradas as prerrogativas da ME e EPP no presente processo administrativo licitatório, com exceção das disposições dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar Federal n. 123/2006.

Todavia, o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n. 123/2006 não será concedido no presente processo, eis que os seus valores estimados são superiores à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso I, da Lei Federal n. 14.133/2021.

15. DA POSSIBILIDADE DE REUNIÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

Em observância ao disposto no artigo 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que admite expressamente a participação de empresas reunidas em consórcio nos procedimentos licitatórios quando a natureza do objeto ou a complexidade de sua execução assim justifica.

Por tal razão, e considerando que o objeto da presente contratação envolve solução educacional integrada de magnitude significativa que articula múltiplas dimensões técnicas e operacionais, será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio,

Para tais fins e para equilibrar a ampliação das possibilidades de participação no certame, objetivo legítimo que fundamenta a admissão de consórcios, com a necessidade de evitar proliferação excessiva de participantes que dificultaria a gestão contratual e a responsabilização em caso de inadimplemento, será admitida a formação de consórcios compostos por no máximo 2 (duas) empresas, limitação que se justifica pela natureza do objeto que, embora complexo, não apresenta especializações técnicas tão diversificadas que exijam reunião de múltiplas empresas com competências altamente especializadas e complementares.

A limitação a dois membros assegura simplicidade na gestão contratual, facilita a identificação de responsabilidades quando da execução das diferentes frentes de trabalho, reduz riscos de conflitos internos entre múltiplos consorciados que poderiam comprometer a execução, e preserva a agilidade na tomada de decisões operacionais durante a execução contratual, evitando necessidade de coordenação entre múltiplos agentes que poderia gerar atrasos ou desencontros prejudiciais ao cumprimento dos prazos estabelecidos.

As empresas que desejarem participar da licitação reunidas em consórcio deverão, sob pena de inabilitação, atender cumulativamente aos seguintes requisitos formais e substanciais:

- a) Compromisso Público ou Particular de Constituição de Consórcio: Apresentação de instrumento jurídico, firmado por representantes legais de todas as empresas consorciadas com poderes estatutários para tanto, que estabeleça de forma clara, expressa e inequívoca: a identificação completa de todas as empresas participantes do consórcio (razão social, CNPJ, endereço, representantes legais);
- b) Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável pela representação das consorciadas perante a Administração e pela coordenação das atividades do agrupamento; a descrição detalhada das responsabilidades específicas de cada empresa consorciada na execução do objeto contratado, discriminando quais componentes da solução educacional (materiais impressos, plataforma digital, formação continuada) serão executados por cada membro, ou estabelecendo divisão segundo outros critérios objetivos que permitam verificar claramente a contribuição de cada participante;
- c) Percentual de participação de cada consorciado, que deve corresponder proporcionalmente às responsabilidades assumidas e que definirá a distribuição dos pagamentos contratuais; a expressa assunção de responsabilidade solidária de todas as empresas consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio durante todas as fases da licitação e durante toda a execução contratual, nos termos do artigo 15, parágrafo primeiro, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- d) Compromisso de que o consórcio não se dissolverá antes do integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, permanecendo vigente durante todo o período de execução e durante o prazo de garantia dos materiais;

- e) E ainda, a eleição de foro para dirimir eventuais conflitos entre os consorciados, que não prejudica a competência da Justiça Federal quando a União integrar o polo passivo da demanda.

A empresa líder indicada no instrumento de constituição do consórcio será a responsável exclusiva pela representação do agrupamento empresarial perante a Administração Pública durante todas as fases da licitação e durante toda a execução contratual.

A indicação de empresa líder não exonera os demais membros do consórcio de suas responsabilidades contratuais, mantendo-se a solidariedade entre todos os consorciados quanto ao integral cumprimento das obrigações assumidas, conforme estabelece expressamente o artigo 15, parágrafo primeiro, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, dispositivo que assegura à Administração Pública a faculdade de exigir o cumprimento das obrigações contratuais de qualquer dos consorciados, independentemente das divisões de responsabilidade estabelecidas no acordo interno entre as empresas.

Os pagamentos devidos pela execução contratual serão realizados à empresa líder do consórcio, que assumirá a responsabilidade de distribuir os valores aos demais membros conforme percentuais de participação estabelecidos no instrumento de constituição do consórcio, não cabendo à Administração Pública qualquer ingerência ou responsabilidade sobre esta distribuição interna, que se rege exclusivamente pelos acordos privados celebrados entre as consorciadas.

Eventuais conflitos sobre distribuição de valores entre os membros do consórcio não afetarão os direitos da Administração nem justificarão descumprimentos de obrigações contratuais, devendo ser resolvidos pelas empresas consorciadas mediante os mecanismos contratuais privados estabelecidos em seu instrumento de constituição.

A aplicação de penalidades administrativas por descumprimento de obrigações contratuais, incluindo advertências, multas, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar, ou declaração de inidoneidade, poderá ser direcionada solidariamente a todos os membros do consórcio ou, alternativamente quando identificável a responsabilidade específica, ao membro diretamente responsável pelo descumprimento, sem prejuízo da responsabilização solidária dos demais quando a natureza da infração ou a gravidade do dano assim justificar.

A aplicação de sanção a um dos membros do consórcio não exonera automaticamente os demais de suas responsabilidades, subsistindo a obrigação solidária de cumprimento das obrigações contratuais remanescentes.

A eventual subcontratação de parcelas específicas e limitadas do objeto por empresas integrantes do consórcio obedecerá às mesmas regras e limitações estabelecidas no Termo de Referência para licitantes individuais, não sendo admitida subcontratação que caracterize transferência integral ou substancial das responsabilidades assumidas pelo consórcio, que desnature a qualificação técnica que fundamentou a habilitação, ou que comprometa a capacidade de fiscalização e de responsabilização pela Administração Pública. A subcontratação será admitida para fins do fornecimento do material impresso, e ainda, quando admitida nos estritos limites contratuais, não eximirá o consórcio nem seus membros das responsabilidades

contratuais perante a Administração, respondendo solidariamente pelos atos, omissões, e qualidade dos serviços prestados por eventuais subcontratados.

A admissão de participação de empresas reunidas em consórcio, observadas as condições e limitações estabelecidas, representa equilíbrio adequado entre a ampliação das possibilidades de competição, objetivo legítimo que pode resultar em propostas comercialmente mais vantajosas mediante reunião de empresas complementares que isoladamente não teriam capacidade completa para execução do objeto, e a preservação da segurança da contratação mediante estabelecimento de regras claras de responsabilização solidária, de requisitos rigorosos de qualificação individual de todos os membros, e de limitação do número de participantes do consórcio que facilita gestão contratual e responsabilização em caso de inadimplemento, em plena conformidade com o artigo 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e com os princípios da eficiência, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa que devem orientar os processos licitatórios.

16. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Conforme disposto no art. 84, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021 e no art. 4, § 2º, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT, o contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de vigência da ata de registro de preços e terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada Órgão Participante, não lhe sendo gerado, pela existência de preços registrados, a obrigação de contratar, nos termos do art. 7, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT e do art. 83 da Lei Federal n. 14.133/2021.

A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra, conforme disposto em Resolução.

16.1. ENTREGA DO OBJETO

Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 30 dias, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) que será enviada por meio eletrônico, no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica, e deverá ser enviado o arquivo XML para o e-mail indicado na Autorização de Fornecimento, devendo o fornecedor ficar ciente da área territorial de atuação do consórcio CINCOP-MT, que é o Estado de Mato Grosso e seus 142 municípios.

Tratando-se de demanda inédita, o prazo supracitado fora determinado com base naquele utilizado nos processos licitatórios realizados anteriormente pelos municípios para atendimento da mesma demanda. Assim, em razão da regularidade na realização da ampla maioria das entregas, da compatibilidade com as condições usualmente verificáveis no mercado e do atendimento às necessidades dos órgãos e entidades dos entes da federação, verificou-se a adequabilidade em manter-se o prazo anteriormente utilizado.

Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante ocorrerão por conta do fornecedor, sob o qual ficará a total responsabilidade

de realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os itens a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

Os recebimentos provisório e definitivo ficarão a cargo do órgão participante, em conformidade com o disposto no art. 140 da Lei Federal n. 14.133/2021. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização no órgão participante, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais e definitivamente por servidor ou comissão designada por autoridade competente do órgão participante.

O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as disposições do contrato, do Edital, do Termo de Referência, dos descritivos e das folhas de dados.

16.2. GARANTIA DO OBJETO

Na eventual ausência de previsão na folha de dados ou descritivos, por se tratar de bens não duráveis, não haverá necessidade de prazo de garantia superior àquele no art. 26 do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e disposições conexas, salvo concessão de prazo maior pelo fornecedor, o qual estará vinculado à proposta realizada, sem exclusão da garantia legal. A prestação da garantia reger-se-á, de toda forma, pelas disposições do CDC.

No caso daqueles que o contiverem, o prazo de validade do item na data da efetiva entrega não poderá ser inferior àquele previsto na folha de dados. No caso de ausência de folha de dados, o prazo de validade na data da efetiva entrega deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, conforme condições ordinariamente verificadas no mercado.

De acordo com o art. 18, §§ 1º e 2º, do CDC, o prazo para que o produto com defeito seja consertado ou, sendo o caso, substituído, será de 30 dias contados a partir do aviso do defeito do produto ao fornecedor ou fabricante, podendo-se, caso justificativo, deferir eventual pedido de prorrogação deste prazo.

Todos os custos relacionados à execução da garantia ou troca dos bens correrão por conta exclusiva do fornecedor, incluídos aqueles relacionados ao transporte, às horas técnicas e ao deslocamento de pessoal.

17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A contratação decorrente do Sistema de Registro de Preços realizado pelo CINCOP-MT deverá ocorrer exclusivamente através do Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos, disponível no endereço eletrônico <https://cincop.stlicita.com.br/>, sendo de total autonomia e responsabilidade do Órgão Participante o momento e a justificativa da contratação, observados a disponibilidade orçamentária e o prazo de vigência da ata, de acordo com a sua necessidade, sem qualquer interferência do Órgão Gerenciador na decisão de contratação.

O Órgão Gerenciador, nos termos do art. 41, da Resolução nº 002/2025 do CINCOP-MT, fica autorizado a aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais em relação às contratações dos Órgãos Participantes.

A multa aplicada em decorrência da contratação vinculada a Ata de Registro de Preços pertence ao Órgão Participante, sendo este responsável pelo lançamento, cobrança e registro da receita, após comunicação da decisão em processo administrativo do Órgão Gerenciador.

Em conformidade com o art. 117 da Lei Federal n. 14.133/2021, o Órgão Participante deverá designar fiscal de contrato e representante da administração pública para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos celebrados entre este Órgão Participante e os fornecedores contratados na licitação, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º do referido diploma legal. A vinculação do fiscal e representante da administração pública será associada na emissão da Solicitação de Fornecimento e será consignada na Autorização de Fornecimento com a sua respectiva ciência.

Em conformidade com o art. 15, inciso XIV, da Resolução nº 103/2025 do CINCOP-MT, caberá ao gestor do contrato constituir relatório final de que trata o art. 174, § 3º, inciso VI, alínea “d”, da Lei Federal n. 14.133/2021 com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

18. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

18.1. MEDIÇÃO

Por se tratar de simples aquisição de bens comuns, inexistem critérios de medição a serem fixados.

18.2. PAGAMENTO

O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor do licitante vencedor mediante boleto ou transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do fornecedor.

O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias após a data de recebimento do objeto desta licitação acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação, exceto no caso de participação de empresas em consórcio.

Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

Cuiabá - MT,.

ANEXO I

MEMÓRIAL DESCRITIVO DOS MATERIAIS

ITEM 1 – Projeto Educacional DIDÁTICO COMPLEMENTAR destinado à Recomposição de Aprendizagens de Anos Anteriores e à Preparação para as Avaliações Externas, trabalhando habilidades e objetos de conhecimento básicos em Língua Portuguesa e Matemática, destinada a alunos e professores, para atender estudantes dos anos iniciais e dos anos finais do ensino fundamental.

1.1 – Especificações Técnicas do Material Didático

Ensino Fundamental (Material do Aluno):

Material didático: impresso e digital com o componente curricular **Língua Portuguesa**, consumível, remessa única, com no mínimo 216 páginas por aluno no total; formato 20,5cm X 27,5cm, com papel capa sendo cartão supremo 250g e papel do miolo off set 75g. Com acabamento em lombada quadrada, PUR e beneficiamento da capa em verniz UV total. O material deverá apresentar foco nas habilidades do Saeb para Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental.

O material do aluno deverá contar com uma criteriosa organização de objetos de conhecimentos, temas e habilidades estruturados de acordo com a Matriz de Língua Portuguesa. A disposição curricular dos temas, as habilidades e as atividades terão que promover a sistematização das experiências do aluno, para que realize os exames do Saeb com êxito.

O material deverá constar uma seção com questões objetivas, seguindo as características das avaliações oficiais contendo comando claro da atividade, três distratores e uma alternativa correta, o objetivo é tornar familiar ao aluno o modelo de questões utilizado no Sistema de Avaliação da Educação Básica. Além disso, o material deverá apresentar seção específica destinado ao trabalho de Recomposição de Aprendizagem, para dar suporte no letramento e na interpretação de textos; considerando que essas capacidades e habilidades são fundamentais para alcançar diferentes níveis de compreensão, reconhecimento e identificação de conceitos em questões do Saeb.

Material didático: impresso e digital com o componente curricular **Matemática**; consumível, remessa única, com no mínimo 204 páginas por aluno no total; formato 20,5cm X 27,5cm, com papel capa sendo cartão supremo 250g e papel do miolo off set 75g. Com acabamento em lombada quadrada, PUR e beneficiamento da capa em verniz UV total. O material deverá apresentar foco nas habilidades do Saeb para Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental. O material do aluno deverá contar com uma criteriosa organização de objetos de conhecimentos, temas e habilidades estruturados de acordo com a Matriz de Matemática.

A disposição curricular dos temas, as habilidades e as atividades terão que promover a sistematização das experiências do aluno, para que realize os exames do Saeb com êxito. O material deverá constar uma seção com questões objetivas, seguindo as características das avaliações oficiais contendo comando claro da atividade, três distratores e uma alternativa correta, o objetivo é tornar familiar ao aluno o modelo de questões utilizado no Sistema de Avaliação da Educação Básica. Além disso, o material deverá apresentar seção específica destinado ao trabalho de Recomposição de Aprendizagem, considerando que essas capacidades e habilidades são fundamentais

para alcançar diferentes níveis de compreensão, reconhecimento e identificação de conceitos em questões do Saeb.

Ensino Fundamental (Material do Professor)

Material didático (professor): impresso e digital com componente curricular **Língua Portuguesa**; consumível, remessa única, com no mínimo 216 páginas por aluno no total; formato 22cm X 27,5cm, com papel capa sendo cartão supremo 250g e papel do miolo off set 75g. Com acabamento em lombada quadrada, PUR e beneficiamento da capa em verniz UV total. O material deverá apresentar foco nas habilidades do Saeb para o ensino fundamental. O material deverá constar uma seção com questões objetivas, seguindo as características das avaliações oficiais contendo comando claro da atividade, três distratores e uma alternativa correta, o objetivo é tornar familiar ao aluno o modelo de questões utilizado no Sistema de Avaliação da Educação Básica e uma seção específica para a recomposição de aprendizagens para recuperação das defasagens dos alunos. O material do Professor deverá apresentar as mesmas atividades do material do aluno, com respostas/orientações detalhadas por atividade, destacadas em quinta cor.

O material do professor deverá apresentar orientações em formato U contendo orientações e sugestões de aplicação das atividades, bem como, as habilidades específicas de recomposição de aprendizagens e as habilidades específicas do SAEB trabalhadas em cada capítulo do material.

O material do professor deverá ainda apresentar uma tabela/quadro contendo as habilidades de recomposição de aprendizagem e as habilidades SAEB por eixo cognitivo que serão trabalhadas

Material didático (professor): impresso e digital com o componente curricular **Matemática**; consumível, remessa única, com no mínimo 204 páginas por aluno no total; formato 22cm X 27,5cm, com papel capa sendo cartão supremo 250g e papel do miolo off set 75g. Com acabamento em lombada quadrada, PUR e beneficiamento da capa em verniz UV total. O material deverá apresentar foco nas habilidades do Saeb para o ensino fundamental. O material deverá constar uma seção com questões objetivas, seguindo as características das avaliações oficiais contendo comando claro da atividade, três distratores e uma alternativa correta, o objetivo é tornar familiar ao aluno o modelo de questões utilizado no Sistema de Avaliação da Educação Básica e uma seção específica para a recomposição de aprendizagens para recuperação das defasagens dos alunos. O material do Professor deverá apresentar as mesmas atividades do material do aluno, com respostas/orientações detalhadas por atividade, destacadas em quinta cor.

O material do professor deverá apresentar orientações em formato U contendo orientações e sugestões de aplicação das atividades, bem como, as habilidades específicas de recomposição de aprendizagens e as habilidades específicas do SAEB trabalhadas em cada capítulo do material.

O material do professor deverá ainda apresentar uma tabela/quadro contendo as habilidades de recomposição de aprendizagem e as habilidades SAEB por eixo cognitivo que serão trabalhadas

1.2 – Especificações Técnicas da Plataforma Digital

Deverá ser disponibilizado pelo licitante acesso a uma plataforma educacional de aprendizagem para alunos e professores contemplando as seguintes funcionalidades: A plataforma educacional deverá possibilitar integração com o Portal da Secretaria de Educação.

Integração ao portal ou erp local no que se refere aos usuários e aos dados de uso geral dos usuários na plataforma, dos materiais didáticos e atividades realizadas, essa integração deverá possibilitar, também, o fluxo de informações do portal local para a plataforma, API (*application programming interface*) para integração com o portal da Secretaria de Educação, permitindo que os usuários possam acessar as plataformas da contratada sem novo processo de identificação (*single sign-on*). A API deverá ser capaz de exportar dados de uso geral dos usuários na plataforma, dos materiais didáticos e atividades realizadas para o portal local, além de diversos objetos educacionais digitais, como áudios, infográficos, vídeos, jogos e, no mínimo, os seguintes recursos:

- a) Material didático (o mesmo material impresso) em formato digital, acessível a qualquer hora e lugar;
- b) Plataforma e *logins* únicos com acesso ao conteúdo didático, realização de aulas remotas (aulas online), atividades, provas e simulados e apoio para dúvidas.
- c) Planejamento e intervenções pedagógicas baseadas em dados;
- d) Relatórios constantes de engajamento, atividades e simulados;
- e) Atendimento direto aos usuários na plataforma em caso de dúvidas e dificuldades técnicas, treinamentos e materiais de apoio aos professores e apoio da assessoria pedagógica.
- f) Suporte para dificuldades técnicas acessível e rápido;
- g) Ferramenta em constante atualização de acordo com *feedback* dos usuários;
- h) Ferramentas de acessibilidade e seguir os parâmetros estabelecidos pela Lei Brasileira de Inclusão;
- i) Acesso rápido de tutoriais de utilização, com passo a passo para realizar as principais ações na plataforma.
- j) Acesso às perguntas e respostas frequentes, onde o usuário encontrará respostas para as dúvidas mais comuns sobre a utilização da plataforma.
- k) Contato diretamente com time de suporte dentro da plataforma, no aplicativo, via web e por e-mail.

Avaliação da Educação Básica deverá conter ferramenta de gestão e criação de instrumentos avaliativos que:

- a) Permita a aplicação de provas em plataforma digital online própria (da CONTRATADA) e disponibilização de arquivos para impressão;
- b) Permita o cadastro dos estudantes (total de matriculados em todos os anos de ensino a serem avaliados) e colaboradores da Rede (representantes das gestões das unidades escolares) em plataforma digital online da CONTRATADA para acesso e realização das provas e acompanhamento das aplicações de provas e divulgação dos resultados, cabendo à contratada implementar e evidenciar estratégias que garantam a segurança destas informações à luz do Termo de Uso e Privacidade da Secretaria de Educação.
- c) Permita o acompanhamento das aplicações das provas com suporte técnico, ainda que remoto, durante toda a vigência deste instrumento;
- d) Permita o cadastro dos especialistas das unidades escolares, das equipes gestoras das unidades e dos estudantes da rede na plataforma de sua responsabilidade para acesso às provas e acompanhamento do processo de aplicação e de divulgação dos resultados;
- e) Esteja em conformidade com as normas definidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- f) Disponibilize recursos de adaptabilidade e acessibilidade para estudantes de inclusão na plataforma de sua responsabilidade, com possibilidade de impressão, para

acesso e realização das provas;

- g)** Ofereça recursos de acesso ao material didático com acessibilidade, de modo a permitir alto contraste e aumento das fontes.
- h)** Possibilite adaptação às necessidades específicas dos estudantes cegos e surdos com, no mínimo, capacidade de transcrição de textos para voz e libras.
- i)** Possibilite a gestão de avaliações, oferecendo ferramentas de seleção de questões, montagem de provas, agendamento e aplicação em ambiente seguro.
- j)** Realize a correção automática para questões objetivas.
- k)** Permita que os professores efetuem a correção de questões de respostas construídas, inserindo comentários específicos para cada aluno ou para um grupo de alunos.
- l)** Permita que o professor adicione itens próprios, possibilitando a criação de uma avaliação, cuja correção será realizada no modelo da Teoria Clássica de Testes (TCT).
- m)** Possibilite a extração da base de dados com as respostas dos alunos em cada item de uma determinada avaliação de forma que o CONTRATANTE possa realizar posteriormente estudos e análises relacionadas a esses itens.
- n)** Permita avaliações de competências de forma a identificar obstáculos, determinar objetivos e planejar ações para serem tomadas pelos professores, ao longo da trajetória escolar, que beneficiem as habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos.
- o)** Permita que, ao responder a atividade encaminhada pelo professor, o aluno tenha acesso ao gabarito (caso o professor tenha disponibilizado essa opção) ou, no caso de questões dissertativas, deve permitir que o professor efetue a correção compartilhando-a com o aluno.

Para a aplicação da avaliação da educação básica a CONTRATADA deverá:

- a)** Disponibilizar plataforma digital online de sua responsabilidade para a avaliação;
- b)** Orientar a aplicação das provas
- c)** Proceder à correção das provas;
- d)** Processar, apurar, e analisar os resultados das provas à luz da TRI;
- e)** Realizar o treinamento dos multiplicadores da rede para a aplicação das provas e interpretação dos resultados.

Para a coleta, organização, análise e entrega dos resultados, a contratada deverá assegurar que:

- a)** A plataforma permita a emissão de relatórios de engajamento, que evidenciam a utilização da plataforma pela escola, por público (professores e alunos), de forma individual ou de forma separada, por turma e por componente curricular.
- b)** Os relatórios facilitem o acompanhamento das atividades realizadas pelos alunos.
- c)** Os relatórios das avaliações sejam processados segundo a Teoria Clássica dos Testes - TCT para disponibilizar a porcentagem de acertos do aluno na área de conhecimento, bem como em cada componente curricular.
- d)** Apresente os relatórios analíticos, considerando as escalas de proficiência construídas, em formas descritiva e gráfica contendo sínteses das conclusões das análises, por etapa letiva; unidade escolar; ano de ensino e por componente curricular avaliado;
- e)** Entregue os resultados por meio e formato digital, com a possibilidade de impressão, incluindo os arquivos de microdados acompanhados de dicionário com descrição detalhada das variáveis que deverão ser gerados e entregues a Secretaria de Educação de forma que garanta a integridade e o sigilo das informações que passarão a ser de posse e domínio da Secretaria de Educação;
- f)** Realize análise estatística das alternativas de cada uma das questões aplicadas na avaliação da educação básica, com percentuais de acertos e erros, indicando

aquelas que representaram maior facilidade e/ou dificuldade para os estudantes

g) Disponibilize os resultados das unidades escolares na própria plataforma para acesso com níveis hierárquicos para visualização de gestores, equipe escolar e estudantes;

Entende-se como nível de acesso a permissão para visualização dos relatórios, os 5 (cinco) perfis distintos de acesso, a saber:

a) Secretário de Educação: acesso aos dados da rede de forma individual (por escola), consolidada. Visualização e acompanhamento dos dados dos estudantes da rede por aluno, por série, por etapa e por escola, além dos dados de forma consolidada.

b) Gestores escolares (diretor/coordenador): visualização e acompanhamento dos dados dos estudantes das escolas por aluno, por série, por etapa e dos dados de forma consolidada (dados da escola). Além da possibilidade de realizar o planejamento das atividades e o acompanhamento do desempenho dos estudantes.

c) Docentes: visualização e acompanhamento dos dados dos estudantes da escola por aluno, por série, por etapa e dos dados de forma consolidada (dados da escola). Além da possibilidade de realizar o planejamento das atividades e o acompanhamento do desempenho dos estudantes.

d) Estudantes: realização de avaliações, visualização e realização das atividades indicadas pela plataforma e pelo professor e visualização do seu desempenho.

Entende-se como nível de agrupamento a apresentação dos relatórios conforme grupos de análise pré-definidos:

a) Individual: apresentação dos relatórios individuais;

b) Turma: apresentação dos relatórios agregados por turma;

c) Escola: apresentação dos relatórios agregados por escola;

d) Secretaria de Educação: apresentação dos relatórios agregados por escola

1.3 – Especificações das Avaliações de Larga Escala

Avaliações para o Ensino Fundamental e Ensino Médio:

a) Elaboração de cadernos de provas modelo Saeb para o Ensino Fundamental;

b) 2 (duas) aplicações

c) Organizadas em dois blocos: língua portuguesa e matemática.

d) Estrutura das questões: por 4 e 5 alternativas para Ensino Fundamental, tendo apenas um gabarito.

e) Os distratores e os gabaritos deverão apresentar resolução comentada enviada em arquivo digital PDF.

f) A matriz da avaliação deverá estar ligada às matrizes do Saeb vigentes, de forma que para os anos intermediários, as habilidades serão adaptações das habilidades Saeb dos anos finais de ciclo.

g) A aplicação presencial e impressa. Após a aplicação, a rede será responsável pela leitura (em impressora/scanner comum ou celular) e subir os cartões na plataforma.

h) A responsabilidade da CONTRATADA será restrita à elaboração das questões, envio do material impresso, orientação para aplicação e elaboração dos relatórios de resultados.

i) A correção será realizada utilizando a TCT (Teoria Clássica de Testes) ou TRI (Teoria de Resposta ao Item).

Avaliações de Aprendizagem

Objetivo: retomada dos conteúdos dentro do processo de aprendizagem. Além disso, possibilita a intervenção pedagógica ao longo do período de aprendizagem.

a) Pautadas nos assuntos abordados no material elaboradas em habilidades.

b) Deverão ser disponibilizadas 4 (quatro) avaliações em formato digital, cada uma

- delas baseada em um caderno, cabendo à escola decidir por sua aplicação ou não.
- c) A responsabilidade da CONTRATADA será restrita à elaboração das questões.
 - d) A correção da avaliação será em TCT (Teoria Clássica de Testes).
 - e) As avaliações com as questões em formato fechado, isto é, questões de múltipla escolha com 4 alternativas, sendo uma delas o gabarito.

1.4 – Especificações dos Serviços de Assessoria Pedagógica

A assessoria pedagógica deverá consistir em ações de apoio técnico-pedagógico a toda a rede e deverá ter um plano de trabalho construindo a partir das necessidades mais específicas da rede, com cronograma a ser definido em acordo com a Secretaria de Educação.

- a) Implantação Material didático
- b) Apresentação detalhada do material, com suas respectivas metodologias e seus aspectos técnicos.
- c) Implantação da Plataforma
- d) Apresentação da plataforma e todos os recursos disponíveis para equipe de apoio a tecnologia e coordenações.
- e) Devolutivas de avaliações
- f) Apresentação dos resultados gerais da avaliação e sugestão de pontos de atenção e evoluções.
- g) Cursos de formação (EAD) Com certificação, para garantir formação permanente dos profissionais da rede. Temáticas predefinidas e outras que podem ser construídas em conjunto.

ITEM 2 – Projeto Educacional DIDÁTICO COMPLEMENTAR destinado à Recomposição de Aprendizagens de Anos Anteriores e à Preparação para as Avaliações Externas, trabalhando habilidades e objetos de conhecimento básicos em Ciências Humanas e Ciências da Natureza, destinado a alunos e professores, para atender estudantes do 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

2.1 – Especificações Técnicas do Material Didático

3º ao 5º ano do Ensino Fundamental (Material do Aluno):

Material didático: impresso e digital com a área de conhecimento **Ciências Humanas**, consumível; remessa única; formato 20,5cm X 27,5cm, com papel capa sendo cartão supremo 250g e papel do miolo off set 75g. Com acabamento em lombada quadrada, PUR e beneficiamento da capa em verniz UV total. O material deverá apresentar foco nas habilidades da BNCC, fazendo eventuais cruzamentos com o SAEB, quando possível, Para Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental. O material deverá constar simulados SAEB ao final do livro, apresentando questões objetivas e questões abertas. Além disso, o material deverá apresentar seção específica destinado ao trabalho de Recomposição de Aprendizagem, para dar suporte no letramento e na interpretação de textos; considerando que essas capacidades e habilidades são fundamentais para alcançar diferentes níveis de compreensão, reconhecimento e identificação de conceitos em questões do Saeb.

Material didático: impresso e digital com a área de conhecimento **Ciências da Natureza**; consumível; remessa única; formato 20,5cm X 27,5cm, com papel capa sendo cartão supremo 250g e papel do miolo off set 75g. Com acabamento em lombada quadrada, PUR e beneficiamento da capa em verniz UV total. O material deverá apresentar foco nas habilidades da BNCC, fazendo eventuais cruzamentos com o SAEB, quando

possível, Para Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental. O material deverá constar simulados SAEB ao final do livro, apresentando questões objetivas e questões abertas. Além disso, o material deverá apresentar seção específica destinado ao trabalho de Recomposição de Aprendizagem, para dar suporte no letramento e na interpretação de textos; considerando que essas capacidades e habilidades são fundamentais para alcançar diferentes níveis de compreensão, reconhecimento e identificação de conceitos em questões do Saeb.

3º ao 5º ano do Ensino Fundamental (Material do Professor)

Material didático: impresso e digital com a área de conhecimento **Ciências Humanas**, consumível; remessa única; formato 22cm X 27,5cm, com papel capa sendo cartão supremo 250g e papel do miolo off set 75g. Com acabamento em lombada quadrada, PUR e beneficiamento da capa em verniz UV total. O material deverá apresentar foco nas habilidades da BNCC, fazendo eventuais cruzamentos com o SAEB, quando possível, Para Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental. O material deverá constar simulados SAEB ao final do livro, apresentando questões objetivas e questões abertas. Além disso, o material deverá apresentar seção específica destinado ao trabalho de Recomposição de Aprendizagem, para dar suporte no letramento e na interpretação de textos; considerando que essas capacidades e habilidades são fundamentais para alcançar diferentes níveis de compreensão, reconhecimento e identificação de conceitos em questões do Saeb.

O material do Professor deverá apresentar as mesmas atividades do material do aluno, com respostas/orientações detalhadas por atividade, destacadas em quinta cor.

O material do professor deverá apresentar orientações em formato U contendo orientações e sugestões de aplicação das atividades, bem como, as habilidades específicas de recomposição de aprendizagens e as habilidades específicas do SAEB trabalhadas em cada capítulo do material.

O material do professor deverá ainda apresentar uma tabela/quadro contendo as habilidades que serão trabalhadas.

Material didático: impresso e digital com a área de conhecimento **Ciências da Natureza**; consumível; remessa única; formato 22cm X 27,5cm, com papel capa sendo cartão supremo 250g e papel do miolo off set 75g. Com acabamento em lombada quadrada, PUR e beneficiamento da capa em verniz UV total. O material deverá apresentar foco nas habilidades da BNCC, fazendo eventuais cruzamentos com o SAEB, quando possível, Para Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental. O material deverá constar simulados SAEB ao final do livro, apresentando questões objetivas e questões abertas. Além disso, o material deverá apresentar seção específica destinado ao trabalho de Recomposição de Aprendizagem, para dar suporte no letramento e na interpretação de textos; considerando que essas capacidades e habilidades são fundamentais para alcançar diferentes níveis de compreensão, reconhecimento e identificação de conceitos em questões do Saeb.

O material do Professor deverá apresentar as mesmas atividades do material do aluno, com respostas/orientações detalhadas por atividade, destacadas em quinta cor.

O material do professor deverá apresentar orientações em formato U contendo orientações e sugestões de aplicação das atividades, bem como, as habilidades específicas de recomposição de aprendizagens e as habilidades específicas do SAEB trabalhadas em cada capítulo do material.

O material do professor deverá ainda apresentar uma tabela/quadro contendo as habilidades que serão trabalhadas.

6º ao 9º ano do Ensino Fundamental (Material do Aluno):

Material didático: impresso e digital com a área de conhecimento **Ciências Humanas**, consumível; remessa única; formato 20,5cm X 27,5cm, com papel capa sendo cartão supremo 250g e papel do miolo off set 75g. Com acabamento em lombada quadrada, PUR e beneficiamento da capa em verniz UV total. O material deverá apresentar foco nas habilidades da BNCC, fazendo eventuais cruzamentos com o SAEB, quando possível, Para Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental. O material deverá constar simulados SAEB ao final do livro, apresentando questões objetivas e questões abertas. Além disso, o material deverá apresentar seção específica destinado ao trabalho de Recomposição de Aprendizagem, para dar suporte no letramento e na interpretação de textos; considerando que essas capacidades e habilidades são fundamentais para alcançar diferentes níveis de compreensão, reconhecimento e identificação de conceitos em questões do Saeb.

Material didático: impresso e digital com a área de conhecimento **Ciências da Natureza**; consumível; remessa única; formato 20,5cm X 27,5cm, com papel capa sendo cartão supremo 250g e papel do miolo off set 75g. Com acabamento em lombada quadrada, PUR e beneficiamento da capa em verniz UV total. O material deverá apresentar foco nas habilidades da BNCC, fazendo eventuais cruzamentos com o SAEB, quando possível, Para Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental. O material deverá constar simulados SAEB ao final do livro, apresentando questões objetivas e questões abertas. Além disso, o material deverá apresentar seção específica destinado ao trabalho de Recomposição de Aprendizagem, para dar suporte no letramento e na interpretação de textos; considerando que essas capacidades e habilidades são fundamentais para alcançar diferentes níveis de compreensão, reconhecimento e identificação de conceitos em questões do Saeb.

6º ao 9º ano do Ensino Fundamental (Material do Professor)

Material didático: impresso e digital com a área de conhecimento **Ciências Humanas**, sendo que os livros devem ser separados: livro de história separado do livro de geografia, consumível; remessa única; formato 22cm X 27,5cm, com papel capa sendo cartão supremo 250g e papel do miolo off set 75g. Com acabamento em lombada quadrada, PUR e beneficiamento da capa em verniz UV total. O material deverá apresentar foco nas habilidades da BNCC, fazendo eventuais cruzamentos com o SAEB, quando possível, Para Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental. O material deverá constar simulados SAEB ao final do livro, apresentando questões objetivas e questões abertas. Além disso, o material deverá apresentar seção específica destinado ao trabalho de Recomposição de Aprendizagem, para dar suporte no letramento e na interpretação de textos; considerando que essas capacidades e habilidades são fundamentais para alcançar diferentes níveis de compreensão, reconhecimento e identificação de conceitos em questões do Saeb.

O material do Professor deverá apresentar as mesmas atividades do material do aluno, com respostas/orientações detalhadas por atividade, destacadas em quinta cor.

O material do professor deverá apresentar orientações em formato U contendo orientações e sugestões de aplicação das atividades, bem como, as habilidades

específicas de recomposição de aprendizagens e as habilidades específicas do SAEB trabalhadas em cada capítulo do material.

O material do professor deverá ainda apresentar uma tabela/quadro contendo as habilidades que serão trabalhadas

Material didático: impresso e digital com a área de conhecimento **Ciências da Natureza**; consumível; remessa única; formato 22cm X 27,5cm, com papel capa sendo cartão supremo 250g e papel do miolo off set 75g. Com acabamento em lombada quadrada, PUR e beneficiamento da capa em verniz UV total. O material deverá apresentar foco nas habilidades da BNCC, fazendo eventuais cruzamentos com o SAEB, quando possível, Para Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental. O material deverá constar simulados SAEB ao final do livro, apresentando questões objetivas e questões abertas. Além disso, o material deverá apresentar seção específica destinado ao trabalho de Recomposição de Aprendizagem, para dar suporte no letramento e na interpretação de textos; considerando que essas capacidades e habilidades são fundamentais para alcançar diferentes níveis de compreensão, reconhecimento e identificação de conceitos em questões do Saeb.

O material do Professor deverá apresentar as mesmas atividades do material do aluno, com respostas/orientações detalhadas por atividade, destacadas em quinta cor.

O material do professor deverá apresentar orientações em formato U contendo orientações e sugestões de aplicação das atividades, bem como, as habilidades específicas de recomposição de aprendizagens e as habilidades específicas do SAEB trabalhadas em cada capítulo do material.

O material do professor deverá ainda apresentar uma tabela/quadro contendo as habilidades que serão trabalhadas

2.2 – Especificações Técnicas da Plataforma Digital

Deverá ser disponibilizado pelo licitante acesso a uma plataforma educacional de aprendizagem para alunos e professores contemplando as seguintes funcionalidades: A plataforma educacional deverá possibilitar integração com o Portal da Secretaria de Educação.

Integração ao portal ou ERP local no que se refere aos usuários e aos dados de uso geral dos usuários na plataforma, dos materiais didáticos e atividades realizadas, essa integração deverá possibilitar, também, o fluxo de informações do portal local para a plataforma, API (*application programming interface*) para integração com o portal da Secretaria de Educação, permitindo que os usuários possam acessar as plataformas da contratada sem novo processo de identificação (*single sign-on*). A API deverá ser capaz de exportar dados de uso geral dos usuários na plataforma, dos materiais didáticos e atividades realizadas para o portal local, além de diversos objetos educacionais digitais, como áudios, infográficos, vídeos, jogos e, no mínimo, os seguintes recursos:

- a) Material didático (o mesmo material impresso) em formato digital, acessível a qualquer hora e lugar;
- b) Plataforma e *logins* únicos com acesso ao conteúdo didático, realização de aulas remotas (aulas online), atividades, provas e simulados e apoio para dúvidas.
- c) Planejamento e intervenções pedagógicas baseadas em dados;
- d) Relatórios constantes de engajamento, atividades e simulados;
- e) Atendimento direto aos usuários na plataforma em caso de dúvidas e dificuldades

técnicas, treinamentos e materiais de apoio aos professores e apoio da assessoria pedagógica.

- f) Suporte para dificuldades técnicas acessível e rápido;
- g) Ferramenta em constante atualização de acordo com *feedback* dos usuários;
- h) Ferramentas de acessibilidade e seguir os parâmetros estabelecidos pela Lei Brasileira de Inclusão;
- i) Acesso rápido de tutoriais de utilização, com passo a passo para realizar as principais ações na plataforma.
- j) Acesso às perguntas e respostas frequentes, onde o usuário encontrará respostas para as dúvidas mais comuns sobre a utilização da plataforma.
- k) Contato diretamente com time de suporte dentro da plataforma, no aplicativo, via web e por e-mail.

Avaliação da Educação Básica deverá conter ferramenta de gestão e criação de instrumentos avaliativos que:

- a) Permita a aplicação de provas em plataforma digital online própria (da CONTRATADA) e disponibilização de arquivos para impressão;
- b) Permita o cadastro dos estudantes (total de matriculados em todos os anos de ensino a serem avaliados) e colaboradores da Rede (representantes das gestões das unidades escolares) em plataforma digital online da CONTRATADA para acesso e realização das provas e acompanhamento das aplicações de provas e divulgação dos resultados, cabendo à contratada implementar e evidenciar estratégias que garantam a segurança destas informações à luz do Termo de Uso e Privacidade da Secretaria de Educação.
- c) Permita o acompanhamento das aplicações das provas com suporte técnico, ainda que remoto, durante toda a vigência deste instrumento;
- d) Permita o cadastro dos especialistas das unidades escolares, das equipes gestoras das unidades e dos estudantes da rede na plataforma de sua responsabilidade para acesso às provas e acompanhamento do processo de aplicação e de divulgação dos resultados;
- e) Esteja em conformidade com as normas definidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- f) Disponibilize recursos de adaptabilidade e acessibilidade para estudantes de inclusão na plataforma de sua responsabilidade, com possibilidade de impressão, para acesso e realização das provas;
- g) Ofereça recursos de acesso ao material didático com acessibilidade, de modo a permitir alto contraste e aumento das fontes.
- h) Possibilite adaptação às necessidades específicas dos estudantes cegos e surdos com, no mínimo, capacidade de transcrição de textos para voz e libras.
- i) Possibilite a gestão de avaliações, oferecendo ferramentas de seleção de questões, montagem de provas, agendamento e aplicação em ambiente seguro.
- j) Realize a correção automática para questões objetivas.
- k) Permita que os professores efetuem a correção de questões de respostas construídas, inserindo comentários específicos para cada aluno ou para um grupo de alunos.
- l) Permita que o professor adicione itens próprios, possibilitando a criação de uma avaliação, cuja correção será realizada no modelo da Teoria Clássica de Testes (TCT).
- m) Possibilite a extração da base de dados com as respostas dos alunos em cada item de uma determinada avaliação de forma que o CONTRATANTE possa realizar posteriormente estudos e análises relacionadas a esses itens.
- n) Permita avaliações de competências de forma a identificar obstáculos, determinar

objetivos e planejar ações para serem tomadas pelos professores, ao longo da trajetória escolar, que beneficiem as habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos.

o) Permita que, ao responder a atividade encaminhada pelo professor, o aluno tenha acesso ao gabarito (caso o professor tenha disponibilizado essa opção) ou, no caso de questões dissertativas, deve permitir que o professor efetue a correção compartilhando-a com o aluno.

Para a aplicação da avaliação da educação básica a CONTRATADA deverá:

- a)** Disponibilizar plataforma digital online de sua responsabilidade para a avaliação;
- b)** Orientar a aplicação das provas
- c)** Proceder à correção das provas;
- d)** Processar, apurar, e analisar os resultados das provas à luz da TRI;
- e)** Realizar o treinamento dos multiplicadores da rede para a aplicação das provas e interpretação dos resultados.

Para a coleta, organização, análise e entrega dos resultados, a contratada deverá assegurar que:

- a)** A plataforma permita a emissão relatórios de engajamento, que evidenciam a utilização da plataforma pela escola, por público (professores e alunos), de forma individual ou de forma separada, por turma e por componente curricular.
- b)** Os relatórios facilitem o acompanhamento das atividades realizadas pelos alunos.
- c)** Os relatórios das avaliações sejam processados segundo a Teoria Clássica dos Testes - TCT para disponibilizar a porcentagem de acertos do aluno na área de conhecimento, bem como em cada componente curricular.
- d)** Apresente os relatórios analíticos, considerando as escalas de proficiência construídas, em formas descritiva e gráfica contendo sínteses das conclusões das análises, por etapa letiva; unidade escolar; ano de ensino e por componente curricular avaliado;
- e)** Entregue os resultados por meio e formato digital, com a possibilidade de impressão, incluindo os arquivos de microdados acompanhados de dicionário com descrição detalhada das variáveis – que deverão ser gerados e entregues a Secretaria de Educação de forma que garanta a integridade e o sigilo das informações que passarão a ser de posse e domínio da Secretaria de Educação;
- f)** Realize análise estatística das alternativas de cada uma das questões aplicadas na avaliação da educação básica, com percentuais de acertos e erros, indicando aquelas que representaram maior facilidade e/ou dificuldade para os estudantes
- g)** Disponibilize os resultados das unidades escolares na própria plataforma para acesso com níveis hierárquicos para visualização de gestores, equipe escolar e estudantes;

Entende-se como nível de acesso a permissão para visualização dos relatórios, os 5 (cinco) perfis distintos de acesso, a saber:

- a) Secretário de Educação:** acesso aos dados da rede de forma individual (por escola), consolidada. Visualização e acompanhamento dos dados dos estudantes da rede por aluno, por série, por etapa e por escola, além dos dados de forma consolidada.
- b) Gestores escolares (diretor/coordenador):** visualização e acompanhamento dos dados dos estudantes das escolas por aluno, por série, por etapa e dos dados de forma consolidada (dados da escola). Além da possibilidade de realizar o planejamento das atividades e o acompanhamento do desempenho dos estudantes.
- c) Docentes:** visualização e acompanhamento dos dados dos estudantes da escola por aluno, por série, por etapa e dos dados de forma consolidada (dados da escola). Além da possibilidade de realizar o planejamento das atividades e o acompanhamento do desempenho dos estudantes.
- d) Estudantes:** realização de avaliações, visualização e realização das atividades

indicadas pela plataforma e pelo professor e visualização do seu desempenho. Entende-se como nível de agrupamento a apresentação dos relatórios conforme grupos de análise pré-definidos:

- a) **Individual**: apresentação dos relatórios individuais;
- b) **Turma**: apresentação dos relatórios agregados por turma;
- c) **Escola**: apresentação dos relatórios agregados por escola;
- d) **Secretaria de Educação**: apresentação dos relatórios agregados por escola

2.3 – Especificações das Avaliações de Larga Escala

Avaliações para o Ensino Fundamental:

- a) Elaboração de cadernos de provas modelo Saeb para o Ensino Fundamental;
- b) 2 (duas) aplicações
- c) Organizadas em dois blocos: Ciências Humanas e Ciências da Natureza.
- d) Estrutura das questões: por 4 e 5 alternativas para Ensino Fundamental, tendo apenas um gabarito.
- e) Os distratores e os gabaritos deverão apresentar resolução comentada enviada em arquivo digital PDF.
- f) A matriz da avaliação deverá estar ligada às matrizes do Saeb vigentes, de forma que para os anos intermediários, as habilidades serão adaptações das habilidades Saeb dos anos finais de ciclo.
- g) A aplicação presencial e impressa. Após a aplicação, a rede será responsável pela leitura (em impressora/scaner comum ou celular) e subir os cartões na plataforma.
- h) A responsabilidade da CONTRATADA será restrita à elaboração das questões, envio do material impresso, orientação para aplicação e elaboração dos relatórios de resultados.
- i) A correção será realizada utilizando a TCT (Teoria Clássica de Testes) ou TRI (Teoria de Resposta ao Item).

Avaliações de Aprendizagem

Objetivo: retomada dos conteúdos dentro do processo de aprendizagem. Além disso, possibilita a intervenção pedagógica ao longo do período de aprendizagem.

- a) Pautadas nos assuntos abordados no material elaboradas em habilidades.
- b) Deverão ser disponibilizadas 4 (quatro) avaliações em formato digital, cada uma delas baseada em um caderno, cabendo à escola decidir por sua aplicação ou não.
- c) A responsabilidade da CONTRATADA será restrita à elaboração das questões.
- d) A correção da avaliação será em TCT (Teoria Clássica de Testes).

As avaliações com as questões em formato fechado, isto é, questões de múltipla escolha com 4 alternativas, sendo uma delas o gabarito.

2.4 – Especificações dos Serviços de Assessoria Pedagógica

A assessoria pedagógica deverá consistir em ações de apoio técnico-pedagógico a toda a rede e deverá ter um plano de trabalho construindo a partir das necessidades mais específicas da rede, com cronograma a ser definido em acordo com a Secretaria de Educação.

- a) Implantação Material didático
- b) Apresentação detalhada do material, com suas respectivas metodologias e seus aspectos técnicos.
- c) Implantação da Plataforma
- d) Apresentação da plataforma e todos os recursos disponíveis para equipe de apoio a

tecnologia e coordenações.

e) Devolutivas de avaliações

f) Apresentação dos resultados gerais da avaliação e sugestão de pontos de atenção e evoluções.

g) Cursos de formação (EAD) Com certificação, para garantir formação permanente dos profissionais da rede. Temáticas predefinidas e outras que podem ser construídas em conjunto.

ITEM 3 – Projeto Educacional DIDÁTICO COMPLEMENTAR destinado ao desenvolvimento de Letramento Financeiro para alunos do Ensino Fundamental, Anos Iniciais, 4º e 5º anos.

3.1 – Especificações Técnicas do Material Didático Impresso e Digital.

Material do Estudante

a) Material didático deve ser composto por caderno anual (livro único) a ser aplicado para estudantes de 4º e 5º anos, impresso em cores, consumível, com no mínimo 95 páginas; formato 20,5cm X 27,5cm, com papel capa sendo cartão supremo 250g e papel do miolo off set 75g. Com acabamento em lombada quadrada, PUR e beneficiamento da capa em verniz UV total.

b) O caderno do aluno deve apresentar facilidade na localização das informações, especificando temas reais e presentes no dia a dia dos alunos, com mínimo de 20 unidades/capítulos.

c) Material deve apresentar temas contemporâneos, organizado por unidades independentes, abordando os seguintes assuntos: diferentes formas de dinheiro, inflação, controle de gastos, consumismo, ensino do uso de calculadora e operações básicas, descontos e promoções, questões sobre economia solidária, aspectos de segurança cibernética.

d) Projeto pedagógico do material deve ser ancorado sobre marcos legais, como o artigo 1 da LDB 9394/96, as 10 competências gerais propostas na BNCC, os objetivos para o desenvolvimento sustentável (ODS), que compõem a agenda 2030, com ênfase nos ODS 4, 12 e 17.

e) Livro do aluno deve conter um Projeto Integrador ao final da obra que mobiliza os conhecimentos adquiridos. Ele deverá ser personalizado para o estado em que a rede de ensino está localizada, com suas particularidades (economia local, características socioeconômicas, cultura financeira etc.), a partir de contextos socioeconômicos do estado de Pernambuco.

f) O desenvolvimento de cada aula proposta no material deve ter a seguinte sequência pedagógica:

f.1) Texto teórico;

f.2) Conjunto de exercícios para resolução em sala sob a orientação e supervisão do professor;

f.3) Tarefas com exercícios relativos aos assuntos vistos na referida aula;

Manual do professor:

a) Manual do professor deve apresentar uma descrição detalhada das unidades/capítulos, especificando objetivos e conteúdos.

b) Deve estar estruturado em formato de “Manual em U”, com a reprodução em tamanho reduzido do Livro do Estudante, orientações pedagógicas, respostas, comentários das atividades e linhas para anotações.

c) Deve conter referências com sugestões de leituras complementares, sites, filmes etc.

- d) Deve apresentar um quadro apontando como todas as lições do livro se relacionam com uma área do conteúdo do letramento financeiro do PISA (Dinheiro e Transações, Cenário Financeiro, Planejamento e Gerenciamento Financeiro, Risco e Retorno).
- e) Além do material impresso, deve oferecer Aplicativo para Educadores (em Android e IOS), com acesso à versão digital de todos os livros.

3.2 – Especificações dos Serviços de Assessoria Pedagógica

A empresa deverá fornecer assessoria pedagógica para a implantação dos recursos, prevendo etapas de planejamento, implantação e acompanhamento.

A assessoria deve ocorrer de maneira ofertar suporte técnico e pedagógico aos gestores, diretores, coordenadores pedagógicos e professores, bem como às equipes técnicas designadas, de maneira que integre de eficazmente os recursos oferecidos à proposta pedagógica e metas estabelecidas pela Rede.

Deve ser organizada da seguinte maneira:

- a) **Implantação:** etapa que busca garantir a formação inicial da equipe técnica, gestores e professores na metodologia e nos recursos oferecidos pelo material didático.
- b) **Formação continuada:** ações presenciais ou virtuais, que contemplem temáticas de interesse da Rede, previamente acordadas.

ITEM 4 – Projeto Educacional DIDÁTICO TRANSVERSAL destinado ao Desenvolvimento de Habilidades Socioemocionais dos alunos de Educação Infantil (4 e 5 anos) e Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais), incluindo o fornecimento de plataforma educacional digital, assessoria, implantação, suporte e recursos complementares, com entrega única.

4.1 – Especificações Técnicas do Material Didático.

Educação Infantil (4 e 5 anos):

Material do Aluno: Material didático impresso desenvolvido para crianças da Educação Infantil, com o propósito de ensinar princípios de liderança e a formação socioemocional. Contendo atividades que abordam conceitos como: iniciativa; resolução de conflitos; valorizar as diferenças; equilíbrio emocional; responsabilidade e cidadania, empatia; cooperação.

Material com qualidade gráfica e espaço adequado para registro da criança, atividades lúdicas e enunciados de fácil entendimento para a faixa etária. Material de apoio com certificado de liderança, máscaras, fantoches, dedoches, marca livro, crachá de mesa e jogo da memória. O conteúdo deverá ser oferecido de forma lúdica alicerçado por personagens que endossem a ludicidade ao material.

Características físicas: O material deverá ser entregue em remessa anual, formato adequado a faixa etária dos alunos, encadernação em espiral, colorido em 4x4, papel off set, com capa e material de apoio em gramatura superior ao miolo.

Manual do Professor: O manual do Professor deverá apresentar as atividades alinhadas com as habilidades de liderança e formação socioemocional apresentados no material do aluno contendo apresentação da organização das atividades e conteúdo, organização dos capítulos e passo a passo para o trabalho com o material, deve contar ainda com a apresentação do Projeto Pedagógico da obra, sugestão de utilização das ferramentas de Liderança, a letra das canções utilizadas no trabalho e disponíveis em outros recursos.

Material complementar: O material deverá obrigatoriamente ser acompanhado de um kit de cartazes com objetivo de ambientar e familiarizar os alunos com os hábitos que deverão ser desenvolvidos durante o programa, com impressão em cores. Deverá ser

oferecido fantoches para cada escola, para uso dos professores com o objetivo de trabalhar de forma lúdica e interativa. Para endossar o trabalho com as habilidades socioemocionais deverá ser incluso um banner que apresente bons hábitos para convivência.

Além disso incluir um guia da família com o objetivo de comunicar sobre o processo de liderança e formação socioemocional dos alunos, trazendo informações sobre a importância e o papel da família nesse processo de aprendizagem e como aplicar os conceitos do material em casa, contendo lista com variedade de atividades das quais a família pode participar junto com seus filhos.

Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano):

Material do Aluno: O material didático do programa destinado ao Ensino Fundamental Anos Iniciais deve desenvolver as competências socioemocionais em alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo estruturado em quatro capítulos com atividades que trabalham conceitos de liderança por meio de conceitos-chaves, com linguagem lúdica e apropriada à faixa etária. As atividades devem buscar conectar o conceito trabalhado com um aprendizado vivenciado anteriormente, oferecendo saídas criativas a questões cotidianas, bem como fornecer novas informações aos alunos de forma que apliquem essas informações à sua vida. Espera-se aqui uma articulação com a Educação Infantil materializada nas personagens que vão crescendo junto com as crianças ao longo do segmento fundamental.

O material a ser apresentado deverá trazer minimamente os conceitos-chaves para cada um dos anos:

- a) 1º ano - ser responsável, proativo, responsabilidade e cidadania, empatia e cooperação, autoconhecimento e autocuidado;
- b) 2º ano - ter iniciativa, confiança, humildade, perseverança, responsabilidade e cidadania;
- c) 3º ano - planejamento, consciência global, melhoria contínua, pensamento crítico, responsabilidade e cidadania, empatia e cooperação;
- d) 4º ano - celebrar as diferenças, elogios, boas maneiras, criatividade, modelos a serem seguidos, responsabilidade e cidadania, empatia e cooperação, autoconhecimento e autocuidado;
- e) 5º ano – reflexão nas ações e consequências, respeito mútuo; empatia; habilidade de entrevista, responsabilidade e cidadania, empatia e cooperação, autoconhecimento e autocuidado.

Características físicas: O material deverá ser com remessa anual, formato aproximado A4, acabamento em espiral, impresso em cores, papel off set, gramatura mínima do miolo de 75 gramas, capa e material de apoio em gramatura superior ao miolo.

Manual do Professor: O manual do Professor deverá apresentar as atividades dos alunos reduzidas com orientações alinhadas com as habilidades de liderança e formação socioemocional. Contendo apresentação da organização das atividades e conteúdo, organização dos capítulos e passo a passo para o trabalho com o material (plano de aula), deve contar ainda com a apresentação do Projeto Pedagógico da obra, sugestão de utilização das ferramentas de liderança apresentando maneiras de enriquecer a experiência de aprendizagem na formação socioemocionais das crianças, com comentários e sugestões que possibilitam discussões e oferecem variações para cada atividade proposta no livro do aluno. Sendo utilizado ainda símbolos em cada tópico para facilitar a leitura do professor.

Material complementar: O material deverá obrigatoriamente ser acompanhado de um kit de cartazes para os alunos do 1º ao 3º ano - com objetivo de ambientar e familiarizar os alunos com as personagens e os hábitos que deverão ser desenvolvidos durante o programa, com impressão colorida. Bem como para os demais anos (4º e 5º) ser

acompanhado de um kit de fantoches para cada escola, onde os professores poderão trabalhar de forma lúdica e interativa. Em todos os anos para endossar o trabalho com as habilidades socioemocionais deverá ser incluso um banner que apresente bons hábitos para convivência.

Além disso incluir um guia da família com o objetivo de comunicar sobre o processo de liderança e formação socioemocional dos alunos, trazendo também informações sobre a importância e o papel da família nesse processo de aprendizagem e como aplicar em casa, contendo lista com variedade de atividades das quais a família pode participar junto com seus filhos.

Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano):

Material do Aluno: : O material didático do programa destinado ao Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano) deve desenvolver as competências socioemocionais em alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo estruturado em quatro capítulos com atividades que trabalham conceitos de liderança por meio de conceitos-chaves, com linguagem lúdica e apropriada à faixa etária.

As atividades devem buscar conectar o conceito trabalhado com um aprendizado vivenciado anteriormente, oferecendo saídas criativas a questões cotidianas, bem como fornecer novas informações aos alunos de forma que apliquem essas informações à sua vida. Espera-se aqui uma articulação com o Ensino Fundamental Anos Iniciais. O material a ser apresentado deverá trazer minimamente conceitos com foco na consolidação do desenvolvimento das competências para Liderar a Si Mesmo, desenvolvimento de Pontos Fortes, Atingimento de Metas, Contribuição Ativa e Melhoria Contínua. As atividades do livro do aluno apoiam o trabalho em sala de aula, sendo de fácil entendimento para a faixa etária, e variadas: criar, gerar ideias, analisar, aplicar e relacionar informações, fazer conexões, planejar.

Características físicas: O material deverá ser com remessa anual, formato aproximado A4, acabamento em espiral, impresso em cores, papel off set, gramatura mínima do miolo de 75 gramas, capa e material de apoio em gramatura superior ao miolo.

Material do Professor: O manual do Professor deverá apresentar as atividades dos alunos reduzidas com orientações alinhadas com as habilidades de liderança e formação socioemocional. Contendo apresentação da organização das atividades e conteúdo, organização dos capítulos e passo a passo para o trabalho com o material (plano de aula), deve contar ainda com a apresentação do Projeto Pedagógico da obra, sugestão de utilização das ferramentas de Liderança apresentando maneiras de enriquecer a experiência de aprendizagem na formação socioemocionais das crianças, com comentários e sugestões que possibilitam discussões e oferecem variações para cada atividade proposta no livro do aluno. Sendo utilizado ainda símbolos em cada tópico para facilitar a leitura do professor.

Material complementar:

Guia da família com o objetivo de comunicar sobre o processo de liderança e formação socioemocional dos alunos, trazendo também informações sobre a importância e o papel da família nesse processo de aprendizagem e como aplicar em casa, contendo lista com variedade de atividades das quais a família pode participar junto com seus filhos.

No Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, a sequência didática dos materiais deverá ser pautada nos pilares Despertar Curiosidade; Investigar; estimular conexões.

DESPERTAR CURIOSIDADE

Nessa etapa, os alunos deverão entrar em contato com o assunto por meio de atividades de levantamento de conhecimentos prévios, vídeos, dinâmicas etc., considerando que a aprendizagem significativa se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos, que vão ganhando maior estabilidade.

INVESTIGAR

Nessa etapa, os alunos deverão “colocar a mão na massa”, pesquisando, vivenciando, dramatizando, trabalhando em equipe, entre outras atividades, de modo que possam assumir o papel de protagonistas de seus próprios aprendizados.

ESTIMULAR CONEXÕES

Nessa etapa, os alunos deverão refletir criticamente e consolidar os conhecimentos e as habilidades vivenciadas, relacionando-os às suas próprias vidas. Isso pode acontecer de diferentes formas: atividades de reflexão individual, conversas em grupos, em duplas etc.

4.2 – Especificações Técnicas da Plataforma Educacional Digital

A contratada deverá disponibilizar uma plataforma para alunos, professores e família de todos os níveis de ensino, sendo:

Deverá ser disponibilizado pelo licitante acesso a uma plataforma educacional de aprendizagem para estudantes, docentes e gestores, contemplando as seguintes funcionalidades:

- a)** Possibilitar a integração com o Portal da Secretaria de Educação ou ERP local, no que se refere aos usuários e aos dados de uso geral dos usuários na plataforma, dos materiais didáticos e das atividades realizadas. Essa integração deverá possibilitar, também, o fluxo de informações do portal local para a plataforma.
- b)** Disponibilizar API (application programming interface) para integração com o portal da Secretaria de Educação, permitindo que os usuários possam acessar as plataformas da contratada sem novo processo de identificação (single sign-on). A API deverá ser capaz de exportar dados de uso geral dos usuários na plataforma, dos materiais didáticos e atividades realizadas para o portal local, além de diversos objetos educacionais digitais, como áudios, infográficos, vídeos, jogos.
- c)** Permitir acesso ao material didático (o mesmo material impresso) em formato digital, acessível a qualquer hora e lugar; por meio de logins únicos com acesso ao conteúdo didático, além de permitir a realização de aulas remotas (aulas online), atividades, provas e simulados e apoio para dúvidas
- d)** Disponibilizar, no mínimo, 10 mil recursos pedagógicos digitais como itens, exercícios avaliativos, vídeos, textos, infográficos e simuladores.
- e)** Permitir planejamento e intervenções pedagógicas baseadas em dados; acesso a relatórios constantes de engajamento, atividades e simulados; Acesso a ferramenta de comunicação;
- f)** Oferecer atendimento direto pela equipe de suporte aos usuários na própria plataforma em caso de dúvidas e dificuldades técnicas. Disponibilizar treinamentos e materiais de apoio aos docentes e gestores.
- g)** Oferecer acesso rápido de tutoriais de utilização, com passo a passo para realizar as principais ações na plataforma. Disponibilizar acesso às perguntas e respostas frequentes, onde o usuário encontrará respostas para as dúvidas mais comuns sobre a utilização da plataforma.
- h)** Disponibilizar ferramentas de acessibilidade, conforme parâmetros estabelecidos pela Lei Brasileira de Inclusão.

A plataforma educacional digital deverá disponibilizar os seguintes conteúdos:

- a)** Sistema de navegação linear, correlacionando os diversos conteúdos digitais educacionais disponíveis na plataforma com planos de aula/atividades que contextualizem tais elementos à proposta curricular do material didático, assim como

sistema de navegação não linear que permita a exploração de diferentes situações propostas.

b) Conteúdo audiovisual como, podcasts, animações, animações 3D, slideshow, animações em stopmotion, que apresente nível de interatividade caracterizado pela utilização de ilustrações, imagens e animações de personagens com locução, adequadas à faixa etária do aluno;

c) Vídeos, que empreguem situações, personagens e contexto adequados à faixa etária dos alunos a que se destinam e ajustados ao tema da situação de aprendizagem;

d) Banco de questões que deve conter, questões de múltipla escolha e ferramenta integrada que permita a criação de provas e avaliações em diversos formatos, com e sem gabarito;

e) Ferramentas que permitam ao professor ou ao gestor a criação de atividades específicas, assim de aulas personalizadas e o compartilhamento destes recursos com a comunidade escolar.

Os conteúdos devem estar organizados de forma hierarquizada em níveis variados de acesso para estudantes, docentes, coordenadores e gestores:

Acesso para os alunos:

a) Acesso a versão digital e interativa do material didático do aluno.

b) Acesso a objetos educacionais digitais tais como: vídeos, animações, músicas, playback, atividades lúdicas, pdf editável.

Acesso para os professores e coordenadores:

a) Acesso a versão digital e interativa do material didático do professor.

b) Acesso a objetos educacionais digitais tais como: vídeos, animações, músicas, playback, atividades lúdicas, pdf editável, PPT.

c) Acesso a aulas digitais, para realização de aulas online ao vivo, com recursos que possibilite ao professor interagir com o material através de anotações, desenhos e destacar conteúdos no livro digital durante a aula (utilizando as ferramentas de nota, texto e forma livre).

Acesso para família/responsáveis:

a) Acesso a versão digital e interativa do material didático do aluno.

b) Acesso a objetos educacionais digitais tais como: vídeos, animações, músicas, playback, atividades lúdicas, pdf editável.

c) Acesso a atividades que dialogam com as lições dos livros didáticos, exclusivas para as famílias, reforçando os conteúdos trabalhados em sala de aula pelos alunos.

Recursos para Aula Digital (Google Meet)

a) Integração com o *Google Meet* para a realização de aulas síncronas, para até 100 participantes simultâneos.

b) Recursos de vídeo e compartilhamento de tela, favorecendo aulas interativas, trazendo novas experiências para a classe, aproximando alunos e apresentando diferentes formas de aprendizagem.

c) Contas *Google* vinculadas, para os professores e estudantes visando segurança e praticidade durante as aulas.

d) Controles exclusivos para os professores, durante a aula, possibilitando o bloqueio do chat, restrição de compartilhamento de tela, escolha para autorizar pessoas não convidadas, remoção de participantes, entre outros.

e) Possibilidade de convidar pessoas com contas *Google (Gmail ou G Suite)*, permitindo a participação de coordenadores, diretores e a realização de reunião com responsáveis.

f) Acesso aos editores de texto (apresentações, planilhas e documentos), que podem ser compartilhados com os alunos e permitem a construção coletiva de conteúdo, além do *Jamboard*, lousa digital do Google, que os professores podem utilizar em aulas

presenciais e digitais com os alunos, possibilitando modelagem de gamificação pelo professor, de forma interativa com os alunos.

4.3 – Especificações dos Serviços de Assessoria Pedagógica:

Deverá ser fornecido, sem custo adicional, um programa de formação continuada socioemocional pela contratada. Deverá apresentar uma proposta de assessoria pedagógica para implantação e acompanhamento do material na rede de ensino para o público de gestores, professores, quadro de apoio administrativo e demais membros da comunidade escolar, deve incluir ainda palestra para a família no decorrer do ano letivo. Certificação de participação dos presentes nos encontros, a ser disponibilizado até o término do ano letivo.

Deverá ser fornecido para professores e gestores, cursos de formação continuada com certificação, na modalidade EAD (ensino a distância), com carga horária mínima de 30 horas por curso.

Os cursos deverão contemplar assuntos de formação global e práticas de sala de aula como: desafios da gestão escolar, libras, inclusão, educação antirracista, neurociência e socioemocional, entre outros temas.

ITEM 5 – Projeto Educacional DIDÁTICO TRANSVERSAL de Prevenção de Vícios e Abusos na Internet, para estudantes e professores, destinado a estudantes do 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

5.1 – Especificações Técnicas do Material Didático Impresso e Digital

FASE 1 (3º ano ao 6º ano)

Material do Estudante e professor deve apresentar:

Material didático composto por caderno anual (livro único), com no mínimo 160 páginas cada livro (para aluno e para professor); no formato 20,5cm X 27,5cm, com papel capa sendo cartão supremo 250g e papel do miolo off set 75g. Com acabamento em lombada quadrada, PUR e beneficiamento da capa em verniz UV total.

a) Conteúdo original e linguagem acessível, combinando fundamentos teóricos, atividades práticas.

b) Alinhamento com habilidades da BNCC da computação, sobretudo com o eixo da cultura e mundo digital.

c) Encarte que identifique habilidades da BNCC da computação ao longo dos capítulos, de forma a facilitar a percepção e planejamento do professor.

d) Exercícios práticos, estudos de caso, infográficos, imagens e propostas de ação coletiva, com distribuição equilibrada ao longo das unidades.

e) Objetivo Geral: Capacitar as crianças a usarem a internet e outras tecnologias digitais de forma segura, consciente e responsável, reconhecendo e prevenindo situações de risco como vício em internet, cyberbullying, aliciamento online e outros perigos.

f) Conteúdo que aborde os seguintes temas:

f.1) Introdução ao mundo online: o que é a internet e para que serve (aprender, brincar, conversar, etc.).

f.2) A importância de usar a internet com responsabilidade.

f.3) As coisas boas que podemos fazer online: aprender coisas novas, fazer amigos, criar, compartilhar.

f.4) Cuidado com o Tempo na Tela! (Prevenção ao Vício em Internet) *

f.5) O que é passar muito tempo online?

- f.6) Sinais de que talvez estejamos usando demais a internet
 - f.7) A importância de equilibrar o tempo online com outras atividades
 - f.8) Dicas para usar a internet de forma saudável: horários definidos, pausas, atividades offline.
 - f.9) O que é cyberbullying? Como o cyberbullying faz as pessoas se sentirem; O que fazer se você sofrer ou presenciar cyberbullying
 - f.10) Estranhos na Internet: Como lidar
 - f.11) Quem são os estranhos na internet? (pessoas que não conhecemos pessoalmente).
 - f.12) Por que não devemos conversar com estranhos online ou encontrá-los pessoalmente?
 - f.13) Informações Falsas (Fake News)
 - f.14) Conteúdo Inadequado: A importância de usar a internet em ambientes seguros e com supervisão.
 - f.15) A importância de conversar com pais, responsáveis ou professores sobre o que fazemos online
 - f.16) Como pedir ajuda
 - f.17) Regras para uma Navegação Segura
- OBS: Guia para pais e educadores: Incluir uma seção ao final do livro com orientações para pais e educadores sobre como abordar esses temas com as crianças e como criar um ambiente de comunicação aberta e confiança.

Sobre o Aplicativo:

Como uma ferramenta de apoio tecnológico, o aplicativo deve permitir ao estudante acessar o material teórico, realizar testes e vídeos de orientação.

Para os professores, o aplicativo deve apresentar vídeos de orientação, acessados via QR CODE.

FASE 2 (7º ano ao 9º ano)

Material do Estudante e professor deve apresentar:

Material didático composto por caderno anual (livro único), com no mínimo 180 páginas para aluno e para professor; no formato 20,5cm X 27,5cm, com papel capa sendo cartão supremo 250g e papel do miolo off set 75g. Com acabamento em lombada quadrada, PUR e beneficiamento da capa em verniz UV total.

a) Conteúdo original e linguagem acessível, combinando fundamentos teóricos, atividades práticas.

b) Alinhamento com habilidades da BNCC da computação, sobretudo com o eixo da cultura e mundo digital.

c) Encarte que identifique habilidades da BNCC da computação ao longo dos capítulos, de forma a facilitar a percepção e planejamento do professor.

d) Exercícios práticos, estudos de caso, infográficos, imagens e propostas de ação coletiva, com distribuição equilibrada ao longo das unidades.

e) Objetivo Geral: Capacitar as crianças a usarem a internet e outras tecnologias digitais de forma segura, consciente e responsável, reconhecendo e prevenindo situações de risco como vício em internet, cyberbullying, aliciamento online e outros perigos.

f) CONTEÚDO QUE ABORDE OS SEGUINTE TEMAS:

f.1) O Mundo Digital e seus Desafios;

f.2) Os benefícios da internet e das redes sociais (aprendizado, comunicação, entretenimento);

f.3) A importância do uso consciente e equilibrado;

- f.4)** Introdução aos principais riscos online: vício em internet, cyberbullying, pedofilia, golpes, fake news, etc;
- f.5)** O Equilíbrio Digital: O que é o vício em internet e como ele se manifesta (sinais e sintomas);
- f.6)** Os impactos negativos do uso excessivo (saúde física e mental, estudos, relacionamentos);
- f.7)** Estratégias para um uso saudável;
- f.8)** Redes Sociais: Curtir com Moderação;
- f.9)** A pressão por likes e seguidores;
- f.10)** A cultura da comparação e seus efeitos na autoestima;
- f.11)** A importância de construir uma identidade online autêntica e saudável;
- f.12)** Dicas para usar as redes sociais de forma positiva e consciente;
- f.13)** O que é cyberbullying? Como o cyberbullying faz as pessoas se sentirem; O que fazer se você sofrer ou presenciar cyberbullying;
- f.14)** Proteção Contra a Pedofilia e Outros Crimes Sexuais Online;
- f.15)** Informações Falsas (Fake News/ Jogos e Vícios);
- f.16)** Conteúdo Inadequado: A importância de usar a internet em ambientes seguros e com supervisão;
- f.17)** A importância de conversar com pais, responsáveis ou professores sobre o que fazemos online;
- f.18)** Como pedir ajuda;
- f.19)** Regras para uma Navegação Segura;
- f.20) RECURSOS ADICIONAIS**
- f.21)** Testes e Questionários: Para que os alunos possam refletir sobre seus hábitos online e identificar possíveis problemas;
- f.22)** Estudos de Caso: Apresentação de situações reais (com nomes fictícios) para ilustrar os riscos e as formas de prevenção;
- f.23)** Dicas Rápidas e Infográficos: Para facilitar a memorização de informações importantes;
- f.24)** Glossário: Explicação de termos técnicos relevantes;
- f.25)** Espaço para Anotações: Para que os alunos possam registrar suas reflexões e dúvidas.

Sobre o Aplicativo: Como uma ferramenta de apoio tecnológico, o aplicativo deve permitir ao estudante acessar o material teórico, realizar testes e vídeos de orientação. Para os professores, o aplicativo deve apresentar vídeos de orientação, acessados via QR CODE.

5.2 – Especificações dos Serviços de Assessoria Pedagógica

A empresa deverá fornecer assessoria pedagógica para a implantação dos recursos, prevendo etapas de planejamento, implantação e acompanhamento.

A assessoria deve ocorrer de maneira ofertar suporte técnico e pedagógico aos gestores, diretores, coordenadores pedagógicos e professores, bem como às equipes técnicas designadas, de maneira que integre de eficazmente os recursos oferecidos à proposta pedagógica e metas estabelecidas pela Rede.

Deve ser organizada da seguinte maneira:

- a) Implantação:** etapa que busca garantir a formação inicial da equipe técnica, gestores e professores na metodologia e nos recursos oferecidos pelo material didático.
- b) Formação continuada:** ações presenciais ou virtuais, que contemplem temáticas de interesse da Rede, previamente acordadas.

ITEM 6 – Projeto Educacional DIDÁTICO BÁSICO formado por um Sistema Estruturado de Ensino, destinado a alunos e professores da Educação Infantil, composto por kits impressos e específicos de Cadernos Educacionais para o Aluno, Material Complementar, Caderno do Professor, Assessoria e Acompanhamento Pedagógico, bem como Plataforma Educacional Digital, com Corretor Automatizado de Redação.

6.1 – Especificações Técnicas do Material Didático

Os materiais didáticos deverão observar os conceitos pedagógicos referenciados pelo MEC, de forma a proporcionar a integração e transversalidade entre o sistema de ensino a ser implantado e os livros didáticos e paradidáticos de suporte eventualmente adotados, de forma não excludente, porém complementar.

Nesse sentido, são princípios a serem atendidos, os quais nortearão a avaliação, quando aplicáveis:

a) Cumprimento das normas oficiais: respeito à legislação e às diretrizes relativas à Educação Básica;

b) Ética e Cidadania: observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;

c) Proposta Pedagógica: coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela coleção, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados;

d) Conteúdos: correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos ênfase na pesquisa e experimentação;

e) Manual do Professor: observância das características e finalidades específicas do manual do professor e adequação da coleção à linha pedagógica nele apresentada;

f) Projeto gráfico: adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da coleção.

g) O sistema estruturado de ensino com uma proposta de letramento em todos os segmentos de ensino, que esteja em consonância com a BNCC (base nacional comum curricular) com a LDB (lei de diretrizes e bases da educação), fundamentada nas diretrizes, referenciais e curriculares nacionais em cada um dos segmentos de ensino, e que possa trabalhar as competências e habilidades avaliadas pelas avaliações externas e exames, como SAEB/Prova Brasil.

h) O material didático deverá promover o desenvolvimento do hábito de leitura, a interdisciplinaridade e a ampliação e contextualização dos conteúdos e da aprendizagem desenvolvidos em cada um dos anos dos segmentos de ensino fundamental, de acordo com as prerrogativas previstas no item acima.

i) O material didático pedagógico impresso e digital deverá considerar a disponibilização do arquivo contendo a versão adaptada e ampliada para estudantes com deficiência visual, em consonância com as Leis n. 7.853/1989 e 9.394/96.

Os materiais deverão ser apresentados de acordo com os seguintes componentes curriculares:

Educação Infantil

<ul style="list-style-type: none"> - O eu, o outro e o nós - Corpo, Gestos e Movimentos - Traços, sons, cores e formas - Escuta, fala, pensamento e imaginação - Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações 	2 a 5 anos
---	------------

6.2. Material do Aluno e do Professor (Educação Infantil – 2 anos

Material do Aluno

O material deverá estar preparado para o devido acompanhamento do desenvolvimento da criança a fim de despertar nela o interesse em aprender, com propostas de experiências que desenvolvam a capacidade de entendimento, valorização de conhecimento prévio e observação do ambiente.

Material deverá estar disposto em 2 volumes, sendo um para cada semestre, folhas avulsas, com pasta própria para acondicionamento, no formato horizontal, impresso em cores 4X0, papel offset. Material com carga horária mínima de 80 aulas por semestre, dando espaço a horário de higiene, lanche, dentre outras atividades a critério da escola. O material deverá estar complementado por materiais de apoio ao final das atividades, com picote e páginas de adesivo que deverão ser utilizados nas atividades regulares, além de abordagem das datas comemorativas que sejam interessantes para esta faixa etária.

Material do Professor

O material do professor deverá possuir o mesmo formato e qualidade do material do aluno, com as devidas orientações metodológicas em seu interior, e uma série de sugestões pedagógicas de outras atividades que possibilitam ao educador trabalhar com as crianças de forma lúdica e significativa.

Material deverá estar disposto em remessa anual, em formato vertical, impresso em cores, com as orientações para o professor em quinta cor, papel offset 90g.

Deverá compor o material do professor, jogos pedagógicos em formato de cartazes, impressos em cores, em papel offset 180g, um por semestre, com as devidas instruções de utilização e orientações pedagógicas que serão utilizados para enriquecer as situações de aprendizagem diárias. Os conteúdos dos jogos devem enriquecer o conhecimento do estudo das cores, formas, texturas, esquema corporal e percepção visual.

O material do professor deve vir acompanhado de recurso de áudio, com gravações produzidas a partir das sequências didáticas do material do aluno, que correspondam a canções infantis, sons e ruídos em diferentes contextos, orientações e comandos das atividades e contos clássicos. Os áudios devem vir acompanhados com encartes com as faixas e letras das canções.

6.3. Material do Aluno e do Professor (Educação Infantil – Maternal (3 anos) e Nível I e II (4 e 5 cinco anos).

O Material deverá ser baseado no método fônico de alfabetização que se caracteriza pelo estabelecimento das relações entre símbolo e som e nos clássicos infantis, sob pena de desclassificação.

Material do Aluno do Maternal 3 anos

Componentes curriculares

O eu, o outro e o nós
 Corpo, Gestos e Movimentos

Traços, sons, cores e formas

Escuta, fala, pensamento e imaginação

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

A apresentação de letras e números no material do Maternal acontecerá de forma simples, respeitando a fase em desenvolvimento, portanto no caso das vogais serão apresentadas apenas a ideia dos fonemas, sem se ocupar com os grafemas das letras nesta etapa. No caso dos numerais, a ênfase será na contagem de elementos e estabelecimento de relações simples entre grafia e quantidade (contagem de rotina).

Material impresso e digital, disposto em 2 volumes, sendo um para cada semestre, no formato horizontal, impresso em cores, papel offset e gramatura adequada a faixa etária dos alunos. Material com carga horária mínima de 90 aulas por semestre, dando espaço a horário de higiene, lanche, dentre outras atividades a critério da escola.

O material deverá estar preparado para o devido acompanhamento do desenvolvimento da criança a fim de despertar nela o interesse em aprender, com propostas de experiências que desenvolvam a capacidade de entendimento, valorização de conhecimento prévio e observação do ambiente.

O material deve apresentar às crianças as figuras-fonemas por meio de personagens e histórias conforme estas lhes são apresentadas. A base das histórias devem ser os clássicos da literatura infantil.

O conteúdo abordado no material deve se relacionar com os personagens dos clássicos infantis apresentados e fazer menção a estes.

O kit do aluno deverá vir acompanhado de clássicos infantis, sendo no mínimo dois livros infantis por aluno. Os personagens dos clássicos escolhidos devem estar inseridos no material do aluno.

O material deverá estar complementado por materiais de apoio ao final das atividades, com picote e páginas de adesivo que deverão ser utilizados nas atividades regulares, além de abordagem das datas comemorativas que sejam interessantes para esta faixa etária.

Material do Professor do Maternal 3 anos

O material do professor deverá possuir o mesmo formato e qualidade do material do aluno, com as devidas orientações metodológicas em seu interior, sugestões pedagógicas de atividades que possibilitam ao educador trabalhar com as crianças de forma lúdica e significativa.

Os livros de literatura infantil integrantes do material do aluno deverão também compor o material do professor.

O professor deverá receber cartazes impressos em cores, papel offset, ilustrados com elementos relacionados com as vogais, onde conste também as grafias das cinco vogais que serão trabalhadas ao longo no ano letivo.

O professor deverá receber cartazes impressos em cores, papel offset, ilustrados com figuras de mãos que representam a contagem dos numerais que serão trabalhadas ao longo no ano letivo.

O material do professor deve vir acompanhado de recurso de áudio com músicas do folclore brasileiro que permita ao professor explorar todos os temas contemplados no kit do aluno por meio da música de modo a facilitar a fixação dos conteúdos.

Material do Aluno dos Níveis I (4 anos) e II (5 anos)

Componentes curriculares:

O eu, o outro e o nós
Corpo, Gestos e Movimentos
Traços, sons, cores e formas
Escuta, fala, pensamento e imaginação
Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações

A apresentação de letras e números no material dos Níveis I e II deverá acontecer de forma gradativa, respeitando as fases em desenvolvimento. Assim, no caso das letras, deverão ser apresentados os fonemas e grafemas conforme os personagens dos clássicos infantis aparecem na história.

Para o Nível I, devem ser apresentadas ao aluno as grafias das letras de imprensa maiúscula nos cartazes de letramento e nas atividades de escrita da apostila.

Para o Nível II, devem ser apresentadas ao aluno as grafias das letras de imprensa e cursiva maiúsculas e minúsculas nos cartazes de letramento e nas atividades de escrita do material.

No caso dos numerais, serão apresentadas e solicitadas aos alunos as quantidades e grafias dos numerais nos Níveis I e II, respeitando-se a fase e o nível de compreensão de cada faixa etária.

Para os Níveis I e II, material disposto em 4 volumes, sendo um para cada bimestre, contextualizado com os clássicos infantis, com apresentação sistematizada de conteúdos, com encadernação em espiral em plástico PVC, no formato horizontal, impresso em cores, papel offset. Material com carga horária mínima de 50 aulas por bimestre, dando espaço a horário de higiene, lanche, dentre outras atividades a critério da escola.

O material deverá propor jogos e brincadeiras, canções e atividades que estimulam o gosto pela aprendizagem e ajudam a vivenciar conteúdos, valorizando as experiências individuais e coletivas da classe.

O kit do aluno deverá vir acompanhado de clássicos infantis, sendo no mínimo 4 livros infantis, um por bimestre. Os personagens dos clássicos escolhidos devem estar inseridos (contextualizados) no material do aluno

Material do Professor dos Níveis I (4 anos) e II (5 anos)

O Manual do Professor deverá possuir o mesmo formato e qualidade do material do aluno, com as devidas orientações metodológicas em seu interior e outras atividades que possibilite ao educador trabalhar com as crianças de forma lúdica e significativa.

Os livros de literatura infantil integrantes do material do aluno deverão compor o kit do professor.

O professor deverá receber cartazes impressos em cores, papel offset, ilustrados com os mesmos personagens dos clássicos infantis integrantes do material do aluno onde constem as grafias das letras do alfabeto que serão trabalhadas ao longo no ano letivo. O professor deverá receber cartazes impressos em cores, papel offset, ilustrados com figuras de mãos que representam a contagem dos numerais que serão trabalhadas ao longo no ano letivo.

O material do professor deve vir acompanhado de recurso de áudio com músicas do folclore brasileiro que permita ao professor explorar todos os temas contemplados no kit do aluno, por meio da música de modo a facilitar a fixação dos conteúdos.

6.4 – Especificações Técnicas da Plataforma Digital

A empresa contratada deverá manter durante a vigência do contrato, uma plataforma

digital na internet oferecendo serviços e informações relacionadas ao universo educacional para todos alunos e profissionais e outras partes envolvidas no processo de ensino, com as seguintes características:

- a)** Senha e conteúdo dividido em níveis variáveis de acesso com foco específico em gestores, coordenadores, professores, pais e alunos;
- b)** Manuais de utilização *on line* para todos os profissionais e outras partes envolvidas no processo de ensino, de acordo com o respectivo nível de acesso, assim como amplo serviço de suporte telefônico e por e-mail para o esclarecimento de dúvidas e o fornecimento de informações;
- c)** Sistema de navegação linear, correlacionando os diversos conteúdos digitais educacionais disponíveis na plataforma com planos de aula/atividades que contextualizem tais elementos à proposta curricular do material didático, tal como descrito neste Anexo, assim como sistema de navegação não linear que permita a exploração de diferentes situações propostas.
- d)** Conteúdo digital educacional dividido da seguinte maneira:
 - d.1)** Conteúdo audiovisual como, podcasts, animações, animações 3D, slideshow, animações em stopmotion, que apresente nível de interatividade caracterizado pela utilização de ilustrações, imagens e animações de personagens com locução, e adequadas à faixa etária do aluno;
 - d.2)** Vídeos, que empreguem situações, personagens e contexto adequados à faixa etária dos alunos a que se destinam e ajustados ao tema da situação de aprendizagem;
 - d.3)** Simulação por meio de software ou gráfico interativo que demonstre um processo ou mecanismo e permita ao usuário observá-lo ou interagir com ele de maneira análoga ao processo ou mecanismo simulado, com resultados realistas; e imagens do tipo infográficos para cada disciplina.
 - d.4)** Banco de questões que deve conter, questões de múltipla escolha e ferramenta integrada que permita a criação de provas e avaliações em diversos formatos, com e sem gabarito;
 - d.5)** Conteúdo para a capacitação docente nas áreas de pedagogia e tecnologia; e
 - d.6)** Ferramentas que permitam ao professor ou ao gestor a criação de atividades específicas, assim de aulas personalizadas e o compartilhamento destes recursos com a comunidade escolar.

Recursos para Aula Digital (Google Meet)

- a)** Integração com o *Google Meet* para a realização de aulas síncronas, para até 100 participantes simultâneos.
- b)** Recursos de vídeo e compartilhamento de tela, favorecendo aulas interativas, trazendo novas experiências para a classe, aproximando alunos e apresentando diferentes formas de aprendizagem.
- c)** Contas *Google* vinculadas, para os professores e estudantes visando segurança e praticidade durante as aulas.
- d)** Controles exclusivos para os professores, durante a aula, possibilitando o bloqueio do chat, restrição de compartilhamento de tela, escolha para autorizar pessoas não convidadas, remoção de participantes, entre outros.
- e)** Possibilidade de convidar pessoas com contas *Google* (*Gmail* ou *G Suite*), permitindo a participação de coordenadores, diretores e a realização de reunião com responsáveis.
- f)** Acesso aos editores de texto (apresentações, planilhas e documentos), que podem ser compartilhados com os alunos e permitem a construção coletiva de conteúdo, além do *Jamboard*, lousa digital do Google, que os professores podem utilizar em aulas presenciais e digitais com os alunos, possibilitando modelagem de gamificação pelo professor, de forma interativa com os alunos.

6.5 – Especificações Técnicas da Plataforma de Correção e Devolutivas Automatizadas de Redações.

Deverá ser disponibilizado para os alunos e professores dos Anos Finais, acesso a uma plataforma de correção e devolutiva automatizada de redações com funcionalidades descritas abaixo:

- a) Produção e correção de redações para o desenvolvimento das competências de escrita de alunos através de plataforma online.
- b) Produção e correção de redações para o desenvolvimento das competências de escrita de alunos através de plataforma online e correção por meio da Inteligência Artificial da Plataforma.
- c) Por meio da plataforma, as redações deverão ser corrigidas utilizando uma ferramenta que auxilie e direcione a avaliação e a distribuição das notas dentro de uma grade detalhada. Os desvios devem ser minimizados e a nota geral, assim como a pontuação de cada competência deve ser objetiva e explícita, permitindo que o aluno priorize o estudo dos pontos mais críticos e evolua rapidamente.
- d) Correção detalhada e estruturada
- e) Nota total
- f) Nota por eixo ou competência:
- g) Análise geral resumindo a correção;
- h) Comentários na redação: Indicação de erros e sugestões de melhorias no corpo da redação para os pontos mais críticos do aluno;
- i) Acompanhamento de resultados
- j) Base de dados com informações detalhadas e estruturadas:
- k) Evoluções de notas, competências e incidência de erros. Visão por aluno, turma ou por escola inteira;
- l) Avaliação objetiva de critérios detalhados de língua portuguesa.
- m) Prazo estipulado para a devolutiva: máximo 7 dias úteis;
- n) Controle da programação das tarefas pelo professor, como a definição de gêneros, temas e prazos;
- o) Possibilidade de redação digitada das redações no computador, tablet ou smartphone;
- p) Fornecimento de dados para identificar quais os pontos fracos da turma e direcionar seu planejamento para enfrentá-los e desenvolvê-los junto a seus alunos. Gráficos que apontam para questões linguísticas específicas, como pontuação, ortografia, vocabulário, riqueza de recursos coesivos, repertório, entre outros. Possibilidade de calibragem dos resultados e comparações entre as turmas e unidades;

Acesso do aluno: individualizado. Cada aluno acessa suas redações, seus resultados e seu histórico;

Acesso escola: relatórios detalhados por escola, turma e aluno. Acesso à todas as redações e laudos;

6.7 – Especificações dos Serviços de Assessoria Pedagógica.

Além do material para o aluno e do material para o professor, descritos anteriormente, deverá ser prestada assessoria pedagógica sem custo adicional.

Para garantir a efetiva implantação do sistema de ensino, por meio da utilização e aplicação do material didático, no início de cada bimestre letivo, a licitante vencedora deverá oferecer: workshops voltados para a formação continuada da equipe docente; palestras com temas específicos previamente escolhidos pela Secretaria de Educação e atendimentos individuais, com o objetivo de promover a capacitação dos professores da Rede de Ensino.

A assessoria pedagógica deverá fornecer implantação do material didático e

apresentação da proposta pedagógica.

A licitante vencedora deverá disponibilizar o serviço de capacitação através de cursos que implantem e implementem o uso do material didático do Sistema de Ensino, apresentando sua estrutura e seu funcionamento, bem como cursos nas diferentes áreas de conhecimento que apresentem a distribuição dos conteúdos pedagógicos de cada uma das áreas, assim como encaminhamentos e respostas às necessidades levantadas, sugestões de atividades, planejamento e avaliação para a melhor compreensão e utilização do material didático por parte da equipe pedagógica e de gestão da Secretaria de Educação.

A implantação do sistema de ensino deverá ser oferecida em duas etapas distintas, sendo, a primeira destinada às equipes técnico-pedagógicas, tanto da Secretaria de Educação, quanto das Escolas da Rede, bem como aos docentes, com o objetivo de apresentar a estrutura e o funcionamento do Sistema de Ensino, a utilização de seus produtos e serviços, englobando reflexões teóricas e metodológicas a respeito das concepções que alicerçam a proposta pedagógica do Sistema, bem como orientações e sugestões para a construção de um plano de aula e discussões sobre o processo avaliativo.

A segunda parte deverá destinar-se apenas à equipe técnico-pedagógica, tanto da Secretaria de Educação, quanto das Escolas da Rede e, nessa etapa, de posse do conhecimento dos itens apresentados e discutidos na 1ª parte, dar-se-á a construção das diretrizes do trabalho pedagógico a ser desenvolvido, com base na articulação das propostas educativas de cada unidade escolar que compõe a rede de escolas e na operacionalização do Sistema de Ensino.

Assessoria presencial em todas as unidades escolares para levantamento e atendimento das necessidades específicas de cada uma delas. Assessoria permanente a todos os profissionais por telefone 0800, por e-mail e via site.

Realizar, no início de cada bimestre letivo, mediante prévia solicitação, com data e local a serem agendados em comum acordo, curso de capacitação e de treinamento para a compreensão e utilização do material didático a ser utilizado no respectivo bimestre. Os cursos de formação continuada devem abordar temas pertinentes e relacionados ao seguimento contratado. Os cursos destinados aos professores devem apresentar propostas didáticas para o trabalho, utilizando as diferentes modalidades organizativas – atividades permanentes, sequências didáticas e projetos, também atualizar os conhecimentos do professor incentivando-o a refletir sobre suas práticas.

ITEM 7 – Projeto Educacional DIDÁTICO BÁSICO formado por um Sistema Estruturado de Ensino, destinado a alunos e professores da Educação dos anos iniciais, composto por kits impressos e específicos de Cadernos Educacionais para o Aluno, Material Complementar, Caderno do Professor, Assessoria e Acompanhamento Pedagógico, bem como Plataforma Educacional Digital, com Corretor Automatizado de Redação.

7.1 – Especificações Técnicas do Material Didático

Os materiais didáticos deverão observar os conceitos pedagógicos referenciados pelo MEC, de forma a proporcionar a integração e transversalidade entre o sistema de ensino a ser implantado e os livros didáticos e paradidáticos de suporte eventualmente adotados, de forma não excludente, porém complementar.

Nesse sentido, são princípios a serem atendidos, os quais nortearão a avaliação,

quando aplicáveis:

- a) Cumprimento das normas oficiais:** respeito à legislação e às diretrizes relativas à Educação Básica;
- b) Ética e Cidadania:** observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;
- c) Proposta Pedagógica:** coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela coleção, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados;
- d) Conteúdos:** correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos ênfase na pesquisa e experimentação;
- e) Manual do Professor:** observância das características e finalidades específicas do manual do professor e adequação da coleção à linha pedagógica nele apresentada;
- f) Projeto gráfico:** adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da coleção.
- g)** O sistema estruturado de ensino com uma proposta de letramento em todos os segmentos de ensino, que esteja em consonância com a BNCC (base nacional comum curricular) com a LDB (lei de diretrizes e bases da educação), fundamentada nas diretrizes, referenciais e curriculares nacionais em cada um dos segmentos de ensino, e que possa trabalhar as competências e habilidades avaliadas pelas avaliações externas e exames, como SAEB/Prova Brasil.
- h)** O material didático deverá promover o desenvolvimento do hábito de leitura, a interdisciplinaridade e a ampliação e contextualização dos conteúdos e da aprendizagem desenvolvidos em cada um dos anos dos segmentos de ensino fundamental, de acordo com as prerrogativas previstas no item acima.
- i)** O material didático pedagógico impresso e digital deverá considerar a disponibilização do arquivo contendo a versão adaptada e ampliada para estudantes com deficiência visual, em consonância com as Leis n. 7.853/1989 e 9.394/96.

Os materiais deverão ser apresentados de acordo com os seguintes componentes curriculares:

Ensino Fundamental (anos iniciais e finais)	
Língua portuguesa	1º ao 5º ano
Matemática	1º ao 5º ano
Ciências	1º ao 5º ano
Geografia	1º ao 5º ano
História	1º ao 5º ano
Inglês	1º ao 5º ano
Artes	1º ao 5º ano

7.2. Material do Aluno e do Professor do Ensino Fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano)

Material do Aluno: Material didático composto por 4 cadernos, um para cada bimestre que englobe todas as disciplinas (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências), caderno anual de Arte e Caderno anual de Língua Inglesa.

O caderno do aluno deve apresentar sumário com funcionalidade na localização das informações, especificando temas e subtemas em cada unidade. Também deve apresentar adequação e equilíbrio na distribuição das imagens e dos textos escritos na página, de tal forma que motiva a leitura.

Deve conter ilustrações (fotos, esquemas, gráficos, tabelas, quadros, mapas, obras de Arte, etc.) adequadas quanto a escala, cor, tamanho e proporção.

O caderno deve apresentar sugestões de leituras complementares para o aluno.

O desenvolvimento de cada aula deverá ter a seguinte sequência:

- a) Texto teórico;
- b) Conjunto de exercícios para resolução em sala sob a orientação e supervisão do professor;
- c) Tarefas com exercícios relativos aos assuntos vistos na referida aula;
- d) Atividades complementares a serem ministradas a critério do professor.

O material deverá trabalhar a formação plena do aluno por meio do desenvolvimento do espírito crítico, percepção do contexto local e universal, respeito ao meio ambiente, desenvolvimento da capacidade de transformar a informação em conhecimento para a continuidade dos estudos.

Deverá ser explorado trabalho intenso com textos de autores consagrados da literatura nacional e universal, em todas as disciplinas; bem como a leitura de imagens.

Material do Professor

O caderno do professor deverá conter as mesmas atividades do material do aluno por área do conhecimento, com apresentação dos conteúdos programáticos no bimestre. Deve conter o material do aluno na íntegra, com resolução das atividades e sugestões. Deverá apresentar sugestões gerais sobre rotina escolar, biblioteca de classe, materiais utilizados em aula, organização do espaço físico da sala de aula, papel do professor do Ensino Fundamental, objetivo e encaminhamento de cada aula, textos de atualização pedagógica e científica para o professor, sugestões de atividades complementares e extraclasse.

Para o 1º o professor deve receber cartazes do alfabeto e de numerais.

Para o segundo ano deve receber Cartazes de Letras, Sílabas complexas e Numerais.

Especificidades por área

Língua Portuguesa: As ações propostas para os trabalhos de leitura, de estudo dos textos, de produção textual escrita e oral, de reflexão sobre a língua, de análise das diferentes linguagens devem facilitar e estimular a participação ativa do aluno como leitor e produtor de textos à medida que desenvolve sua capacidade de reflexão crítica, demonstrando contínua ampliação de sua competência de interpretar dados e fatos, relacionando-os, elaborando hipóteses explicativas e organizando suas ideias.

Matemática: O material didático deve estar organizado nos eixos: números e operações; grandezas e medidas; geometria; tratamento da informação. Deve abordar os conteúdos de Matemática com base em temas que envolvem experiências cotidianas, que procuram despertar o interesse e a curiosidade das crianças pela Matemática. As propostas de atividades devem aguçar o espírito investigativo, estimular a curiosidade e a vontade de aprender.

Ciências Naturais: O material deve permitir ao aluno observar, levantar hipóteses, pesquisar e discutir, vivenciando situações contextualizadas, com o propósito de contribuir com o desenvolvimento da postura crítica e reflexiva do aluno, para que crie o hábito de questionar o que vê e ouve, na busca contínua de compreender para intervir e cuidar da natureza, ao mesmo tempo em que amplia sua percepção a respeito dos avanços tecnológicos

História: O ensino de História nas séries iniciais deve possibilitar aos educandos a construção de conceitos básicos para o entendimento da vida em sociedade. Esses

conceitos devem permitir aos alunos pensar, analisar e conhecer os processos históricos além de oferecer-lhes a oportunidade de utilizar seus conhecimentos na interpretação da realidade em que vivem, ou seja, na leitura do mundo.

Geografia: O ensino geográfico deve se mostrar atrativo e significativo para os alunos, e proporcionar as condições necessárias para que eles identifiquem a presença do saber geográfico em seu cotidiano. O material didático deve ter como objetivo levar os educandos a conhecer o mundo em que vivem de maneira mais consciente, entendendo a Geografia como uma ciência que estuda, analisa e busca compreender o meio natural, o espaço transformado pelo ser humano e a relação que há entre a sociedade e o ambiente. Por meio de temas e assuntos relevantes no processo de ensino de Geografia, o material deve ter o propósito de contribuir significativamente com o professor e com a escola no processo de construção da cidadania.

Artes: Deve estar organizado em unidades, que visem envolver o aluno em situações significativas, relacionadas ao seu cotidiano, facilitadoras do desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética do estudante. Deve estar organizado nos seguintes eixos: artes visuais, música, teatro e dança. Considerando que a arte caracteriza-se por ser um modo próprio de ordenar e dar sentido à expressão humana, o trabalho presente no material didático deve propor desafios ao aluno para que desenvolva sua sensibilidade, sua percepção e sua imaginação, tanto ao fazer arte quanto na ação de apreciar e conhecer as formas produzidas por ele próprio, pelos colegas e por artistas.

Língua Inglesa: A proposta principal do material didático deve desenvolver a linguagem oral e a compreensão auditiva em situações reais de comunicação, para gradativamente desenvolver a linguagem escrita. A produção textual, tanto oral quanto escrita, que se incentivará por meio do material, deve acontecer de forma espontânea, sem estresse para o educando, que se apropria das características da Língua Inglesa em seu próprio tempo.

7.3 – Especificações Técnicas da Plataforma Digital

A empresa contratada deverá manter durante a vigência do contrato, uma plataforma digital na internet oferecendo serviços e informações relacionadas ao universo educacional para todos alunos e profissionais e outras partes envolvidas no processo de ensino, com as seguintes características:

- e)** Senha e conteúdo dividido em níveis variáveis de acesso com foco específico em gestores, coordenadores, professores, pais e alunos;
- f)** Manuais de utilização *on line* para todos os profissionais e outras partes envolvidas no processo de ensino, de acordo com o respectivo nível de acesso, assim como amplo serviço de suporte telefônico e por e-mail para o esclarecimento de dúvidas e o fornecimento de informações;
- g)** Sistema de navegação linear, correlacionando os diversos conteúdos digitais educacionais disponíveis na plataforma com planos de aula/atividades que contextualizem tais elementos à proposta curricular do material didático, tal como descrito neste Anexo, assim como sistema de navegação não linear que permita a exploração de diferentes situações propostas.
- h)** Conteúdo digital educacional dividido da seguinte maneira:
 - d.1)** Conteúdo audiovisual como, podcasts, animações, animações 3D, slideshow, animações em stopmotion, que apresente nível de interatividade caracterizado pela utilização de ilustrações, imagens e animações de personagens com locução, e adequadas à faixa etária do aluno;

d.2) Vídeos, que empreguem situações, personagens e contexto adequados à faixa etária dos alunos a que se destinam e ajustados ao tema da situação de aprendizagem;
d.3) Simulação por meio de software ou gráfico interativo que demonstre um processo ou mecanismo e permita ao usuário observá-lo ou interagir com ele de maneira análoga ao processo ou mecanismo simulado, com resultados realistas; e imagens do tipo infográficos para cada disciplina.

d.4) Banco de questões que deve conter, questões de múltipla escolha e ferramenta integrada que permita a criação de provas e avaliações em diversos formatos, com e sem gabarito;

d.5) Conteúdo para a capacitação docente nas áreas de pedagogia e tecnologia; e

d.6) Ferramentas que permitam ao professor ou ao gestor a criação de atividades específicas, assim de aulas personalizadas e o compartilhamento destes recursos com a comunidade escolar.

Recursos para Aula Digital (Google Meet)

g) Integração com o *Google Meet* para a realização de aulas síncronas, para até 100 participantes simultâneos.

h) Recursos de vídeo e compartilhamento de tela, favorecendo aulas interativas, trazendo novas experiências para a classe, aproximando alunos e apresentando diferentes formas de aprendizagem.

i) Contas *Google* vinculadas, para os professores e estudantes visando segurança e praticidade durante as aulas.

j) Controles exclusivos para os professores, durante a aula, possibilitando o bloqueio do chat, restrição de compartilhamento de tela, escolha para autorizar pessoas não convidadas, remoção de participantes, entre outros.

k) Possibilidade de convidar pessoas com contas *Google (Gmail ou G Suite)*, permitindo a participação de coordenadores, diretores e a realização de reunião com responsáveis.

l) Acesso aos editores de texto (apresentações, planilhas e documentos), que podem ser compartilhados com os alunos e permitem a construção coletiva de conteúdo, além do *Jamboard*, lousa digital do Google, que os professores podem utilizar em aulas presenciais e digitais com os alunos, possibilitando modelagem de gamificação pelo professor, de forma interativa com os alunos.

7.4. – Especificações Técnicas da Plataforma de Correção e Devolutivas Automatizadas de Redações.

Deverá ser disponibilizado para os alunos e professores dos Anos Finais, acesso a uma plataforma de correção e devolutiva automatizada de redações com funcionalidades descritas abaixo:

q) Produção e correção de redações para o desenvolvimento das competências de escrita de alunos através de plataforma online.

r) Produção e correção de redações para o desenvolvimento das competências de escrita de alunos através de plataforma online e correção por meio da Inteligência Artificial da Plataforma.

s) Por meio da plataforma, as redações deverão ser corrigidas utilizando uma ferramenta que auxilie e direcione a avaliação e a distribuição das notas dentro de uma grade detalhada. Os desvios devem ser minimizados e a nota geral, assim como a pontuação de cada competência deve ser objetiva e explícita, permitindo que o aluno priorize o estudo dos pontos mais críticos e evolua rapidamente.

t) Correção detalhada e estruturada

u) Nota total

v) Nota por eixo ou competência:

w) Análise geral resumindo a correção;

- x)** Comentários na redação: Indicação de erros e sugestões de melhorias no corpo da redação para os pontos mais críticos do aluno;
 - y)** Acompanhamento de resultados
 - z)** Base de dados com informações detalhadas e estruturadas:
 - aa)** Evoluções de notas, competências e incidência de erros. Visão por aluno, turma ou por escola inteira;
 - bb)** Avaliação objetiva de critérios detalhados de língua portuguesa.
 - cc)** Prazo estipulado para a devolutiva: máximo 7 dias úteis;
 - dd)** Controle da programação das tarefas pelo professor, como a definição de gêneros, temas e prazos;
 - ee)** Possibilidade de redação digitada das redações no computador, tablet ou smartphone;
 - ff)** Fornecimento de dados para identificar quais os pontos fracos da turma e direcionar seu planejamento para enfrentá-los e desenvolvê-los junto a seus alunos. Gráficos que apontam para questões linguísticas específicas, como pontuação, ortografia, vocabulário, riqueza de recursos coesivos, repertório, entre outros. Possibilidade de calibragem dos resultados e comparações entre as turmas e unidades;
- Acesso do aluno:** individualizado. Cada aluno acessa suas redações, seus resultados e seu histórico;
- Acesso escola:** relatórios detalhados por escola, turma e aluno. Acesso à todas as redações e laudos;

7.5 – Especificações dos Serviços de Assessoria Pedagógica.

Além do material para o aluno e do material para o professor, descritos anteriormente, deverá ser prestada assessoria pedagógica sem custo adicional.

Para garantir a efetiva implantação do sistema de ensino, por meio da utilização e aplicação do material didático, no início de cada bimestre letivo, a licitante vencedora deverá oferecer: workshops voltados para a formação continuada da equipe docente; palestras com temas específicos previamente escolhidos pela Secretaria de Educação e atendimentos individuais, com o objetivo de promover a capacitação dos professores da Rede de Ensino.

A assessoria pedagógica deverá fornecer implantação do material didático e apresentação da proposta pedagógica.

A licitante vencedora deverá disponibilizar o serviço de capacitação através de cursos que implantem e implementem o uso do material didático do Sistema de Ensino, apresentando sua estrutura e seu funcionamento, bem como cursos nas diferentes áreas de conhecimento que apresentem a distribuição dos conteúdos pedagógicos de cada uma das áreas, assim como encaminhamentos e respostas às necessidades levantadas, sugestões de atividades, planejamento e avaliação para a melhor compreensão e utilização do material didático por parte da equipe pedagógica e de gestão da Secretaria de Educação.

A implantação do sistema de ensino deverá ser oferecida em duas etapas distintas, sendo, a primeira destinada às equipes técnico-pedagógicas, tanto da Secretaria de Educação, quanto das Escolas da Rede, bem como aos docentes, com o objetivo de apresentar a estrutura e o funcionamento do Sistema de Ensino, a utilização de seus produtos e serviços, englobando reflexões teóricas e metodológicas a respeito das concepções que alicerçam a proposta pedagógica do Sistema, bem como orientações e sugestões para a construção de um plano de aula e discussões sobre o processo avaliativo.

A segunda parte deverá destinar-se apenas à equipe técnico-pedagógica, tanto da

Secretaria de Educação, quanto das Escolas da Rede e, nessa etapa, de posse do conhecimento dos itens apresentados e discutidos na 1ª parte, dar-se-á a construção das diretrizes do trabalho pedagógico a ser desenvolvido, com base na articulação das propostas educativas de cada unidade escolar que compõe a rede de escolas e na operacionalização do Sistema de Ensino.

Assessoria presencial em todas as unidades escolares para levantamento e atendimento das necessidades específicas de cada uma delas. Assessoria permanente a todos os profissionais por telefone 0800, por e-mail e via site.

Realizar, no início de cada bimestre letivo, mediante prévia solicitação, com data e local a serem agendados em comum acordo, curso de capacitação e de treinamento para a compreensão e utilização do material didático a ser utilizado no respectivo bimestre. Os cursos de formação continuada devem abordar temas pertinentes e relacionados ao seguimento contratado. Os cursos destinados aos professores devem apresentar propostas didáticas para o trabalho, utilizando as diferentes modalidades organizativas – atividades permanentes, sequências didáticas e projetos, também atualizar os conhecimentos do professor incentivando-o a refletir sobre suas práticas.

ITEM 8 – Projeto Educacional DIDÁTICO BÁSICO formado por um Sistema Estruturado de Ensino, destinado a alunos e professores da Educação dos anos finais, composto por kits impressos e específicos de Cadernos Educacionais para o Aluno, Material Complementar, Caderno do Professor, Assessoria e Acompanhamento Pedagógico, bem como Plataforma Educacional Digital, com Corretor Automatizado de Redação.

8.1 – Especificações Técnicas do Material Didático

Os materiais didáticos deverão observar os conceitos pedagógicos referenciados pelo MEC, de forma a proporcionar a integração e transversalidade entre o sistema de ensino a ser implantado e os livros didáticos e paradidáticos de suporte eventualmente adotados, de forma não excludente, porém complementar.

Nesse sentido, são princípios a serem atendidos, os quais nortearão a avaliação, quando aplicáveis:

- a) Cumprimento das normas oficiais:** respeito à legislação e às diretrizes relativas à Educação Básica;
- b) Ética e Cidadania:** observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;
- c) Proposta Pedagógica:** coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela coleção, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados;
- d) Conteúdos:** correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos ênfase na pesquisa e experimentação;
- e) Manual do Professor:** observância das características e finalidades específicas do manual do professor e adequação da coleção à linha pedagógica nele apresentada;
- f) Projeto gráfico:** adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da coleção.
- g)** O sistema estruturado de ensino com uma proposta de letramento em todos os segmentos de ensino, que esteja em consonância com a BNCC (base nacional comum curricular) com a LDB (lei de diretrizes e bases da educação), fundamentada nas diretrizes, referenciais e curriculares nacionais em cada um dos segmentos de ensino, e que possa trabalhar as competências e habilidades avaliadas pelas avaliações

externas e exames, como SAEB/Prova Brasil.

h) O material didático deverá promover o desenvolvimento do hábito de leitura, a interdisciplinaridade e a ampliação e contextualização dos conteúdos e da aprendizagem desenvolvidos em cada um dos anos dos segmentos de ensino fundamental, de acordo com as prerrogativas previstas no item acima.

i) O material didático pedagógico impresso e digital deverá considerar a disponibilização do arquivo contendo a versão adaptada e ampliada para estudantes com deficiência visual, em consonância com as Leis n. 7.853/1989 e 9.394/96.

Os materiais deverão ser apresentados de acordo com os seguintes componentes curriculares:

Ensino Fundamental (anos iniciais e finais)	
Língua portuguesa	6º ao 9º ano
Matemática	6º ao 9º ano
Ciências	6º ao 9º ano
Geografia	6º ao 9º ano
História	6º ao 9º ano
Inglês	6º ao 9º ano
Artes	6º ao 9º ano

8.2. Material do Aluno e do Professor do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano)

Material do Aluno

Material didático composto por 4 cadernos, um para cada bimestre quem englobe todas as disciplinas (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Língua Inglesa e Arte).

O desenvolvimento de cada aula deverá ter a seguinte sequência:

- a)** Texto teórico;
- b)** Conjunto de exercícios para resolução em sala sob a orientação e supervisão do professor;
- c)** Tarefas com exercícios relativos aos assuntos vistos na referida aula;
- d)** Atividades complementares a serem ministradas a critério do professor.

Deverá ser explorado trabalho intenso com textos de autores consagrados da literatura nacional e universal, em todas as disciplinas; bem como a leitura de imagens.

O material deverá trabalhar a formação plena do aluno por meio do desenvolvimento do espírito crítico, percepção do contexto local e universal, respeito ao meio ambiente, desenvolvimento da capacidade de transformar a informação em conhecimento para a continuidade dos estudos.

A empresa contratada deverá apresentar material didático destinado à Educação Fundamental de 6º ao 9º ano focando a seguinte proposta pedagógica, por disciplina conforme segue:

Língua Portuguesa: O material didático de língua portuguesa deve priorizar as propostas de trabalho com a diversidade textual, apresentar escritores renomados da literatura nacional e mundial e o estudo deverá se apoiar em eixos como leitura, produção de gêneros textuais da escrita, produção textual oral e estudo sistematizado de nossa língua. A disciplina de Língua Portuguesa, no ensino Fundamental II, deverá levar o aluno a: localizar informações explícitas ou implícitas em um texto; inferir o sentido de uma palavra ou expressão; identificar o gênero e o tema de um texto; distinguir um fato da opinião relativa a esse fato; interpretar textos com auxílio de

material diversificado (propagandas, quadrinhos, fotos, charges, telas, etc.); identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros; estabelecer relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para a continuidade de um texto; estabelecer relação entre a tese e os argumentos oferecidos para sustentá-la; identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que constituem a narrativa; estabelecer relação causa/consequência entre partes e elementos do texto; estabelecer coesão ou relações lógico-discursivas possíveis no texto, marcadas por conjunções, advérbios, etc; identificar efeitos de ironia ou humor em textos variados; reconhecer o efeito de sentido decorrente da exploração de recursos ortográficos ou morfosintáticos; utilizar, na escrita, os seus conhecimentos linguísticos e seus conhecimentos de mundo para manifestar, de forma competente, as suas intenções e finalidades.

Matemática: O material didático de matemática deverá ampliar o conhecimento matemático do aluno para que este possua condições de exercer a cidadania de forma plena. É importante que as reflexões sejam apresentadas de forma gradativa de nível de dificuldade e prima pelo trabalho interdisciplinar e pela contextualização. Ao concluir o 9º ano do ensino Fundamental, o aluno deverá ser capaz de: identificar-se no universo das línguas estrangeiras que cooperam nos sistemas de comunicação, percebendo-se como parte integrante de um mundo plurilíngue e compreendendo o poder que algumas línguas desempenham em determinado momento histórico; vivenciar uma experiência de comunicação humana, pelo uso de uma língua estrangeira, no que se refere a novas maneiras de se expressar e de ver o mundo, refletindo sobre os costumes ou as maneiras de agir e de interagir e as visões de seu próprio mundo, possibilitando-lhe maior entendimento de um mundo plural e de seu próprio papel como cidadão de seu país e do mundo; reconhecer que o aprendizado de uma ou mais línguas lhe possibilita o acesso a bens culturais da humanidade construídos em outras partes do mundo; construir conhecimento sistêmico, sobre a organização textual e sobre como e quando utilizar a linguagem nas situações de comunicação, tendo como base os conhecimentos da língua materna; construir a consciência linguística e a consciência crítica dos usos que se fazem da língua estrangeira que está aprendendo; ler e valorizar a leitura como fonte de informação e de prazer, utilizando-a como meio de acesso ao mundo do trabalho e dos estudos avançados; utilizar outras habilidades comunicativas de modo a poder atuar em situações diversas.

História: O material didático de história deve apresentar a história de forma integrada, de forma a apresentar a História Geral e a História do Brasil em paralelo. O estudo de história deve estar dialogando com as outras áreas do conhecimento e com diferentes temporalidades. O trabalho com História no ensino Fundamental II deverá levar o aluno a: entender a história do mundo para que compreenda as transformações sociais, relacionando o presente e o passado; compreender o tempo e o espaço do mundo atual; entender que faz parte de um grupo social que se transforma dia a dia; entender nossa história, independentemente da época e das condições em que os fatos ocorreram; instrumentalizar-se para interferir, como cidadão, no seu tempo. A partir do 6º ano, deverá ser introduzida atividades que estimulam o pensamento reflexivo pois é o “Relacionando passado e presente”, que traz o passado para o contexto atual. Como efeito do trabalho deverá o jovem ser capaz de incorporar e refletir sobre sua atuação e a do grupo de convívio, e capaz de conceber o futuro, pois compreende o passado e vive o presente.

Geografia: O material didático de Geografia deve considerar os aspectos geográficos, humanos e físicos do mundo atual e deve proporcionar uma visão crítica de suas

relações com o meio e com o indivíduo. A Geografia apresentada deverá ser integrada com as demais disciplinas, a fim de proporcionar o entendimento de conceitos de maneira significativa. A Geografia, no ensino Fundamental deve desenvolver um conjunto de conhecimentos referentes a conceitos, procedimentos e atitudes, que faz emergir no aluno a capacidade de: identificar o espaço geográfico e o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações; compreender o papel da sociedade em sua construção e na produção do território, da paisagem e do lugar; avaliar as ações dos homens em sociedade e suas consequências em diferentes espaços e tempos, construindo referenciais que possibilitem uma participação positiva e reativa nas questões socioambientais locais; compreender que as melhorias nas condições de vida, os direitos políticos, os avanços tecnológicos e as transformações socioculturais são conquistas decorrentes de conflitos e de acordos e direito de todos, segundo a democracia; utilizar procedimentos de pesquisa da Geografia, compreendendo o espaço, a paisagem, o território e o lugar, suas relações, problemas e contradições; fazer leituras de imagens, de dados e de documentos de diferentes fontes de informações; utilizar a linguagem cartográfica para obter informações de espacialidade e dos fenômenos geográficos; valorizar o patrimônio sociocultural, respeitando a sociodiversidade; reconhecer como um direito dos povos e indivíduos o fortalecimento da democracia; realizar o trabalho em grupo, valorizando a ação participativa e coletiva na construção do conhecimento.

Ciências: O material didático de Ciências deve considerar como ponto de partida as transformações do mundo, do ambiente e do ser humano, deverá promover a interação das ações e apresentar conhecimentos científicos. O ensino das Ciências deverá se organizar de forma que, ao final do ensino Fundamental, o aluno seja capaz de: compreender a dinâmica da natureza, passando de parte integrante a agente de transformações do mundo em que vive; identificar relações entre conhecimento científico, produção de tecnologia e condições de vida, no mundo de hoje; propor soluções para problemas reais partindo de elementos das ciências, colocando em prática conceitos, procedimentos e atitudes desenvolvidas no aprendizado escolar; utilizar conceitos científicos básicos, associados a energia, matéria, transformação, espaço, tempo, sistema, equilíbrio e vida; combinar leituras, observações, experiências, registros, etc., para coleta, organização, comunicação e discussão de fatos e informações; utilizar os conhecimentos construídos e as informações adquiridas na investigação dos fenômenos científicos e naturais; compreender a saúde como um bem individual e comum que deve ser promovido pela ação coletiva; utilizar a tecnologia como meio para suprir necessidades humanas, desenvolvendo o uso correto e necessário ao equilíbrio da natureza e do homem; valorizar o trabalho em grupo, desenvolvendo ação crítica e cooperativa, para a construção coletiva do conhecimento.

Língua Inglesa: O material didático de Língua Inglesa deve conter atividades escritas, exercícios de compreensão oral, leituras de textos, canções e projetos, todos adequados aos interesses da faixa etária dos alunos. Ao 9º ano do ensino Fundamental, seja capaz de: identificar-se no universo das línguas estrangeiras que cooperam nos sistemas de comunicação, percebendo-se como parte integrante de um mundo plurilíngue e compreendendo o poder que algumas línguas desempenham em determinado momento histórico; vivenciar uma experiência de comunicação humana, pelo uso de uma língua estrangeira, no que se refere a novas maneiras de se expressar e de ver o mundo, refletindo sobre os costumes ou as maneiras de agir e de interagir e as visões de seu próprio mundo, possibilitando-lhe maior entendimento de um mundo

plural e de seu próprio papel como cidadão de seu país e do mundo; reconhecer que o aprendizado de uma ou mais línguas lhe possibilita o acesso a bens culturais da humanidade construídos em outras partes do mundo; construir conhecimento sistêmico, sobre a organização textual e sobre como e quando utilizar a linguagem nas situações de comunicação, tendo como base os conhecimentos da língua materna; construir a consciência linguística e a consciência crítica dos usos que se fazem da língua estrangeira que está aprendendo; ler e valorizar a leitura como fonte de informação e de prazer, utilizando-a como meio de acesso ao mundo do trabalho e dos estudos avançados; utilizar outras habilidades comunicativas de modo a poder atuar em situações diversas.

Arte - o material didático deve considerar que o princípio da arte está baseado na pintura, na escultura, na arquitetura, na música, na literatura e no teatro. Deverá adotar uma proposta no qual o conceito histórico e a arte popular apresentem-se de forma articulada e em sequência cronológica. O trabalho com Artes no ensino Fundamental II deverá levar o aluno a: ter contato com o patrimônio artístico, para que desenvolva a capacidade de produzir arte exercitando sua cidadania cultural; ampliar, progressivamente, suas competências envolvendo sensibilidade e cognição com relação às linguagens artísticas; conhecer manifestações artísticas da própria cultura; dilatar seu conhecimento estético visando à produção de trabalhos artísticos e ao desenvolvimento da habilidade de, gradativamente, apreciar, valorizar, desfrutar e emitir opiniões a respeito de bens artísticos de diferentes povos; estabelecer relações entre a arte e a realidade, refletindo, questionando arte de modo sensível; ser capaz de posicionar-se pessoalmente em relação a artistas, obras e meios de divulgação das Artes.

Material do Professor 6º ao 9º ano

O caderno do professor deverá ser separado em cadernos por área do conhecimento, com apresentação dos conteúdos programáticos no bimestre. Deve conter o material do aluno na íntegra, com resolução das atividades e sugestões.

Deverá apresentar sugestões gerais sobre rotina escolar, biblioteca de classe, materiais utilizados em aula, organização do espaço físico da sala de aula, papel do professor do Ensino Fundamental, objetivo e encaminhamento de cada aula, textos de atualização pedagógica e científica para o professor, sugestões de atividades complementares e extraclasse.

8.3 – Especificações Técnicas da Plataforma Digital

A empresa contratada deverá manter durante a vigência do contrato, uma plataforma digital na internet oferecendo serviços e informações relacionadas ao universo educacional para todos alunos e profissionais e outras partes envolvidas no processo de ensino, com as seguintes características:

- a) Senha e conteúdo dividido em níveis variáveis de acesso com foco específico em gestores, coordenadores, professores, pais e alunos;
- b) Manuais de utilização *on line* para todos os profissionais e outras partes envolvidas no processo de ensino, de acordo com o respectivo nível de acesso, assim como amplo serviço de suporte telefônico e por e-mail para o esclarecimento de dúvidas e o fornecimento de informações;
- c) Sistema de navegação linear, correlacionando os diversos conteúdos digitais educacionais disponíveis na plataforma com planos de aula/atividades que contextualizem tais elementos à proposta curricular do material didático, tal como

descrito neste Anexo, assim como sistema de navegação não linear que permita a exploração de diferentes situações propostas.

d) Conteúdo digital educacional dividido da seguinte maneira:

d.1) Conteúdo audiovisual como, podcasts, animações, animações 3D, slideshow, animações em stopmotion, que apresente nível de interatividade caracterizado pela utilização de ilustrações, imagens e animações de personagens com locução, e adequadas à faixa etária do aluno;

d.2) Vídeos, que empreguem situações, personagens e contexto adequados à faixa etária dos alunos a que se destinam e ajustados ao tema da situação de aprendizagem;

d.3) Simulação por meio de software ou gráfico interativo que demonstre um processo ou mecanismo e permita ao usuário observá-lo ou interagir com ele de maneira análoga ao processo ou mecanismo simulado, com resultados realistas; e imagens do tipo infográficos para cada disciplina.

d.4) Banco de questões que deve conter, questões de múltipla escolha e ferramenta integrada que permita a criação de provas e avaliações em diversos formatos, com e sem gabarito;

d.5) Conteúdo para a capacitação docente nas áreas de pedagogia e tecnologia; e

d.6) Ferramentas que permitam ao professor ou ao gestor a criação de atividades específicas, assim de aulas personalizadas e o compartilhamento destes recursos com a comunidade escolar.

Recursos para Aula Digital (Google Meet)

m) Integração com o *Google Meet* para a realização de aulas síncronas, para até 100 participantes simultâneos.

n) Recursos de vídeo e compartilhamento de tela, favorecendo aulas interativas, trazendo novas experiências para a classe, aproximando alunos e apresentando diferentes formas de aprendizagem.

o) Contas *Google* vinculadas, para os professores e estudantes visando segurança e praticidade durante as aulas.

p) Controles exclusivos para os professores, durante a aula, possibilitando o bloqueio do chat, restrição de compartilhamento de tela, escolha para autorizar pessoas não convidadas, remoção de participantes, entre outros.

q) Possibilidade de convidar pessoas com contas *Google (Gmail ou G Suite)*, permitindo a participação de coordenadores, diretores e a realização de reunião com responsáveis.

r) Acesso aos editores de texto (apresentações, planilhas e documentos), que podem ser compartilhados com os alunos e permitem a construção coletiva de conteúdo, além do *Jamboard*, lousa digital do Google, que os professores podem utilizar em aulas presenciais e digitais com os alunos, possibilitando modelagem de gamificação pelo professor, de forma interativa com os alunos.

8.4 – Especificações Técnicas da Plataforma de Correção e Devolutivas Automatizadas de Redações.

Deverá ser disponibilizado para os alunos e professores dos Anos Finais, acesso a uma plataforma de correção e devolutiva automatizada de redações com funcionalidades descritas abaixo:

a) Produção e correção de redações para o desenvolvimento das competências de escrita de alunos através de plataforma online.

b) Produção e correção de redações para o desenvolvimento das competências de escrita de alunos através de plataforma online e correção por meio da Inteligência Artificial da Plataforma.

c) Por meio da plataforma, as redações deverão ser corrigidas utilizando uma ferramenta que auxilie e direcione a avaliação e a distribuição das notas dentro de uma

grade detalhada. Os desvios devem ser minimizados e a nota geral, assim como a pontuação de cada competência deve ser objetiva e explícita, permitindo que o aluno priorize o estudo dos pontos mais críticos e evolua rapidamente.

d) Correção detalhada e estruturada

e) Nota total

f) Nota por eixo ou competência:

g) Análise geral resumindo a correção;

h) Comentários na redação: Indicação de erros e sugestões de melhorias no corpo da redação para os pontos mais críticos do aluno;

i) Acompanhamento de resultados

j) Base de dados com informações detalhadas e estruturadas:

k) Evoluções de notas, competências e incidência de erros. Visão por aluno, turma ou por escola inteira;

l) Avaliação objetiva de critérios detalhados de língua portuguesa.

m) Prazo estipulado para a devolutiva: máximo 7 dias úteis;

n) Controle da programação das tarefas pelo professor, como a definição de gêneros, temas e prazos;

o) Possibilidade de redação digitada das redações no computador, tablet ou smartphone;

p) Fornecimento de dados para identificar quais os pontos fracos da turma e direcionar seu planejamento para enfrentá-los e desenvolvê-los junto a seus alunos. Gráficos que apontam para questões linguísticas específicas, como pontuação, ortografia, vocabulário, riqueza de recursos coesivos, repertório, entre outros. Possibilidade de calibragem dos resultados e comparações entre as turmas e unidades;

Acesso do aluno: individualizado. Cada aluno acessa suas redações, seus resultados e seu histórico;

Acesso escola: relatórios detalhados por escola, turma e aluno. Acesso à todas as redações e laudos;

8.5 – Especificações dos Serviços de Assessoria Pedagógica.

Além do material para o aluno e do material para o professor, descritos anteriormente, deverá ser prestada assessoria pedagógica sem custo adicional.

Para garantir a efetiva implantação do sistema de ensino, por meio da utilização e aplicação do material didático, no início de cada bimestre letivo, a licitante vencedora deverá oferecer: workshops voltados para a formação continuada da equipe docente; palestras com temas específicos previamente escolhidos pela Secretaria de Educação e atendimentos individuais, com o objetivo de promover a capacitação dos professores da Rede de Ensino.

A assessoria pedagógica deverá fornecer implantação do material didático e apresentação da proposta pedagógica.

A licitante vencedora deverá disponibilizar o serviço de capacitação através de cursos que implantem e implementem o uso do material didático do Sistema de Ensino, apresentando sua estrutura e seu funcionamento, bem como cursos nas diferentes áreas de conhecimento que apresentem a distribuição dos conteúdos pedagógicos de cada uma das áreas, assim como encaminhamentos e respostas às necessidades levantadas, sugestões de atividades, planejamento e avaliação para a melhor compreensão e utilização do material didático por parte da equipe pedagógica e de gestão da Secretaria de Educação.

A implantação do sistema de ensino deverá ser oferecida em duas etapas distintas, sendo, a primeira destinada às equipes técnico-pedagógicas, tanto da Secretaria de Educação, quanto das Escolas da Rede, bem como aos docentes, com o objetivo de

apresentar a estrutura e o funcionamento do Sistema de Ensino, a utilização de seus produtos e serviços, englobando reflexões teóricas e metodológicas a respeito das concepções que alicerçam a proposta pedagógica do Sistema, bem como orientações e sugestões para a construção de um plano de aula e discussões sobre o processo avaliativo.

A segunda parte deverá destinar-se apenas à equipe técnico-pedagógica, tanto da Secretaria de Educação, quanto das Escolas da Rede e, nessa etapa, de posse do conhecimento dos itens apresentados e discutidos na 1ª parte, dar-se-á a construção das diretrizes do trabalho pedagógico a ser desenvolvido, com base na articulação das propostas educativas de cada unidade escolar que compõe a rede de escolas e na operacionalização do Sistema de Ensino.

Assessoria presencial em todas as unidades escolares para levantamento e atendimento das necessidades específicas de cada uma delas. Assessoria permanente a todos os profissionais por telefone 0800, por e-mail e via site.

Realizar, no início de cada bimestre letivo, mediante prévia solicitação, com data e local a serem agendados em comum acordo, curso de capacitação e de treinamento para a compreensão e utilização do material didático a ser utilizado no respectivo bimestre. Os cursos de formação continuada devem abordar temas pertinentes e relacionados ao seguimento contratado. Os cursos destinados aos professores devem apresentar propostas didáticas para o trabalho, utilizando as diferentes modalidades organizativas – atividades permanentes, sequências didáticas e projetos, também atualizar os conhecimentos do professor incentivando-o a refletir sobre suas práticas.

ITEM 9 – Projeto Educacional DIDÁTICO BÁSICO formado por um Sistema Estruturado para Ensino de Língua Inglesa, destinado a alunos e professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental (Educação Infantil), composto por kits impressos e específicos de Cadernos Educacionais para o Aluno, Material Complementar, Caderno do Professor, Assessoria e Acompanhamento Pedagógico e Plataforma Educacional Digital.

9.1 – Especificações Técnicas do Material Didático

O material tem por objetivo fornecer às escolas um curso de inglês que permitirá aos alunos pertencerem a uma sociedade global. O foco do material está nas habilidades da língua inglesa e nas competências do Século XXI, mas que deverão se conectar com diversos conteúdos de outras áreas. Para tanto, o conteúdo deverá ter metodologia baseada em duas abordagens complementares, nomeadamente CLIL e STEAM.

a) CLIL - abordagem que integra conteúdo e linguagem.

b) STEAM - representa as áreas temáticas que estabelecem a base para as carreiras do futuro.

Conteúdo deve estar em sintonia com o quadro comum europeu, visando preparar estudantes que desejarem realizar exames no futuro.

Material do Aluno (Educação Infantil – 3 anos)

a) Material didático: 1 livro impresso; consumível; anual; organizado em volume único, com paginação total, estimada, em cerca de 80 páginas; formato 30 X 23,8 cm, com o componente curricular Língua Inglesa.

b) O material deve proporcionar aos alunos inúmeras oportunidades de desenvolver habilidades de pensamento de ordem superior e explorar o inglês através de música, movimento, diálogos, histórias, valores, CLIL activities e pensamento criativo. Deverá ser estruturado com personagens que ajudem a modelar a linguagem principal e as atividades de aula por meio de diálogos. Deve estimular a alfabetização e numeramento em cada unidade e incluir um programa fonético com dramatizações.

Material do Aluno (Educação Infantil – 4 anos)

- a)** 1 livro impresso; consumível; anual; organizado em volume único, com paginação total, estimada em cerca de 90 páginas; formato 21,6 X 27,6 cm, com o componente curricular Língua Inglesa.
- b)** 1 livro/pasta de trabalho impresso; consumível; anual; organizado em volume único, formato 21,6 X 27,6 cm, com o componente curricular Língua Inglesa.
- c)** Material deve trabalhar focado em habilidades orais produtivas e receptivas e permitir que os alunos explorem o inglês por meio de música, movimento, diálogos, histórias, valores, CLIL activities e pensamento criativo.
- d)** Deverá ser estruturado com personagens que ajudem a modelar a linguagem principal e as atividades de aula por meio de diálogos. Deve estimular a alfabetização e numeramento em cada unidade e incluir um programa fonético com dramatizações.
- e)** O livro de trabalho deve trazer atividades projetadas para revisar o idioma principal e ao mesmo tempo, desenvolver habilidades psicomotoras e deve trabalhar com valores e conceitos, alinhados com o livro principal.

Material do Aluno (Educação Infantil – 5 anos)

- a)** 1 livro impresso; consumível; anual; organizado em volume único, com paginação total, estimada, em 100 páginas; formato 21,6 X 27,6 cm, com o componente curricular Língua Inglesa.
- b)** 1 livro/pasta de trabalho impresso; consumível; anual; organizado em volume único, formato 21,6 X 27,6 cm, com o componente curricular Língua Inglesa.
- c)** Material deve trabalhar focado em habilidades orais produtivas e receptivas e permitir que os alunos explorem o inglês por meio de música, movimento, diálogos, histórias, valores, CLIL activities e pensamento criativo.
- d)** Deverá ser estruturado com personagens que ajudem a modelar a linguagem principal e as atividades de aula por meio de diálogos. Deve estimular a alfabetização e numeramento em cada unidade e incluir um programa fonético com dramatizações.
- e)** O livro de trabalho deve trazer atividades projetadas para revisar o idioma principal e ao mesmo tempo, desenvolver habilidades psicomotoras e deve trabalhar com valores e conceitos, alinhados com o livro principal.

Material do Professor (Educação infantil e todos os anos do Ensino Fundamental)

Material do professor deverá conter:

- a)** Todo o Kit de Material do Aluno
- b)** Um manual com planejamento de aulas por ano escolar
- c)** Material de apoio para a Sala de Aula, como flash cards
- d)** Avaliações para aplicar aos alunos, via plataforma
- e)** Portal com conteúdos extras para uso em aula (posters, áudios etc)

9.2 – Especificações dos Serviços de Assessoria Pedagógica

A empresa deverá fornecer assessoria pedagógica para a implantação dos recursos, prevendo etapas de planejamento, implantação e acompanhamento.

A assessoria deve ocorrer de maneira ofertar suporte técnico e pedagógico aos gestores, diretores, coordenadores pedagógicos e professores, bem como às equipes técnicas designadas, de maneira que integre de eficazmente os recursos oferecidos à proposta pedagógica e metas estabelecidas pela Rede.

Deve ser organizada da seguinte maneira:

- a) Implantação: etapa que busca garantir a formação inicial da equipe técnica, gestores e professores na metodologia e nos recursos oferecidos pelo material didático.
- b) Formação continuada: ações presenciais ou virtuais, que contemplem temáticas de interesse da Rede, previamente acordadas.

9.3 – Especificações Técnicas da Plataforma Digital

A empresa contratada deverá manter durante a vigência do contrato, uma plataforma digital na internet oferecendo serviços e informações relacionadas ao universo educacional para todos alunos e profissionais e outras partes envolvidas no processo de ensino. A plataforma, além dos recursos para o professor enriquecer aulas, avaliar alunos (oferecendo relatórios de gestão), deverá conter recursos para aula digital (google meet):

- a) Integração com o *Google Meet* para a realização de aulas síncronas, para até 100 participantes simultâneos.
- b) Recursos de vídeo e compartilhamento de tela, favorecendo aulas interativas, trazendo novas experiências para a classe, aproximando alunos e apresentando diferentes formas de aprendizagem.
- c) Contas *Google* vinculadas, para os professores e estudantes visando segurança e praticidade durante as aulas.
- d) Controles exclusivos para os professores, durante a aula, possibilitando o bloqueio do chat, restrição de compartilhamento de tela, escolha para autorizar pessoas não convidadas, remoção de participantes, entre outros.
- e) Possibilidade de convidar pessoas com contas *Google (Gmail ou G Suite)*, permitindo a participação de coordenadores, diretores e a realização de reunião com responsáveis.
- f) Acesso aos editores de texto (apresentações, planilhas e documentos), que podem ser compartilhados com os alunos e permitem a construção coletiva de conteúdo, além do *Jamboard*, lousa digital do Google, que os professores podem utilizar em aulas presenciais e digitais com os alunos, possibilitando modelagem de gamificação pelo professor, de forma interativa com os alunos.

ITEM 10 – Projeto Educacional DIDÁTICO BÁSICO formado por um Sistema Estruturado para Ensino de Língua Inglesa, destinado a alunos e professores dos Anos Iniciais e Anos Finais, composto por kits impressos e específicos de Cadernos Educacionais para o Aluno, Material Complementar, Caderno do Professor, Assessoria e Acompanhamento Pedagógico e Plataforma Educacional Digital.

10.1 – Especificações Técnicas do Material Didático

O material tem por objetivo fornecer às escolas um curso de inglês que permitirá aos alunos pertencerem a uma sociedade global. O foco do material está nas habilidades da língua inglesa e nas competências do Século XXI, mas que deverão se conectar com

diversos conteúdos de outras áreas. Para tanto, o conteúdo deverá ter metodologia baseada em duas abordagens complementares, nomeadamente CLIL e STEAM.

a) CLIL - abordagem que integra conteúdo e linguagem.

b) STEAM - representa as áreas temáticas que estabelecem a base para as carreiras do futuro.

Conteúdo deve estar em sintonia com o quadro comum europeu, visando preparar estudantes que desejarem realizar exames no futuro.

Material do Aluno (Anos Iniciais – 1º ano)

a) 1 livro impresso; consumível; anual; organizado em volume único, com paginação total, estimada, em aproximadamente 100 páginas; formato 22 X 27,5 cm, com o componente curricular Língua Inglesa.

b) Deve trabalhar com foco em comunicação efetiva, estudos de gramática e fluência em contextos reais. Além disso, dá aos alunos um senso de autodesenvolvimento e realização.

c) O livro deve priorizar o trabalho com pensamento crítico, alfabetização visual, trabalho em grupo e em pares, valores, colaboração.

d) Trazer atividades extras para impressão relativas a cada unidade. Dicionário interativo e músicas.

e) 1 material impresso para apoiar a alfabetização, consumível; anual; organizado em volume único, com paginação total, estimada, em 40 páginas; formato 22 X 27,5 cm rá expor os alunos ao alfabeto de uma forma divertida e motivadora. Deve trabalhar letras a propósito de aumentar a consciência dos alunos sobre seus sons e formas.

Material do Aluno (Anos Iniciais – 2º ano)

a) 1 livro: impresso; consumível; anual; organizado em volume único, com paginação total, estimada, em 144 páginas; formato 21,8 X 27,5 cm, com o componente curricular Língua Inglesa.

b) 1 livro de trabalho impresso; consumível; anual; organizado em volume único, com paginação total, estimada, em 120 páginas; formato 21,8 X 27,5 cm.

c) Deve trabalhar com foco em comunicação efetiva, estudos de gramática e fluência em contextos reais. Além disso, dá aos alunos um senso de autodesenvolvimento e realização.

d) O livro deve priorizar o trabalho com pensamento crítico, alfabetização visual, trabalho em grupo e em pares, valores, colaboração.

e) Deve conter exercícios para praticar, além de algumas atividades de leitura e escrita em estilo de teste, que possam ajudar os estudantes a se prepararem para testes, como o Cambridge English: Young Learners Starters.

f) Conter sessões de revisão de meio de ano e de final de ano para que seja possível verificar o progresso dos alunos nos principais momentos, além de sessão propicie autoavaliação.

Material do Aluno (Anos Iniciais – 3º ano)

a) 1 livro impresso; consumível; anual; organizado em volume único, com paginação total, estimada, em 140 páginas; formato 21,8 X 27,5 cm, com o componente curricular Língua Inglesa.

b) 1 livro de trabalho impresso; consumível; anual; organizado em volume único, com paginação total, estimada, em 120 páginas; formato 21,8 X 27,5 cm.

c) Deve trabalhar com foco em comunicação efetiva, estudos de gramática e fluência em contextos reais. Além disso, dá aos alunos um senso de autodesenvolvimento e realização.

d) O livro deve priorizar o trabalho com pensamento crítico, alfabetização visual, trabalho em grupo e em pares, valores, colaboração.

- e) Deve conter exercícios para praticar, além de algumas atividades de leitura e escrita em estilo de teste, que possam ajudar os estudantes a se prepararem para testes, como o Cambridge English: Young Learners Starters.
- f) Conter sessões de revisão de meio de ano e de final de ano para que seja possível verificar o progresso dos alunos nos principais momentos, além de sessão propicie autoavaliação.

Material do Aluno (Anos Iniciais – 4º ano)

- a) 1 livro impresso; consumível; anual; organizado em volume único, com paginação total, estimada, em 140 páginas; formato 21,8 X 27,5 cm, com o componente curricular Língua Inglesa.
- b) 1 livro de trabalho impresso; consumível; anual; organizado em volume único, com paginação total, estimada, em 120 páginas; formato 21,8 X 27,5 cm.
- c) Deve trabalhar com foco em comunicação efetiva, estudos de gramática e fluência em contextos reais. Além disso, dá aos alunos um senso de autodesenvolvimento e realização.
- d) O livro deve priorizar o trabalho com pensamento crítico, alfabetização visual, trabalho em grupo e em pares, valores, colaboração.
- e) Deve conter exercícios para praticar, além de também algumas atividades de leitura e escrita em estilo de teste, que possam ajudar os estudantes a se prepararem para testes, como o Cambridge English: Young Learners Starters.
- f) Conter sessões de revisão de meio de ano e de final de ano para que seja possível verificar o progresso dos alunos nos principais momentos, além de sessão propicie autoavaliação.

Material do Aluno (Anos Iniciais – 5º ano)

- a) 1 livro impresso; consumível; anual; organizado em volume único, com paginação total, estimada, em 140 páginas; formato 21,8 X 27,5 cm, com o componente curricular Língua Inglesa.
- b) 1 livro de trabalho impresso; consumível; anual; organizado em volume único, com paginação total, estimada, em 120 páginas; formato 21,8 X 27,5 cm.
- c) Deve trabalhar com foco em comunicação efetiva, estudos de gramática e fluência em contextos reais. Além disso, dá aos alunos um senso de autodesenvolvimento e realização.
- d) O livro deve priorizar o trabalho com pensamento crítico, alfabetização visual, trabalho em grupo e em pares, valores, colaboração.
- e) Deve conter exercícios para praticar, além de algumas atividades de leitura e escrita em estilo de teste, que possam ajudar os estudantes a se prepararem para testes, como o Cambridge English: Young Learners Starters.
- f) Conter sessões de revisão de meio de ano e de final de ano para que seja possível verificar o progresso dos alunos nos principais momentos, além de sessão propicie autoavaliação.

Material do Aluno (Anos Finais – 6º ano)

- a) 1 livro impresso; consumível; anual; organizado em volume único, com paginação total, estimada, em 140 páginas; formato 21,8 X 27,5 cm, com o componente curricular Língua Inglesa.
- b) 1 livro de trabalho, impresso; consumível; anual; organizado em volume único, com paginação total, estimada, em 128 páginas; formato 21,8 X 27,5 cm, com o componente curricular Língua Inglesa.

- c) Deve trabalhar com foco em comunicação efetiva, estudos de gramática e fluência em contextos reais. Além disso, dá aos alunos um senso de autodesenvolvimento e realização.
- d) O livro deve priorizar o trabalho com pensamento crítico, alfabetização visual, trabalho em grupo e em pares, valores, colaboração.
- e) Deve conter exercícios para praticar, além de algumas atividades de leitura e escrita em estilo de teste, que possam ajudar os estudantes a se prepararem para testes, como o Cambridge English: Young Learners Starters.
- f) Conter sessões de revisão de meio de ano e de final de ano para que seja possível verificar o progresso dos alunos nos principais momentos, além de sessão propicie autoavaliação.
- g) Conter sessão de reforço gramatical.

Material do Aluno (Anos Finais – 7º ano)

- a) 1 livro impresso; consumível; anual; organizado em volume único, com paginação total, estimada, em 140 páginas; formato 21,8 X 27,5 cm, com o componente curricular Língua Inglesa.
- b) 1 livro de trabalho impresso; consumível; anual; organizado em volume único, com paginação total, estimada, em 130 páginas; formato 21,8 X 27,5 cm, com o componente curricular Língua Inglesa.
- c) Deve trabalhar com foco em comunicação efetiva, estudos de gramática e fluência em contextos reais. Além disso, dá aos alunos um senso de autodesenvolvimento e realização.
- d) O livro deve priorizar o trabalho com pensamento crítico, alfabetização visual, trabalho em grupo e em pares, valores, colaboração.
- e) Deve conter exercícios para praticar, além de algumas atividades de leitura e escrita em estilo de teste, que possam ajudar os estudantes a se prepararem para testes, como o Cambridge English: Young Learners Starters.
- f) Conter sessões de revisão de meio de ano e de final de ano para que seja possível verificar o progresso dos alunos nos principais momentos, além de sessão propicie autoavaliação.
- g) Conter sessão de reforço gramatical.

Material do Aluno (Anos Finais – 8º ano)

- a) 1 livro impresso; consumível; anual; organizado em volume único, com paginação total, estimada, em 160 páginas; formato 21 X 29,8 cm, com o componente curricular Língua Inglesa.
- b) 1 livro e trabalho impresso; consumível; anual; organizado em volume único, com paginação total, estimada, em 96 páginas; formato 21 X 29,8 cm, com o componente curricular Língua Inglesa
- c) Deve trabalhar com foco em comunicação efetiva, estudos de gramática e fluência em contextos reais. Além disso, dá aos alunos um senso de autodesenvolvimento e realização.
- d) O livro deve priorizar o trabalho com pensamento crítico, alfabetização visual, trabalho em grupo e em pares, valores, colaboração.
- e) Deve conter exercícios para praticar, além de algumas atividades de leitura e escrita em estilo de teste, que possam ajudar os estudantes a se prepararem para testes, como o Cambridge English: Young Learners Starters.
- f) Conter sessões de revisão de meio de ano e de final de ano para que seja possível verificar o progresso dos alunos nos principais momentos, além de sessão propicie autoavaliação.

g) Conter sessão de reforço gramatical.

Material do Aluno (Anos Finais – 9º ano)

a) 1 livro impresso; consumível; anual; organizado em volume único, com paginação total, estimada, em 160 páginas; formato 21 X 29,8 cm, com o componente curricular Língua Inglesa.

b) 1 livro e trabalho impresso; consumível; anual; organizado em volume único, com paginação total, estimada, em 96 páginas; formato 21 X 29,8 cm, com o componente curricular Língua Inglesa.

c) Deve trabalhar com foco em comunicação efetiva, estudos de gramática e fluência em contextos reais. Além disso, dá aos alunos um senso de autodesenvolvimento e realização.

d) O livro deve priorizar o trabalho com pensamento crítico, alfabetização visual, trabalho em grupo e em pares, valores, colaboração.

e) Deve conter exercícios para praticar, além de algumas atividades de leitura e escrita em estilo de teste, que possam ajudar os estudantes a se prepararem para testes, como o Cambridge English: Young Learners Starters.

f) Conter sessões de revisão de meio de ano e de final de ano para que seja possível verificar o progresso dos alunos nos principais momentos, além de sessão propicie autoavaliação.

g) Conter sessão de reforço gramatical.

Material do Professor (Educação infantil e todos os anos do Ensino Fundamental)

Material do professor deverá conter:

a) Todo o Kit de Material do Aluno

b) Um manual com planejamento de aulas por ano escolar

c) Material de apoio para a Sala de Aula, como flash cards

d) Avaliações para aplicar aos alunos, via plataforma

e) Portal com conteúdos extras para uso em aula (posters, áudios etc)

10.2 – Especificações dos Serviços de Assessoria Pedagógica

A empresa deverá fornecer assessoria pedagógica para a implantação dos recursos, prevendo etapas de planejamento, implantação e acompanhamento.

A assessoria deve ocorrer de maneira ofertar suporte técnico e pedagógico aos gestores, diretores, coordenadores pedagógicos e professores, bem como às equipes técnicas designadas, de maneira que integre de eficazmente os recursos oferecidos à proposta pedagógica e metas estabelecidas pela Rede.

Deve ser organizada da seguinte maneira:

a) Implantação: etapa que busca garantir a formação inicial da equipe técnica, gestores e professores na metodologia e nos recursos oferecidos pelo material didático.

b) Formação continuada: ações presenciais ou virtuais, que contemplem temáticas de interesse da Rede, previamente acordadas.

10.3 – Especificações Técnicas da Plataforma Digital

A empresa contratada deverá manter durante a vigência do contrato, uma plataforma digital na internet oferecendo serviços e informações relacionadas ao universo educacional para todos alunos e profissionais e outras partes envolvidas no processo de ensino. A plataforma, além dos recursos para o professor enriquecer aulas, avaliar

alunos (oferecendo relatórios de gestão), deverá conter recursos para aula digital (google meet):

- a) Integração com o *Google Meet* para a realização de aulas síncronas, para até 100 participantes simultâneos.
- b) Recursos de vídeo e compartilhamento de tela, favorecendo aulas interativas, trazendo novas experiências para a classe, aproximando alunos e apresentando diferentes formas de aprendizagem.
- c) Contas *Google* vinculadas, para os professores e estudantes visando segurança e praticidade durante as aulas.
- d) Controles exclusivos para os professores, durante a aula, possibilitando o bloqueio do chat, restrição de compartilhamento de tela, escolha para autorizar pessoas não convidadas, remoção de participantes, entre outros.
- e) Possibilidade de convidar pessoas com contas *Google* (*Gmail* ou *G Suite*), permitindo a participação de coordenadores, diretores e a realização de reunião com responsáveis.
- f) Acesso aos editores de texto (apresentações, planilhas e documentos), que podem ser compartilhados com os alunos e permitem a construção coletiva de conteúdo, além do *Jamboard*, lousa digital do Google, que os professores podem utilizar em aulas presenciais e digitais com os alunos, possibilitando modelagem de gamificação pelo professor, de forma interativa com os alunos.

ITEM 11 – Projeto Educacional DIDÁTICO BÁSICO para estudantes e professores, destinado ao processo de Alfabetização de Jovens e Adultos.

11.1 – Especificações Técnicas do Material Didático Impresso e Digital

A coleção deverá apresentar as seguintes especificidades:

- a) Caderno específico para trabalhar aspectos introdutórios da alfabetização de Jovens e Adultos, consumível, com no mínimo 200 páginas; formato 20,5cm X 27,5cm, com papel capa sendo cartão supremo 250g e papel do miolo off set 75g. Com acabamento em lombada quadrada, PUR e beneficiamento da capa em verniz UV total.
- b) Cadernos específicos por área do conhecimento para ampliar letramento, consumíveis, organizados em quatro volumes, sendo um para cada área do conhecimento, com no mínimo 450 páginas por aluno no total; formato 20,5cm X 27,5cm, com papel capa sendo cartão supremo 250g e papel do miolo off set 75g. Com acabamento em lombada quadrada, PUR e beneficiamento da capa em verniz UV total.
- c) Livro de introdução à alfabetização que se articule com ODS da Agenda ONU 2030, visando dar contexto social ao início do processo.
- d) No mínimo 30% das imagens relacionadas ao estado, buscando trazer pertencimento e contexto.

Além disso, deverá apresentar as seguintes configurações mínimas:

- a) Apresentar versão digital (professor) e impressa (aluno e professor).
- b) Considerar as peculiaridades dos jovens e adultos, sem infantilização.
- c) Acompanhar de aplicativo para professores, com acesso à versão digital dos livros e com videoaulas (Introdução, Língua Portuguesa e Matemática) para estudo e orientação do trabalho docente em sala de aula.
- d) Apresentar programa flexível, onde o conteúdo pode ser ministrado em períodos de 6 meses a 2 anos, a depender do planejamento.
- e) Trazer abertura de Unidade em página espelhada com imagens que favoreçam a articulação com os objetivos da unidade, proporcionando reflexão inicial.

O manual do professor, deve apresentar, minimamente:

- a) Textos de introdução à Alfabetização de Jovens e Adultos: breve histórico, princípios e características de alunos da AJA, visando a formação dos professores.
- b) Descrição detalhada das Unidades, com objetivos e conteúdos;
- c) Manual em U, ao menos para a introdução à alfabetização, com a reprodução em tamanho reduzido do Livro do Estudante, orientações pedagógicas, respostas, comentários das atividades e linhas para anotações.
- d) Referências com sugestões de leituras complementares, sites, filmes etc.

O Aplicativo para Educadores deve trazer, minimamente:

- a) Acesso à versão digital de todos os livros.
- b) Quadro que organiza todo o material, por página, por capítulo, por conteúdo e por habilidade abordada, facilitando o processo de planejamento e execução das aulas.
- c) Vídeos que podem servir para estudo e orientação do trabalho docente em sala de aula, para cada capítulo dos livros de maior carga horária, pelo menos (Introdução, Português e Matemática).

11.2 – Especificações dos Serviços de Assessoria Pedagógica

A empresa deverá fornecer assessoria pedagógica para a implantação dos recursos, prevendo etapas de planejamento, implantação e acompanhamento. A assessoria deve ocorrer de maneira ofertar suporte técnico e pedagógico aos gestores, diretores, coordenadores pedagógicos e professores, bem como às equipes técnicas designadas, de maneira que integre de eficazmente os recursos oferecidos à proposta pedagógica e metas estabelecidas pela Rede. Deve ser organizada da seguinte maneira:

- a) Implantação:** etapa que busca garantir a formação inicial da equipe técnica, gestores e professores na metodologia e nos recursos oferecidos pelo material didático;
- b) Formação continuada:** ações presenciais ou virtuais, que contemplem temáticas de interesse da Rede, previamente acordadas.



ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO N° 022/2025

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Ao
Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOPO/MT
A/C Pregoeiro do PREGÃO ELETRÔNICO N° 022/2025
Cuiabá - Mato Grosso

PROPOSTA

O proponente a seguir identificado:

RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:	NOME FANTASIA:	
LOGRADOURO:	NÚMERO:	
COMPLEMENTO:	BAIRRO:	
CIDADE:	CEP:	
TELEFONE FIXO:	EMAIL:	
BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA:
REPRESENTANTE:	TELEFONE:	

Em atendimento ao disposto no PREGÃO ELETRÔNICO N° 022/2025, após análise do referido edital e tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, se propõe a fornecer as mercadorias objeto da licitação, sob sua inteira responsabilidade, nas condições a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

E, para tanto, declaro que no preço estão incluídos todos os custos diretos ou indiretos com o fornecimento dos materiais, inclusive tributos, equipamentos, pessoal, taxas, transportes, alimentação etc., e que a presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Cuiabá - MT, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF/MF:

CNPJ/MF da empresa

ANEXO III - MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

(PAPEL TIMBRADO DO EMITENTE DO ATESTADO)

A empresa _____, CNPJ/MF nº _____,
Inscrição Estadual Nº. _____ estabelecida na rua e/ou
avenida _____ nº. _____, Telefone: _____, atesta
para os devidos fins que a Empresa _____, com sede
na _____, executa/executou/forneceu produtos do objeto desta
licitação, abaixo relacionados, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados na
contratação, não havendo contra o mesmo nenhum registro que a desabone.

01. _____;
02. _____;
03. _____.

Cuiabá - MT, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF/MF:

CNPJ/MF da empresa

**Deverão ser observadas as seguintes condições na apresentação dos atestados/e
ou Certidões:**

- a) *O Atestado de Capacidade Técnica poderá ser apresentado de forma física ou eletrônica, desde que contenha os seguintes requisitos:*
 - *Identificação clara do emitente e do signatário;*
 - *Descrição detalhada dos serviços prestados ou materiais fornecidos;*
 - *Declaração de que os serviços ou fornecimentos foram realizados de maneira satisfatória.*
- b) *Caso o atestado seja emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá ser observado o seguinte:*
 - *Se apresentado fisicamente, deverá constar a assinatura do responsável, com firma reconhecida em cartório;*
 - *Se apresentado em formato eletrônico, deverá conter assinatura digital válida, certificada no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), que substitui o reconhecimento de firma em cartório.*
- c) *A Administração verificará a autenticidade e validade dos atestados apresentados, seja por meio da conferência da assinatura digital ou da documentação física, assegurando a conformidade com os requisitos legais e técnicos.*

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- Declara a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- Declara o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- Declara o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação
- Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Declara o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- Declara a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no plataforma <https://licitanet.com.br/>
- Declara que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- Declara que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.
- Declara que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Declara que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e
- Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.
- Declara que tem pleno conhecimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos
- Declara que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão comprador, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau (Art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/21)
- Declara que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.
- Declara que o pleno conhecimento critério de desempate (se houver) será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#)
- disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Cuiabá - MT, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF/MF:

CNPJ/MF da empresa

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME/EPP
PREGÃO ELETRÔNICO N° 022/2025**

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO
PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Lei Complementar n°
123/2006)**

_____, portador (a) da Carteira de Identidade R.G.
n°. _____ - SSP/_____ e do CPF/MF n°. _____, representante da
empresa _____, CNPJ/MF n°
_____, solicitamos na condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE
PEQUENO PORTE, quando da sua participação na licitação, modalidade **PREGÃO
ELETRÔNICO N° 003/2025** seja dado o tratamento diferenciado concedido a essas empresas
com base nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar n°. 123/2006 e alterações Lei Complementar
147/2014.

Declara de que não incorreram em qualquer das situações previstas nos §§ 4º e 5º do art. 3º da
Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações Lei Complementar
147/2014., especialmente quanto ao limite de receita bruta para a definição de microempresa e
de empresa de pequeno porte.

Como prova da referida condição, apresentamos em documento anexo, CERTIDÃO emi-
tida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa
de Pequeno Porte. na forma do [art. 8º da Instrução Normativa n°. 103/2007 do
Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC.](#)

Cuiabá - MT, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF/MF:

CNPJ/MF da empresa

ANEXO VI - QUANTITATIVOS ESTIMADOS PARA CONSUMO¹⁶
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

1 - RELAÇÃO DE ÓRGÃO GERENCIADOR

ÓRGÃO GERENCIADOR	ENDEREÇO	CNPJ	DIRETOR EXECUTIVO
CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE COMPRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO - CINCO	AV. HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA, 3920 - CENTRO POLITICO ADMINISTRATIVO	59.558.305/0001-66	LEVI RIBEIRO

ESTIMATIVA DE CONSUMO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

1.1. CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE COMPRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO - CINCO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 59.558.305/0001-66, com sede na AV. HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA, 3920 - CENTRO POLITICO ADMINISTRATIVO, na cidade de CUIABÁ-MT, representado por seu(ua) PRESIDENTE, LEVI RIBEIRO:

Item/Quantidade: 1/118829,0000; 2/75720,0000; 3/39495,0000; 4/118793,0000; 5/118793,0000; 6/79343,0000; 7/104738,0000; 8/14093,0000; 9/39495,0000; 10/118793,0000; 11/417,0000

TOTAL ESTIMADO PARA CONSUMO DE TODOS OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ITEM	IDBSE RV	CÓDIGO	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1	615	621	118.829,00	UNIDADE	MATERIAL DIDATICO COMPLEMENTAR - RECOMPOSICAO DE APRENDIZAGENS DE ANOS ANTERIORES E A PREPARACAO PARA AS AVALIACOES EXTERNAS, TRABALHANDO HABILIDADES E OBJETOS DE CONHECIMENTO BASICOS EM LINGUA PORTUGUESA E MATEMATICA (COP0621)
2	616	622	75.720,00	UNIDADE	MATERIAL DIDATICO COMPLEMENTAR - RECOMPOSICAO DE APRENDIZAGENS DE ANOS ANTERIORES E A PREPARACAO PARA AS AVALIACOES EXTERNAS, TRABALHANDO HABILIDADES E OBJETOS DE CONHECIMENTO BASICOS EM CIENCIAS HUMANAS E CIENCIAS DA NATUREZA (COP0622)
3	617	623	39.495,00	UNIDADE	MATERIAL DIDATICO COMPLEMENTAR - DESTINADO AO DESENVOLVIMENTO DE LETRAMENTO FINANCEIRO PARA ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, ANOS INICIAIS, 4º E 5º ANOS (COP0623)
4	618	624	118.793,00	UNIDADE	MATERIAL DIDATICO TRANSVERSAL - DESTINADO AO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS DOS ALUNOS DE EDUCACAO INFANTIL (4 E 5 ANOS) E ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS) (COP0624)
5	619	625	118.793,00	UNIDADE	MATERIAL DIDATICO TRANSVERSAL - PREVENCAO DE VICIOS E ABUSOS NA INTERNET, PARA ESTUDANTES E PROFESSORES, DESTINADO A ESTUDANTES DO 3º E 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL. (COP0625)

¹⁶ Obs.: O quantitativo citado, como preleciona as normas sobre Sistema de Registro de Preço, representa uma mera expectativa de contratação, não vinculando a administração à sua efetivação.

6	620	626	79.343,00	UNIDADE	MATERIAL DIDATICO BASICO - SISTEMA ESTRUTURADO DE ENSINO, DESTINADO A ALUNOS E PROFESSORES DA EDUCACAO INFANTIL. (COP0626) MATERIAL DIDATICO BASICO - SISTEMA ESTRUTURADO DE ENSINO, DESTINADO A ALUNOS E PROFESSORES DA EDUCACAO INFANTIL, COMPOSTO POR KITS IMPRESSOS E ESPECÍFICOS DE CADERNOS EDUCACIONAIS PARA O ALUNO, MATERIAL COMPLEMENTAR, CADERNO DO PROFESSOR, ASSESSORIA E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO, BEM COMO PLATAFORMA EDUCACIONAL DIGITAL, COM CORRETOR AUTOMATIZADO DE REDAÇÃO.OS MATERIAIS DIDÁTICOS DEVERÃO OBSERVAR OS CONCEITOS PEDAGÓGICOS REFERENCIADOS PELO MEC, DE FORMA A PROPORCIONAR A INTEGRAÇÃO E TRANSVERSALIDADE ENTRE O SISTEMA DE ENSINO A SER IMPLANTADO E OS LIVROS DIDÁTICOS E PARADIDÁTICOS DE SUPORTE EVENTUALMENTE ADOTADOS, DE FORMA NÃO EXCLUDENTE, PORÉM COMPLEMENTAR.
7	959	959	104.738,00	UNIDADE	MATERIAL DIDATICO BASICO - SISTEMA ESTRUTURADO DE ENSINO, DESTINADO A ALUNOS E PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS. (COP0959)
8	960	960	14.093,00	UNIDADE	MATERIAL DIDATICO BASICO - SISTEMA ESTRUTURADO DE ENSINO, DESTINADO A ALUNOS E PROFESSORES DOS ANOS FINAIS. (COP060)
9	621	627	39.495,00	UNIDADE	MATERIAL DIDATICO BASICO - SISTEMA ESTRUTURADO PARA ENSINO DE LINGUA INGLESIA, DESTINADO A ALUNOS E PROFESSORES DA EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (EDUCAÇÃO INFANTIL). (COP0627) MATERIAL DIDATICO BASICO - SISTEMA ESTRUTURADO PARA ENSINO DE LINGUA INGLESIA, DESTINADO A ALUNOS E PROFESSORES DA EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (EDUCAÇÃO INFANTIL), COMPOSTO POR KITS IMPRESSOS E ESPECÍFICOS DE CADERNOS EDUCACIONAIS PARA O ALUNO, MATERIAL COMPLEMENTAR, CADERNO DO PROFESSOR, ASSESSORIA E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO E PLATAFORMA EDUCACIONAL DIGITAL.
10	958	958	118.793,00	UNIDADE	MATERIAL DIDATICO BASICO - SISTEMA ESTRUTURADO PARA ENSINO DE LINGUA INGLESIA, DESTINADO A ALUNOS E PROFESSORES DA EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS). (COP0958)
11	622	628	417,00	UNIDADE	MATERIAL DIDATICO BASICO PARA ESTUDANTES E PROFESSORES, DESTINADO AO PROCESSO DE ALFABETIZACAO DE JOVENS E ADULTOS. (COP0628)

TABELA DE REFERÊNCIA DOS ITENS

ITEM	IDBSERV	CÓDIGO	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1	615	621	1,00	UNIDADE	MATERIAL DIDATICO COMPLEMENTAR - RECOMPOSICAO DE APRENDIZAGENS DE ANOS ANTERIORES E A PREPARACAO PARA AS AVALIACOES EXTERNAS, TRABALHANDO HABILIDADES E OBJETOS DE CONHECIMENTO BASICOS EM LINGUA PORTUGUESA E MATEMATICA (COP0621)

2	616	622	1,00	UNIDADE	MATERIAL DIDÁTICO COMPLEMENTAR - RECOMPOSIÇÃO DE APRENDIZAGENS DE ANOS ANTERIORES E A PREPARAÇÃO PARA AS AVALIAÇÕES EXTERNAS, TRABALHANDO HABILIDADES E OBJETOS DE CONHECIMENTO BÁSICOS EM CIÊNCIAS HUMANAS E CIÊNCIAS DA NATUREZA (COP0622)
3	617	623	1,00	UNIDADE	MATERIAL DIDÁTICO COMPLEMENTAR - DESTINADO AO DESENVOLVIMENTO DE LETRAMENTO FINANCEIRO PARA ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, ANOS INICIAIS, 4º E 5º ANOS (COP0623)
4	618	624	1,00	UNIDADE	MATERIAL DIDÁTICO TRANSVERSAL - DESTINADO AO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS DOS ALUNOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (4 E 5 ANOS) E ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS) (COP0624)
5	619	625	1,00	UNIDADE	MATERIAL DIDÁTICO TRANSVERSAL - PREVENÇÃO DE VICIOS E ABUSOS NA INTERNET, PARA ESTUDANTES E PROFESSORES, DESTINADO A ESTUDANTES DO 3º E 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL. (COP0625)
6	620	626	1,00	UNIDADE	MATERIAL DIDÁTICO BÁSICO - SISTEMA ESTRUTURADO DE ENSINO, DESTINADO A ALUNOS E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL. (COP0626) MATERIAL DIDÁTICO BÁSICO - SISTEMA ESTRUTURADO DE ENSINO, DESTINADO A ALUNOS E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, COMPOSTO POR KITS IMPRESSOS E ESPECÍFICOS DE CADERNOS EDUCACIONAIS PARA O ALUNO, MATERIAL COMPLEMENTAR, CADERNO DO PROFESSOR, ASSESSORIA E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO, BEM COMO PLATAFORMA EDUCACIONAL DIGITAL, COM CORRETOR AUTOMATIZADO DE REDAÇÃO. OS MATERIAIS DIDÁTICOS DEVERÃO OBSERVAR OS CONCEITOS PEDAGÓGICOS REFERENCIADOS PELO MEC, DE FORMA A PROPORCIONAR A INTEGRAÇÃO E TRANSVERSALIDADE ENTRE O SISTEMA DE ENSINO A SER IMPLANTADO E OS LIVROS DIDÁTICOS E PARADIDÁTICOS DE SUPORTE EVENTUALMENTE ADOTADOS, DE FORMA NÃO EXCLUDENTE, PORÉM COMPLEMENTAR.
7	959	959	1,00	UNIDADE	MATERIAL DIDÁTICO BÁSICO - SISTEMA ESTRUTURADO DE ENSINO, DESTINADO A ALUNOS E PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS. (COP0959)
8	960	960	1,00	UNIDADE	MATERIAL DIDÁTICO BÁSICO - SISTEMA ESTRUTURADO DE ENSINO, DESTINADO A ALUNOS E PROFESSORES DOS ANOS FINAIS. (COP060)
9	621	627	1,00	UNIDADE	MATERIAL DIDÁTICO BÁSICO - SISTEMA ESTRUTURADO PARA ENSINO DE LÍNGUA INGLESA, DESTINADO A ALUNOS E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (EDUCAÇÃO INFANTIL). (COP0627) MATERIAL DIDÁTICO BÁSICO - SISTEMA ESTRUTURADO PARA ENSINO DE LÍNGUA INGLESA, DESTINADO A ALUNOS E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (EDUCAÇÃO INFANTIL), COMPOSTO POR KITS IMPRESSOS E ESPECÍFICOS DE CADERNOS EDUCACIONAIS PARA O ALUNO, MATERIAL COMPLEMENTAR, CADERNO DO PROFESSOR, ASSESSORIA E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO E PLATAFORMA EDUCACIONAL DIGITAL.
10	958	958	1,00	UNIDADE	MATERIAL DIDÁTICO BÁSICO - SISTEMA ESTRUTURADO PARA ENSINO DE LÍNGUA INGLESA, DESTINADO A ALUNOS E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS). (COP0958)
11	622	628	1,00	UNIDADE	MATERIAL DIDÁTICO BÁSICO PARA ESTUDANTES E PROFESSORES, DESTINADO AO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. (COP0628)

ANEXO VII – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

Aos ... dias do mês de do ano de dois mil e vinte cinco, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE COMPRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – CINCOP/MT**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 59.558.305/0001-66 e com sede na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 3.920, Centro Político Administrativo, CEP 78.050-902 na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado por seu Secretário Executivo, Sr. Hélio Schneider Paulus Neto, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os Municípios: Acorizal, Água Boa, Alto Araguaia, Alto Boa Vista, Apiacás, Araputanga, Barão de Melgaço, Bom Jesus do Araguaia, Brasnorte, Campinápolis, Campo Verde, Campos de Júlio, Canabrava do Norte, Canarana, Castanheira, Claudia, Cocalinho, Colíder, Comodoro, Confresa, Conquista D'Oeste, Cotriguaçu, Diamantino, Dom Aquino, Feliz Natal, Gaúcha do Norte, General Carneiro, Guiratinga, Ipiranga do Norte, Itanhangá, Itaúba, Itiquira, Juara, Juruena, Lambari do Oeste, Marcelândia, Mirassol D'Oeste, Nortelândia, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Marilândia, Nova Maringá, Nova Olímpia, Nova Santa Helena, Nova Ubiratã, Nova Xavantina, Novo Horizonte do Norte, Novo Mundo, Novo Santo Antonio, Paranatinga, Pedra Preta, Planalto da Serra, Poconé, Ponte Branca, Porto Alegre do Norte, Porto dos Gaúchos, Poxoréu, Primavera do Leste, Querência, Ribeirão Cascalheira, Ribeirãozinho, Rio Branco, Rondolândia, Rondonópolis, Santa Carmem, Santa Cruz do Xingu, Santa Rita do Trivelato, Santa Terezinha, Santo Antonio do Leste, São Felix do Araguaia, São José do Rio Claro, Sapezal, Serra Nova Dourada, Tabaporã, Tangará da Serra, Tapurah, Tesouro, Torixoreu, União do Sul, Vale do São Domingos, Vera, Vila Bela da Santíssima Trindade, seus órgãos e entidades que compõem a administração pública direta e indireta, os órgãos ou entidade cooperadas, mediante convênio aprovado por lei, doravante denominados **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, do Sistema de Registro de Preços, e passam a integrar a Ata de Registro de Preços após manifestação, RESOLVEM Registrar os Preços das empresas: pessoa jurídica de direito privado, situada na, nº, na cidade de, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo, Sr., doravante denominado **FORNECEDOR**, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto seguir, sujeitando-se as partes às determinações das Resoluções nº 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009 e 014 e suas alterações, todas do ano de 2025 do CINCOP-MT e da Lei Federal n. 14.133, de 2021, nos casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual **contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais didáticos complementares, didáticos básicos e didáticos transversais, visando enriquecer o processo pedagógico, promover a recomposição de aprendizagens e garantir o desenvolvimento integral dos estudantes, destinados ao atendimento integral dos alunos e professores da rede pública de educação básica**, para uso dos Entes da Federação Consorciados, Cooperados ou Referendados ao Consórcio Interfederativo

de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT, órgãos e entidades da administração direta e indireta, na condição de Órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima sétima.

CLÁUSULA SEGUNDA – ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima oitava.

2.2 – As alterações dos quantitativos dos itens serão realizadas através do remanejamento interno entre os Órgãos participantes.

2.2.1 – Cabe ao Órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente entre Órgãos Participantes.

2.3 – Os Órgãos Participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o fornecedor registrado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO/GARANTIA

3.1 – O Contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias**, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.1.5 – Os recebimentos provisórios e definitivos ficarão sob a responsabilidade de cada Órgão Participante.

3.1.6 – O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as disposições do Edital, do Termo de Referência e do Contrato.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficarão sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.2.2 – Todos os custos relacionados à execução da garantia ou troca de produtos correrão por conta exclusiva do fornecedor, incluídos os custos de transporte, troca de peças/equipamentos, horas técnicas, deslocamento de pessoal.

3.3 – O prazo de garantia dos itens ofertados não será inferior àquele previsto na folha de dados de cada item, contado a partir da efetiva entrega dos bens à administração, mesmo que os descritivos ou folhas de dados estabeleçam uma data inicial em contrário, sendo os prazos assim definidos em razão das condições verificadas como regularmente ofertadas no mercado, não se excluindo eventual prazo superior disponibilizado pelo fornecedor, o qual estará vinculado à proposta realizada, sem exclusão da garantia legal.

3.4 – Na eventual ausência de previsão na folha de dados, o prazo de garantia dos bens ofertados será de no mínimo **12 (doze) meses** contados a partir da efetiva entrega dos bens à administração.

3.5 – As exigências quanto a aplicação da garantia, deverão estar de acordo com o disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do Fornecedor ou boleto, após as entregas dos bens, acompanhados da respectiva nota fiscal.

4.1.1 - O Órgão Participante efetuará o pagamento em até **30 (trinta) dias**, após a data de recebimento dos materiais, objeto desta Ata, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

4.1.2 – As taxas bancárias (TED, DOC, PIX ou outras) não poderão ser descontadas do pagamento previsto neste item.

4.1.3 – Somente serão autorizados os pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja idêntico àquele da proposta vinculada, sendo responsabilidade da licitante manter a identidade de informação no momento do cadastro e durante a execução.

4.1.3.1 – Se a Licitante Vencedora for empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas que tenha participado nos termos do edital, os pagamentos serão realizados no CNPJ de sua constituição formal, o qual deverá ser apresentado como condição de assinatura da ata de registro de preços.

4.1.3.2. Poderão ser realizados pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja diverso daquele da habilitação e proposta vinculada no caso de solicitação de alteração entre o CNPJ da matriz e filiais ou de filiais entre si, mediante comprovação do preenchimento dos requisitos de habilitação pelo novo CNPJ.

4.1.4. - Na realização do pagamento serão retidos os Tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo Órgão Participante, devendo o fornecedor indicar estes valores no documento fiscal. Referente ao IRRF deverá ser observada a IN RFB 1.234/2012.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório ao qual está vinculada esta ATA, salvo nos casos supracitados de consórcio de empresas e entre matrizes e filiais.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata de Registro de Preços, mesmo em caso de prorrogação, mas poderão ser revistos, na forma do edital e da cláusula nona, desta ata.

4.5 – Se o Órgão Participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no Edital e na ata de registro de preços, e tendo o Fornecedor, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, sob pena de aplicação das sanções previstas na cláusula sexta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais e trocas durante a garantia;
- e) enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos **de cada Órgão Participante;**

- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos do CINCOP-MT, disponibilizado no endereço eletrônico: ;
- g) manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos do CINCOP-MT;
- h) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil;
- i) emitir Nota Fiscal dos produtos e/ou serviços realizados, discriminando-os individual e pormenorizadamente, especificando quantitativos, marcas e modelos;
- j) a nota fiscal emitida deverá conter destacado o valor de todos os Tributos passível de retenção pelo Órgão Participantes, nos termos da legislação em vigor, especialmente o IRRF, nos termos da IN RFB 1.234/2012.

5.2 – Será de responsabilidade do órgão participante:

- a) pagamento dos produtos contratados, nos prazos previstos;
- b) fiscalização dos fornecimentos, relatando problemas e circunstâncias para facilitação dos serviços;
- c) indicar prepostos para contato com os responsáveis da FORNECEDORA;
- d) cumprir as obrigações previstas no Edital e nesta Ata e exigir o cumprimento das obrigações previstas para a Contratada;
- e) demais disposições contidas nesta ata e na lei.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato e das obrigações nele assumidas, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar com o Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a **03 (três) anos**.
- c) por atraso superior a **5 (cinco) dias** da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR constituído em mora, sujeito a multa de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o **6º (sexto) dia** de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a **30 (trinta) dias**;
- d) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de **10% (dez por cento)** calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- e) transcorridos **30 (trinta) dias** do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de **15% (quinze por cento)** por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

- f) dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CINCOP-MT ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Fornecedor o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.
- g) declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.2 – O licitante ou contratado também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3 – A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.4 – Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 – A contratação decorrente do Sistema de Registro de Preços realizado pelo CINCOP-MT deverá ocorrer exclusivamente através do Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos, disponível no endereço eletrônico <https://cincop.stlicita.com.br>, sendo de total autonomia e responsabilidade do Órgão Participante o momento e a justificativa da contratação, observados a disponibilidade orçamentária e o prazo de vigência da ata, de acordo com a sua necessidade, sem qualquer interferência do Órgão Gerenciador na decisão de contratação.

7.2 – O Órgão Gerenciador, nos termos da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT, fica autorizado a aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais em relação às contratações dos Órgãos Participantes.

7.3 – A multa aplicada em decorrência da contratação vinculada a Ata de Registro de Preços pertence ao Órgão Participante, sendo este responsável pelo lançamento, cobrança e registro da receita, após comunicação da decisão em processo administrativo do Órgão Gerenciador.

7.4 – Em conformidade com o art. 117 da Lei Federal n. 14.133/2021, o Órgão Participante deverá designar fiscal de contrato e representante da administração pública para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos celebrados entre este Órgão Participante e os fornecedores contratados na licitação, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º do referido diploma legal. A vinculação do fiscal e representante da administração pública será associada na emissão da Solicitação de Fornecimento e será consignada na Autorização de Fornecimento com a sua respectiva ciência.

7.5 – Em conformidade com o art. 15, inciso XIV, da Resolução nº 003/2025 do CINCOP-MT, caberá ao gestor do contrato constituir relatório final de que trata o art. 174, § 3º, inciso VI, alínea “d”, da Lei Federal n. 14.133/2021 com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 – As causas de rescisão contratual estão estabelecidas no artigo 137, de acordo com as disposições do art. 138 e 139, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Resolução nº 001/2025, do CINCOP-MT ou outra que vier a substituir.

9.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- I. convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II. frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido em aplicação de penalidade; e
- III. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.1.3 – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- I. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- II. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

9.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

9.2 – É possível realizar aumento nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, até uma vez a quantidade registrada inicialmente, desde que com aceitação expressa do fornecedor, formalizada mediante apostilamento, quando caracterizadas circunstâncias supervenientes, devidamente demonstradas nos autos do procedimento

administrativo em que tramitar a alteração, que indiquem que as estimativas inicialmente previstas neste edital serão insuficientes para atender a demanda durante o prazo de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- I. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II. não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. tiver presentes razões de interesse público;
- V. sofrer sanções impeditivas previstas em lei;
- VI. for declarado inidôneo nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021;
- VII. não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio Público na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

10.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

10.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I. por razão de interesse público; ou
- II. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2025 e seguintes.

11.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 002/2025, Pregão, na Forma Eletrônica Nº 001/2025, Registro de Preços, realizado pelo Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

13.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será do dia ... de ... de 2025 ao dia ... de ... de 2026.

13.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.2.1 – Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

13.3 – O prazo de vigência para a execução dos contratos (autorizações de fornecimento) decorrentes desta Ata de Registro de Preços será idêntico ao prazo de entrega do bem.

13.3.1 – O prazo de vigência do contrato (autorização de fornecimento) será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no prazo de entrega.

13.3.2 – O prazo de vigência do contrato não se confunde com o prazo de entrega do bem, e a aceitação de recebimento posterior do(s) item(ns) não se configura como novo prazo de entrega.

13.3.3 – Caso a entrega deixar de ser cumprida ou ocorrer fora do prazo previsto em decorrência de culpa do contratado, ele será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas, e o Órgão Gerenciador poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador (CINCOP-MT) ou para os Órgãos Participantes a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir (independentemente da sua estimativa de consumo).

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Órgão Gerenciador (Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP/MT) e os Órgãos Participantes, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

15.1 – As Partes comprometem-se a observar o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis aos quais tiverem acesso em decorrência deste contrato, compatibilizando-a com o que estabelece a Lei Federal nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação - LAI), tendo em vista o caráter público desta contratação.

15.2 – As Partes terão acesso a dados pessoais dos respectivos representantes, tais como número e cópia de documentos de identificação (Cadastro de Pessoa Física e Registro Geral) e endereços eletrônico e residencial, e outros dados que sejam imprescindíveis para a formação e execução deste contrato, sendo-lhes vedado utilizá-los para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

15.3 – Considerando o caráter público desta contratação, o compartilhamento de dados observará ao disposto no Capítulo IV da LGPD.

15.4 – A CONTRATADA declara adotar medidas de segurança eficazes para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas, comprometendo-se a comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares e responsabilizando-se pelos danos de qualquer natureza ocorridos em caso de violação à legislação de proteção de dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ANTICORRUPÇÃO

16.1 – As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

¹⁷ Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020.

ANEXO VIII – MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO PARTICIPANTE Nº
ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR:
ÓRGÃO PARTICIPANTE:
FORNECEDOR:
CNPJ DO FORNECEDOR:
OBJETO:
VIGÊNCIA:
PRAZO DE ENTREGA:
VINCULAÇÃO:

O ÓRGÃO PARTICIPANTE,, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua,, inscrito no CNPJ sob nº., neste ato representado pelo (a), através desta manifestação concordamos com o processo administrativo licitatório vinculado e passamos a integrar a Ata de Registro de Preços acima, aprovando os seus termos, sendo permitida a utilização do registro de preços, a partir da sua assinatura, servindo o presente documento como comprovação para os fins legais.

Fica previamente autorizado o Órgão Gerenciador processar, autorizar e formalizar o remanejamento interno de itens entre os Órgãos Participantes, com a redução ou acréscimo do quantitativo inicialmente informado na Intenção de Registro de Preços - IRP, cooperando para atendimento das necessidades dos demais Órgãos Participantes.

Através da presente manifestação ficamos cientificados que a contratação deverá ocorrer exclusivamente através do Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos, disponível no endereço eletrônico <https://cincop.stlicita.com.br>, sendo de total autonomia e responsabilidade deste Órgão Participante o momento a justificativa e vantajosidade da contratação, observadas a disponibilidade orçamentária e prazo de vigência da ata, de acordo com a sua necessidade, sem qualquer interferência do Órgão Gerenciador na decisão de contratação.

Fica autorizado o Órgão Gerenciador a aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais em relação às contratações do Órgão Participante.

A multa aplicada em decorrência da contratação vinculada a esta Ata de Registro de Preços pertence ao Órgão Participante, sendo este responsável pelo lançamento, cobrança e registro da receita, após comunicação da decisão em processo administrativo do Órgão Gerenciador.

E por estar compromissado, assina a presente manifestação.

..... (MT), / / 2025

ÓRGÃO PARTICIPANTE

Assinatura¹⁸

¹⁸ Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020.



ANEXO IX – FOLHA DE DADOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

